



UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA
“JÚLIO DE MESQUITA FILHO”
Faculdade de Ciências e Letras
Campus de Araraquara - SP

ERICK QUINTAS CORRÊA



DEBORD: Crítica e crise da sociedade do espetáculo.

ARARAQUARA – SP

2017

DEBORD: Crítica e crise da sociedade do espetáculo.

Trabalho de Conclusão de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP/FCLAr), como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Ribeiro do Valle.

Bolsa: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Corrêa, Erick
DEBORD: Crítica e crise da sociedade do espetáculo
/ Erick Corrêa — 2017
156 f.

Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) —
Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho",
Faculdade de Ciências e Letras (Campus Araraquara)
Orientador: Maria Ribeiro do Valle

1. Debord, Guy. 2. Espetáculo. 3. Crise. 4. Esquerdismo. 5.
Situacionismo. I. Título.

Resumo: A crítica histórica e estratégica de Guy Debord (1931-1994), o mais influente membro da Internacional Situacionista (1957-1972) – organização inscrita na corrente esquerdista do moderno movimento revolucionário europeu –, ocupa um lugar único no mapa intelectual e político da última metade do século XX. *Verdadeiramente contemporânea, singularmente profética*, a crítica teórica de Debord é efetivamente inseparável de sua crítica prática à sociedade do espetáculo, identificada com a modernidade capitalista e tardocapitalista em sua totalidade. O objetivo do presente estudo é apresentar a trajetória crítico-prática de Debord elucidando particularmente a forma singular com que os diagnósticos e prognósticos apresentados em seus dois principais livros teóricos de crítica social, *A sociedade do espetáculo* (1967) e *Comentários sobre a sociedade do espetáculo* (1988), seriam historicamente verificados corretos em duas conjunturas distintas, primeiramente na/pela crise explosiva de 1968 e, mais tarde, na/pela crise implosiva de 1989. A hipótese central é a de que existe uma *continuidade teórica e metodológica* entre os textos de 1967 e 1988, diferentemente de outras interpretações acadêmicas que, ao assinalarem uma suposta “ruptura” das teses “pós-modernas” de 1988 com o “marxismo” das teses originais de 1967, indicam a existência de uma descontinuidade entre elas. Demonstra-se como há, entre as teses sessentistas e oitentistas de Debord, uma *descontinuidade* que é, contudo, de ordem estritamente *temática*, condicionada pelo desenrolar do próprio processo histórico ao qual se vinculam concretamente. Demonstra-se, além disso, como o texto de 1988 reflete criticamente as soluções regressivas encontradas pelo capital e pelo Estado na gestão e resolução da crise revolucionária detonada internacionalmente em torno de 1968, particularmente na França e na Itália. Apesar de concentrar-se nos dois textos considerados os principais do ponto de vista de seu acabamento teórico-conceitual, o presente estudo apreende a obra de Guy Debord como uma substância sem partes, isto é: desde um ponto de vista que suprime radicalmente a separação entre estética e política, teoria e prática, biografia e história. Para tanto, procede-se à uma investigação heurística que se vale de modo equivalente tanto dos textos teóricos como políticos de Debord, de seus filmes, bem como das suas volumosas correspondências, especialmente aquelas dos anos 1960, 1970 e 1980: período este que, afinal, delimita historicamente o arcabouço teórico e temático compreendido nesta pesquisa.

Palavras-chave: Guy Debord; espetáculo; crítica; crise; esquerdismo; situacionismo.

Abstract: Guy Debord (1931-1994) is the most influential member of the International Situationist (1957-1972) – a political organization inscribed in the leftist current of the modern european revolutionary movement. Debord's historic and strategic critique occupies a singular place in the political and intellectual map in the last half of 20th century. *Truly contemporary, singularly prophetic*, his theoretical critique is effectively inseparable from his practical critique of the society of the spectacle, which is identified to the capitalist and tardo capitalist modernity in its totality. The aim of this work is to present Debord's critical and practical path elucidating, particularly, the singular form with which the diagnosis and the prognosis presented in his two main theoretical books on social critique, *The Society of the Spectacle* (1967) and *Comments on the Society of the Spectacle* (1988), would be historically verified as correct in two distinct conjunctures: at first in/through the explosive crisis of 1968 and, later, in/through the implosive crisis of 1989. The central hypothesis is that there is a *theoretical and methodological continuity* between his works from 1967 and 1988, differently of other academic interpretations that, by pointing out a supposed “rupture” between the “postmodern” theses of 1988 and the “marxism” of the original theses of 1967, indicated the existence of a discontinuity between them. It is demonstrated that there is, between the 1967 and 1988 theses, a *discontinuity* that is, however, strictly *thematic*, conditioned by the course of the historical process to which it is concretely linked. Furthermore it is demonstrated how the 1988 text reflects critically the regressive solutions found by the capital and by the government in the management and resolution of the revolutionary crisis internationally detonated in 1968, particularly in France and Italy. In spite of concentrating in the two axes considered the main ones from the point of view of their theoretical-conceptual final touch, this study tries to learn Guy Debord's work as substance with no parts, i.e., since a point of view that suppress radically the separation between aesthetic and politics, theory and practice, biography and history. Therefore, it was preceded an heuristic investigation that uses in an equivalent way both Debord's theoretical and political texts, his films, as well as his voluminous correspondences, specially the ones from the 1960's, 1970's and 1980's: a period that, after all, delimits historically the theoretical and thematic framework of this research.

Key-words: Guy Debord; spectacle; critique; crisis; leftism; situationism.

Résumé: La critique historique et stratégique de Guy Debord (1931-1994), le plus influent membre de l'Internationale Situationniste (1957-1972) – une organisation qui appartient au courant gauchiste du mouvement révolutionnaire européen moderne –, occupe une place unique dans la carte intellectuel et politique de la dernière moitié du XXe siècle. *Vraiment contemporaine, singulièrement prophétique*, la critique théorique de Debord est effectivement inséparable de sa critique pratique de la société du spectacle, identifiée à la modernité capitaliste et tardo-capitaliste dans sa totalité. L'objectif du présent étude est de présenter la trajectoire critique-pratique de Debord, en élucidant particulièrement la forme singulière dont les diagnostics et pronostics présents dans ses principaux livres théoriques de critique sociale, *La société du spectacle* (1967) et les *Commentaires sur la société du spectacle* (1988), seraient historiquement vérifiés comme corrects dans deux conjonctures distinctes, premièrement dans/pour la crise explosive de 1968 et, plus tard, dans/pour la crise implosive de 1989. L'hypothèse centrale est qu'il y a une *continuité théorique et méthodologique* parmi les textes de 1967 et 1988, à la différence d'autres interprétations académiques qui, en relevant une "rupture" supposée des thèses "postmodernes" de 1988 avec le "marxisme" des thèses originales de 1967, indiquent l'existence d'une discontinuité parmi eux. On montre l'existence, parmi les thèses de Debord des années soixante et quatre-vingt, d'une *discontinuité* qui est, cependant, d'ordre strictement *thématique*, conditionnée par le déroulement du propre procès historique auquel elles se sont concrètement liées. On démontre, en outre, comme le texte de 1988 reflète critiqueusement les solutions régressives trouvées par le capital et l'État dans la gestion et la résolution de la crise révolutionnaire qui a explosé internationalement autour de 1968, particulièrement en France et en Italie. Bien qu'on concentre l'analyse dans les deux textes considérés les principaux du point de vue de son achèvement théorique et conceptuel, cette étude appréhende l'œuvre de Guy Debord comme une substance sans parties, c'est-à-dire: d'un point de vue qui supprime radicalement la séparation entre esthétique et politique, théorie et pratique, biographie et histoire. Pour le faire, on procède à une investigation heuristique qui utilise de façon équivalente tant des textes théoriques que politiques de Debord, ses films, aussi bien que ses volumineuses correspondances, spécialement celles des années 1960, 1970 et 1980: une période qui, après tout, délimite historiquement le cadre théorique et thématique de cette recherche.

Mots-clés: Guy Debord; spectacle; critique; crise; gauchisme; situationnisme.

Para meus pais, Antonio e Magda.

Que um homem resista à totalidade da sua época, que a faça deter à porta e a obrigue a prestar contas, eis o que exerce forçosamente influência! Que ele o queira, importa pouco; que ele o possa, eis o ponto principal.

Friedrich Nietzsche. *A gaia ciência* (1882).

Não há nada mais natural que alguém enxergar todas as coisas a partir de si, considerando-se o centro do mundo. Assim procedendo, descobre-se capaz de condenar o mundo sem nem mesmo querer ouvir seus discursos enganosos. É preciso apenas demarcar as fronteiras precisas que inevitavelmente limitam essa autoridade: seu próprio lugar no decorrer do tempo e na sociedade; o que fez e o que conheceu; suas paixões dominantes.

Guy Debord. *Panegírico* (1989).

DEBORD: Crítica e crise da sociedade do espetáculo.

Trabalho de Conclusão de Mestrado, apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP/FCLAr), como requisito para obtenção do título de Mestre em Ciências Sociais.

Linha de pesquisa: Cultura, Democracia e Pensamento Social.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Ribeiro do Valle.

Bolsa: Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Data da defesa: 24/01/2017

MEMBROS COMPONENTES DA BANCA EXAMINADORA:

Presidenta e Orientadora:

Profa. Dra. Maria Ribeiro do Valle
Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP/FCLAr).

Membro Titular:

Prof. Dr. João Carlos Soares Zuin
Universidade Estadual Paulista/Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP/FCLAr).

Membro Titular:

Prof. Dr. João Emiliano Fortaleza de Aquino
Universidade Estadual do Ceará (UECE).

Local: Universidade Estadual Paulista
Faculdade de Ciências e Letras
UNESP – Campus de Araraquara

AGRADECIMENTOS

À Professora Dra. Maria Ribeiro do Valle pelo generoso trabalho de orientação. Sem o ambiente de liberdade intelectual com o qual ela me presenteou, não seria possível a realização de um estudo acadêmico sobre a obra de um autor maldito como Guy Debord. A ela devo em grande parte o desenvolvimento exitoso desta pesquisa.

Aos Professores Dr. João Carlos Soares Zuin e Dr. Cláudio Novaes Pinto Coelho, pelos comentários, críticas e sugestões feitos no exame de qualificação.

Ao amigo, camarada e Professor Dr. João Emiliano Fortaleza de Aquino, agradeço acima de tudo pela inspiração, assim como pelos preciosos comentários feitos no exame de defesa.

Ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pelo aporte material concedido. Aos professores e funcionários do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara (UNESP/FCLAr). À Milena, responsável pela Seção de Aquisição e Tratamento da Informação da Biblioteca da FCLAr, pela solicitude.

Aos amigos que, na partilha de aspirações e ações em comum, estimularam a escrita deste trabalho (ainda que não o saibam): Arnaldo, Bruno A., Bruno P., Ilana, Marcelo, Pedro, Rodrigo, M. Teresa.

À minha irmã, Amine, pelo apoio afetivo.

Aos alunos e ex-alunos de Américo Brasiliense e Ribeirão Preto.

À Natália, minha companheira, cujo amor tornou tudo possível.

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS.....	12
1. ASPECTOS CONCEITUAIS DA CRÍTICA.....	19
1.1. Origens, aparências e contradições do espetáculo.	22
a) A forma concentrada.....	27
b) A forma difusa.	31
1.2. Modernização e unificação do espetáculo.	35
a) A forma integrada.	36
2. CRÍTICA E CRISE DA SOCIEDADE DO ESPETÁCULO.....	69
2.1. <i>A sociedade do espetáculo</i> (1967) e a crise de 1968.	77
2.2. França e Itália pós-68: os laboratórios de um novo regime em gestação.	100
a) O caso francês.....	101
b) O caso italiano.	111
2.3. Os <i>Comentários sobre a sociedade do espetáculo</i> (1988) e a crise de 1989.....	122
CONSIDERAÇÕES FINAIS	136
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	146
FILMOGRAFIA.....	156

CONSIDERAÇÕES INTRODUTÓRIAS

Guy Debord (1931-1994) não é um autor qualquer: inclassificável, verdadeiramente contemporâneo, singularmente profético, sua crítica histórica e estratégica ocupa um lugar único no mapa intelectual e político europeu da última metade do século XX. Mais citado do que efetivamente lido, *mais conhecido como o mal do que propriamente mal conhecido na cultura moderna*¹, Debord é, segundo uma enigmática alegoria de Michael Löwy, “uma máquina infernal difícil de desmontar [...] e arrisca explodir entre as mãos daqueles que a manipulam com o objetivo de torná-la inofensiva” (2002, p. 80).

A súbita referência ao comentário do sociólogo franco-brasileiro logo na introdução de um trabalho que almeja participar com autonomia como mais um interlocutor na recepção acadêmica à obra de Debord não é gratuita. Pois a escolha de tal objeto como o tema de nossa pesquisa – escolha em nada casual ou arbitrária² – não terá aqui o objetivo de “desmontá-lo”, nem de “torná-lo inofensivo”, muito pelo contrário! No presente estudo, pretendemos religar os fios soltos deste objeto “infernal”, de modo a contribuir para que sua potência crítico-destrutiva seja reativada no presente.

Não trataremos aqui de “desconstruir” nem de “reconstruir” o nosso objeto³, mas de tomá-lo como *mônada*, a exemplo do método usado por Walter Benjamin em seus estudos sobre a obra de Baudelaire⁴. Entendemos que esta é a única forma possível de se aproximar da crítica teórico-prática do espetáculo, tal como integralmente realizada por

¹ A boa fórmula é do artista plástico dinamarquês Asger Jorn, antigo situacionista e amigo de Debord. Cf. “Guy Debord e a questão do maldito” (Posfácio). In: DEBORD, Guy. *Movemo-nos na noite sem saída e somos devorados pelo fogo*. Lisboa: Fenda, 1984, p. 79.

² “O historiador não escolhe ao acaso ou de maneira arbitrária seus documentos na massa inerte e infinita dos arquivos: segue o fio tênue e algo invisível das assinaturas que exigem dele a leitura aqui e agora. É precisamente a capacidade de ler estas assinaturas, naturalmente efêmeras, que determina, segundo [Walter] Benjamin, a qualidade do pesquisador” (AGAMBEN, Giorgio. *Signatura rerum: sur la méthode*. Paris: Vrin, 2014, p. 83. Tradução nossa).

³ “Procedimento conhecido, que decorre de uma ideologia, aquela que reduz os ‘objetos’ do conhecimento a um número finito de funções, de unidades discretas, de combinações [...] reproduz assim a produção do objeto técnico: desmontável e remontável” (LEFEBVRE, Henri. “Sobre uma interpretação do marxismo: Louis Althusser”. In: LEFEBVRE, H.; GOLDMANN, L.; MAKARIUS, L. *Debate sobre o estruturalismo*. São Paulo: Documentos, 1968, pp. 90-91).

⁴ “A exigência que ele [Walter Benjamin] aqui confia a esta formulação é a de que o ponto de vista materialista da história não pode consistir em escrever uma história (marxista) da arte, uma história (marxista) da filosofia, uma história (marxista) da literatura, etc., nas quais estrutura e superestrutura, percebidas sempre como distintas, sejam depois relacionadas pela teoria na perspectiva dialética do processo global; materialista é somente aquele ponto de vista que suprime radicalmente a separação da estrutura e superestrutura porque toma como objeto único a práxis na sua coesão original, ou seja, como ‘mônada’ (mônada, na definição de Leibniz, é uma substância simples, ‘isto é, sem partes’)” (AGAMBEN, Giorgio. “O príncipe e o sapo: o problema do método em Adorno e Benjamin”. In: *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: UFMG, 2005, p. 144).

Debord. Pois sua trajetória política e intelectual é singularmente marcada por uma coesão entre teoria e prática, estética e política, arte e vida, história e biografia.

Desde a juventude, nosso autor se autodesignava “doutor em nada”. Diferentemente da figura do *intellectual*, Debord optou pela recusa em se integrar ao capital e/ou ao Estado, conforme admite em sua autobiografia: “Nunca dei mais que pouquíssima atenção às questões monetárias e absolutamente nenhum lugar à ambição de vir a ocupar alguma brilhante função na sociedade” (2002 [1989], p. 21). Inclassificável, Debord, de fato, nunca possuiu *status* social, nem desempenhou papel institucional ou profissão alguma, ao ponto de tornar impossível isolar um aspecto parcelar do conjunto de sua obra fílmica, teórica, política, literária, artística e circunscrevê-lo em algum campo particular das ciências sociais, da filosofia, da literatura, da história da arte, do cinema, do teatro, da geografia e/ou do urbanismo⁵. Sua intransigente resistência ao especialismo⁶ da moderna cultura científica torna o tratamento de sua obra, nos limites de um trabalho acadêmico, uma tarefa relativamente espinhosa, porém de modo algum impossível ou vã⁷.

A princípio, discordamos dos intérpretes que classificam Debord ora como um inofensivo “escritor dândi” (GUILBERT, 1996, p. 97), ora como um parcelar “crítico de arte e diretor de cinema” (FREDERICO, 2010, p. 213). Com base em um relato do filósofo italiano Giorgio Agamben⁸, partimos da compreensão que o próprio autor de *La*

⁵ Muito embora a reflexão teórica de Debord seja hoje reconhecida como avançada, *sobretudo após a sua morte*, em cada um destes campos do saber especializado. Como disse Hannah Arendt a respeito de Walter Benjamin: “a fama póstuma é o quinhão dos inclassificáveis” (2008, p. 167).

⁶ Nos *Comentários* de 1988, Debord afirma que “todo especialista serve ao seu senhor, pois as antigas possibilidades de independência foram reduzidas a zero pelas condições de organização da sociedade atual” (*Com.*, § VII). Em nossas citações dos livros *A sociedade do espetáculo* (1967) e *Comentários sobre a sociedade do espetáculo* (1988), usamos a edição brasileira da Editora Contraponto (de 1997), na tradução de Estela dos Santos Abreu. Tais obras serão sempre mencionadas, respectivamente, como “*SdE*” e “*Com.*”, seguidas do número correspondente ao aforismo citado.

⁷ É notória a hostilidade que Debord assumiu publicamente pela pesquisa acadêmica (sobretudo sociológica) tanto em 1967 quanto em 1988. Entretanto, tal posição parece ter sido revista em 1989, quando confidencia a Anita Blanc: “Tenho encontrado esse Pascal Dumontier, que muito me agrada. Não tenho dúvidas de que ele perseguirá nos quadros universitários uma série de ricas pesquisas e ‘descobertas’ em torno dos movimentos de 1968; e presumo que o sucesso será grande” (*Correspondance*, vol. 7, 2008, p. 138. Tradução nossa). Diretamente auspiciada por Debord (foram vários os encontros entre o lendário situacionista e o jovem pesquisador), a pesquisa de Dumontier – desenvolvida na Faculdade de Nanterre, onde se deu a detonação do Maio de 68, como veremos mais adiante – seria publicada em 1990, sob o título *Les situationnistes et mai 1968: théorie et pratique de la révolution (1966-1972)*, pelas Éditions Gérard Lebovici.

⁸ Em uma carta endereçada a Agamben em 6 de agosto de 1990, Debord reconhece a sua admiração pelo modo como o filósofo italiano, em suas *Glosas Marginais aos Comentários sobre a sociedade do espetáculo* (1990), “muito legitimamente trouxe de volta Heráclito a propósito da expropriação efetivamente total da linguagem, que precedentemente havia sido o ‘comum’” (2008, p. 212. Tradução nossa). Em 1995, alguns meses após o suicídio de Debord, Agamben dedica a publicação de uma

Société du Spectacle tinha a respeito de si mesmo: “Certa vez, como eu era tentado (e ainda o sou) a considerá-lo um filósofo, Debord me disse: ‘Eu não sou um filósofo, sou um estrategista’” (1998, p. 67).

Consideramos Debord, nesse sentido, antes de tudo um *homem de ação*: em *In girum imus nocte et consumimur igni* (1978), um de seus mais belos filmes, nosso autor sentiu a necessidade de repudiar “a mais falsa das lendas” atribuídas a ele, segundo a qual ele seria uma “espécie de teórico das revoluções” (1994, p. 218). Como veremos, para Debord⁹, “nenhuma época viva partiu de uma teoria: primeiro havia um jogo, um conflito, uma viagem” (2006b, p. 1789). Assim como, para os situacionistas¹⁰, que afirmavam que “a fórmula para revirar o mundo, não a procuramos nos livros, mas errando” (DEBORD, 2006b, p. 1378).

Apesar da tentativa de apreender o objeto do presente estudo como uma “substância sem partes”, centramos a nossa atenção em dois textos de Guy Debord, considerados os principais do ponto de vista de seu acabamento teórico-conceitual: *La société du spectacle* (1967) e *Commentaires sur la société du spectacle* (1988). No presente estudo procuramos tratar de ambos os textos sem perder de vista a *continuidade* teórico-metodológica existente entre eles – diferentemente de outras interpretações acadêmicas que apontam contradições, quando não uma “ruptura”, entre os textos de 1967 e 1988. Encontramos tal continuidade no conjunto de suas

coletânea de ensaios à sua memória. Cf. *Moyens sans Fins: notes sur la politique*. Paris: Payot & Rivages, 1995.

⁹ A *Sociedade do Espetáculo* foi editada pela primeira vez em novembro de 1967, em Paris, pela Editora Buchet-Chastel. Nesta edição, o autor era apresentado de um modo simples e direto: “Guy Debord é diretor da revista Internacional Situacionista”. Essa simples apresentação, naquele momento, dizia, no entanto, muita coisa. A revista *Internacional Situacionista* já contava com 11 números, desde sua primeira aparição, em 1958. E a organização que a editava, a Internacional Situacionista (IS), era já conhecida por sua intensa e contundente atividade nos meios de vanguarda europeus desde dez anos antes, quando fora fundada, em 1957, em Cosio d’Arroscia (Itália).

¹⁰ O termo “situacionista” aparece pela primeira vez em novembro de 1956, em um ensaio do então jovem Guy-Ernest Debord (aos vinte e cinco anos) chamado “Teoria da deriva”, publicado no nono número da revista pós-surrealista belga *Les Lèvres Nues*: “Entre os diversos procedimentos situacionistas, a deriva se define como uma técnica de passagem veloz através de ambiências variadas” (Apud BOURSEILLER, 2003, p. 407). Já no sentido da IS, o termo “exprime exatamente o contrário daquilo a que, em português, se chama [...] um partidário da situação existente” (“Le questionnaire”. In: *Internationale Situationniste*, nº 9, [1964] 1997, p. 388. Tradução nossa). É curioso notar como o termo “situacionista” ganharia em língua portuguesa, contemporaneamente, um sentido dissociado daquele formulado pela IS e por Debord particularmente, porém igualmente oriundo do universo artístico de vanguarda, na obra do brasileiro Hélio Oiticica: “Agora, nessa fase da arte *na situação*, de arte antiarte, de ‘arte pós-moderna’ [...] os valores propriamente plásticos tendem a ser absorvidos na plasticidade das estruturas perceptivas e *situacionistas*” (PEDROSA, [1965] 1986, p. 9. Grifos nossos). Entretanto, para os situacionistas, os *happenings* e performances artísticas apresentavam-se senão como imagem invertida da construção de situações perseguida pela IS: “Falamos de recuperação do jogo livre, quando ele é isolado no único terreno da *dissolução artística vivida*” (“L’avant-garde de la présence”. In: *Internationale Situationniste*, nº 8, [1963] 1997, p. 316. Tradução e grifos nossos).

correspondências, no exame de sua filmografia, dos 12 números da revista que dirigiu entre 1958 e 1969, a *Internationale Situationniste*, bem como de importantes circulares políticas e textos teóricos geralmente negligenciados pela maior parte dos intérpretes de Debord, como *O planeta doente* (1971), *A verdadeira cisão na Internacional* (1972), o *Prefácio à quarta edição italiana de A sociedade do espetáculo* (1979), as *Considerações sobre o assassinato de Gérard Lebovici* (1985), *Abat-faim* (1985), *Ab irato* (1986), *Abolir* (1987)¹¹, *Panegírico*, primeiro (1989) e segundo (1990) tomos, a *Advertência para a terceira edição francesa de A sociedade do espetáculo* (1992) e “*Esta má reputação...*” (1993).

O primeiro capítulo deste trabalho, intitulado *Aspectos conceituais da crítica*, contém duas subdivisões. Na primeira seção, denominada *Origens, aparências e contradições do espetáculo*, apresentamos os principais conceitos formulados por Debord em *A sociedade do espetáculo* (1967), tais como os de poder “difuso” e “concentrado”. Na segunda seção, intitulada *Modernização e unificação do espetáculo*, apresentamos o conceito de poder “integrado”, formulado nos *Comentários sobre a sociedade do espetáculo* (1988). Com foco nas aparências e contradições das formações primárias (“difusa” e “concentrada”) do poder na sociedade do espetáculo, neste capítulo tentamos desenredar o processo histórico de modernização que desembocaria na forma mais acabada do poder espetacular “integrado”.

No segundo capítulo, intitulado *Crítica e crise da sociedade do espetáculo*, buscamos elucidar o vínculo entre a crítica debordiana do espetáculo e a crise da sociedade espetacular nas conjunturas críticas de 1968 e 1989. Na seção 2.1., procuramos demonstrar como a crítica de 1967 exerceu uma influência direta sobre a detonação da crise revolucionária de maio-junho de 1968 na França. Também tentamos elucidar, na seção 2.3., a forma como a crítica de 1988 captaria, em seu próprio tempo, o movimento de implosão do “socialismo real”, ao mesmo tempo em que prognosticava a iminência de uma integração do capitalismo propriamente dito em escala global que, a partir de 1989, teria início com a reunificação da Alemanha e a subsequente desintegração da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) dois anos depois. A análise que apresentamos dos processos contrarrevolucionários desencadeados na

¹¹ Estes três verbetes foram redigidos para e publicados pela revista *Encyclopédie des Nuisances* [Enciclopédia das Nocividades] (1984-1992).

França e na Itália após as revoluções de 1968 é exposta, na seção 2.2., como *fenômeno originário* (no sentido benjaminiano)¹² deste novo ciclo do espetáculo.

Realizado entre 2015 e 2016, o presente estudo foi concluído entre janeiro e março de 2017, ano do cinquentenário de *A sociedade do espetáculo*, em um contexto histórico no qual a noção de que vivemos em um mundo dominado por imagens já penetrou até mesmo o senso comum. Dilma Rousseff, em seu discurso no plenário do Senado no dia 29 de setembro de 2016, durante a última fase do julgamento de seu *impeachment*, protestou contra o que chamou de “mundo das aparências”, supostamente responsável, em suas palavras, por “encobrir hipocritamente o mundo dos fatos”¹³. Simultaneamente cúmplice e vítima do próprio governo do espetáculo com o qual colaborou ativamente enquanto presidenta do Brasil entre 2011 e 2016, a suposta indignação de Dilma é sintomática de uma tendência à banalização da crítica do espetáculo, detectada pelo próprio Debord em 1988:

O poder do espetáculo, tão essencialmente unitário, centralizador pela força das coisas e de espírito perfeitamente despótico, costuma ficar indignado quando vê constituir-se, sob seu reino, uma política-espetáculo, uma justiça-espetáculo, uma medicina-espetáculo, ou outros tantos surpreendentes “excessos midiáticos” (*Com.*, § III).

Classificados como Tesouro Nacional no ano de 2009, os arquivos pessoais de Debord encontram-se atualmente anexos às coleções do Departamento de Manuscritos da Biblioteca Nacional da França, que em 2013 realizou uma grandiosa exposição aberta ao público contendo parte essencial deles¹⁴. Tal processo de recuperação da crítica debordiana pelo espetáculo, entretanto, não é novo. A notícia de sua morte em 1994 foi massivamente veiculada – não sem alívio – pela imprensa francesa.

¹² “O termo *origem* não designa o vir-a-ser daquilo que se origina, e sim algo que emerge do vir-a-ser e da extinção. A origem se localiza no fluxo do vir-a-ser como um torvelinho, e arrasta em sua corrente o material produzido pela gênese. O originário não se encontra nunca no mundo dos fatos brutos e manifestos, e seu ritmo só se revela a uma visão dupla, que o reconhece, por um lado, como restauração e reprodução, e por outro lado, e por isso mesmo, como incompleto e inacabado. Em cada fenômeno de origem se determina a forma com a qual uma ideia se confronta com o mundo histórico, até que ela atinja sua plenitude na totalidade de sua história. A origem, portanto, não se destaca dos fatos, mas se relaciona com sua pré e pós-história” (BENJAMIN, 1984, pp.67-68).

¹³ Discurso integralmente disponível em: <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-08/confira-integra-do-discurso-de-dilma-em-julgamento-do-impeachment-no-senado>>. Acesso em: 30/09/2016.

¹⁴ Realizada entre 27 de março e 13 de julho de 2013, a exposição denominada *Guy Debord: Un art de la guerre* foi dirigida por Emmanuel Guy e Laurence Le Bras. A Gallimard publicou na ocasião da exposição um dossiê assinado por diversos autores, contendo um epílogo de Alice e um texto inédito de Debord.

Visibilidade oportunista essa, se levarmos em consideração o fato de que, *em vida*, sobretudo a partir de 1968, Debord foi metodicamente caluniado por esta mesma imprensa que, pós-morte, passou a tratá-lo como um dos maiores intelectuais do século.

Sendo o autor de um dos livros de crítica social mais notórios de sua própria época, Debord nunca cedeu entrevista a jornalista algum, da França *et d'ailleurs*, nem jamais foi exprimir-se em nenhuma mídia radiofônica, nem televisiva, um feito sem paralelo entre os quadros intelectuais de uma época centralmente marcada pelo *boom* dos meios de comunicação de massa. A clandestinidade de Guy Debord contrasta antagonicamente com a hiperexposição de seus contemporâneos Baudrillard e Lyotard, vistos pelo velho situacionista senão como dois “impostores do ‘pós-modernismo’”, verdadeiros *clowns midiáticos*¹⁵. Daí se origina parte da hostilidade quase consensual de toda a intelectualidade francesa contra Debord, particularmente nos meios jornalísticos e acadêmicos. Outra parte advém da hostilidade mais geral da sociedade francesa contra Maio de 68, um evento efetivamente indissociável da figura de Debord. Como ele lembra nos *Comentários*: “Há vinte anos nada é tão dissimulado com mentiras dirigidas quanto a história de maio de 1968” (*Com.*, § VI).

Em 2015, Jean-Marie Apostolidès¹⁶ publica *Debord. O naufrago*¹⁷, uma falsa biografia justamente qualificada por Gianfranco Sanguinetti¹⁸ como “ruim na intenção, ruim no método e, portanto, muito ruim no resultado”¹⁹. Ruim na intenção, pois apesar de se apresentar como sendo uma biografia, Apostolidès nem mesmo dissimula que tem

¹⁵ Carta a Malcolm Imrie de 21 de janeiro de 1991 (2008, p. 248). Referindo-se ao também “midiático” escritor e crítico literário italiano Umberto Eco (1932-2016), que havia associado, em um artigo no *Libération*, Guy Debord a “uma espécie de Maquiavel ou Clausewitz moderno”, no livro “*Esta má reputação...*” (1993) Debord comenta que “está longe de tomar todos os midiáticos por imbecis, ainda que não se possa duvidar que o sistema tenha feito muito para aumentar a parte de imbecilidade na sociedade, que jamais foi pequena. De resto, não sou daqueles que exageram a parte de responsabilidade direta dos midiáticos, pessoalmente: são apenas assalariados, dos quais poucos se elevam ao statuto de vigaristas [...] [Eco] é um jovem rapaz que irá muito mais longe do que o *Libération*” (1993, p. 84-85. Tradução nossa).

¹⁶ Curiosamente, em 1999, o mesmo Apostolidès publica na França *Les tombeaux de Guy Debord* (As catacumbas de Guy Debord), livro que reúne três estudos simpáticos “sobre a vida e a obra de um escritor maior de nosso tempo” (2006, p. 7. Tradução nossa).

¹⁷ APOSTOLIDÈS, Jean-Marie. *Debord. Le naufrageur*. Paris: Flammarion, 2015.

¹⁸ Gianfranco Sanguinetti (1948 –) foi o membro mais influente da seção italiana da Internacional Situacionista, e continuou colaborando com Guy Debord mesmo depois de 1972, quando ambos dissolvem a organização. A propósito do itinerário intelectual e político do lendário situacionista, a quem recorreremos frequentemente neste estudo (particularmente na análise da crise sociopolítica italiana entre 1968-78), remeto ao texto de Miguel Amorós, “Brève histoire de la section italienne de l’Internationale Situationniste”. Paris: *Paroles des jours*, 2009. Disponível em: <<http://parolesdesjours.free.fr/situationnismeitalie.pdf>>. Acesso em: 04/04/2016.

¹⁹ “Argent, sexe et pouvoir: à propos d’une fausse biographie de Guy Debord”. In: *Mediapart*, 15/01/2016. Disponível em: <<https://blogs.mediapart.fr/lechatetlasouris/blog/150116/argent-sexe-et-pouvoir-propos-d-une-fausse-biographie-de-guy-debord>>. Acesso em: 01/11/2016.

o objetivo de “trazer à luz uma imagem diferente, ‘negativa’, de Debord”²⁰. Curiosa definição de biografia essa que se propõe a “trazer à luz uma imagem”, seja “negativa” ou “positiva” do sujeito biografado, esta sendo antes, como se sabe, função da propaganda.

É tendo em vista esse processo de recuperação e banalização da crítica social do espetáculo que o presente estudo visa contribuir, ao tentar desobstruir este terreno tanto da fúria infamante que continua a ser dirigida contra o seu autor mesmo duas décadas após a sua morte, quanto dos falsos conceitos que atualmente lhe concernem no campo das ciências sociais. Tem, assim, a intenção de funcionar tanto como um *antídoto* contra as “comemorações”²¹ positivas preparadas para o ano de 2018, em torno do cinquentenário da derrota do proletariado francês em 1968, como de uma *vacina* contra o esquecimento do aniversário de trinta anos dos tão mal reputados *Comentários* debordianos de 1988. Porque mais do que “comemorar” o aniversário dos cinquenta anos da temível revolta de Maio de 68, aspiramos a *rememorá-la*, isto é: trazê-la de volta.

²⁰ ROUSSEL, Frédérique. “Guy Debord n’a pas été capable d’appliquer dans sa vie les principes qu’il revendiquait en théorie” (entrevista com Jean-Marie Apostolidès). In: *Libération*, 23/12/2015. Disponível em: <http://next.liberation.fr/livres/2015/12/23/guy-debord-n-a-pas-ete-capable-d-appliquer-dans-sa-vie-les-principes-qu-il-revendiquait-en-theorie_1422482>. Acesso em: 01/11/2016.

²¹ Entre abril e maio de 2008, o Centro Cultural Banco do Brasil (CCBB) realizou em São Paulo e no Rio de Janeiro um ciclo de filmes e debates sobre Guy Debord e os situacionistas. Cf. CARLOS, Cássio Starling. “Ciclo avalia Debord e os situacionistas”. In: *Folha de S. Paulo*, 8 de abril de 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq0804200814.htm>>. Acesso em: 07/11/2016. Em um artigo publicado no jornal *O Estado de São Paulo* de 13 de abril de 2008, o filósofo paulistano Vladimir Safatle relembra que: “Há 40 anos, enquanto revoltas explodiam pelos *campi* do mundo, um livro rapidamente se transformava em referência para a ala mais aguerrida do movimento estudantil francês. Tratava-se de *A Sociedade do Espetáculo*, de Guy Debord. Seu destino, assim como o destino geral das ideias de seu autor, aparece hoje como um dos legados mais sólidos de maio de 68, já que sua experiência intelectual contribuiu de forma decisiva para a maneira como compreendemos os desafios postos pelas sociedades capitalistas contemporâneas às nossas expectativas de emancipação”. (SAFATLE, Vladimir. “Tudo o que é sólido desmancha-se em imagens espetaculares”. In: *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 abr. 2008).

1. ASPECTOS CONCEITUAIS DA CRÍTICA

Inicialmente, pretendíamos estudar apenas os *Comentários sobre a sociedade do espetáculo*, publicados na França em 1988. Entretanto, nos pareceu teórica e metodologicamente inviável fazê-lo sem nos remetermos constantemente ao livro original de 1967, *A sociedade do espetáculo*. Assim, seguiremos no primeiro capítulo o caminho oposto ao dos intérpretes de Debord que, conforme veremos na seção 1.2., assinalam uma *descontinuidade* entre os textos de 1967 e 1988, retomando, de certa maneira, a interpretação althusseriana da existência de um “corte epistemológico” entre “dois Marx”: o jovem Marx, dos escritos filosóficos, e o Marx maduro, da cientificidade do *Capital*. Procuramos demonstrar ao longo deste capítulo que não existem “dois Debord” (assim como não houve “dois Marx”), nem ruptura epistemológica entre as suas reflexões das décadas de sessenta e oitenta. A descontinuidade entre elas, como veremos, é antes de ordem contextual do que puramente intelectual, ela é histórica e socialmente condicionada.

Nesse sentido, procuramos demonstrar como o crepúsculo do horizonte revolucionário da luta de classes, diagnosticado com lucidez no texto de 1988, não se restringe a um problema estritamente teórico, de abandono do marxismo e/ou de adesão ao pós-modernismo. Pelo contrário, tratava-se de um problema essencialmente histórico e prático. Veremos também como o diagnóstico apresentado nos *Comentários* pertence a um período histórico e social muito determinado, marcado tanto pelo esgotamento do movimento revolucionário de 1968, quanto pela formação contrarrevolucionária de um novo regime de dominação, ancorado na reestruturação produtiva do capital e do trabalho, que acabou penetrando todos os interstícios da vida social.

As reflexões oitentistas de Debord não parecem estar baseadas apenas em um “imaginário muito pessoal da guerra”, como especula Vincent Kaufmann (2006b, p. 1189), mas nas próprias transformações sociais concretas ocorridas no decurso do último quarto do século XX. Pois a conclusão da Guerra Fria e a emergência de um novo ciclo histórico exigiam uma atualização das categorias analíticas e dos conceitos vinculados aos processos do período precedente, no momento em que a anterior divisão bipolar do mundo entre as democracias burguesas ocidentais e as burocracias totalitárias do leste implodiria junto com o Muro de Berlim e a URSS, entre os anos de 1989 e 1991.

Seu juízo tão pouco é valorativo, como supõe Barbara Carnevali, para quem Debord, de modo geral, “julga o problema da espetacularidade baseado na questão do bem e do mal” (CARNEVALI, 2012, p. 26. Tradução nossa), assim como para Cristophe Bourseiller, para quem o autor dos *Comentários* de 1988 “se afasta [...] do marxismo clássico e adota uma postura de ‘moralista’” (BOURSEILLER, 2003, p. 410. Tradução nossa). Nas pegadas de Maquiavel, o próprio Debord adverte o leitor dos *Comentários*, de que eles “não têm preocupação moral”, nem se referem “ao que é desejável, nem preferível”, mas, tão somente, de “registrar o que é” (*Com.*, § II). Em um diálogo com o antigo situacionista italiano Paolo Salvadori, Debord explica que, nos *Comentários*, “tudo é posto sob uma luz ‘para além do bem e do mal’, no gênero: é assim” (2008, p. 228. Tradução nossa)²².

A partir dos anos 1990, sobretudo na França e na Itália, foi possível observar a proliferação de diversas abordagens sociológicas especializadas justamente em temáticas que os críticos de Debord julgaram as mais “paranoicas” dos *Comentários*, como o problema da fusão entre as máfias, os Estados e mercados (BIGO & DOBRY, 1991); da mentira como técnica de governo normal das democracias espetaculares (GIACCHÉ, 2011); ou do crescente poder de influência do segredo e dos serviços secretos nos arranjos estatais (OBERT, 1996; DUCLERT, 2000; LAURENT, 2004; GIRAUD, 2005). Contudo, tal problemática não era nova, sobretudo na Itália. Até mesmo um razoável representante da “terceira via” como Norberto Bobbio, em um artigo publicado no jornal *La Stampa* de 23 de novembro de 1980, referindo-se às *arcana imperii* (autoridades ocultas) dos poderes autocráticos do Absolutismo, reconhece que:

O poder invisível continua a existir. Existe sobretudo na Itália: não se compreende nada do seu sistema político se não se está disposto a admitir que por debaixo do governo visível há um governo que age na penumbra (o assim chamado “subgoverno”) e, ainda mais embaixo, um governo que age na mais absoluta obscuridade e que poderia ser chamado de “criptogoverno” (2015, p. 32).

Um ano antes, em 1979, os situacionistas Debord e Sanguinetti trataram de *descriptografar*, respectivamente no *Prefácio à quarta edição italiana de A sociedade do espetáculo* e em *Do terrorismo e do Estado*, precisamente aquilo que os artigos de Bobbio, por sua vez, *ocultavam* nos jornais italianos, sobre *quais forças sociais e como*

²² Carta a Paolo Salvadori de 19 de dezembro de 1990.

elas agiam “na penumbra”, isto é, em uma zona de indistinção entre os poderes visíveis e invisíveis do regime italiano, naquela conjuntura crítica dos anos de 1977-79.

O texto de 1988 compreende, como veremos, uma análise dos desdobramentos históricos *da própria sociedade do espetáculo*, partindo da constatação de sua *continuidade*, isto é, da integração das anteriores formações espetaculares, difusa e concentrada (analisadas no texto de 1967), na forma mais acabada do espetáculo integrado. Quem o atesta, afinal, é o próprio Debord, para quem “os *Comentários* não são sobre o meu livro de 1967 [...] eles são sobre a evolução da própria sociedade do espetáculo” (1993, p. 102-103. Tradução nossa).

1.1. Origens, aparências e contradições do espetáculo.

O triunfo da ordem bolchevique coincide com o movimento contrarrevolucionário internacional que teve início com o esmagamento dos espartaquistas pela “socialdemocracia” alemã. O triunfo comum era mais profundo que sua aparente oposição, e essa ordem bolchevique não passava definitivamente de uma nova máscara e de uma representação particular da ordem antiga. Os resultados da contrarrevolução russa foram, internamente, o desenvolvimento de um novo modo de exploração, o *capitalismo burocrático estatal* e, externamente, a multiplicação de seções da Internacional dita comunista, sucursais destinadas a defendê-lo e disseminar o seu modelo. O capitalismo, sob suas diferentes variantes burocráticas e burguesas, reflorescia sobre os cadáveres dos marinheiros de Kronstadt, dos camponeses da Ucrânia e dos operários de Berlim, Kiel, Turim, Xangai e, mais tarde, Barcelona. (Mustapha Kayathi. *A miséria do meio estudantil – Considerado em seus aspectos econômico, político, psicológico, sexual e, mais particularmente, intelectual, e sobre alguns meios para remediá-la*, 1966).

A centralização estatal operada pela burguesia e pelos socialistas são o produto de uma mesma necessidade e de um mesmo terreno; e cada um destes poderes está para o outro como o fruto cultivado está para o arbusto natural. Por todos os lugares o Estado tornou-se o protagonista que planifica e programa, com maior ou menor eficácia, a vida das sociedades modernas. Ora, o Estado é o *palladium* da sociedade mercantil, que converte até os seus inimigos em proprietários, como adveio, por exemplo, na Rússia e na China. (Gianfranco Sanguinetti. *Relato verídico sobre as últimas chances de salvar o capitalismo na Itália*, 1975).

Guy Debord abre *La société du spectacle* com uma exposição do conceito de espetáculo seguida, no segundo capítulo, de uma definição do espetáculo como um momento no desenvolvimento do capitalismo. No terceiro capítulo, descreve as aparências e contradições sociopolíticas do espetáculo e, no quarto, retoma a história do movimento operário revolucionário, elaborando uma síntese sobre as derrotas da revolução proletária e sobre o seu retorno, que incide sobre a questão da organização revolucionária e culmina em uma defesa do “poder dos Conselhos”. No quinto capítulo, trata do tempo e da consciência histórica, enquanto no sexto descreve o “tempo espetacular” como a “falsa consciência do tempo” de uma sociedade que recusa a história. No sétimo, critica a organização do espaço social, o urbanismo e o ordenamento territorial. No oitavo capítulo, apresenta uma teoria da decomposição da arte moderna e de sua recondução à perspectiva revolucionária, elaborando uma crítica da linguagem conexas à própria linguagem do livro. Já o nono e último, considera a

sociedade do espetáculo uma formação psicopatológica de onde decorre um processo de perda da realidade, passível de ser revertido apenas por uma práxis revolucionária²³.

Mais do que uma crítica parcial ao monopólio da comunicação social pelos oligopólios midiáticos em contínua expansão no século XX, *La société du spectacle* é uma autêntica crítica social revolucionária. A exposição aforismática da teoria crítica do espetáculo mobiliza uma tematização dos grandes campos do conhecimento e da ação humanas, como a linguagem, o trabalho, o tempo, o espaço, a história e a luta de classes. Discutiremos nesta seção o que Debord diz especificamente sobre as técnicas de poder vigentes no momento em que “o espetáculo, como a sociedade moderna, está ao mesmo tempo unido e dividido” (*SdE*, § 54). Antes de avançarmos nessa direção, iremos situar as origens históricas (sempre no sentido benjaminiano) da sociedade do espetáculo no conflito dinâmico entre processos revolucionários e contrarrevolucionários.

No texto de 1988, Debord indica que “em 1967, a sociedade do espetáculo não tinha mais do que quatro décadas” (1992, p. 14. Tradução nossa). Partindo desta citação, Cristophe Bourseiller arrisca calcular, em sua biografia sobre o nosso autor, a data exata em que teria surgido o espetáculo:

Façamos as contas. Se a sociedade do espetáculo não tinha mais do que quarenta anos em 1967, ela deve ter nascido na virada de 1930 [...] [e] se apresenta como o resultado de vários fatores: a crise de 1929, a incrível aceleração do progresso técnico no século XX, e a potencialização dos *mass media* (1999, p. 517).

Em seguida, Bourseiller conclui seu raciocínio como quem despacha uma sentença: “Esta concepção não tem nada de marxista” (*Ibidem*, p. 518). De fato, uma concepção que ignore o papel central da luta de classes no desenvolvimento do processo histórico, não pode ser marxista. Porém, uma leitura *debordiana* de *A sociedade do espetáculo* não nos permite negligenciar a centralidade ali conferida por Debord à luta de classes.

Como tentaremos demonstrar, a sociedade do espetáculo origina-se na derrota das revoluções esboçadas entre 1918-19 em países como Alemanha, Áustria, Hungria e Ucrânia, assim como no *Biennio Rosso* italiano de 1919-20. Tais derrotas do

²³ Baseamos-nos em uma espécie de sumário temático sobre o livro de Debord publicado pela única edição da revista da seção italiana da IS, de 1969. É, neste sentido, uma boa introdução à leitura dessa obra. Cf. *Section italienne de l'Internationale Situationniste. Écrits complets (1969-1972)*. Paris: Éditions Contre-Moule, 1988, p. 60.

proletariado revolucionário destes países foram sofridas através de um longo processo contrarrevolucionário decorrido ao longo da década de 1920. Através de uma leitura marxiana da história, Debord situa a emergência da sociedade do espetáculo precisamente no terreno da luta de classes, mais do que na crise (de 1929) das forças de produção capitalistas, como supõe a leitura economicista de Bourseiller.

Para Debord e os situacionistas, a destruição da Liga Spartacus e do proletariado revolucionário em um país como a Alemanha, representante do bloco de economias capitalistas avançadas, teria sido usada pelos bolcheviques como justificativa para a centralização política do Estado na Rússia durante o “período de transição”, isto é, enquanto a revolução socialista não se efetivasse em nível mundial²⁴. No libelo *A miséria do meio estudantil*²⁵, os situacionistas enfatizam que “o triunfo da ordem bolchevique *coincide* com o movimento contrarrevolucionário internacional iniciado com o esmagamento dos spartaquistas pela ‘socialdemocracia’ alemã” (IS, 2002, p. 50. Grifo nosso). Debord também assinalaria este parentesco ao evocar o exemplo do ex-operário e dirigente socialdemocrata alemão Friedrich Ebert (1871–1925)²⁶ – que confessava “odiar a revolução ‘tanto quanto o pecado’” –, como um “bom precursor da *representação socialista* que pouco depois devia se opor como inimigo absoluto ao proletariado da Rússia e de alhures” (*SdE*, § 97. Grifos no original).

A emergência histórica da sociedade do espetáculo se dá, portanto, no momento em que a revolução proletária na Europa é derrotada por suas próprias representações políticas. Ao lembrar um texto de Rosa Luxemburgo (1871–1919) publicado na *Rote Fahme* de 21 de dezembro de 1918 (dias antes da destruição da *Spartakusbund* pelo regime socialdemocrata então em formação), onde ela afirma que “na revolução atual, as tropas de proteção da antiga ordem não agem sob a insígnia das classes dirigentes, mas sob a bandeira de um partido socialdemocrata”, Debord observa, por sua vez, que,

²⁴ Nas palavras do próprio Lenin, “enquanto na Alemanha a revolução ainda retarda seu ‘nascimento’, nossa tarefa é aprender com o capitalismo estatal dos alemães e adotá-lo *com toda força*, não hesitar em aplicar qualquer método ditatorial que possa acelerar essa adoção, do mesmo modo que Pedro acelerou a adoção da cultura ocidental pela Rússia bárbara sem hesitar em aplicar métodos bárbaros na luta contra o barbarismo” (1918. Grifos no original). Cf. “Acerca do infantilismo de esquerda e do espírito pequeno-burguês”. In: *Arquivo marxista na internet*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/05/05.htm>>. Acesso em: 09/10/2016.

²⁵ *A miséria do meio estudantil* (1966) é o mais famoso documento da IS. Auspiciado pelos situacionistas desde Paris, o texto foi redigido e assinado pelo situacionista de origem argelina Mustapha Kayathi. Cf. “Nos buts et nos méthodes dans le scandale de Strasbourg”. In: *Internationale Situationniste*, n° 11, 1967.

²⁶ Dirigente conservador, da ala revisionista do Partido Social-Democrata Alemão (SPD), se tornaria o primeiro presidente republicano da Alemanha, entre 1919 e 1925.

Alguns dias antes de sua destruição, a corrente radical do proletariado alemão descobria o segredo das novas condições criadas por todo o processo anterior (para o qual a representação operária contribuiria muitíssimo): a organização espetacular da defesa da ordem existente [...]. Nesse estágio, a representação revolucionária do proletariado tornara-se ao mesmo tempo o fator principal e o resultado central da falsificação geral da sociedade (*SdE*, § 101).

É precisamente na base desta dupla derrota do proletariado internacional (em suas experiências alemã e russa) que o “sistema econômico da separação” (*SdE*, § 26) pôde, segundo Debord, finalmente consolidar-se em escala mundial:

O mesmo momento histórico em que o bolchevismo triunfou por si próprio na Rússia, e em que a socialdemocracia lutou vitoriosamente pelo velho mundo, marca o nascimento completo de uma ordem de coisas que está no âmago da dominação do espetáculo moderno: a representação operária opôs-se radicalmente à classe (*SdE*, § 100).

A crítica teórico-prática de Guy Debord é duplamente determinada, ela é simultaneamente anticapitalista e antiburocrática, dirige-se tanto aos *proprietários* do reino democrático das mercadorias, como aos *dirigentes* do reino autocrático das burocracias. Tal crítica, porém, se daria na base de um enfrentamento mais agudo às ideologias revolucionárias de esquerda, principalmente ao marxismo-leninismo, visto como o *inimigo mais íntimo* do proletariado revolucionário. No documento *Respostas da IS às questões da Liga Comunista Revolucionária do Japão* (de 1966), os situacionistas declaram atacar “todas as ideias da moda, *principalmente* as falsificações das ideias revolucionárias” (DEBORD, 2003, p. 171. Tradução nossa).

Para compreender o sentido da práxis de Guy Debord, é preciso ter em mente que a sua crítica teórica jamais pode ser destacada de sua crítica prática à sociedade do espetáculo. Também é preciso considerar, ao ler *A sociedade do espetáculo*, que seu autor tem ali a pretensão deliberada de inspirar uma *retomada* das principais aspirações daquelas experiências revolucionárias derrotadas no período crítico de 1918-20, na tentativa de *atualizar* o seu programa e, no limite, recolocá-lo em jogo nas condições das sociedades capitalistas do segundo pós-guerra²⁷:

²⁷ Lembremos que o livro *A sociedade do espetáculo* seria publicado cinco meses antes da explosão revolucionária de 1968 e que a crítica social situacionista havia conjurado esta crise pelo menos desde o início da década de 1960, como veremos na seção 2.1.

O aparecimento dos Conselhos foi a realidade mais elevada do movimento proletário no primeiro quarto do século, realidade que passou despercebida ou disfarçada porque desaparecia com o resto do movimento que o conjunto da experiência histórica de então desmentia e eliminava. No novo momento da crítica proletária, esse resultado volta como o único aspecto não vencido do movimento vencido (*SdE*, § 118).

Em um diálogo com Michel Bounan sobre o panfleto original de Maurice Joly²⁸ contra o *coup d'État* de Napoleão III (publicado em 1864), fonte original dos falsos *Protocolos dos Sábios de Sião* (1903) que mais tarde alimentariam as teorias do complô antisemitas difundidas pelos nazistas na Alemanha, constituindo uma das peças centrais da propaganda do III Reich, Debord volta-se ao problema das origens do espetáculo, concluindo que 1903 é “uma data importante na aparição do espetáculo moderno, que primeiramente esteve inclinado a ver começar com a guerra de 1914 (a ‘lavagem cerebral’ patriótica, Kronstadt, a Marcha sobre Roma)” (2008, p. 331. Tradução nossa)²⁹. Para Debord, os *Protocolos* de 1903 marcam “toda uma virada histórica; pois esse horrível falso encontra-se exatamente fiel ao espírito e à prática do horrível século do nazismo, do stalinismo e da democracia espetacular” (*Ibidem*).

Voltemos, porém, após este longo parêntese sobre as origens da sociedade espetacular-mercantil, à questão da divisão bipolar do poder no espetáculo, tal como ela aparece tematizada em 1967. É o próprio autor quem, novamente nos *Comentários* de 1988, melhor resume este aspecto de sua própria teoria:

Em 1967, eu distinguia duas formas, sucessivas e rivais, do poder espetacular: a concentrada e a difusa. Ambas pairavam acima da sociedade real, como seu objetivo e sua mentira. A primeira forma, ao destacar a ideologia concentrada em torno de uma personalidade ditatorial, havia acompanhado a contrarrevolução totalitária, fosse ela nazista ou stalinista. A segunda forma, ao instigar os assalariados a escolherem livremente entre uma grande variedade de mercadorias novas que se enfrentavam, representara a americanização do mundo, assustadora sob certos aspectos, mas também sedutora nos países onde as condições das democracias burguesas de tipo tradicional conseguiram se manter por mais tempo (*Com.*, § IV).

Passemos então a uma breve apresentação de cada uma destas formas, “concentrada” e “difusa”, do poder na sociedade do espetáculo.

²⁸ *Dialogue aux enfers entre Machiavel et Montesquieu*.

²⁹ Carta a Michel Bounan, de 29 de fevereiro de 1992.

a) A forma concentrada.

A forma concentrada do poder espetacular constitui, com efeito, uma singular contribuição teórica de Guy Debord às reflexões críticas do totalitarismo que, iniciadas na Rússia como resposta à aproximação entre bolcheviques e hitlerianos iniciada na primeira metade da década de 1920, procuravam definir as características dos sistemas sociopolíticos e econômicos vigentes e das classes sociais que os fundamentavam³⁰. Testemunha das afinidades formais entre os regimes concentracionários de Itália, Alemanha e URSS, o conceito debordiano do poder “espetacular concentrado”, entretanto, não deixaria de sublinhar as diferentes bases sociais subjacentes do social-nacionalismo (stalinista) e do nacional-socialismo (hitlerista)³¹.

Segundo o autor de *La société du spectacle*, a especificidade do regime de produção e de propriedade dominantes na URSS reside no fato de que, ali, “o burocrata individual só tem relação com a posse da economia global por intermédio da comunidade burocrática, como membro dessa comunidade” (*SdE*, § 64). Também a produção de mercadorias, lá menos desenvolvida, se apresenta sob uma forma concentrada: “a mercadoria que a burocracia controla é o trabalho social total, e o que ela revende à sociedade é a sobrevivência como um todo” (*Ibidem*). Na condição de dirigente exclusiva do trabalho social total, “a ditadura da economia burocrática não pode deixar às massas exploradas nenhuma margem significativa de escolha, pois ela teve de escolher tudo” (*Ibidem*). A burocracia stalinista representa, segundo Debord, senão uma “forma subdesenvolvida de classe dominante”, ela própria “expressão do subdesenvolvimento econômico” russo.

Para o situacionista, a absoluta ausência de liberdades concretas que vigora sob o espetacular concentrado é acompanhada de uma violência estatal permanente: “onde o espetacular concentrado domina, a polícia também domina” (*Ibidem*). As críticas da economia política (crítica da exploração capitalista) e do estado (crítica da dominação

³⁰ “Na URSS, já na primeira metade da década de vinte o grupo Verdade Operária proclamava a identidade do regime econômico e das instituições bolcheviques com aquelas formas de planificação e de capitalismo de Estado que a guerra desenvolvera nos países beligerantes [...] Assim, a crítica do grupo Verdade Operária situa o leninismo na confluência de um processo geral de desenvolvimento que caracteriza os militarismos e que continuava a caracterizar os principais centros do mercado mundial” (BERNARDO, 1987, p. 77).

³¹ Diferentemente das proposições anticomunistas de ideólogos conservadores como o economista austríaco Friedrich Hayek (1899-1992) e sua defesa do liberalismo tradicional e do mercado não-planificado, contrária a todas as formas de intervenção estatal na economia.

burocrática) coincidem na análise debordiana do poder espetacular concentrado. Segundo Debord, a aspiração à industrialização em um país atrasado como a Rússia, a ser realizada na base de uma supressão da economia de mercado e num curto espaço de tempo, engendrou na URSS “a mais brutal acumulação primitiva capitalista jamais vista” (*SdE*, § 104). Foi assim que a “ditadura da economia burocrática” impôs ao campesinato russo uma “exploração absoluta, que é de fato a acumulação primitiva acelerada pelo terror” (*SdE*, § 64).

Debord via na URSS um regime capitalista de Estado, assim como assimilava a burocracia bolchevique a uma classe dominante, a exemplo de Bruno Rizzi (1901–77) que, em polêmica contra Leon Trotsky (1879–1940) no final dos anos 1930, defendia que o Estado “soviético” nunca teria sido um “Estado operário”, pois a classe capitalista não havia sido substituída, na Rússia, pela classe operária, mas sim pela sua representação burocrática, constituída pelos quadros tecnocráticos do Estado e do Partido bolchevique: “ao se apossar do Estado, a burocracia revolucionária que dirigia o proletariado forneceu à sociedade uma nova dominação de classe” (*SdE*, § 103).

A perspectiva de Rizzi seria retomada pelo teórico político estadunidense James Burnham (1905–87) em seu livro *A revolução gerencial*, publicado nos EUA em 1941, três anos após a publicação de *A burocratização do mundo* (1939) de Rizzi. Burnham defende a tese de uma burocratização crescente em andamento nas sociedades modernas – capitalistas ou comunistas –, marcada pela emergência de uma nova “classe dirigente”, os *managers* [gestores], que tenderiam a ocupar o lugar dos proprietários dos meios de produção enquanto classe dominante. Segundo Debord,

O norte-americano Burnham foi o primeiro a fazer o seu nome, com *The Managerial Revolution*, recuperando imediatamente esta crítica proletária da burocracia, travestindo-a por sua conta de um elogio de uma alta tendencial do poder de decisão e de competentes “managers” na empresa moderna, em detrimento dos simples detentores de capitais. E mais tarde, a revista francesa *Socialismo ou Barbárie*, retomando a denúncia do stalinismo, encontrou nesta obra fantasma de Rizzi a principal fonte de suas concepções (2006b, p. 1327-28. Tradução nossa)³².

Contudo, Debord confia a um correspondente de Praga, em dezembro de 1966, que “a demonstração da existência de uma classe exploradora na Rússia não me

³² Nesta passagem, Debord se refere às teses desenvolvidas por Cornelius Castoriadis (1922–97) em textos publicados pela revista, como “Les rapports de production en Russie” (In: *Socialisme ou Barbarie*, nº 2, 1949).

parece mais algo a ser feito, após vinte e cinco anos de trabalhos teóricos que vão de Ante Ciliga à revista *Socialisme ou Barbarie*” (2003, p. 184. Tradução nossa). Na época em que redige *La société du spectacle*, entre 1963-67, portanto, o fundador da IS considera a querela encerrada, não vendo necessidade de se gastar mais tinta e energia em uma polêmica já superada do ponto de vista teórico. Cerca de dez anos mais tarde e desde uma perspectiva ao mesmo tempo teórica e prática, Debord voltaria (de passagem) à questão ao notar que “as sublevações dos trabalhadores de Berlim oriental em 1953, e de Portugal em 1974-75, desde então melhoraram muito a teoria de Rizzi” (2006b, p. 1328. Tradução nossa)³³.

Debord via na burocracia totalitária russa apenas “uma *classe dominante substituta* da economia mercantil”, diferentemente da visão apocalíptica de Rizzi, que via nela a “última classe proprietária da história”:

Essa industrialização da época stalinista revela a realidade última da *burocracia*: ela é a continuação do poder da economia, a salvação do essencial da sociedade mercantil que mantém o trabalho-mercadoria (*SdE*, § 104).

Via também, no processo contrarrevolucionário bolchevique³⁴, a confirmação de uma total independentização da economia capitalista sobre o conjunto da vida social,

³³ Extraímos esse comentário de um texto de apresentação redigido por Debord para a publicação em língua francesa em dezembro de 1976, pela editora *Champ Libre*, da primeira parte de *A burocratização do mundo* (1939), de Bruno Rizzi.

³⁴ De acordo com a crítica *esquerdista* (na terminologia de Gombin) do processo histórico russo existente na França desde 1945 (nas páginas da revista *Les Temps Modernes*, posteriormente desenvolvida pela revista *Socialisme ou Barbarie* e, na década de sessenta, reposta e aprofundada pela *Internationale Situationniste*), segundo a qual o Partido Bolchevique havia se separado da vontade das massas e os seus dirigentes, se oposto a elas durante os períodos decisivos das lutas, entre 1905-07 e abril de 1917: “Como crítica, o esquerdismo repudia todas as revoluções do século XX ou, melhor, renega-lhes a etiqueta de socialistas. Ele vê nelas as últimas revoluções burguesas” (GOMBIN, 1972, p. 23). Tal crítica, entretanto, já se encontrava bem desenvolvida no decurso de 1919, no lastro da revolução alemã, assim como no seio do próprio anarquismo russo entre 1921-22, após a destruição da insurreição dos marinheiros de Kronstadt que, segundo Alexandre Berkman (em 1922), “demonstrou que o regime bolchevique é uma tirania e uma reação implacáveis, e que o Estado comunista é ele mesmo a contrarrevolução mais poderosa e perigosa” (2007, p. 50-51. Tradução nossa). As oposições de esquerda (aintissindicais e antiparlamentares) ao *Komintern* (III Internacional), sobretudo as correntes alemã e holandesa (animadas por intelectuais e marxistas heterodoxos como Karl Korsch, Otto Rühle, Paul Mattick, Anton Pannekoek e Herman Gorter) já o denunciavam como uma organização em parte proletária, em parte capitalista. Segundo as *Linhas de Orientação* (1922) da Internacional Comunista Operária (KAI), uma tendência liderada por Gorter (expulso do Secretariado de Amsterdam junto com Pannekoek em 1919 a mando de Lenin, desde Moscou) surgida no interior do Partido Operário Comunista da Alemanha (KAPD): “na medida em que esta [a III Internacional] apelava para a revolução, para a expropriação dos capitalistas, era, sem dúvida, uma organização proletária voltada para a supressão do capitalismo; mas quando mantinha o parlamentarismo, os sindicatos, a ditadura do partido e a ditadura dos chefes, não passava de uma organização burguesa criada para conservar o capitalismo e reconstruí-lo” (Apud AUTHIER, 1975, p. 169).

dado que “a burguesia criou um poder autônomo que, enquanto subsistir essa autonomia, pode até prescindir da burguesia” (*SdE*, § 104)³⁵.

No que concerne às formas fascista e nazista do poder concentrado, Debord lembra a ação conjunta que ambas realizaram no período entreguerras, na aniquilação dos movimentos operários italiano e alemão. Mais do que isso, lembra também o fato de que o totalitarismo fascista havia copiado “a forma de organização do partido totalitário experimentado na Rússia” (*SdE*, § 109).

Juntamente à socialdemocracia alemã, vista como uma forma *burguesa* de representação política do proletariado em um país de capitalismo avançado (*SdE*, § 104), e o bolchevismo russo, o fascismo constituiu, segundo Debord, um dos principais fatores de formação da sociedade do espetáculo: “sua parte na destruição do antigo movimento operário tornou-o uma das forças fundadoras da sociedade presente” (*SdE*, § 109).

Na tese 111 de *A sociedade do espetáculo*, Debord conjectura o futuro da aliança burocrática do poder concentrado ao comentar o processo de “decomposição mundial da aliança da mistificação burocrática” em curso. Referindo-se à ruptura sino-soviética intensificada na década de 1960, Debord lembra que:

Nesse momento do desenvolvimento, o título de propriedade ideológica em mãos da burocracia desmorona em escala internacional. O poder que se estabelecera em âmbito nacional como modelo fundamentalmente internacionalista deve admitir que já não pode manter a sua coesão enganosa além de cada fronteira nacional. O desenvolvimento econômico desigual experimentado pelas burocracias, com interesses concorrentes, que conseguiram possuir o seu “socialismo” para além de um só país, levou ao confronto público e completo da mentira russa com a mentira chinesa (*SdE*, § 111).

³⁵ A partir de 1989, através de análises publicadas na revista *Krisis*, os alemães Robert Kurz e Anselm Jappe parecem incorporar e radicalizar esta tese debordiana: “A *Krisis* acusa de sociologismo a toda a esquerda que considera os sujeitos coletivos como a burguesia e o proletariado, com seus interesses e sua avidez de lucro como atores em um sistema de que são somente a engrenagem” (JAPPE, 1998, p. 9); “o marxismo desta época não poderia ser mais que um marxismo da modernização, imanentemente burguês, parte, ele mesmo, da história de implementação do capital. E esse momento modernizador, limitado ao invólucro burguês formal, se encontra igualmente a cada passo da própria teoria marxiana” (KURZ, 1998, p. 23). No Prefácio à edição brasileira do livro de Jappe sobre *Guy Debord* (Vozes, 1999), Kurz reconhece que nosso autor “antecipou em vários aspectos uma crítica categorial do sistema produtor de mercadorias, como ela hoje, com outros acentos mais teórico-críticos, está sendo sistematicamente desenvolvida por uma escola, ainda em formação, de crítica radical do valor [...] Acontece que a crise objetiva das categorias sociais dominantes amadureceu tanto que uma nova investida contra o fetichismo da mercadoria, o trabalho abstrato e a política do espetáculo poderia estar entrando na ordem do dia. Neste sentido, é do maior interesse tentar uma articulação entre a crítica de Debord à ‘sociedade do espetáculo’ e a teoria radical da crise a partir de uma nova crítica do valor” (1999, p. 7). Seguindo as pegadas dos *Comentários* debordianos de 1988, procuramos destacar na seção 2.3. os principais aspectos sociopolíticos da crise de 1989-91. Para uma análise exclusivamente focada na crise (de 1989-91) da forma-mercadoria, sugerimos a leitura de *O colapso da modernização* (1991), de R. Kurz.

No texto *Le point d'explosion de l'idéologie en China* [O ponto de explosão da ideologia na China]³⁶, os situacionistas acusam o caráter ilusório e falacioso do “internacionalismo” burocrático, pois a burocracia “é essencialmente uma forma de poder estabelecida sobre a posse estatal nacional [...], segundo os interesses particulares que impõe o nível de desenvolvimento do país que ela possui” (DEBORD, 2004, pp. 499-500). O momento do “internacionalismo” socialista já havia sido definitivamente enterrado com a doutrina staliniana do “socialismo em um só país”, que resultaria na destruição das revoluções de 1923 na China e de 1936-37 na Espanha. Segundo Debord, a partir deste ponto, “cada burocracia no poder, ou cada partido totalitário candidato ao poder que o período stalinista deixou em algumas classes operárias nacionais, deve seguir seu próprio caminho” (*SdE*, § 111). A esta ruptura da aliança entre as burocracias russa e chinesa, somavam-se as revoltas operárias de 1953 na zona oriental de Berlim, seguida pela revolução dos conselhos operários de Budapeste, em 1956³⁷. Debord e os situacionistas estavam bem atentos a este movimento de decomposição ideológica e de desintegração sociopolítica das burocracias totalitárias, que culminaria, no ano de 1991, ao final da crise agudizada em 1989, na implosão do campo liderado pela Rússia, “por tanto tempo e tão falaciosamente dita ‘soviética’” (1993, p. 30. Tradução nossa).

b) A forma difusa.

Já o regime espetacular difuso representa a “americanização do mundo” – escreve Debord em 1988 (*Com.*, § IV) – e se refere aos países de capitalismo avançado, aqueles países mais fortemente industrializados e tecnicamente equipados onde se deu

³⁶ *Internationale Situationniste*, nº 11, 1967. Embora o texto originalmente publicado na Revista não contenha assinatura individual, hoje é possível afirmar que, tanto pelo estilo da escrita, quanto por seu conteúdo, tudo indica que ele seja da autoria de Debord, conforme ele próprio lembra no debate interno de orientação de 1970: “Pode-se dizer que, para o essencial de sua redação (anônima), os números de 1 a 5 [da revista *Internationale Situationniste*] foram feitos de uma maneira verdadeiramente coletiva. Do 6 ao 9, o essencial ainda foi feito de modo coletivo, sobretudo por Raoul [Vaneigem], Attila [Kotanyi] e eu. A partir do 10, encontrei-me *quase sozinho* encarregado de finalizar cada publicação” (2004, p. 262. Tradução nossa. Grifos no original). Em uma correspondência de dezembro de 1976 com Jaime Semprun, Debord parece admitir a autoria do texto: “Eu diria que, se me permite citar um exemplo que me toca de perto, que o valor do *Ponto de explosão da ideologia na China* (texto muito curto para fazer um livro) não residia em seu radicalismo anti-maoísta, mas naquilo que a brochura revelava pela primeira vez de essencial do que se passava na China” (2005, p. 398. Tradução nossa).

³⁷ “Após a queda do ‘campo socialista’ e o fim da Guerra Fria, as autoridades húngaras calcularam em 2.500 o número de mortos pela repressão da revolta de 1956” (VANNUCCINI apud LOSURDO, 2014, p. 146. Tradução nossa).

“o desenvolvimento não perturbado do capitalismo moderno” (*SdE*, § 65). Na esteira das reflexões de Lukács em *História e Consciência de Classe*, para quem a forma-mercadoria havia se transformado na forma geral da objetividade das sociedades burguesas, para Debord, nas sociedades tardoburguesas, “a mercadoria *ocupou totalmente* a vida social” (*SdE*, § 42. Grifos no original).

Por volta da metade da década de 1960, os situacionistas parecem intuir que a lógica alienada típica do trabalho assalariado havia se estendido à totalidade da vida cotidiana, ao conduzirem a luta de classes para os domínios dos lazeres, do urbanismo, da arquitetura e da arte moderna. N’A *sociedade do espetáculo*, Debord incorpora e aprofunda essa intuição ao sustentar uma concepção mais ampla de proletariado, como a “imensa maioria de trabalhadores que perderam todo poder sobre o uso de sua própria vida” (*SdE*, § 114)³⁸.

Se na fase primitiva da acumulação capitalista a economia política burguesa visava assegurar ao operário apenas o mínimo indispensável para a conservação de sua força de trabalho, no estágio da abundância mercantil atingido pela sociedade do espetáculo, “esse ponto de vista da classe dominante [...] exige uma colaboração *a mais* por parte do operário” (*SdE*, § 43. Grifo nosso). Nesse sentido, o espetáculo refere-se ao momento em que a vida cotidiana encontra-se inteiramente colonizada pela economia política burguesa, “como ocupação da maior parte do tempo vivido *fora da produção* moderna” (*SdE*, § 6. Grifos nossos).

Além disso, nas sociedades dominadas pela forma difusa do espetáculo, ocorre uma ruptura com o “desenvolvimento orgânico das necessidades sociais” (*SdE*, § 68), ensejando o surgimento de *pseudonecessidades*. Nas palavras de Debord, a “satisfação que a mercadoria abundante já não pode dar no uso começa a ser procurada no reconhecimento de seu valor como mercadoria: é o uso *da mercadoria* bastando a si mesmo” (*SdE*, § 67).

Entretanto, ao afirmar que nas sociedades onde predomina o espetacular difuso, “a forma-mercadoria caminha para a sua realização absoluta” (*SdE*, § 66) e que, no limite, “a força cumulativa de um artificial independente provoca por toda parte a *falsificação da vida social*” (*SdE*, § 68), Debord não tem em vista um processo de “desrealização do mundo” fundado no consumo dos valores mercantis (em detrimento

³⁸ No mesmo aforismo, Debord completa que tal concepção seria objetivamente reforçada tanto pelo “movimento de desaparecimento do campesinato”, como pela “extensão da lógica do trabalho fabril que se aplica a grande parte dos ‘serviços’ e das profissões intelectuais”.

de seus usos), mas um processo de *perda da realidade* que finca suas raízes no terreno da *produção alienada* do capitalismo.

Dessa maneira, Debord se difere dos teóricos da “sociedade do consumo” (conceito sociológico em voga nos anos 1960), como Jean Baudrillard, para quem a autonomização dos valores de troca no consumo mercantil estaria na raiz de uma destituição do “princípio de realidade” que, por sua vez, ensejaria a constituição de uma “hiper-realidade” na qual o processo histórico e social seria substituído por uma “precessão dos simulacros”. Em contraposição a esta perspectiva idealista e desde um ponto de vista histórico e dialético, para Debord, o espetáculo é antes a “afirmação onipresente da escolha *já feita* na produção, e o consumo que decorre dessa escolha” (*SdE*, § 6). Voltaremos a discutir este ponto mais adiante, no segundo parágrafo da próxima seção.

Como vimos, Debord pretende descortinar as aparências e contradições da sociedade do espetáculo. Seja no poder concentrado e pessoal do líder burocrático ou no poder difuso e impessoal da razão mercantil, Debord via no sistema econômico moderno uma mesma “ditadura efetiva da ilusão” (*SdE*, § 213). Via também, na “falsa oposição” entre “os dois polos do capitalismo existente” (§ 113), “concentrado” e “difuso”, o produto de uma “divisão das tarefas espetaculares” (§ 58), protagonizada por “espetáculos concorrentes e solidários” (§ 62), que não representam senão “formas diversas da mesma alienação” (§ 63). É nesse sentido que se deve compreender a ironia presente em analogias controversas, como entre Stalin e a “mercadoria fora de moda” (§ 70). Para Debord, os regimes difuso e concentrado representam forças simultaneamente *antagônicas e complementares* de um mesmo sistema complexo, o espetáculo: uma totalidade que compreende a dinâmica da modernidade capitalista em suas variantes burguesa e/ou burocrática. Tal dinâmica conflituosa de aparências e contradições sociais, políticas e econômicas, repousa na universalidade da sociedade do espetáculo:

O que obriga os produtores a participarem da construção do mundo é também o que os afasta dela. O que põe em contato os homens liberados de suas limitações locais e nacionais é também o que os separa. O que obriga ao aprofundamento do racional é também o que alimenta o irracional da exploração hierárquica e da repressão. O que constitui o poder abstrato da sociedade constitui sua *não liberdade* concreta (*SdE*, §72).

Além de assinalar o caráter contraditório desta sociedade, que se encontra simultaneamente unida e dividida, Debord percebe também a possibilidade de que as formas concentrada e difusa do espetáculo coexistam em um mesmo regime, quando diz que a forma concentrada pode “ser importada como técnica de poder estatal em economias mistas mais atrasadas, ou em certos momentos de crise do capitalismo avançado” (*SdE*, § 64). As ditaduras implementadas ao sul do continente americano durante as décadas de 1960 e 1970 em países como Brasil, Chile, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia, assim como aquelas impostas ao sul do continente europeu em países como Grécia, Espanha e Portugal, bem como a guinada autoritária dos regimes ditos democráticos de importantes economias capitalistas ocidentais na reação aos movimentos revolucionários que eclodiram em torno de 1968, como Estados Unidos³⁹, França e Itália⁴⁰, constituem exemplos suficientes da pertinência da tese debordiana sobre este ponto.

Como veremos na seção seguinte, a coexistência das formas difusa e concentrada do espetáculo em um mesmo regime, diagnosticada por Debord em 1967, constituirá mais tarde uma das principais características da integração do espetáculo, diagnosticada e prognosticada pelos *Comentários* de 1988.

³⁹ A *Guerra às drogas* prometida por Nixon na campanha presidencial vitoriosa de 1968 foi efetivamente declarada e posta em prática internamente a partir de 1969 nos Estados Unidos. Ao eleger como alvos centrais tanto os movimentos de oposição à Guerra do Vietnã, associada pela propaganda estatal ao *hippismo* e ao consumo de maconha, quanto os movimentos dos negros pelos direitos civis, associados ao tráfico de heroína, a *War on drugs* de Nixon serviu como justificativa para aniquilar a oposição sociopolítica interna. Cf. BAUM, Dan. “Legalize It All. How to win the war on drugs”. In: *Harper’s*, April, 2016. Disponível em: <<https://harpers.org/archive/2016/04/legalize-it-all/>>. Acesso em: 28/03/2016.

⁴⁰ Os casos francês e italiano serão particularmente discutidos na segunda seção do segundo capítulo.

1.2. Modernização e unificação do espetáculo.

A barbárie dura séculos. Parece que seja ela o nosso elemento: a razão e o bom gosto são passageiros (D'Alembert. *Discurso preliminar da Enciclopédia*, 1715).

E seja bem-vindo o caos, pois que a ordem fracassou! (Karl Kraus. *A Muralha da China*, 1909).

A tradição dos oprimidos nos ensina que o “estado de exceção” no qual vivemos é a regra. Precisamos chegar a um conceito de história que dê conta disso (Walter Benjamin. *Sobre o conceito de história*, 1940).

Em uma carta de setembro de 1987 a Floriana Lebovici, Debord anuncia ter chegado o período de redação dos *Comentários sobre a sociedade do espetáculo*⁴¹. Nela, nosso autor declina da possibilidade aventada por sua editora de publicá-los em novembro daquele ano. Segundo ele, o ano de 1988, que “sem dúvida levará à publicação de novas bobagens [sobre 1968]”, “não seria uma má escolha” para editar os *Comentários*, visto que, “ninguém, além de mim, conhece a data do primeiro *Espectáculo* [de 1967]” e que, nesse sentido, aquele ano de 1987 representaria um “vigésimo aniversário que teria pouquíssima significação” (2007, p. 483. Tradução nossa).

Debord abre os seus *Comentários* advertindo o leitor que “esta infortunada época” o “forçará [...] mais uma vez, a escrever de forma incomum” (*Com.*, § I). Consciente de que deve “levar em conta leitores muito atentos e de tendências diversas” e que, portanto, deve “ter cautela para não ensinar demais” (*Ibidem*), Debord se valerá de “diversos princípios de deriva que a arte moderna havia introduzido no deslocamento de um texto”, tecendo os seus *Comentários* de modo que eles sejam capazes de “paralisar um computador” (2008, p. 218. Tradução nossa)⁴². Ao omitir deliberadamente alguns de seus elementos, a estrutura dos *Comentários* aparece enodada: “se lhe forem intercaladas umas páginas cá, outras acolá, o sentido completo pode aparecer” (*Com.*, § I). Apesar destas dificuldades adicionais, o leitor encontrará neste “livro tão curto”, conforme adverte o seu autor, apenas “coisas de fácil compreensão” (*Ibidem*).

Como optamos por recolocar em jogo, nesta seção, as principais polêmicas suscitadas no debate político e acadêmico que se seguiu à publicação dos *Comentários*,

⁴¹ Preparados desde 1986 e redigidos entre fevereiro e abril de 1988.

⁴² Carta a Paolo Salvadori, de 12 de setembro de 1990.

nem todos os temas discutidos por Debord no texto de 1988 puderam ser incluídos em nosso estudo. Nesse sentido, estamos cientes das lacunas que tal estratégia possa eventualmente permitir.

a) A forma integrada.

Em uma carta de 19 de dezembro de 1986 a Jean-François Martos⁴³, Debord revela a preparação dos *Comentários sobre a sociedade do espetáculo*:

Retomei há meses minhas pesquisas sobre a evolução recente (seguramente para pior) da famosa sociedade espetacular, notadamente sobre os diferentes meios de repressão por ela desenvolvidos: um neo-stalinismo mais perfeito do que o primeiro (2006a, p. 450. Tradução nossa).

Debord se refere ao processo de “stalinização do mundo” (2005, p. 391)⁴⁴, uma espécie de modernização ocidental dos expurgos stalinistas dos anos 1930, então ocorrida no decurso da “caça” jurídico-política e policial aos extremistas da esquerda italiana, responsabilizados penalmente (tanto por democratas-cristãos quanto por comunistas) pelos atos de terrorismo praticados pelas obscuras Brigadas Vermelhas (BVs) – como no caso das prisões de Negri, Piperno, Scalzoni, entre tantas outras ao longo da década de 1970:

É permitido mudar todo o passado de alguém, modificá-lo radicalmente, recriá-lo no estilo dos processos de Moscou, sem que seja necessário recorrer ao peso de um processo [...] Os falsos testemunhos [...] e os falsos documentos, sempre excelentes, nunca podem faltar aos que governam o espetáculo integrado, ou a seus amigos (*Com.*, § VII).

Para Debord, tal processo de modernização da repressão estatal – cujo fenômeno originário remete ao assassinato de Kirov em 1934, inaugurando o Grande Expurgo stalinista na Rússia – “encheu as prisões italianas com milhares de condenados que expiam uma guerra civil que não houve, uma espécie de vasta insurreição armada que por acaso nunca ocorreu” (*Com.*, § IX), momento crítico este em que, nas palavras de Sanguinetti, “a acusação coincide com a condenação” (1981, p. 17). As derrotas

⁴³ Autor de *Histoire de l'International Situationniste* (Éditions Gérard Lebovici, 1989), tradutor de *Del terrorismo e dello stato*, de Gianfranco Sanguinetti, para o francês.

⁴⁴ Carta a Jaime Semprun de 26 de novembro de 1976.

subsequentes do proletariado no campo difuso do espetáculo (na França em maio-junho de 1968, no “maio rastejante” italiano de 1968-78, assim como na revolução portuguesa de 1974-75), tiveram em comum, segundo Debord, o papel igualmente desempenhado pelas burocracias stalinistas dos PCs, e das centrais sindicais sob sua direção, na gestão dos procedimentos e técnicas de governo contrarrevolucionárias que resultaram nas derrotas das experiências de auto-organização e de democracia direta esboçadas pelo proletariado naquelas lutas.

Como vimos na conclusão da seção anterior, Debord havia detectado em 1967 a gestação de um dos principais movimentos de integração do espetáculo, quando salientava a possibilidade de que as técnicas de governo típicas do espetacular concentrado fossem importadas “em certos momentos de crise do capitalismo avançado” (*SdE*, § 64). Em 1988, Debord prognostica um *processo de normalização da exceção agora em escala global*. Segundo ele, das antigas técnicas de governo totalitárias oriundas dos regimes concentrados (nos moldes do fascismo italiano, do nazismo alemão e do stalinismo soviético), as novas formas de dominação do ciclo integrado da sociedade do espetáculo também reteriam a imposição de uma violência permanente, porém atualizada por uma constante modernização tecnológica de seus aparatos policiais, jurídico-penais e midiáticos, conforme veremos no breve resgate que faremos na segunda seção do segundo capítulo, acerca dos processos contrarrevolucionários desencadeados na França e na Itália como solução regressiva à crise sociopolítica agudizada por volta de 1968.

Debord introduz seus *Comentários* dizendo que foi preciso acrescentar “apenas um detalhe, mas que vai longe” (*Com.*, § IV) às teses apresentadas em *La société du spectacle*:

Em 1967, eu distinguia duas formas, sucessivas e rivais, do poder espetacular: a concentrada e a difusa [...]. Uma terceira forma constituiu-se a partir de então, pela combinação das duas anteriores, e na base geral de uma vitória da que se demonstrou mais forte, mais difusa. Trata-se do espetacular integrado, que doravante tende a se impor mundialmente (1997, p. 172).

Na mesma tese, ele parece antecipar com assombrosa fidelidade os próximos passos a serem dados pela sociedade do espetáculo no sentido de sua unificação:

O espetacular integrado se manifesta como concentrado e difuso e, desde essa proveitosa unificação, conseguiu usar mais amplamente os dois aspectos. O anterior modo de aplicação destes mudou bastante. No lado concentrado, por exemplo, o centro diretor tornou-se oculto: já não se coloca aí um chefe conhecido, nem uma ideologia clara. No lado difuso, a influência espetacular jamais marcara tanto quase todos os comportamentos e objetos produzidos socialmente [...]. Quando o espetacular era concentrado, a maior parte da sociedade periférica lhe escapava; quando era difuso, uma pequena parte; hoje, nada lhe escapa (*Com.*, § IV).

Na verdade, quando falamos em “antecipação”, não temos em mente qualquer espécie de “antevisão” ou “profecia” sobre o futuro. Pois o movimento de integração, ou unificação dos espetáculos “concorrentes e solidários” (*SdE*, § 62), difuso e concentrado, já estava em curso no momento em que Debord publica seus *Comentários*, através das técnicas de governo totalitárias empregadas pelos regimes difusos de França e Itália na repressão às crises revolucionárias que irromperam por volta de 1968, enquanto que o campo concentrado passava a incorporar elementos típicos da formação difusa do espetáculo (como a economia de mercado e o chamado Estado de direito), sobretudo a partir da ascensão de Mikhail Gorbatchov⁴⁵ ao governo da URSS, em 1985.

Em um de seus últimos escritos destinados à publicação – na forma de uma *Advertência à terceira edição francesa* (de 1992) –, Debord observa, a respeito, que:

Essa vontade de modernização e de unificação do espetáculo, ligada a todos os outros aspectos da simplificação da sociedade, levou em 1989 a burocracia russa a converter-se de repente, como um só homem, à presente *ideologia* da democracia: isto é, à liberdade ditatorial do Mercado, temperada pelo reconhecimento dos Direitos do homem espectador. No Ocidente, ninguém examinou, nem por um instante, o significado e as consequências de tão extraordinário acontecimento midiático. Foi uma prova do progresso da técnica espetacular. Registrou-se apenas a aparência de uma espécie de abalo geológico. Situado no tempo, o fenômeno foi considerado como compreendido, e todos se contentam em repetir um pequeno sinal – a queda-do-muro-de-Berlim – tão indiscutível quanto os outros *sinais democráticos* (1992, p. 10. Tradução nossa).

Os *Comentários* de 1988, publicados cerca de um ano antes da queda do Muro de Berlim, constituem a singular contribuição teórica de Guy Debord para a compreensão de um novo ciclo histórico da sociedade do espetáculo. Na sequência, buscamos discutir o conceito de *espetáculo integrado* na base de uma problematização

⁴⁵ Até então funcionário da cúpula da KGB.

acerca das principais interpretações dos *Comentários*. Identificamos na literatura sobre o assunto ao menos quatro linhas de argumentação que, em linhas gerais, acusam o texto debordiano de 1988 de:

1. Abandonar a crítica da economia política presente no texto de 1967, desde o ponto de vista “marxista” da exploração, em prol de uma crítica da dominação capitalista de matriz weberiana, que o aproximaria das teses de Adorno acerca da “administração total”;
2. Romper com os pressupostos “marxistas” contidos no texto de 1967 e, por conseguinte, aderir aos pressupostos pós-modernistas, como os de Jean Baudrillard em torno da noção de “simulacro”;
3. Substituir o anterior ponto de vista axiológico da luta de classes pelo da estratégia e da guerra;
4. Reduzir-se a uma “teoria do complô” e da “conspiração generalizada”, destituída de qualquer traço de cientificidade.

Faremos, na sequência, uma breve discussão acerca das interpretações supracitadas. Com este procedimento, tentaremos trazer o debate sobre a reflexão debordiana dos anos 1980 para os seus próprios pressupostos históricos, ético-políticos, teóricos e metodológicos, que procuramos situar na continuidade de sua reflexão e de sua ação ao longo dos anos 1960 e 1970.

1.

Para Celso Frederico (2010), as “esperanças messiânicas” atribuídas ao proletariado na luta de classes, contidas em *La société du spectacle*, cederiam lugar, no texto de 1988, a uma “constatação pessimista da intransponível e mal caracterizada dominação”. Para ele, assim como na tese da “sociedade totalmente administrada” de Adorno, nos *Comentários* de 1988, “a ênfase no mecanismo de dominação também se sobrepõe à análise econômica”, de modo que “a transparência do mundo mercantil [...] dá lugar a um nebuloso sistema regido pelo segredo” (FREDERICO, 2010, p. 247). Frederico vê nos *Comentários* uma espécie de ruptura com o “marxismo” contido nas teses de 1967: “A partir daí, a análise da sociedade deriva para um esoterismo totalmente discrepante do texto original” (*Ibidem*, p. 248).

Como se vê, a leitura de Frederico opõe os textos de 1967 e de 1988 ao identificar, no segundo texto, uma supressão de qualquer traço de crítica da economia

política presente no “texto original”, no sentido marxista de uma crítica da exploração capitalista, em prol de uma crítica – de matriz weberiana – da burocracia e da dominação estatais. Parece haver nesta leitura uma separação axiológica entre estrutura (econômica) e superestrutura (jurídico-política) inexistente tanto na realidade histórica quanto no pensamento heterodoxo de Debord, que via na práxis a unidade imediata dos dois termos. Com efeito, um dos aspectos fundamentais do espetáculo em seu estágio integrado seria o que Debord chama precisamente de “fusão econômico-estatal [...] a tendência mais manifesta do século XX” (*Com.*, § V).

Não há, no texto de 1988, uma “ênfase no mecanismo da dominação”, “feita à revelia da economia política” (FREDERICO, 2010, p. 188), pois, na perspectiva unitária de Guy Debord, economia e Estado não são vistos como forças separadas: “pode-se dizer que cada uma das duas possui a outra; é um absurdo opor uma à outra, ou fazer uma distinção entre suas razões e desrazões” (*Com.*, § V). A “fusão econômico-estatal” designa antes um *continuum* estrutural e relacional entre a forma mercantil, baseada na exploração produtiva da força de trabalho, e a forma política, baseada na gestão estatal dos antagonismos de classe. Nesse sentido, a perspectiva de Debord está mais próxima de Walter Benjamin do que de Adorno. Ao tomar partido de Benjamin em sua polêmica com Adorno em torno do método, Giorgio Agamben precisaria que “materialista é somente aquele ponto de vista que suprime radicalmente a separação de estrutura e superestrutura porque toma como objeto único a práxis na sua coesão original” (AGAMBEN, 2012, p. 144).

Nos *Comentários*, Debord retoma o *18 Brumário de Luís Bonaparte* (1851-52), em que Marx descreve o papel crescente do Estado na França do Segundo Império, quando pontes, ferrovias, escolas e universidades haviam se tornado objeto da atividade governamental. Já o estágio integrado do espetáculo representa, segundo Debord:

O momento em que o Estado detém uma parte hegemônica na orientação da produção e em que a demanda de todas as mercadorias depende estreitamente da centralização realizada na informação-
incitação espetacular, à qual terão de se adaptar também as formas de distribuição. Neste assunto, [...] nenhuma empresa pode se ampliar senão com os valores, as técnicas, os meios daquilo que hoje constitui a indústria, o espetáculo, o Estado (*Com.*, § XXVI).

Após as experiências históricas que se iniciam com o mercantilismo entre os séculos XV e XVIII, passando pelo bonapartismo e, no entreguerras, pelo

keynesianismo, por Stalin e Hitler, o problema da fusão econômico-estatal (isto é, da imbricação recíproca entre as esferas da dominação estatal e da exploração econômica na dinâmica de autovalorização do capital), para Debord:

Soa um pouco bucólico e, como se costuma dizer, ultrapassado, pois as especulações do Estado de hoje referem-se mais às novas cidades e às autoestradas, ao tráfego subterrâneo e à produção de energia eletrônica, à pesquisa petrolífera e aos computadores, à administração das redes bancárias e dos centros socioculturais, às modificações da “paisagem audiovisual” e às exportações clandestinas de armamento, à atividade imobiliária e à indústria farmacêutica, ao setor agroalimentar e à gestão dos hospitais, aos créditos militares e aos fundos secretos, sempre em expansão, que devem gerenciar os inúmeros serviços de proteção à sociedade (*Com.* § VIII).

Afinal, não seria o Estado um aparato indispensável da própria reprodução capitalista? Não é a dominação estatal que assegura a troca de mercadorias e a própria exploração da força de trabalho sob forma assalariada? Não é o aparato estatal a garantia da mercadoria, da propriedade privada e dos vínculos jurídicos de exploração que atam capital e trabalho? Em suma, o Estado deriva da própria reprodução capitalista: “é preciso compreender na dinâmica das próprias relações capitalistas a razão de ser estrutural do Estado” (MASCARO, 2013, pp. 17-20).

2.

Cláudio Novaes Pinto Coelho, por sua vez, fala diretamente em uma “ruptura” entre os textos de 1967 e 1988: “parece haver [nos *Comentários*] uma ruptura com argumentos defendidos anteriormente, que permitiam uma aproximação com a teoria crítica da sociedade” (COELHO, 2006, p. 23). Segundo Coelho, os argumentos desenvolvidos por Debord a respeito do espetáculo integrado “parecem semelhantes às afirmações de Baudrillard sobre a indistinção entre o real e o imaginário” (*Ibidem*, p. 23), de modo que os *Comentários* marcariam não apenas a “adesão de Debord à perspectiva do ‘fim do social’”, como “parecem repercutir o tema pós-moderno da ‘morte do sujeito’” (*Ibidem*, pp. 27-28).

Muito embora algumas passagens dos *Comentários*, se tomadas isoladamente e fora do todo coerente no qual a crítica teórico-prática do espetáculo ganha seu próprio sentido, justifiquem, até certo ponto, as ponderações de Coelho, nos parece que a crítica teórica de Debord contém pressupostos teóricos, metodológicos e éticos muito distantes daqueles de Baudrillard e dos demais autores chamados pós-modernos. Além disso,

segundo o próprio autor dos *Comentários* adverte, “a mudança de maior importância, em tudo o que aconteceu há vinte anos, reside na própria continuidade do espetáculo” (*Com.*, § III). Efetivamente, em 1967 Debord observava que, “no mundo realmente invertido, a verdade é um momento do que é falso” (*SdE*, § 9) e, em 1988, ele *reitera* que “os anos que transcorreram desde então mostraram os progressos desse princípio em cada domínio específico, sem exceção” (*Com.*, § XVII).

Segundo Debord, no estágio integrado da sociedade do espetáculo, não há mais a possibilidade de se referir ao autêntico, pois em toda a parte ele é substituído pelo artificial (*Com.*, § XVII), não havendo, deste modo, mais espaço para nenhuma verificação (*Com.*, § XVI). Nele a arte morreu (*Com.*, § XXVIII) e o fluxo de imagens, como resumo simplificado do mundo sensível, carrega tudo (*Com.*, § X). Nesta denúncia da submissão total da realidade à aparência fetichista do mundo das imagens, uma verdadeira “estetização da economia” segundo as palavras de Frederico, Debord parece acenar para um processo de desmaterialização do real, quando o predomínio incontestável do valor sobre o valor de uso “parece por em crise a existência de um referente”, pois “nesse novo mundo, tão ou mais fantasmagórico quanto aquele submetido à antiga forma do fetichismo mercantil, *a imagem, o sensível, passou a ocupar todo o cenário*” (FREDERICO, 2010, p. 249. Grifos no original).

Frederico parece confundir aqui o espetáculo com “a imagem, o sensível”, quando na verdade, a imagem, no sentido debordiano, não diz respeito, em primeiro lugar, à imagem sensível, visível. Mais uma vez, é preciso retornar ao texto de 1967. No trigésimo sexto aforismo de *A sociedade do espetáculo*, Debord opõe claramente a imagem e o sensível:

O princípio do fetichismo da mercadoria, a dominação da sociedade por “coisas suprassensíveis embora sensíveis”, se realiza completamente no espetáculo, no qual o mundo sensível é substituído por uma seleção de imagens que existe acima dele, e que ao mesmo tempo se faz reconhecer como o sensível por excelência (1997, p. 28).

As imagens a que Debord se refere em sua crítica do espetáculo são expressões de uma força suprassensível, pois existem acima do mundo sensível, apresentando-se, aliás, como o próprio sensível. Tal “seleção de imagens”, o suprassensível, que se sobrepõe ao mundo sensível, representa precisamente as forças abstratas do valor econômico em busca de sua autovalorização: “o espetáculo é o *capital* em tal grau de

acumulação que se torna imagem” (*SdE*, § 34), diz ele em outro importante parágrafo do texto de 1967. Em contrapartida, o sensível se torna suprassensível, na medida em que o seu sentido não se encontra nele mesmo, mas além dele, conforme o princípio do fetichismo mercantil. O que *ocupou totalmente* a vida social no espetáculo é, segundo Debord, a mercadoria (*SdE*, § 42), não “a imagem” que, confundida com “o sensível”, “*passou a ocupar todo o cenário*”, como argumenta Celso Frederico.

Para Debord, o espetáculo “não pode ser identificado pelo simples olhar” (*SdE* § 18) nem “pode ser compreendido como o abuso de um mundo da visão, o produto das técnicas de difusão maciça das imagens” (*SdE*, § 5). Portanto, sua crítica do espetáculo não se dirige ao mundo visível-sensível enquanto tal, mas justamente ao *domínio do sensível pelo suprassensível*, isto é: ao domínio total da economia sobre a aparência sensível da vida social cotidiana.

Na sequência, Frederico chega a atribuir a Debord certo grau de responsabilidade pela radicalização dos postulados pós-modernistas:

Abre-se aqui um caminho para o pós-modernismo afirmar, de forma apologética, o triunfo da imagem e da simulação e a conseqüente liquidação da realidade num mundo que assiste ao triunfo da “hiper-realidade” (2010, p. 249).

Entretanto, “o triunfo da hiper-realidade” a que Frederico se refere já vinha sendo anunciado pelo *patafísico*⁴⁶ Baudrillard desde o final da década de 1970⁴⁷, isto é, uma década antes da saída dos *Comentários* debordianos. Portanto, se houvesse alguma relação de influência entre Debord e o pós-modernismo, ela se daria no sentido contrário daquela indicada por Frederico.

Em sua crítica a Debord, Frederico lembra ainda que o crítico literário estadunidense Fredric Jameson ganharia notoriedade internacional após a publicação de *Pós-modernismo ou a lógica cultural do capitalismo tardio* (1991), precisamente ao fundir a tese do historiador belga Ernest Mandel do “capitalismo tardio” enquanto

⁴⁶ Jean Baudrillard foi membro do *Colégio de Patafísica* de Paris, que em sua época continha figuras ímpares da intelectualidade europeia como Umberto Eco, Fernando Arrabal e o ex-situacionista Enrico Baj. Concebida como uma “ciência das soluções imaginárias”, para o ex-situacionista Asger Jorn, a patafísica é “a religião adaptada exatamente para a moderna sociedade do espetáculo: uma religião da passividade, da ausência pura” (Cf. “La pataphysique. Une religion en formation”. In: *Internationale Situationniste*, n° 6, 1961, p. 31. Tradução nossa). Em uma nota anexada a esse texto de Jorn, a IS reitera uma “hostilidade equivalente a todas as religiões, mesmo as de ficção científica” (*Idem*, p. 32).

⁴⁷ Sobretudo a partir das obras *Efeito Beaubourg* (1977), *A sombra das maiorias silenciosas* (1978) e *Simulacros e Simulação* (1981).

terceiro estágio do capitalismo, com a ideia presente em *A sociedade do espetáculo*, de que “a cultura tornada itegralmente mercadoria deve também tornar-se a mercadoria vedete da sociedade espetacular” (*SdE*, § 193). A “profecia” de Debord se realizaria, segundo Jameson, quando na sociedade tardoburguesa todas as esferas do vivido seriam invadidas pela dimensão cultural, sendo o pós-modernismo, deste modo, a lógica cultural própria às últimas transformações econômicas, políticas e societárias do sistema capitalista.

Porém, uma década antes, em 1979, o mesmo Jameson havia publicado, na revista *Social Text*, um ensaio intitulado *Reificação e utopia na cultura de massa*, no qual as teses desenvolvidas em sua crítica de 1991 ao pós-modernismo encontram-se formuladas de modo embrionário. Neste ensaio, Jameson realiza um exame do modernismo e da cultura de massa, no qual identifica uma recíproca dependência estrutural entre estes fenômenos sob a vigência do “capitalismo de consumo” (terminação que divide com Baudrillard), afirmando que a articulação entre esses dois fenômenos “torna possível todo um campo novo para os estudos culturais” ([1979] 1983, p. 128. Tradução nossa).

Jameson aponta também alguns elementos para o novo campo de “estudos culturais” que pretende fundar, curiosamente, com base em algumas reflexões tanto de Debord quanto de Baudrillard. Jameson diz que para o autor de *A sociedade do espetáculo*, “a imagem constitui em si mesma a forma última da reificação da mercadoria no quadro contemporâneo de uma sociedade de consumo”, concluindo que, neste contexto, “não consumimos tanto a coisa mesma quanto sua ideia abstrata, capaz de investimentos libidinais, ostentados com engenhosidade pela publicidade” (*Ibidem*, p. 124. Tradução nossa). Jameson evoca então o processo de *estetização da economia* em curso no “capitalismo de consumo” ao dizer que, nele, “tudo tomou uma dimensão estética”, antecipando algumas das teses que, segundo a leitura de Frederico, também estariam presentes nos *Comentários* debordianos de 1988. É de se estranhar, entretanto, que Jameson chegue a estas conclusões sobre a reflexão de Debord partindo de algumas análises tipicamente baudrillardianas, no sentido de uma *semiologização da realidade social* estranha às concepções materialistas e históricas do principal teórico situacionista.

Para o crítico literário norte-americano, “quando ele [Debord] trata da onipresença e da onipotência da imagem no capitalismo de consumo, as prioridades do

real seriam antes invertidas e a cultura passa a interpor-se por todos os cantos” (JAMESON, 1983, p. 134. Tradução nossa). Tal seria a principal consequência de uma sociedade “saturada de imagens e mensagens”, marcada sobremaneira pela “emergência de significantes que são cada vez mais materializados” (*Ibidem*, p. 139. Tradução nossa). Entretanto, a leitura dos escritos de Debord e Baudrillard por Jameson nos parece um tanto enviesada, ao ponto de confundi-los em um mesmo esquema explicativo. Sabemos que, do ponto de vista teórico-metodológico, Debord rejeitava a perspectiva sociológica da “sociedade de consumo” (*société de consommation*) usada por Jameson, perspectiva defendida nos anos 1960 tanto por Baudrillard como por Henri Lefebvre, seu orientador na Universidade de Nanterre.

Em um texto de 1969, intitulado *O começo de uma época*, os situacionistas esclarecem o seu ponto de vista sobre a ideologia da mal colocada “sociedade de consumo”, contrapondo-se às opiniões “sociológico-jornalísticas” correntes sobre o assunto, lembrando que:

Os operários também passam a vida a consumir o espetáculo, a passividade, a impostura ideológica e mercantil. Mas têm menos ilusões que os demais sobre as condições concretas que lhes impõe e sobre o que lhes custa, em todos os momentos da vida, a *produção* de tudo isto (1997, pp. 272-273).

Pois, assim como para Marx “a produção é consumo, o consumo é produção”⁴⁸, não há para Debord primazia de nenhum dos termos sobre o outro, não há determinação causal possível entre as esferas de produção e consumo, pois ambas constituem *determinações reflexivas*. É nesse sentido que no *Prefácio à quarta edição italiana de A sociedade do espetáculo* (1979)⁴⁹, Debord se referia ao proletariado mais moderno como as “massas de produtores-consumidores” (2004, p. 161).

Para Debord, o espetáculo é a “afirmação onipresente da escolha *já feita* na produção e sua consumação corolária” (*SdE*, § 6), na/pela qual ocorreria uma *falsificação* crescente do valor de uso em favor do valor, algo muito diferente do que pensam Baudrillard e Jameson, para quem, na chamada sociedade de consumo, “a única realidade objetiva do consumo, é *a ideia* do consumo” (BAUDRILLARD, 1970, p. 212. Tradução nossa) e onde “não consumimos tanto a coisa-mesma quanto sua ideia

⁴⁸ MARX, Karl. “Para a crítica da economia política”. In. *Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, 1982, p. 9.

⁴⁹ Doravante “*Prefácio* de 1979”.

abstrata” (JAMESON, 1983, p. 128. Tradução nossa). Assim, ambos declaram de modo unilateral a *extinção dos valores de uso*, operando uma verdadeira inversão especulativa da teoria marxista do valor, em um nível de reflexão no qual *aparência e essência* parecem confundir-se⁵⁰.

Ao se opor ao estruturalismo, Debord lembra uma proposição central da concepção materialista da história, que diz respeito ao antagonismo entre *essência e aparência*: “Assim como não se aprecia o valor de um homem segundo a ideia que ele tem de si próprio, não se pode apreciar – e admirar – uma sociedade qualquer tomando como indiscutivelmente verídica a linguagem que ela usa consigo mesma” (*SdE*, § 202)⁵¹. Acreditamos que esta crítica possa ser igualmente aplicada aos epígonos do pós-estruturalismo, entre eles, o próprio Jean Baudrillard:

O que deveria explicar – a saber, *a perda de realidade*, perda que é prática e consciencial, na experiência cotidiana dos indivíduos na sociedade do espetáculo –, Baudrillard o toma como a própria explicação [...] transforma tais fenômenos sociais aparentes em base de uma “teoria” positivadora da alienação, apresentando uma ideologia segundo a qual, se já não temos acesso à realidade prática, tal se dá não por uma contradição da própria realidade e da prática que a produz, mas sim porque, misteriosamente, o “princípio da realidade” se tornou uma “hiperrealidade” (AQUINO, 2008, p. 26. Grifos no original).

No *Prefácio* de 1979, Debord constata que “foi possível ver a falsificação tornar-se mais densa e descer até a fabricação das coisas mais banais, qual bruma pegajosa que se acumula no nível do solo de toda experiência cotidiana” (1997, p. 153). No mesmo texto, ele detalha este longo processo histórico:

Envolta no ar dos tempos, a mercadoria espetacular foi levada a uma espantosa inversão do seu tipo de justificativa enganosa. Ela apresentava como bens extraordinários, como a chave de uma existência superior, e talvez até elitista, coisas totalmente normais e corriqueiras: um automóvel, sapatos, um doutorado em sociologia.

⁵⁰ Não por acaso, José Paulo Netto identifica três traços fundamentais à quase totalidade da literatura social pós-moderna que, reunidos, têm “por substrato a liquidação da dimensão ontológica na análise de seus objetos”: a) a supressão da distinção clássica entre *aparência e essência*; b) a recusa da categoria da *totalidade*; c) a semiologização da realidade social, o domínio do signo e a instauração abusiva de hiper-realidades (Cf. NETTO, José Paulo. “Posfácio”. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010, p. 261-262).

⁵¹ Nessa passagem, Debord desvia uma célebre passagem d’*O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, de Marx: “E assim como na vida privada distingue-se o que um homem pensa e diz de si mesmo daquilo que ele é e faz na realidade, convém igualmente, nas lutas históricas, distinguir ainda mais a retórica e as fantasias dos partidos, de um lado, de sua verdadeira natureza e de seus verdadeiros interesses, de outro, distinguir o que eles imaginam ser daquilo que eles realmente são” (2002, p. 465).

Hoje, é obrigada a apresentar como normais e corriqueiras coisas que se tornaram totalmente extraordinárias. Será que isto é pão, vinho, um tomate, um ovo, uma casa, uma cidade? Decerto não, porque um encadeamento de transformações internas, a curto prazo *economicamente útil para os que detém os meios de produção*, conservou-lhes o nome e boa parte da aparência, mas retirou seu gosto e conteúdo. Como se conseguiu fazer com que poucas pessoas saibam descobrir os autênticos, onde ainda existem, o falso pode substituir legalmente o nome do verdadeiro que se extinguiu (1997, p. 160. Grifos nossos).

Em *Abat-faim*, verbete publicado em novembro de 1985 no quinto fascículo da *Encyclopédie des Nuisances*⁵², Debord prognostica que “tudo deve se reduzir, nos quadros do Mercado Comum [europeu], a uma igualdade da mercadoria poluída” (2006a, p. 1586. Tradução nossa) e, nos *Comentários* de 1988, confirma seus próprios prognósticos sobre a questão nos seguintes termos:

Como era teoricamente previsível, a experiência prática da realização sem obstáculos dos desígnios da razão mercantil logo mostrou que, sem exceção, o devir-mundo da falsificação era também o devir-falsificação do mundo (*Com.* § IV).

Ou seja, “o devir-falsificação do mundo”, a perda do gosto e do conteúdo das coisas, decorre de uma falsificação mais forte do real, o “devir-mundo da falsificação”, originariamente permitida pelo modo de produção alienado da sociedade capitalista e espetacular. De acordo com o texto de 1967, o espetáculo é *ao mesmo tempo o resultado e o projeto do modo de produção existente*, ele “não é um suplemento do mundo real, uma decoração que lhe é acrescentada. É o âmago do irrealismo da sociedade real” (*SdE*, § 6). É justamente desta falsificação mais forte do real, desta mentira originária, em que “o homem separado de seu produto [...] vê-se cada vez mais separado de seu mundo” (*SdE*, § 33), que decorre a possibilidade de falsificação desta ou daquela mercadoria em particular: do vinho e da habitação à notícia jornalística, das estatísticas e documentos oficiais à história da revolução de 1968.

⁵² Fundada por Jaime Semprun, a revista pós-situacionista *Enciclopédia das Nocividades* publicou 15 fascículos entre novembro de 1984 e abril de 1992. Debord colaborou na sua redação com três verbetes, *Abat-faim*, *Ab irato* e *Abolir*. No outono de 1986, Guy Debord rompe com os enciclopedistas Semprun, Sébastiani e Fargette, que adotaram uma posição reacionária diante do movimento secundarista de ocupações de escolas contra a reforma proposta pela Lei Devaquet (Cf. VINCENT, Max. *Lire Debord*, 2016). É nesse período que Debord começa a trabalhar na produção dos *Comentários*, cuja redação final se dará entre fevereiro e abril de 1988.

Portanto, a aproximação de Debord com as ideologias pós-modernas que assinalam a conclusão definitiva da modernidade no “fim da realidade” (Jean Baudrillard) ou no “fim da história” (Alexandre Kojève e Francis Fukuyama) nos parece inverossímil. Pois, ao contrário do que se tem escrito sobre o texto de 1988, nele Debord parece entrever uma abertura para o eclipse da história sob o crepúsculo do espetáculo integrado, o que depende “de fatores ainda em luta e, por isso, de desfecho imprevisível” (*Com.*, § XXVII). Afinal, a ideologia *nipo-americana* (1993, p. 31) do “fim da história” não passa, para o autor dos *Comentários*, de “um agradável repouso para todo poder presente” (*Com.*, § XI).

É Claude Lefort (1924-2010)⁵³ quem parece ter inaugurado esta leitura a nosso ver enviesada, segundo a qual “quando se lê Debord, toda a história parece vã; o espetáculo reina, de uma vez por todas, sobre o império da passividade e se banha indefinidamente sobre sua própria glória” (2007, p. 214. Tradução nossa). Uma crítica dirigida *contra o livro de 1967* que, no sentido contrário do que diz Lefort (como veremos na seção 2.1.), apostava justamente no *retorno da moderna revolução social* que, todavia, eclodiria apenas quatro meses depois da publicação da sua resenha sobre os situacionistas no dia 15 de fevereiro de 1968 pela revista *Quinzaine littéraire*⁵⁴.

Diferentemente também do que supõe Daniel Bensaïd⁵⁵, que inclui Debord no que chama de uma “genealogia do desespero”⁵⁶, que remete ao pessimismo do Marcuse de *One Dimensional Man* [O homem unidimensional] (1964) e que estaria presente, na contemporaneidade, em autores como Giorgio Agamben e John Holloway⁵⁷. Em 1985, o ponto de vista de Debord parece ser mais nuançado do que aquele apresentado por Bensaïd:

⁵³ Co-fundador do grupo *Socialisme ou Barbarie*, Lefort publicaria junto com Castoriadis e Morin uma análise sobre a crise de maio-junho de 1968 no livro *A brecha* (Fayard, 1968).

⁵⁴ Cf. LEFORT, Claude. “Le parti situationniste”. In: *Le temps présent. Écrits (1945-2005)*. Paris: Éditions Belin, 2007.

⁵⁵ Cf. Bensaïd, Daniel. *Le Spectacle, stade ultime du fétichisme de la marchandise. Marx, Marcuse, Debord, Lefebvre, Baudrillard*. Paris: Nouvelles Éditions Lignes, 2011. Obra publicada postumamente, na qual Bensaïd trabalhou, segundo o amigo e interlocutor Michael Löwy, de 2004 até os meses que antecederam a sua morte, em 12 de janeiro de 2009.

⁵⁶ Bensaïd usa quase a mesma expressão desqualificadora de Bourseiller, para quem, nos *Comentários* de 1988, “a perspectiva da revolução parece abolir-se para dar lugar a uma *filosofia do desespero*, sem porta de saída” (2003, p. 410. Tradução e grifo nosso).

⁵⁷ Como veremos na seção 2.1., o Debord de 1967 se diferencia do Marcuse de 1964 justamente na questão do prognóstico revolucionário que, para o primeiro mantinha-se aberto, enquanto que, para o segundo, este se encontrava fechado. Veremos também como a explosão de 1968 confirmaria o prognóstico de Debord, desmentindo as desilusões revolucionárias de grande parte da intelectualidade ocidental no pré-68.

A respeito das forças objetivas, creio mesmo que o poder de classe conseguiu reverter (duravelmente?) a baixa de sua taxa de controle sobre a sociedade, por toda a questão central da repressão, da luta contra a história e a consciência [...] Mas não penso que ele possa restabelecer seu controle sobre o consenso social, a ecologia, a insegurança, e mesmo sobre a ‘economia modernizada’ (2006a, p. 310. Tradução nossa)⁵⁸.

Nesta mesma correspondência de 1985, Debord critica a leitura “pessimista demais” de Jaime Semprun, exposta no segundo número da revista *Encyclopédie des Nuisances* [Enciclopédia das Nocividades] a respeito do “lado subjetivo revolucionário” no “quadro geral das nocividades” da época (2006a, p. 309. Tradução nossa). E, ao fazer contrastar, na tese XXXI dos *Comentários*, uma passagem de Baltasar Gracián plena de otimismo, com um poema pessimista de Omar Kháyyám, Debord parece assumir uma posição intermediária entre otimismo e pessimismo. Portanto, apesar de desprezar as “tagarelices idiotas do otimismo”, tal qual Debord mesmo diz em sua autobiografia, *Panegírico I* (2002, p. 70), não constatamos (no exame que fizemos de suas correspondências do período) um predomínio, em sua subjetividade, de qualquer traço exacerbado de pessimismo ou desespero, como supõe a leitura a nosso ver unilateral de Bensaïd.

Em dezembro de 1986, ao confidenciar a preparação dos *Comentários* a Jean-François Martos, Debord lembra que “o trabalho da crítica revolucionária seguramente não é o de levar as pessoas a descreer da possibilidade da revolução” (2007, p. 450. Tradução nossa). Se lidos com atenção, os *Comentários* revelam que “jamais as condições foram por toda parte tão gravemente revolucionárias” (*Com.*, § XXX) – diferentemente também do que pensa Michael Löwy (2011), para quem Debord, “convencido da ‘derrota do conjunto do projeto revolucionário’ desde os anos 1930 [...] denuncia no ‘espetáculo integrado’ a eliminação sistemática da história e a aniquilação de todo projeto crítico”⁵⁹. Contudo, lê-se nos *Comentários* que “a negação [...] há muito tempo está *dispersa*” (*Com.*, § XXX. Grifo nosso), o que, todavia, guarda ainda certa distância da “aniquilação” detectada por Löwy.

3.

⁵⁸ Carta a Jaime Semprun de 5 de março de 1985.

⁵⁹ LÖWY, Michael. *Un possible intempestif*, 2011. Disponível em: <<http://danielbensaid.org/Un-possible-intempestif?lang=fr>>. Acesso em: 24/10/2016. Tradução nossa.

No Prefácio às *Obras Completas* de Debord publicadas em 2006 pela Gallimard, Vincent Kaufmann assinala que certas mudanças no discurso debordiano já estariam presentes em sua autobiografia fílmica intitulada *In girum imus nocte et consumimur igni* (1978), a qual seria marcada por um “refluxo do discurso revolucionário marxista” (KAUFMANN, 2006, p. 1189). Kaufmann entende que, a partir do final dos anos 1970, a centralidade da luta de classes anteriormente conferida por Debord em sua reflexão teórica “se esvai por trás de um imaginário muito pessoal da guerra, situado cada vez mais explicitamente sob o signo da estratégia” (*Ibidem*, p. 1189. Tradução nossa). Segundo o crítico literário suíço, Debord teria operado, entre 1972 (ano que marca o fim da IS) e 1988, uma “passagem” da arena da luta de classes para um “novo teatro de operações”. De fato, em uma carta de 1974 endereçada ao antigo situacionista venezuelano Eduardo Rothe, Debord admite que:

Parece-me que o trabalho principal a explorar agora – como o contrário complementar de *A sociedade do espetáculo*, que descreveu a alienação petrificada (e a negação que lhe era implícita) –, é a teoria da ação histórica. É fazer avançar, em seu momento vindouro, a teoria estratégica. Nesse estágio, e para falar aqui esquematicamente, os teóricos de base a retomar e desenvolver são menos Hegel, Marx e Lautréamont do que Tucídides, Maquiavel e Clausewitz (2005, p. 125. Tradução nossa).

Contudo, do nosso ponto de vista não faz sentido pensar em uma “passagem” subjetiva do terreno da luta de classes para o teatro da guerra, como supõe Kaufmann. Como diz Debord, o avanço da teoria estratégica deve *complementar* objetivamente a luta de classes revolucionária, isto é, a negação prática da sociedade do espetáculo. Quando Debord evoca a figura de três dos maiores estrategos desde a Antiguidade, não o faz no sentido de tentar substituir a compreensão da luta de classes por aquela da lógica militar da guerra, mas com a convicção de que estas não constituem senão formas particulares de uma mesma *conflitualidade histórica*, a qual se tratava de assumir subjetiva e objetivamente. N’*A sociedade do espetáculo*, Debord desvia um conhecido fragmento de Heráclito⁶⁰, ao dizer que “o conflito está na origem de todas as coisas de seu mundo [do espetáculo]” (§ 195).

O avanço do movimento operário e de seu combate contra o capital inaugurou, a partir do entorno de 1830, uma nova etapa histórica da luta de classes, ao mesmo tempo

⁶⁰ “O combate (Πόλεμος) é de todas as coisas o pai, de todas rei”. Fragmento 53.

que permitiu a Marx e Engels superar os limites teóricos tanto do idealismo alemão como da economia política clássica (particularmente da teoria ricardiana), historicamente atados ao período de 1820-30, no qual a luta entre capital e trabalho estava colocada em um segundo plano “pelo combate contra a Santa Aliança do governo e dos feudais contra as massas populares dirigidas pela burguesia” (LÖWY, 2009, p. 129).

De modo semelhante, a pedra de toque dos textos de 1967 e 1988 reside justamente em sua primordial e constante referência ao *conflito histórico real* da luta de classes moderna, às contradições sociopolíticas subjacentes a um sistema em permanente estado de crise, o que torna difícil, senão impossível, compreender Debord se se pretende dissociar, de modo positivista, a sua crítica do espetáculo tanto da luta de classes quanto dos conflitos ideológicos de sua época.

No campo científico-social, a partir dos trabalhos inaugurais de Georg Simmel nos anos 1950, a questão do conflito se consolida como objeto da investigação sociológica através dos estudos de Thomas Schelling sobre *A estratégia do conflito* (1960), de Irving Goffman sobre *A interação estratégica* (1970), chegando a se institucionalizar na França com a fundação, por Julien Freund em 1970, de um *Instituto de Polemologia* na Faculdade de Ciências Sociais de Strasbourg, destinado a produzir estudos científicos sobre guerras e conflitos. Em 1976, Raymond Aron publica um estudo sobre Clausewitz chamado *Pensar a guerra*, enquanto Foucault levantava a seguinte questão, num de seus disputados cursos no *Collège de France*:

Se o poder é em si próprio ativação e desdobramento de uma relação de força, em vez de analisá-lo em termos de cessão, contrato, alienação, ou em termos funcionais de reprodução das relações de produção, não deveríamos analisá-lo acima de tudo em termos de combate, de confronto e de guerra? (2005, p. 176).

Debord, contudo, parece não perder de vista que os instrumentos negativos de coerção estatal devam ser sempre compreendidos em articulação direta com os espaços de afirmação engendrados no bojo do Estado, diferentemente de Foucault. Para Debord, não se tratava de tão somente “analisar” o “contrato” e a “alienação” próprios da sociedade do espetáculo, mas de compreendê-los teoricamente para transformá-los na prática. No *Prefácio* de 1979, ao referir-se à explosão revolucionária de Maio de 68 e às suas consequências, nosso autor declara peremptoriamente: “Quem lamenta o consenso? Nós o liquidamos” (1997, p. 151).

Dá a sua ênfase nos mecanismos de integração e coesão que a crítica teórica do espetáculo sempre buscou elucidar através de uma atualização das categorias do *fetichismo* mercantil, de matriz marxiana, e da *reificação* capitalista, de matriz lukacsiana. O conceito de espetacular integrado pode ser compreendido, nesse sentido, como uma tentativa de conciliar a disjuntiva sociológica entre coerção e coesão social, na identificação de uma incorporação, pelos regimes democrático-liberais, dos mecanismos repressivos típicos das formações totalitárias dos regimes concentracionários. A esse respeito, Debord comenta ainda que:

Assim como a lógica da mercadoria predomina sobre as diversas ambições concorrenciais de todos os comerciantes, ou como a lógica da guerra predomina sobre as frequentes modificações do armamento, também a rigorosa lógica do espetáculo comanda em toda parte as exuberantes e diversas extravagâncias da mídia (*Com.*, § III).

As críticas da economia política, estratégica e do espetáculo não se distinguem nos *Comentários*. As lições dos grandes estrategos ali incorporadas não partem de um local abstrato, não estão baseadas em um simples abandono, nem em um “refluxo” dos ensinamentos de Hegel e Marx sobre as formas especificamente modernas de assunção da conflitualidade histórica, mas constituem um *complemento* visto por Debord como necessário neste novo ciclo contraofensivo da dominação espetacular: “No grau de catástrofe a que nos lançou a democracia espetacular, é certo que nada restou de tão precioso quanto os estrategos” (1993, p. 110. Tradução nossa).

4.

Mais do que “pós-moderna”, para João Freire Filho, a crítica debordiana do espetáculo atingiria, nos *Comentários* de 1988, o nível de uma “crítica paranoica”:

Referências obsessivas a “sociedades veladas”, arquivos confidenciais, “estatísticas incontroláveis”, especialistas em vigilância, complôs, boatos programados, atividades de serviços secretos, maquinações da polícia e de “gente da mídia” só vêm reforçar a impressão de que os *Comentários* inauguram a crítica paranoica da sociedade do espetáculo (2003, pp. 42-43).

Esta linha de interpretação dos *Comentários* seria evocada pela primeira vez em 1990, em um debate publicado pela revista estadunidense *Telos*, em que o filósofo Russel Berman afirma que, no texto de 1988, “Debord volta suas teses para uma teoria

da conspiração generalizada” (1990, p. 89. Tradução nossa). Também para o autor de *Histoire générale de l’ultra-gauche* [História geral da ultrasquerda], “por trás da teoria do espetacular integrado alinha-se, no fim das contas, a revelação de uma conspiração” (BOURSEILLER, 2003, p. 409. Tradução nossa).

Já para os editores da revista francesa de “metafísica crítica” *Tiqqun* (2001), as análises de Debord sobre a situação política da Itália nos anos 70, contidas no *Prefácio* de 1979, teriam introduzido na França “o esporte favorito do jornalismo italiano”, a *retrologia*, uma espécie de “jogo de espelhos paranoico ao qual se rende aquele que não pode mais crer em nenhum evento ou fenômeno vital” (2006, p. 21. Tradução nossa). E o editorial de novembro de 2008⁶¹ da revista *Temps Critiques* (editada por Jacques Wajnsztein⁶² e Jacques Guigou), por sua vez, não acusa o autor do *Prefácio* de 1979 de “paranoia”, mas de “intelectualismo”:

Atitude que consiste, nesse caso preciso, em negligenciar as observações e as induções tiradas da experiência direta para empreender uma dedução intelectual da realidade a partir de raciocínios – fundados essencialmente sobre o princípio *Cui Prodest* (“a quem interessa o crime”).

Antes de discutir o texto de 1988, nos deteremos um pouco sobre aquele de 1979, que versa sobre a contrarrevolução italiana de 1968-78. Vimos que tanto *Tiqqun* (2001), quanto *Temps Critiques* (2008) vêem no Debord de 1979 um “retrólogo”, isto é, aquele que parte dos resultados de uma ação anônima para deduzir os sujeitos responsáveis por ela.

Para situar a sua posição teórica e prática em face desta problemática específica, nos remetemos a um curta-metragem de Debord chamado *Refutação de todos os julgamentos, tanto elogiosos quanto hostis, que foram até aqui proferidos sobre o filme “A sociedade do espetáculo”* (1975). Ao denunciar, a certa altura da película, o processo de falsificação “da habitação, do vinho, do consumo cultural” (1994, p. 162) e associá-lo à incompreensão da crítica a despeito de seu longa-metragem de 1973 – *La société du spectacle*, versão cinematográfica do seu livro de 1967 –, Debord indica que “a sociedade do espetáculo é uma miséria, bem mais do que uma conspiração” (*Ibidem*, p. 163).

⁶¹ Intitulado “Les théories du complot: Debord, Sanguinetti et le terrorisme” [As teorias do complô: Debord, Sanguinetti e o terrorismo]. Disponível em: <<http://tempscritiques.free.fr/spip.php?article195>>. Acesso em: 28/10/2015.

⁶² Antigo ativista do *Movimento 22 de Março* de Lyon.

Segundo o seu autor, o longa-metragem *La société du spectacle* não seria hostilizado – e, por aí, incompreendido – em razão de um complô maquinado pela indústria cultural em favor de uma deformação programada do sentido de sua obra filmica, mas por um movimento histórico de “falsificação geral, tanto dos produtos como dos raciocínios” (*Ibidem*, p. 161), portanto, como o resultado de uma simples “miséria” cultural. Um ponto de vista, como se vê, bastante razoável e muito distante de qualquer quadro delirante de transtorno paranoide. Pelo contrário, nessa passagem de sua *Réfutation*, Debord parece investir precisamente contra qualquer raciocínio conspiratório, do tipo “paranoico”. Os “especialistas do espetáculo”, jornalistas, críticos culturais, “aqueles que escrevem nos jornais de nossa época”, provocava Debord, “não dissimulam em nada a sua inteligência: eles empregam correntemente toda a que têm” (*Ibidem*, p. 163).

Voltemos, então, ao *Prefácio* de 1979. Nele, Debord insinua que as *Brigate Rosse* (Brigadas Vermelhas – daqui em diante BVs), grupo que assumira a autoria do sequestro e assassinato do primeiro-ministro democrata-cristão Aldo Moro (1916–78), seriam controladas pelo Estado italiano:

Nessa atmosfera, é inevitável constatar a ampliação de uma camada periférica de pequeno terrorismo sincero, mais ou menos sob vigilância, tolerado momentaneamente, como um viveiro no qual sempre se podem pescar, a pedido, alguns culpados para serem exibidos numa bandeja; mas a “força de ataque” das intervenções centrais só pode ser formada por profissionais; o que é confirmado por cada detalhe de seu estilo (2004, p. 157).

Como veremos na segunda seção do segundo capítulo, Moro seria capturado durante as negociações entre democratas-cristãos e comunistas sobre os termos do “compromisso histórico” a ser costurado pelo primeiro-ministro e autenticado por um ato parlamentar. Em 1979, Debord referia-se aos capitalistas italianos e ao “seu pessoal do governo” como uma força homogênea, apesar de ser internamente dividida – vimos também como em 1988 ele adotaria a perspectiva teórica de uma “fusão econômica-estatal”. Na base desta divisão de tarefas dentro do regime italiano, um dos “clãs” apoiava o pacto governamental com os “stalinistas” do Partido Comunista Italiano (PCI), enquanto a “outra tendência, a que por enquanto tem a possibilidade de mandar nos controladores da ‘brigada vermelha’” (2004, p. 157), era-lhe mais hostil. A tese de Debord é que, no momento em que o PCI passou a fazer publicamente “alusão a

manobras obscuras” (*Ibidem*, p. 158) a respeito da interpenetração de outros poderes ocultos com os terroristas vermelhos das BVs, Moro teria sido assassinado por seus algozes. Em uma correspondência com o antigo situacionista italiano Paolo Salvadori, Debord precisa a respeito:

Quando eu digo que os stalinistas [do PCI] são *cúmplices*, não quero dizer que eles mesmos participem do pseudo-terrorismo. Eles são perfeitamente cúmplices, ao mesmo tempo que vítimas, naquilo que eles não querem denunciar verdadeiramente; porque há para eles, sendo o que são e o que se tornaram, inconvenientes a denunciar, e vantagens em não fazê-lo. Entretanto, um dos principais elementos de seu próprio jogo é justamente a ameaça de denunciar tudo isso, se se vai tão longe *contra eles*: daí suas terríveis alusões em certos momentos (2005, p. 475. Tradução nossa. Grifos no original)⁶³.

O *Prefácio* de 1979 antecipa em quase dez anos as teses apresentadas nos *Comentários* de 1988 sobre a modernização da repressão econômico-estatal. O “compromisso histórico” costurado durante os anos 1970 entre democratas-cristãos e comunistas foi interpretado por Debord, em 1979, como uma “Santa Aliança repressiva do poder de classe, burguês e burocrático-totalitário” (2004, p. 159), encontrando-se na gênese da formação espetacular integrada que se consolidaria como paradigma de governo dominante em nível global a partir do final dos anos 80: “Sendo no momento o país mais avançado no movimento em direção à revolução proletária, a Itália é também o laboratório mais moderno da contrarrevolução internacional” (*Ibidem*, p. 159).

Porém, ao reconhecer a existência “de uma camada periférica de pequeno terrorismo sincero”, Debord apresenta uma visão mais nuançada do que aquela exposta por Gianfranco Sanguinetti em *Del terrorismo e dello stato* [Do terrorismo e do Estado] (1979)⁶⁴, para quem “as BVs são o Estado, ou seja, um de seus múltiplos braços

⁶³ Carta a Paolo Salvadori, de 18 de setembro de 1978.

⁶⁴ Publicado na Itália em abril de 1979, apenas dois meses após a saída do *Prefácio à quarta edição italiana de A sociedade do espetáculo*, de Guy Debord. Em uma carta de novembro de 1978, Debord confidencia a Paolo Salvadori a sua discordância com o livro de Sanguinetti, após ter lido o seu manuscrito: “Ainda que tenha boas páginas, e uma intenção geral aceitável, e certamente coragem se isso for mesmo publicado em breve na Itália, é preciso dizer que o livro, considerado como um todo constitui um desastre irreparável e monstruoso. Tudo faltou, na estratégia do discurso, na construção ‘literária’ do conjunto do texto, no estilo mesmo que não é só despropositado como pretensioso ao extremo, na figura que toma o personagem ostentatório do autor, e que consegue ser ao mesmo tempo vivamente antipática e plenamente ridícula. Para resumir o erro fundamental do *autor*, podemos dizer que, enquanto era necessário evidentemente ultrapassar Censor, ele retomou estupidamente esse glorioso personagem, com todos os seus tiques de expressão, mas *acanhado* porque passou agora ao lado dos proletários: de modo que o discurso toma um aspecto que evoca a velha barba anarquista autodidata do fim do século XIX” (2005, p. 483. Tradução nossa. Grifos no original).

armados” (1981, p. 20. Grifos nossos). Enquanto Debord constatava nas ações terroristas das BVs traços evidentes de infiltração/manipulação pelos serviços secretos do Estado italiano, Sanguinetti via nelas uma prática direta de “terrorismo de Estado”, cuja estratégia (“da tensão”, como ficaria conhecida) visaria “impedir o acesso do PCI ao poder” (1981, p. 21). Diferentemente da interpretação de Sanguinetti, tal estratégia visaria, segundo Debord, a um objetivo mais amplo no largo espectro da moderna luta de classes italiana, o de “desconcertar ou desacreditar os proletários que se revoltam contra o Estado, e talvez um dia eliminar os mais perigosos” (2004, p. 158). Em uma carta de julho de 1978 a Paolo Salvadori, Debord reitera que “romper o compromisso histórico [...] é apenas uma parte da operação; quer-se também captar os grupos terroristas autênticos e, sobretudo provocar os ‘autônomos’” (2005, p. 471. Tradução nossa).

Em 1988, Debord retornaria ao tema insistindo naquela nuance entre duas tendências surgidas, nos anos 70, em torno da “interpretação dos mistérios do terrorismo”, como se houvesse duas escolas filosóficas adotando construções metafísicas antagônicas sobre o tema:

Há os que veem no terrorismo apenas manipulações evidentes por parte dos serviços secretos; há os que, ao contrário, acham que a única crítica a fazer aos terroristas é sua total falta de sentido histórico. O uso de um pouco de lógica histórica levaria à percepção de que não é contraditório considerar que pessoas que carecem do mínimo sentido histórico também possam ser manipuladas, e até com mais facilidade que outras (*Com.*, § IX).

Há aqui uma crítica implícita à perspectiva de Sanguinetti, que havia estabelecido em *Del terrorismo e dello stato* uma simetria total entre as BVs e o Estado italiano. Apesar de Sanguinetti declarar que “o terrorismo italiano é o último enigma da sociedade do espetáculo, e só quem raciocinar dialeticamente o poderá resolver” (1981, p. 23), a “lógica histórica” de Debord identificaria na perspectiva “dialética” de Sanguinetti um duplo equívoco, histórico e estratégico, ao denunciar o Estado como *o único autor material do terrorismo na Itália*, uma generalização metafísica difícil de ser sustentada na/pela realidade histórica.

Não sendo o objetivo de Debord elaborar qualquer tipo de teoria sobre o terrorismo, a refutação teórica da perspectiva de Sanguinetti seria feita pelo médico e ensaísta francês Michel Bounan em *Logique du terrorisme* (2003), livro no qual

aprofunda a análise das nuances apontadas por Debord nos textos de 1979 e 1988. Bounan distingue ali as formas ideal-típicas religiosas-fundamentalistas daquelas nacionalista ou independentista de terrorismo (Frente de Libertação Nacional [FLN] na Argélia francesa, Exército Republicano Irlandês [IRA] na Irlanda do Norte, Pátria Basca e Liberdade [ETA] no País Basco, as Frentes – Popular e Democrática para a Libertação da Palestina), além daquelas que se destinam a transformações revolucionárias da ordem sociopolítica vigente, como as ações explosivas dos anarquistas russos no fim do século XIX, além da própria “luta armada” em países como Itália, França, Bélgica, Alemanha, Uruguai, Brasil e Argentina durante os anos 1970. Na história do terrorismo narrada por Bounan, a nosso ver inspirada pelas reflexões de Debord (com quem trocou correspondências no início dos anos 1990), o terrorismo é sempre uma guerra insólita (*invraisemblable*), pois jamais resultaria naquilo que “realmente pretende ser” (2011, p. 10). O terrorismo seria, no sentido de Bounan, o resultado da conjugação de pelo menos três fatores: “uma estupidez excessiva dos terroristas” (sua carência de sentido histórico), “uma incompetência extravagante dos serviços policiais especializados na luta antiterrorista” e “uma louca irresponsabilidade das mídias” (*Ibidem*, p. 10). A nosso ver, a perspectiva inaugurada por Debord sobre essa questão consideraria o terrorismo *mais uma miséria do que uma conspiração*: exatamente o contrário do que afirmam aqueles teóricos que interpretam os textos debordianos de 1979 e 1988 como expressões de uma “teoria da conspiração generalizada” (BERMAN, 1990, p. 89), ou de uma “crítica paranoica da sociedade do espetáculo” (FILHO, 2003, pp. 42-43).

Contudo, como diz o próprio Debord no segundo volume de seu *Panegírico* (publicado em 1991): “um conjunto de circunstâncias marcou quase tudo o que fiz com um certo aspecto de conspiração” (2006b, p. 1714. Tradução nossa). De fato, o autor de *La société du spectacle* foi mantido sob vigilância internacional após 1968, além de ser metodicamente acusado pelas imprensas francesa e italiana de ser *le chef intellectuel* da “luta armada” naqueles países, entre os anos 70 e 80. Debord chegou a ser até mesmo acusado de trabalhar para a CIA como “agente duplo” infiltrado na Internacional Situacionista, organização que ajudou a fundar em 1957. É o que noticiou o *Libération* de 29 de junho de 1989, ao afirmar que a revista londrina *Time* havia publicado uma

nota jornalística onde se lia que, segundo a nova-iorquina *Village Voice*, ele teria sido “recrutado pela CIA nos primeiros anos da IS”, no início da década de 1960⁶⁵.

Em 1993, Debord lembra que tal injúria “pertence à essência de *nosso tempo*, de tudo interpretar em termos de agentes secretos” (1993, p. 107. Tradução nossa), e que nem mesmo a sua singularidade histórica e biográfica (centralmente marcada por uma absoluta *transparência* de suas relações e posicionamentos sociopolíticos) bastou para evitar que o espetáculo lhe apresentasse sob a *opaca* figura do “agente duplo”:

Todos os “serviços especiais” foram ligados a Estados, parcialmente rivais. Mas nenhum jamais pôde ser, evidentemente, oposto aos interesses mundiais do governo do espetáculo. Não me misturei em nada a estas disputas subalternas. Não pude trair nenhum destes serviços pois não quis conhecer nenhum deles (1993, p. 109. Tradução nossa).

Nos *Comentários*, Debord parecia antecipar a campanha difamatória que seria dirigida contra ele em 1989 ao afirmar que “a mais alta ambição do espetáculo integrado é que os agentes secretos se tornem revolucionários e que os revolucionários se tornem agentes secretos” (*Com.*, § IV). Nos mesmos *Comentários*, nosso autor salienta que a “prática organizada do boato” servia precisamente a este fim:

No início, o boato foi supersticioso, ingênuo, autointoxicado. Mas, em nosso tempo, a vigilância começou a infiltrar na população pessoas suscetíveis de lançar, ao primeiro sinal, os boatos que lhe convêm. É a aplicação prática das observações de uma teoria formulada há quase trinta anos, cuja origem está na sociologia norte-americana da publicidade: a teoria dos indivíduos “locomotivas”, isto é, que são seguidos e imitados pelos outros do mesmo meio; mas, desta vez, passando do espontâneo para o praticado (*Com.*, § XXVIII).

A campanha infamante de 1989, entretanto, apenas reformulava aquela que, no ano de 1984, chegou a sugerir uma insólita responsabilidade de Debord pelo assassinato

⁶⁵ Segundo Ken Knabb (influyente ativista da contracultura estadunidense, Knabb desempenha desde os anos 1970 um importante papel de difusão da crítica situacionista no mundo anglo-americano), em setembro de 1974 um jornal de orientação trotskista chamado *New Solidarity*, acusava a IS de ter sido “criada a partir do zero pela CIA em 1957”. Cf. KNABB, Ken. “Un bref guide de l’image situationniste anglo-américaine”. In: *Bureau of public secrets*, 1976. Disponível em: <<http://www.bopsecrets.org/French/situimage.htm>>. Acesso em: 09/01/2017.

de seu próprio amigo e editor, Gérard Lebovici⁶⁶, numa emboscada misteriosa ocorrida em um estacionamento público de Paris.

O ano de 1984 repercutirá profundamente na estratégia de Debord. Em janeiro, nosso autor parecia intuir, referindo-se à célebre distopia de Orwell, que aquele não seria um ano qualquer: “Este ano de 1984 começa verdadeiramente como se ele tivesse a intenção de retornar ao seu conceito” (2006a, p. 254. Tradução nossa)⁶⁷. Tanto o próprio assassinato, como as calúnias jornalísticas⁶⁸ subsequentes o levariam a defender a si mesmo e a Lebovici nas *Considérations sur l’assassinat de Gérard Lebovici* [Considerações sobre o assassinato de Gérard Lebovici]⁶⁹, publicadas em janeiro de 1985:

Nada, em mais de trinta anos de falsa ignorância e de fria mentira, foi tão concentrado e tão despropositado na impostura espetacular quanto a exposição apresentada pela imprensa francesa de todas as tendências de opinião no dia seguinte a 5 de março de 1984, quando Gérard Lebovici, meu editor e meu amigo, foi baleado em uma emboscada e assassinado em Paris (2006a, p. 1539. Tradução nossa).

No prefácio ao sexto volume das *Correspondências* de Debord, sua antiga companheira Alice Becker-Ho pondera que “destes anos [...] muitas coisas serão detidas e analisadas e alimentarão os próximos *Comentários sobre a sociedade do espetáculo*” (2006a, p. 7. Tradução nossa). Efetivamente, tanto as correspondências do período de 1984-87, como as *Considerações* de 1985, são marcadas pela circunspeção que tantos eventos plenos de graves consequências pessoais exigiam de Debord. Neles, é possível observar alguns dos prognósticos que, nas palavras de Alice, “alimentariam”, de fato, os *Comentários* de 1988, como as maquinações estatais e paraestatais então emergentes do *antiterrorismo*, além do recuo do pensamento racional: “dizer que dois e dois são quatro está prestes a se tornar um ato revolucionário” (2006b, p. 1560. Tradução nossa). Vendo

⁶⁶ Fundador e proprietário da editora *Champ Libre*, célebre empresário do cinema francês (tendo agenciado Catherine Deneuve e Gérard Depardieu), foi amigo de Debord, a quem conheceu no período de dissolução da Internacional Situacionista, entre 1971-72. Além de terem sido dedicados à memória de Lebovici, os *Comentários* de 1988 nos parecem também terem sido fortemente motivados por ela.

⁶⁷ Carta a Gérard Lebovici de 20 de janeiro de 1984.

⁶⁸ O próprio Lebovici sentia a necessidade de publicar um livro contra seus detratores, como indica uma nota do editor encontrada após o seu assassinato em seus arquivos. Entre abril e outubro, Debord organizará uma coletânea de notícias jornalísticas publicadas na imprensa francesa antes e depois do assassinato de Lebovici, publicada em novembro pela então *Éditions Gérard Lebovici* (antiga *Champ Libre*), com o título *Tout sur le personnage* [Tudo sobre o personagem].

⁶⁹ Doravante “*Considerações* de 1985”.

naqueles “tempos hiper-espetaculares” (2006a, p. 309)⁷⁰ o momento no qual “a discrição é mal vista” (2006b, p. 1561), Debord acusa em suas *Considerações* de 1985 o nascimento de um novo delito antiespetacular, a *clandestinidade*:

Quem não vai espontaneamente se fazer ver enquanto pode no espetáculo, vive efetivamente no segredo, pois toda comunicação corrente da sociedade passa por esta mediação. Quem vive no segredo, é um clandestino. Um clandestino será cada vez mais tido por um terrorista (*Ibidem*, p. 1562).

Em correspondência com o situacionista italiano Paolo Salvadori, entre junho e dezembro de 1984, Debord se demonstrava bastante cauteloso, ao ponderar que era preciso “distinguir o crime em si mesmo [...] e sua exploração política ‘normal’, hoje e futuramente”, percebendo em torno dele uma “atmosfera de traição pessoal, de emboscada, de ausência de qualquer forma de falsa explicação [...] coisas que não se assemelham em nada ao estilo corrente dos Estados” (2006a, p. 290. Tradução nossa)⁷¹. Debord também reconhece que a “exploração policial” do crime permanecia, após nove meses, “bastante moderada, quase indiscernível” e, quanto à sua exploração pela imprensa, lembra que o seu “ódio autêntico contra mim, o pensamento histórico, Maio de 68, etc., não tem mesmo necessidade de ser comandado por policiais” (*Ibidem*).

Também neste caso, assim como no assassinato de Moro, Debord assevera que “jamais adivinhou nada, nem encontrou uma resposta unívoca por uma simples aplicação da teoria” (*Ibidem*, p. 292), contrariando frontalmente as acusações de “retrologia” e/ou “intelectualismo” feitas por *Tiqqun* (2001) e *Temps Critiques* (2008), como vimos acima. A interpretação debordiana mais uma vez opta por salientar as enigmáticas nuances do episódio:

Ou desta vez o crime de Estado inaugura um novo estilo [...] ou se trata de uma operação privada, por interesses (ou ilusões de interesses) privados. Ainda não posso responder a esta alternativa; mesmo que eu esteja inclinado a certa conjunção dos dois modos, uma espécie de sistema de duas distenções [*détentes*] (2006a, p. 292-293. Tradução nossa).

Os próprios *Comentários* não deixam, se lidos com atenção, dúvida alguma sobre a real posição de Debord a esse respeito: “Fica difícil aplicar o princípio *Cui*

⁷⁰ Carta a Jaime Semprun de 5 de março de 1985.

⁷¹ Carta a Paolo Salvadori de 11 de dezembro de 1984.

Prodest? num mundo onde tantos interesses poderosos estão bem escondidos” (§ XVIII). Como tentamos demonstrar, sua reflexão sobre a influência crescente dos hoje chamados “serviços de inteligência” no centro da política e da gestão do Estado nunca se apoiou em raciocínios simplistas típicos das vulgares “teorias do complô”⁷², mas em um exame crítico de sua realidade histórica.

Portanto, o aludido caráter “conspiratório” dos *Comentários* advém de um circunspecto exame das novas “linhas de operação” do governo do espetáculo no transcorrer das duas décadas que separam as teses de 1967 e 1988, dado que:

Toda a história da sociedade espetacular faz com que os serviços secretos sejam designados a nela desempenhar o papel de placa giratória central; pois eles concentram no mais alto grau as características e os meios de execução de uma sociedade desse tipo (*Com.*, § XXVIII).

Ademais, outros intelectuais de renome também tocaram nesta questão sem, contudo, serem acusados de “paranoia” ou “intelectualismo”. Em *Les rêveurs de l'absolu* [Os sonhadores do absoluto], a propósito do terrorismo na Rússia czarista, o ensaísta alemão Hans Magnus Enzensberger demonstra como “os agentes secretos do czarismo exerceram ali tal papel, que é impossível separar a história da revolução de suas provocações” (1998, p. 102. Tradução nossa). Em consonância com Hannah Arendt, para quem “a tradição da revolução russa de 1917 é, por um lado bastante substancial, um sucedâneo da polícia secreta russa” (ARENDR, 1958 apud ENZENSBERGER, 1998, p. 103). Também o antigo situacionista Gianfranco Sanguinetti lembra, em *Do terrorismo e do Estado*, que a cúpula do partido bolchevique havia sido sistematicamente infiltrada pela Okhrana⁷³ entre 1905 e 1917:

Roman Malinovski, operário e agente da Okhrana, fazia parte do Comitê Central bolchevique, beneficiando-se da mais cega confiança por parte de Lenin e enviando para a Sibéria centenas de militantes e de dirigentes – e, perante uma suspeita que lhe foi transmitida por

⁷² No livro *La société parano* (2005), Véronique Champion-Vincent pôde enfim detectar, “em quase todos os setores da sociedade”, “a crença em complôs fantasmáticos, cujas ambições seriam de ordem planetária: os megacomplôs” (2007, p. 7. Tradução nossa) e, dez anos depois, a revista *Esprit* publica um dossiê intitulado *La passion du complot*, em cujo artigo introdutório Marc-Olivier Padis constata, sob o impacto da repercussão dos atentados de 13 de novembro de 2015 em Paris, que “a desinformação, os rumores e teorias do complô” adquiriram na contemporaneidade “uma audiência sem precedentes” (2015, p. 5).

⁷³ Criada em 1881 com sede em São Petesburgo, a Okhrana (“Proteção”, em russo) foi a polícia secreta do czar Alexandre III da Rússia, responsável por combater o terrorismo anarquista do último quarto do século XIX.

Bukarin, Lenin respondeu que isso era “indigno de um militante consciente: se persistires, tu é que serás denunciado como traidor”, segundo relatou a esposa de Lenin, Nadiedja Krupskaja. Mas Malinovski não foi um caso isolado: investigando em 1917 os arquivos secretos da Okhrana, Lenin ficou, não sem razão, estupefato por descobrir que, dos cinquenta e cinco provocadores profissionais oficialmente em funções, e regularmente pagos, dezessete “trabalhavam” no seio dos Socialistas-Revolucionários, e uma boa vintena dividia entre si o controle dos bolcheviques e dos mencheviques, e de certo não ao nível dos militantes da base! E Lenin teve a amarga surpresa de dever constatar que os provocadores eram sempre precisamente os próprios “camaradas” a quem ele, tão prudente e tão perito em matéria de clandestinidade, outorgava a maior confiança e a maior estima, em virtude dos serviços por eles prestados e da audácia demonstrada em várias ocasiões ([1979] 1981, pp. 91-92).

Debord também lembra o fato no *Prefácio* de 1979. Para ambos os situacionistas, a forma organizacional centralizadora e hierárquica típica dos partidos e organizações clandestinas da extrema-esquerda italiana favorecia a infiltração dos serviços de inteligência estatais em seus quadros. Referindo-se às infiltrações de agentes estatais do extinto (em 1969) Serviço de Informações Militares (SIM) do regime fascista italiano – desde então remanejados para o Serviço de Informações da Defesa (SID) sob o regime democrata-cristão – nas Brigadas Vermelhas, Debord lembra que:

É fácil empreender uma rápida carreira até os cargos de direção, em primeiro lugar derrubando os seus superiores, como o fizeram, por conta da Okhrana czarista, Malinovski, que conseguiu enganar até o astuto Lenin, ou Azev, que, ao chegar ao topo da “organização de combate” do partido socialista-revolucionário, conseguiu mandar assassinar o primeiro-ministro Stolypine ([1979] 1997, p. 154).

Para Sanguinetti, as Brigadas Vermelhas foram infiltradas por agentes “provenientes de comissariados e ministérios [...] e com certeza não apenas na sua cúpula!” (1981, p. 92). Para Debord, a infiltração de agentes da repressão estatal na cúpula das BVs italianas era evidente:

O último “chefe” detido das BVs não corresponde muito bem à imagem de um clandestino hábil: ele vivia no meio de um arsenal e de um estoque de documentos; dizem que ele era um “trabalhador modelo” até 1974; ele tinha uma carteira militar de habilitação para dirigir, como também ingressos especiais para a polícia! (2005, p. 477. Tradução nossa)⁷⁴.

⁷⁴ Carta a Paolo Salvadori de 18 de setembro de 1978.

Nem a própria IS (um grupo relativamente restrito, horizontalmente aglutinado por afinidades teórico-práticas) escaparia às infiltrações, segundo o próprio Debord revela em “*Esta má reputação...*”: “É preciso lembrar que, mesmo na pura IS de 1967, já havia dois provocadores infiltrados, talvez três” (1993, pp. 52-53. Tradução nossa).

Tal tendência histórica seria confirmada apenas dois anos depois da publicação dos *Comentários* quando, em outubro de 1990, o então primeiro-ministro democrata-cristão Giulio Andreotti revela a existência de uma vasta operação denominada *Gladio*, responsável pela condução de uma “guerra secreta” anticomunista na Europa Ocidental iniciada ao fim da Segunda Guerra Mundial⁷⁵, repleta de infiltrações, provocações e manipulações policiais nos movimentos de luta armada da extrema-esquerda italiana, conforme descrito por Debord em suas análises de 1979 e 1988. Revelações que seriam rapidamente endossadas por outros intelectuais italianos contemporâneos de Debord, para além do situacionista Sanguinetti, como Giorgio Agamben e Carlo Ginzburg, que, em 1990 e 1991, respectivamente, constatam, na esteira do crítico francês, que:

Os serviços secretos, habituados desde sempre a agir sem levar em conta os limites das soberanias nacionais se tornaram, *em tal contexto*, o modelo mesmo da organização e da ação política real. Pela primeira vez na história do século, as duas grandes potências mundiais são dirigidas por duas emanações dos serviços secretos: Bush (antigo chefe da CIA) e Gorbatchov (o homem de Andropov); e quanto mais eles concentram o poder em suas mãos, mais isto é saudado, pelo novo ciclo do espetáculo, como uma vitória da democracia (AGAMBEN, [1990] 2002, p. 99-100. Tradução nossa).

Vivemos em um mundo que foi dominado até recentemente por duas superpotências dirigidas respectivamente pelo ex-diretor da CIA e pelo protegido do falecido chefe da KGB. Os historiadores da época contemporânea deveriam se perguntar se essa coincidência não revela um fato novo: o papel específico, relativamente autônomo, exercido cada vez mais pelos serviços secretos no cenário internacional (GINZBURG, [1991] 2007, p. 67, apud BOLTANSKI, 2012, pp. 293-294. Tradução nossa).

Para além da França e da Itália, neste mesmo período surgiram obras de jornalistas e historiadores que revelaram os bastidores da reunificação alemã de 1989-91, como *Das politbüro – Ende eines Mythos* (1990) e *Der Absturz* (1991), de Gunter

⁷⁵ Cf. GANSER, Daniele. *Les armées secrètes de l’Otan: Réseaux stay-behind, opération Gladio et terrorisme dans l’Europe de l’Ouest*. Paris: Éditions Demi Lune, 2007.

Schabowski (membro do Secretariado do SED⁷⁶ e primeiro-secretário distrital de Berlim), que demonstram como o próprio Gorbatchov teria instrumentalizado a KGB⁷⁷ para derrubar Eric Honecker do governo da RDA⁷⁸ através de um complô articulado pelo serviço de inteligência da STASI⁷⁹. A história seria confirmada nos anos seguintes por outras fontes, jornalísticas e historiográficas, como em *Do ideal socialista ao socialismo real – A reunificação da Alemanha* (1992), de Luiz Alberto Moniz Bandeira – historiador brasileiro radicado na Alemanha que havia entrevistado Schabowski – e *The hidden hand – Gorbachev and the collapse of east Germany* [A mão oculta – Gorbatchov e o colapso do leste alemão] (1992), do germanista norte-americano Jeffrey Gedmin, além de *Das komplot* [O complô] (1993), dos jornalistas alemães Ralf Georg Reuthe e Andreas Bönthe.

Com efeito, nos *Comentários* de 1988 Debord constata que:

Mil complôs em prol da ordem estabelecida se entremeiam e guerreiam por toda parte, com a imbricação sempre mais afinada das redes e das questões ou ações secretas; e de seu processo de integração rápida em cada ramo da economia, da política e da cultura [...] O complô geral tornou-se tão denso que quase se expõe à luz do dia (*Com.*, § XXX).

Em entrevista concedida à Léa Maria Araújo Reis⁸⁰, Moniz Bandeira se defende do mesmo tipo de acusação comumente atribuída aos *Comentários* debordianos de 1988, de modo que achamos uma argumentação válida também para a nossa discussão:

Falar simplesmente em “teoria da conspiração” é manifestação de desconhecimento e ignorância. Nada ocorre, nem um acidente de automóvel, sem causas; seja por falha mecânica, descuido do motorista ou outras. E assim é na história. Quem pode dizer, diante de tantos documentos revelados sobre a Operação “Brother Sam”, que o golpe contra o governo do presidente João Goulart não foi articulado a partir dos Estados Unidos (CIA, DIA, etc.), embora uma parte do exército brasileiro o tenha executado? Lincoln Gordon, embaixador dos Estados Unidos no Brasil em 1964, quando me deu uma entrevista em Washington, alguns anos depois, disse-me, com o maior cinismo, que “nenhum americano participou do golpe contra Goulart”. Eu

⁷⁶ *Sozialistische Einheitspartei Deutschlands*, Partido Socialista Unificado da Alemanha.

⁷⁷ *Komitet gosudarstvennoy bezopasnosti*, Comitê de Segurança de Estado.

⁷⁸ República Democrática Alemã (em alemão, DDR: *Deutsche Demokratische Republik*), mais conhecida como Alemanha Oriental (1949–1990).

⁷⁹ *Staatssicherheitsdienst*, Serviço de Segurança do Estado.

⁸⁰ Cf. REIS, Léa Maria Araújo. “Falsa democracia é produto de exportação americano”. In: *Carta Maior*, 20/10/2016. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Falsa-democracia-e-produto-de-exportacao-americano/4/37038>>. Acesso em: 24/10/2016.

respondi, prontamente: “Claro, não estavam à frente. Com o senhor, os americanos estavam por trás, manejando os cordéis”.

No mesmo sentido, Hakim Bey, autor do libelo intitulado *Zona Autônoma Temporária* (1991), também adverte, em *The ontological status of conspiracy theory* [O status ontológico da teoria da conspiração] (2011)⁸¹ que:

Conspirações ascendem e caem, brotam e decaem, migram de um grupo para outro, competem entre si, fazem conluio, se colidem, implodem, explodem, falham, têm sucesso, suprimem, forjam, esquecem, desaparecem. Conspirações são sintomas das grandes “forças ocultas” (e, portanto, úteis como metáforas, e nada mais), mas elas também realimentam essas forças e algumas vezes até afetam ou infectam ou têm efeito sobre elas. Conspirações, de fato, não são *a* forma com que a história é feita, mas são antes partes de um vasto conjunto de miríades de formas nas quais nossas múltiplas estórias são construídas. A Teoria da Conspiração não pode explicar tudo, mas pode explicar algo. Se ela não tem *status* ontológico, ainda assim ela realmente tem seus usos epistemológicos.

Esta tendência adentraria também o século XXI, com Vladimir Putin (ex-chefe da KGB⁸² soviética, como da FSB⁸³ russa) presidindo a Rússia entre 2000-08 e de 2012 até o presente.

Como tentamos demonstrar, a acusação de que os *Comentários* de 1988 incorreriam nas grosseiras teorias “do complô” ou da “conspiração” não procede. Este gênero de desqualificação, porém, não é inédito. Suas raízes remontam ao que o sociólogo francês Luc Boltanski (2012) chamou de *a maldição de Popper*. Vale a pena resgatarmos, antes de concluirmos esta seção, um breve histórico das origens deste ideário no campo das críticas científica e social.

Em uma conferência tornada célebre, pronunciada em uma plenária do X Congresso Internacional de Filosofia de Amsterdam, em 1948, o filósofo austríaco Karl Popper (1902–94) estabeleceu uma livre associação entre duas questões oriundas de horizontes diferentes. De um lado, a questão das entidades pertinentes à análise sociológica. De outro, aquela das conspirações na história política e social.

Naquela conferência, Popper ambicionava esboçar um programa verdadeiramente científico para as ciências sociais, cujo objetivo era mobilizá-las em

⁸¹ Disponível em: <<http://theanarchistlibrary.org/library/hakim-bey-the-ontological-status-of-conspiracy-theory>>. Acesso em: 10/11/2016. Tradução nossa.

⁸² *Comitê de Segurança do Estado da URSS*.

⁸³ *Serviço de Segurança da Federação Russa*.

favor de uma “política racional”. Tal programa deveria partir de uma crítica ao estado das ciências sociais, tal como elas se apresentavam na metade do século XX. Esta crítica retoma, de modo ainda mais polêmico, uma série de artigos publicados nos anos 1940 por Popper na revista *Economica*. Neles, Popper distinguia as teses a que ele chamava “totalistas” das teses “atomistas”, oposição que recobre, a seu modo, a distinção científico-social clássica entre coletivismo/holismo e individualismo. Popper classifica as primeiras teses como “historicistas”, as quais seriam, segundo sua leitura, carregadas de significação política e utópica. A elas, também chamadas em outro momento de “sociotécnica totalista”, Popper opõe a “sociotécnica fragmentária”, que pertenceria a uma mentalidade característica do engenheiro, apta a realizar ajustes e reajustes destinados a um contínuo processo de aprimoramento teórico. Na conferência de Amsterdam, Popper conjuga estas considerações de ordem epistemológica às críticas teóricas e políticas dirigidas contra o “historicismo” de Platão, Hegel e Marx, consagradas em *A sociedade aberta e seus inimigos*, um manifesto de caráter “antitotalitário” publicado em 1945, no momento em que o filósofo retornava à Europa de seu exílio na Nova Zelândia (TRAVERSO, 2001).

N’*A sociedade aberta e seus inimigos*, Popper buscava demonstrar como o pensamento “historicista” havia inspirado tanto o “marxismo” quanto o fascismo. Acusando a persistência de “superstições” arcaicas e passadistas no pensamento de Hegel e Marx, Popper associa o marxismo a “profecias” destituídas de qualquer rigor ou validade científica. Voltada não somente ao marxismo (mas também a Comte e Stuart Mill), a crítica de Popper se dirige a uma “concepção historicista das ciências sociais” que toma como objeto de estudo o “comportamento de totalidades sociais”, tais como “grupos, nações, classes, sociedades, culturas”. Segundo o filósofo austríaco, este “coletivismo ingênuo” deveria dar lugar a uma exigência central: “Analisar os fenômenos sociais, inclusive os coletivos, referindo-se aos indivíduos e às ações e relações das quais são os sujeitos” (POPPER, [1963] 1985, p. 493, apud BOLTANSKI, 2012, p. 328. Tradução nossa). Diretamente vinculado a este princípio metodológico, Popper passa a outro: o da *causalidade dos fenômenos sociais*.

Segundo ele, fenômenos dramáticos como a guerra, a pobreza, o desemprego, são, em algumas expressões mais vulgares do marxismo (Popper isenta – supostamente – Marx de responsabilidade por isso), irresponsavelmente associados à ação voluntária e coordenada de apenas “alguns indivíduos e agrupamentos poderosos”, ensejando o que

ele nomeia de “teoria sociológica do complô”. Popper diz que o “marxismo vulgar” “regressou de Marx a Goebbels”, numa analogia que sugere um parentesco entre marxismo e nazismo e que repercutiu de diferentes maneiras em diversas *teorias do totalitarismo* formuladas durante o século XX.

Apesar disso, Popper identifica esse fenômeno a um arcaísmo ainda mais antigo do que o próprio “historicismo”: a causalidade dos fenômenos sociais não seriam mais atribuídas às “maquinações das divindades homéricas”, mas aos “Sábios de Sion”, aos “monopólios”, aos “capitalistas” ou aos “imperialismos”. As proposições de Popper terminaram por lançar um descrédito ao próprio discurso sociológico, no interior do qual a referência a entidades coletivas tais como “grupos”, “classes”, “sociedades”, “culturas”, figura em grande parte das análises que constituem esta disciplina. Boltanski assim resumiria o programa apresentado por Popper na Conferência de Amsterdam, bem como suas consequências para o campo científico-social:

A ofensiva [...] da qual Karl Popper foi um dos chefes intelectuais, exerceu grande influência sobre a evolução da disciplina sociológica em seu conjunto e, particularmente, com relação à questão de saber quais são as entidades pertinentes que a sociologia pode evocar [...]. É sobretudo quando esse sistema de dispositivos [o Estado de Bem Estar] começou a ser questionado, depois a ser desfeito – entre a segunda metade dos anos 1970 e idos dos anos 1990 – que se fez sentir o impacto dos argumentos popperianos. Amiúde, parece-nos ser possível interpretar um certo número de inovações e de viradas teóricas que marcaram a sociologia no curso dos últimos cinquenta anos como tentativas de escapar ao que poderíamos chamar de a *maldição de Popper* (2012, pp. 332-333. Tradução nossa).

As proposições liberais, antitotalitárias e antimarxistas de Popper antecedem e influenciam diretamente, como assinalou Boltanski, a emergência de novas escolas comprometidas com uma revisão teórica dos pressupostos teórico-metodológicos marxianos, como é o caso da retomada do individualismo metodológico (mais vigorosa na obra de Raymond Boudon e seus discípulos) e do chamado “marxismo analítico” de autores como Gerald Cohen, John Roemer, Jon Elster, entre outros.

Parece-nos que a ofensiva lançada a partir dos anos 90 contra a argumentação debordiana de 1988 descende da linhagem teórica e política fundada pela Conferência de Popper em 1948. Ainda que a teoria debordiana não seja uma teoria sociológica ou científico-social propriamente dita, mas uma crítica social revolucionária, assim como aquela de Marx (ambas reciprocamente ligadas às revoluções inacabadas de 1848, 1871

e 1968), é certo que um conceito referido à totalidade como o de “espetáculo” dificilmente escaparia da chamada *maldição de Popper*.

2. CRÍTICA E CRISE DA SOCIEDADE DO ESPETÁCULO

A derrocada dos comunismos em 1989 foi o término da revolução de 1968 (Immanuel Wallerstein. *A reestruturação capitalista e o sistema mundial*, 1996).

1989 é o ano no qual a passagem do espetáculo ao espetáculo como técnica de guerra se manifestava em escala global (Domenico Losurdo. *A esquerda ausente. Crise, sociedade do espetáculo, guerra*, 2014).

Verdadeiramente contemporânea, a obra de Debord exibe a rara assinatura da “inaturalidade” característica do autor que, segundo Agamben, “não coincide perfeitamente com seu tempo nem se adequa às suas pretensões e é por isso, nesse sentido, inatural”, mas que, por isso mesmo, “justamente através desta separação e deste anacronismo, ele é mais capaz que os outros de perceber e agarrar o seu tempo” (2011, p. 8)⁸⁴. Não é por acaso que os aforismos e teses das principais obras teóricas de Debord, *La société du spectacle* e *Commentaires sur la société du spectacle*, publicadas respectivamente nos anos de 1967 e 1988, acusaram com precisão sismográfica os abalos gerados pelos dois últimos pontos de inflexão do século XX, nas crises de 1968 e 1989.

O livro de 1967 se baseia tanto em um diagnóstico crítico de sua própria época, quanto em um prognóstico revolucionário. Uma combinação de elementos objetivos e subjetivos que reagiu como a faísca que detonaria a explosão de maio-junho de 1968 na França. Já o livro de 1988 realiza um prognóstico da implosão sociopolítica que o espetáculo conheceria a partir de 1989, ocorrida no curso de um movimento que tendia a impor-se globalmente e que o conceito de espetáculo integrado tenta cartografar. Tal capacidade de previsão pode parecer, à primeira vista, exagerada, se não se tratasse, porém, da figura de “Guy Debord e suas desmedidas pretensões”⁸⁵!

Neste capítulo, buscaremos elucidar a conexão essencial, presente na singular trajetória intelectual de Guy Debord, entre a crítica e a crise da sociedade do espetáculo. A fim de solucionar este vínculo entre crítica teórica e crítica prática na vida e na obra de Guy Debord, foi preciso realizar uma investigação heurística que se apropriasse, de

⁸⁴ Debord tem plena consciência desta característica de seu pensamento. No *Prefácio* de 1979, pondera que: “se alguém publica em nossos dias um autêntico livro de crítica social, com toda a certeza não irá à televisão ou a encontros desse tipo; de modo que, dez ou vinte anos depois, ainda se falará do livro” (1997, p. 147).

⁸⁵ Conforme o próprio Debord diz a respeito de si em *In girum imus nocte et consumimur igni*.

modo equivalente, tanto de seus livros, filmes e textos publicados na revista da Internacional Situacionista, quanto das centenas de correspondências, circulares e comunicados políticos de sua autoria.

No plano teórico, remeteremos o vínculo que identificamos entre a crítica teórico-prática de Debord e dos situacionistas e a crise revolucionária desencadeada em Maio de 68 à tese do historiador e teórico da história alemão Reinhart Koselleck (1923-2006) sobre a conexão entre a filosofia (iluminista) da história e a crise revolucionária desencadeada pela burguesia francesa em 1789. Entretanto, se no século XVIII “o Iluminismo conjurou a crise na medida em que o sentido político dessa crise permaneceu encoberto” (KOSELLECK, 1999, p. 13), buscaremos elucidar o modo particular como a crítica social situacionista conjurou, no decurso da década de 1960, a crise de 1968 ao descortinar, e não ao “encobrir” a sua significação política e social:

A crise atual da vida cotidiana se inscreve nas novas formas de crise do capitalismo, formas que permanecem despercebidas por aqueles que se obstinam em calcular o prazo clássico das próximas crises cíclicas da economia (DEBORD, [1961] 2010, p. 111. Tradução nossa).

É nesse sentido que procuramos “desencobrir” a significação sociopolítica da crítica situacionista dos anos 60 e situá-la na tradição da crítica revolucionária que remonta ao século XVIII⁸⁶, particularmente no que se refere ao nexos histórico entre crítica e crise sociopolítica.

Como vimos na segunda seção do primeiro capítulo, Debord publica em 1988 os seus *Commentaires sur la société du spectacle*: um exame crítico das novas técnicas de

⁸⁶ Como na prefiguração das “greves selvagens” do século XX na destruição do maquinário industrial pelos *luddistas* ingleses do início do século XIX, ou no socialismo utópico de Babeuf, Saint-Simon, Fourier, Blanqui, ou ainda no extremismo dos *Enragés* durante a Revolução Francesa. Em 1961, Debord *prognostica* que: “A próxima ascensão do movimento revolucionário, radicalizado pelos ensinamentos das derrotas anteriores, e cujo programa reivindicativo deverá enriquecer-se na mesma proporção dos poderes práticos da sociedade moderna, poderes que constituem virtualmente desde o presente a base material que faltava às correntes ditas utópicas do socialismo, esta próxima tentativa de contestação total do capitalismo saberá inventar e propor um novo emprego da vida cotidiana e se apoiará imediatamente sobre novas práticas cotidianas, sobre novos tipos de relações humanas (não ignorando mais que toda conservação, no interior do movimento revolucionário, das relações dominantes na sociedade existente leva insensivelmente à reconstrução, com diversas variantes, desta sociedade)” (2010, p. 115. Tradução nossa). E, em 1967, *diagnostica* que: “Quando as lutas antissindicais dos operários ocidentais são reprimidas primeiro pelos sindicatos, e quando as correntes revoltadas da juventude lançam um primeiro protesto informe [...] aí estão as duas faces de uma luta espontânea que começa com feição *criminosa*. São o prenúncio do segundo assalto proletário contra a sociedade de classes. Quando os herdeiros desgarrados desse exército ainda imóvel reaparecem neste terreno, que se tornou outro e permanece o mesmo, eles seguem um ‘novo general Ludd’ que, desta vez, os lança na *destruição das máquinas do consumo permitido*” (*SdE*, § 115. Grifos no original).

governo gestadas na e pela contrarrevolução que se seguiu a 1968 no interior das democracias espetaculares difusas, centralmente na França e na Itália das décadas de 1970 e 1980. Mais do que uma reação unidimensional a 1968, Debord percebe neste movimento a gestação de uma nova forma de governo, o espetáculo integrado, regime fundado na fusão substancial entre as técnicas de governo dos anteriores regimes espetaculares difuso (as democracias capitalistas ocidentais) e concentrado (as burocracias totalitárias do leste) e que a partir de então *tendia a impor-se mundialmente*. Esta tese, central nos *Comentários*, seria relativamente confirmada pela história quando, no triênio seguinte (1989-91) deu-se a conclusão tardia da Guerra Fria, em dezembro de 1991. Naquele ano, o encontro de George H. W. Bush e Mikhail Gorbachov em Malta selava a síntese de uma época que, nas palavras de Agamben em suas *Glosas marginais aos Comentários* de Debord, transcorreu como “uma encenação paródica do roteiro traçado pelo livro” (2002, p. 91).

Nossa interpretação baseia-se, portanto, numa articulação entre a crítica de Debord à sociedade do espetáculo e a crise desta mesma sociedade: primeiro, na crise “explosiva” dos anos 1960, entre 1967 e 1968; depois, na crise “implosiva” do final dos anos 1980, entre os anos de 1988 e 1989-91.

Quando nos referimos à conjuntura histórica e social do final dos anos sessenta como a uma crise *explosiva*, pensamos em um movimento social de liberação energética, catártica e libertadora. O ano de 1968 será tomado, nesse sentido, como um ponto de virada decisivo da Guerra Fria, como o ponto culminante de uma crítica revolucionária dirigida contra todo o sistema capitalista, tanto em sua variante ocidental, de mercado, burguesa, quanto em sua variante oriental, de Estado, burocrática.

Mais afetado por aquele movimento crítico⁸⁷, o espetáculo concentrado (variante oriental/burocrática do sistema capitalista) passaria desde então por um longo processo de retração. A crise das burocracias totalitárias culminaria com a saturação do subsistema soviético entre 1989-91, concluindo o período da Guerra Fria, segundo Debord, “na base geral de uma vitória da [variante] que se demonstrou mais forte, mais difusa” (*Com.*, § IV).

Quando nos referimos à conjuntura histórica e social do final dos anos oitenta como a uma crise *implosiva*, temos em mente que a *débâcle* da URSS se inicia a partir

⁸⁷ “A revolução de 1968 sacudiu a fé no reformismo, incluindo-se o reformismo a que se chamava de revolucionário” (WALLERSTEIN, 1997/98, p. 261).

do momento que Moscou se recusa a continuar desempenhando o papel de gendarme que a Rússia vinha exercendo na Europa oriental desde o século XIX. É nesse sentido que nos referimos a esta desintegração em cadeia da URSS, ocorrida na transição da década de 1980 e 90, a um processo “implosivo”, pois as chamadas Revoluções de 1989 (os protestos massivos ocorridos na praça de Tian’anmen em Pequim, a revolução romena disparada em Timișoara, a Queda do Muro de Berlim, respectivamente em maio-junho, novembro e dezembro) ocorreram, conforme observa Paul Hirst, “não porque a oposição fosse capaz de tomar o poder por uma dinâmica interna [...] mas porque Moscou abandonou os partidos satélites e deixou-os sem meios nem vontade de resistir” (1993, p. 182).

Referindo-se à crise do brejnevismo, para Hirst, as revoluções de 1989 se diferiam daquelas de 1953 em Berlim oriental, de 1956 em Budapeste e de 1968 em Praga pelo seu caráter implosivo, isto é, mais resultante de um colapso do que de um processo explosivo de libertação social. Durante a crise de 1980-81 na Polônia, Debord percebia a gênese do colapso do brejnevismo, que cairia conclusivamente cerca de cinco anos mais tarde: “o atraso dos burocratas russos em intervir contra a revolução polonesa prova de maneira mais flagrante a sua fraqueza hoje *na própria Rússia*” (2006a, p. 88. Tradução nossa. Grifos no original)⁸⁸.

Na teoria da história de Koselleck, a crise do Absolutismo no século XVIII e a filosofia (iluminista) da história são reveladas enquanto um “fenômeno complementar e internamente ligado” (1999, p. 158). Sua investigação se propõe a desvelar o sentido político encoberto nas reflexões críticas (histórico-filosóficas) de Raynal, Rousseau, Diderot, Vico, Kant, Payne, enquanto *precursoras* da crise do Antigo Regime:

Concebido a partir de uma visão dualista de mundo, o postulado dos militantes burgueses – isto é, a moralização da política – se misturava de tal modo com o desencadeamento da guerra civil, que a “revolução” não foi vista como uma guerra civil, mas como o cumprimento de postulados morais. A dissimulação e o agravamento da crise são um único e mesmo processo. Na dissimulação reside o agravamento, e vice-versa (1999, p. 161).

Em sua raiz latina, a palavra “crise” se limita a um emprego medicinal, como o ponto de virada de uma doença e o juízo médico. Em grego, a mesma palavra assume tanto um significado teológico, enquanto Juízo Final, tribunal universal, quanto um

⁸⁸ Carta a Jaap Kloosterman de 23 de fevereiro de 1981.

significado jurídico, associado ao termo “crítica”: “*Krisis*, crise, significa em primeiro lugar separação, luta, mas também decisão, no sentido de uma recusa definitiva, de um veredicto ou juízo em geral, que hoje pertence ao âmbito da crítica” (KOSELLECK, 1999, p. 202. Grifo no original). As significações, hoje separadas, de uma crítica “subjetiva” e uma crise “objetiva” eram concebidas em grego sob um termo comum.

Para Koselleck, a filosofia burguesa da história resulta de uma transposição da escatologia cristã para uma filosofia do progresso quando, no século XVIII, ocorre uma secularização do emprego teológico do termo *crítica*, processo concomitante ao desaparecimento do termo *crise*: “A expressão ‘crítica’, isto é, ato de julgar, de proferir um juízo, irá dominar a vida pública, ao passo que ‘crise’, como ordem jurídica, no sentido grego ou como tribunal universal, no sentido cristão, desaparece” (*Ibidem*, p. 203).

Em 1976, o antigo *argumentista* Edgar Morin (um dos principais alvos da crítica situacionista dos anos 1960 aos quadros intelectuais franceses de sua época⁸⁹) publica um ensaio intitulado “Para uma crisologia”, em um número da revista *Communications* dedicado à “noção de crise”. Centrado no problema da crise enquanto categoria analítica fundamental de um “pensamento complexo”, o ensaio de Morin apresenta o conceito de crise desvinculado do conceito de crítica. Partindo da constatação da “crise do conceito de crise”, isto é, a partir do momento em que o termo “perdeu toda virtude explicativa”, a *crisologia* de Morin pretende arvorar-se uma “teoria da crise” que ultrapasse “a ideia de perturbação, provação, de ruptura do equilíbrio”:

É preciso conceber a sociedade como sistema capaz de ter crises, o que significa estabelecer três ordens de princípios, o primeiro sistêmico, o segundo cibernético, o terceiro neguentrópico, sem o que a teoria da sociedade é insuficiente e a noção de crise inconcebível (1976, p. 149. Tradução nossa. Grifos no original).

Tanto em 1967 quanto em 1988, a teoria debordiana radica-se em uma crítica de certo modo antecipadora das crises sociopolíticas de 1968 e 1989. Veremos a seguir como a crítica do estágio mais avançado do capitalismo realizada por Debord não está fundada em nenhum esforço teórico de tipo puramente analítico como o de Morin,

⁸⁹ Vítima de críticas teóricas recorrentes publicadas nas páginas da revista da IS no período pré-68, no livro *A brecha* (em coautoria com os socio-bárbaros C. Lefort e C. Castoriadis), Morin acusa os situacionistas de se restringirem a um grupo de agressores. No livro da IS sobre 68, os situacionistas se referem ao fato em uma nota de rodapé na qual desqualificam o livro em questão como simplesmente “idiota”, dizendo que, para Morin, “mentir é uma profissão” (1998, p. 155).

destituído de qualquer referência às origens críticas do “conceito de crise”, mas em um vínculo singular entre a crítica e a crise da sociedade do espetáculo. Debord não vê a questão da crise como um problema estritamente teórico ou categorial, nem se propõe a fazer qualquer tipo de reflexão teórica sobre o “conceito de crise”, como faz Morin.

A natureza do vínculo que detectamos entre crítica e crise na obra de Debord é singular, pois só pode ser apreendida como um todo sem partes, onde as dimensões “subjetiva” e “objetiva” dos processos críticos em questão (nas conjunturas de 1967/8 e 1988/9) não podem ser percebidas como esferas distintas. É em busca desta *coesão original entre crítica subjetiva e crise objetiva* na teoria de Debord que guiamos a análise apresentada neste capítulo. A exposição de tal vínculo, presente no tratamento quase simultâneo de cada obra (crítica) em seu próprio contexto histórico (crítico), busca capturar a singularidade da associação entre crítica e crise na obra de Debord. Tentaremos demonstrar como ele não empreende em 1967 um diagnóstico da crise da sociedade do espetáculo senão para criticá-la em atos e, através desse gesto, tomar partido (negativo) no processo crítico-prático de resolução da crise de maio-junho de 1968 na França. Ao final de julho de 1968, os situacionistas observam, com razão, que “as condições objetivas da revolução foram reveladas a partir do momento que a revolução começou a falar como potência subjetiva” (1998, p. 212. Tradução nossa).

Em 1961, Debord via na “crítica radical, e em atos” da “crise extremamente avançada, sobretudo nos países mais modernos”, da “vida cotidiana não criticada”, tanto uma forma de frear o avanço “das formas atuais, profundamente desgastadas, da cultura e da política”, como de “conduzir a uma ultrapassagem da cultura e da política no sentido tradicional, isto é, a um nível superior de intervenção sobre a vida” (2010, p. 105. Tradução nossa).

Se, de um lado, “a história acelerada de nossa época é a história da acumulação, da industrialização”, de outro, “a vida cotidiana está organizada nos limites de uma pobreza escandalosa [...] uma pobreza organizada historicamente, segundo as necessidades da história da exploração” (DEBORD, 2010, p. 106). Nesse sentido, o enclausuramento da vida social dentro dos limites de um “cotidiano colonizado” impede, segundo Debord, a possibilidade de uma “liberação do cotidiano” (*Ibidem*, p. 108). A relação entre crítica e crise em Debord se situa numa dialética entre o *possível* e o *permitido*, na qual o primeiro termo encontra-se submetido ao segundo: “o espetáculo moderno expressa o que a sociedade *pode fazer*, mas nessa expressão o *permitido* opõe-

se de todo ao *possível*” (*SdE*, § 25. Grifos no original). Em termos materialistas, Debord e os situacionistas sabiam que o desenvolvimento das forças produtivas possibilitava a realização de novas formas de vida que, contudo, permaneciam impedidas pelas relações de produção capitalistas.

Algo muito distinto da positivista (ahistórica) e positivadora (acrítica) *crisologia* de Morin, que chega até mesmo a substituir o adjetivo *crítico*, que congrega simultaneamente as dimensões subjetivas e objetivas do conceito de crise, pelo adjetivo *crísico*, que parece eliminar a dimensão subjetiva do processo histórico.

Em 1959, Koselleck salientava o ingresso do “mundo inteiro” em um “estado de crise permanente” (1999, p. 9) e, em 1978, Carl Schmitt admitia a existência, “desde 1969”, de um “desenvolvimento que converteu as emergências e crises em elementos integradores ou desintegradores de uma anômala situação intermediária entre guerra e paz” (1985, p. 11). Ambos se referem aqui ao processo histórico que levaria à “crise do conceito de crise” detectada por Morin em 1976. Nos *Comentários* de 1988, Debord assinala, em seus próprios termos, que o ciclo integrado da sociedade do espetáculo representa o momento em que “os procedimentos de emergência tornam-se processos eternos” (*Com.*, § XXIX).

Agamben, em sua genealogia do *Estado de exceção* (2003), também vê na contemporaneidade o momento em que a exceção tornou-se a regra, em que o paradigma da *cidade* é substituído por aquele do *campo* (concentracionario). Entretanto, a vantagem explicativa da crítica debordiana diante das reflexões jurídico-filosóficas de Agamben, como também de Schmitt, reside no fato de que ela situa tal ponto de inflexão jurídico-política em um dado histórico. Embora Schmitt reconheça, ainda que de modo misterioso, que tal processo tem início “desde 1969”, ele não revela suas raízes históricas e sociais, ao contrário de Debord, que parte justamente das crises revolucionárias de maio-junho de 1968 na França e de 1968-78 na Itália, conferindo às suas teses um sentido social e histórico ausente nas formulações teóricas de Schmitt e Agamben.

Até o par crítico de 1967-68, o sistema-mundo capitalista ainda abrigava em seu centro alguns arquipélagos de relativa paz interna (nos países dominados pelo espetáculo difuso), em um período de refluxo da luta de classes imposto pela vitória do Estado e do capital contra as experiências revolucionárias dos conselhos operários no primeiro quarto do século XX que, no segundo pós-guerra, encontraria uma resolução

reformista na pacificação keynesiana da luta de classes, mas que a partir dos anos 1960, sobretudo a partir da *crise aguda* de 1968, adentraria num período de *crise crônica*⁹⁰ que se arrasta até os nossos dias⁹¹.

A crise de 1968 marca, nesse sentido, o ponto de virada em que países governados pelo espetáculo difuso passaram a incorporar as técnicas de governo totalitárias típicas de países governados pelo espetáculo concentrado, na batalha interna contra *o retorno da revolução social*. As soluções encontradas pelo Estado e pelo capital para um desfecho que lhes fosse favorável no embate com a radicalização proletária pós-68 combinou elementos regressivos (coercitivos) e progressivos (coesitivos)⁹² que dariam origem a um novo ciclo histórico da sociedade do espetáculo, inicialmente registrado pelos abalos do período crítico de 1988-89.

A crise de 1989 assinala, além de uma unificação substancial do capitalismo em escala global, o ponto de virada em que a exceção já não mais se distinguiria da regra, a ditadura do Estado de direito, a guerra da paz, a barbárie da civilização: *agora também em escala planetária*. Nas palavras de Debord, “quando o espetacular era concentrado, a maior parte da sociedade periférica lhe escapava; quando era difuso, uma pequena parte; hoje nada lhe escapa” (*Com.*, § IV). Veremos, neste capítulo, como esse processo histórico ocorreu.

⁹⁰ Em linguagem médica (que, como vimos, se encontra na raiz da noção de crise), uma doença *aguda* corresponde a um processo patológico que tem início súbito, desenvolvimento rápido e duração curta; doença *crônica* corresponde ao processo patológico caracterizado por evolução lenta e duração prolongada ou por recorrência frequente por tempo indeterminado.

⁹¹ Sanguinetti (sob o pseudônimo de Censor), no ano de 1975, identificaria este ponto de virada histórica cinco anos depois, no ano de 1973, durante a guerra árabe-israelense: “a crise social que havia, no lustre anterior [1968-73], investido quase todos os países europeus, e não somente europeus, bruscamente tornou-se *mundial e total*. Esta crise é mundial porque, *extensivamente*, todos os regimes e todos os países do globo, que de uma maneira ou de outra, são atingidas por ela quase simultaneamente, ainda que as características específicas da crise possam inicialmente apresentar diversas características predominantes segundo os diferentes países. De outra parte, esta crise é total porque, *intensivamente*, é toda a profundidade da vida, tal como ela se desenvolveu no interior de cada um desses países, que sofreu o contágio” (1976, p. 106. Tradução nossa).

⁹² As demandas gestadas na dinâmica do processo revolucionário, como das mulheres e dos novos setores do trabalho qualificado por maior autonomia e liberdade, ignoradas pelas rígidas instituições partidárias e sindicais da esquerda comunista e socialista, acabaram sendo incorporadas e neutralizadas pelo próprio capitalismo vitorioso, na forma de uma inserção subordinada da mulher no mercado de trabalho e de uma desregulamentação predatória das legislações trabalhistas. Uma tese desenvolvida pelo marxista heterodoxo português João Bernardo em *Economia dos conflitos sociais* (1991), como também pelos sociólogos franceses Luc Boltanski e Ève Chiapello em *O novo espírito do capitalismo* (1999).

2.1. *A sociedade do espetáculo* (1967) e a crise de 1968.

Renunciamos à organização da Internacional por razões que têm sua origem na situação política presente da Europa, mas, em revanche, observamos cada vez mais os princípios de nossa organização adotados pelos trabalhadores emancipados de todo o mundo civilizado (*Declaração final* do Congresso da Filadélfia da Primeira Internacional, 1876).

A teoria, o estilo, o exemplo da IS hoje são adotados por milhares de revolucionários nos principais países avançados [...] Suas exigências estão nas paredes das fábricas de Milão como na Universidade de Coimbra. Suas principais teses, da Califórnia à Calábria, da Escócia à Espanha, de Belfast a Leningrado, infiltram-se clandestinamente ou são abertamente proclamadas nessas lutas (Guy Debord e Gianfranco Sanguinetti. *A verdadeira cisão na Internacional Situacionista*, 1972).

No texto *Définition minimum des organisations révolutionnaires*, aprovado integralmente e adotado na sétima Conferência da IS (realizada em Paris, em julho de 1966), Debord reafirmava a abrangência da “crítica unitária” situacionista enquanto “uma crítica pronunciada globalmente contra todas as zonas geográficas onde estão instaladas diversas formas de poderes socioeconômicos separados” (2003, pp. 156-157. Tradução nossa). E, em 1967, no livro *A sociedade do espetáculo*, reconhece que:

A organização revolucionária só pode ser a crítica da sociedade, isto é, uma crítica que não pactua com nenhuma forma de poder separado, em nenhum ponto do mundo, e uma crítica formulada globalmente contra todos os aspectos da vida social alienada (*SdE*, § 121).

Desenvolvida desde o início da década de 1960, a crítica situacionista de todas as “ideologias revolucionárias” (inclusive o anarquismo, o anarco-sindicalismo e o sindicalismo revolucionário), sobretudo aquelas de qualquer modo herdeiras do marxismo-leninismo, mesmo em suas posições mais extremas, como o trotskismo, o maoísmo ou o guevarismo, orientou-se, como procuramos demonstrar até aqui, desde uma perspectiva *esquerdista*, isto é, desde uma posição antiestatal a um só tempo antiburocrática e anticapitalista⁹³: “A teoria revolucionária é agora inimiga de toda

⁹³ Partimos da noção de “esquerdismo” estabelecida por Richard Gombin, segundo a qual esta corrente estaria arraigada tanto em um “acordo geral sobre a realidade revolucionária central, que é atividade independente dos trabalhadores na sua luta cotidiana”, como em uma prática que prioriza a “autonomia das lutas” e a “rejeição instintiva de todas as direções e de todas as hierarquias, ainda que revolucionárias” (1972, p. 25-26).

ideologia revolucionária, *e sabe que o é*” (*SdE*, § 124. Grifos no original), diz Debord no principal livro de teoria produzido no seio da IS.

Veremos agora como se deu esta relação entre a crítica social situacionista – particularmente aquela desenvolvida por Debord – e a explosão revolucionária internacional de 1968, com ênfase na situação francesa.

No livro *La société du spectacle*, Guy Debord propõe uma “crítica unitária da sociedade”, isto é, uma crítica simultaneamente teórica e prática que, ao pronunciar-se “globalmente contra todos os aspectos da vida social alienada”, já “não pactua com nenhuma forma de poder separado, em nenhum ponto do mundo” (*SdE*, § 121). Uma *crítica total*, portanto, às alienações e separações da sociedade dominante, cuja forma adequada reside em uma negação prática de suas cisões e hierarquias, pois “é essa *crítica teórica unificada*, e apenas ela, que vai ao encontro da *prática social unificada*” (*SdE*, § 211. Grifos no original).

A IS, por sua vez, buscava materializar esta forma de crítica total. Em 1960, no texto “La frontière situationniste” [A fronteira situacionista], a organização é definida como “a forma mais pura de um corpo anti-hierárquico de antiespecialistas” (1997, p. 153. Tradução nossa). Para Debord, tal crítica teórica seria indissociável de uma crítica prática, pois “nenhuma época viva partiu de uma teoria: havia primeiro um jogo, um conflito, uma viagem” (1994, p. 219). A concepção de práxis de Debord não deixa espaço para nenhuma espécie de sobreposição entre teoria e prática, pois nela a teoria é carregada de significação prática, e a prática é carregada de significação teórica: “A formulação de uma teoria revolucionária a mais geral não pode ser concebida sem uma prática bem precisa [...] e num combate de rua ainda é preciso pensar!” (2004, p. 257. Tradução nossa)⁹⁴.

Embora *La société du spectacle* tenha sido o livro de teoria situacionista mais amplamente conhecido entre os livros de teoria crítica nos anos que circundam 1968, as publicações da IS vinham apresentando sólidas contribuições teóricas há pelo menos uma década⁹⁵:

Em 1967, eu quis que a Internacional Situacionista tivesse um livro de teoria. Naquele momento, a IS era o grupo extremista que mais havia

⁹⁴ Comunicado de Debord aos membros da IS de 27 de julho de 1970, no contexto do debate de orientação iniciado em março daquele ano.

⁹⁵ Fundada em 1957, a Internacional Situacionista publica o primeiro número da revista da organização em junho de 1958, contendo análises teóricas sobre uma série de questões como o surrealismo, o jogo, o urbanismo, a cultura, a automação, etc.

contribuído para levar a contestação revolucionária à sociedade moderna. Era fácil perceber que esse grupo, que já havia imposto sua vitória no terreno da crítica teórica e a havia prosseguido com habilidade na agitação prática, aproximava-se do ponto culminante de sua ação histórica (2006b, p. 1463).

O “ponto culminante” de que fala Debord não é outro senão Maio de 68, movimento previsto e precipitado pela crítica situacionista e no cerne do qual a IS agiria no sentido da *coerência teórico-prática* anteriormente reivindicada, “coerência que deve se provar na teoria crítica propriamente dita e na relação entre esta e a atividade prática” (*SdE*, § 121). O prognóstico revolucionário dos situacionistas, enraizado nas lutas sociais de seu tempo e ancorado em um diagnóstico crítico de sua própria época tornou-se, como veremos, um dos elementos mais inflamáveis da crise revolucionária precipitada no mês de maio: “tão grande é a força da palavra dita em seu tempo”, diria Debord em um de seus mais belos filmes (1994, p. 258). No *Prefácio* de 1979, ele detalha este procedimento singular que visa a uma resolução revolucionária da crise social diagnosticada pela crítica:

Não há dúvida de que os que realmente desejam abalar uma sociedade estabelecida devem formular uma teoria que explique de modo fundamental essa sociedade; ou que, no mínimo, tenha a aparência de fornecer-lhe uma explicação satisfatória. Assim que essa teoria é divulgada, contanto que o seja nos confrontos que perturbam o repouso público, e mesmo antes de vir a ser compreendida em toda a sua extensão, o descontentamento contido por toda a parte se agravará e chegará à exasperação, pelo mero conhecimento vago da existência de uma condenação teórica à ordem das coisas. A seguir, ao empreender com determinação a guerra da liberdade, todos os proletários podem tornar-se estrategos (1997, p. 150).

Discordamos, neste ponto, do filósofo alemão Anselm Jappe, para quem “o peso da teoria [situacionista em Maio de 68] era superestimado [por Debord]” (1999, p. 185). Pois o modo como os situacionistas concebiam sua própria crítica social, como vimos, a um só tempo teórica e prática, e, mais do que isso, o modo como *a exerceram* na década que antecede a explosão de 1968, não nos permite pensar em uma separação entre esta crítica e o movimento real que ganharia as ruas, universidades, escolas, fábricas e escritórios de Paris, como algo *exterior a* ele ou que iria *de encontro a* ele. Em “*Esta má reputação...*”, Debord se defende dos rumores sobre a suposta tirania exercida por ele no interior da IS: “Uma única vez na minha vida, em 14 de maio de 1968, assinei uma circular lançada de Paris *Aos membros da IS, aos camaradas que declararam*

acordo com nossas teses, que dizia o que era preciso fazer no momento” (1993, p. 17. Tradução nossa. Grifos no original). N’A *sociedade do espetáculo*, Debord criticava justamente a forma leninista (vanguardista) de organização revolucionária, baseada na “direção *exterior* do proletariado, agindo por meio de um partido clandestino disciplinado, sujeito aos intelectuais que se tornaram ‘revolucionários profissionais’” (SdE, § 98. Grifo no original). A Internacional Situacionista não constituiu, portanto, uma vanguarda “exterior” ao movimento revolucionário internacional de sua época:

Os situacionistas declaram não ter interesses separados daqueles do movimento como um todo. Eles não estabelecem princípios particulares sobre os quais queiram modelar um movimento que é real, que já se produz efetivamente sob nossos olhos. Nas lutas que começam em diversos países e sobre diversas questões, os situacionistas antecipam a totalidade do problema, sua coerência, sua unificação teórica e, portanto, prática. Enfim, nas diversas fases que atravessa essa luta geral, eles representam constantemente o interesse do movimento total (2004, p. 190. Tradução nossa)⁹⁶.

Também não formaram um grupúsculo oportunista que chegaria após 1968 a reboque do movimento revolucionário e que sentisse a necessidade, com o seu refluxo, de capitanear um alargamento de suas fileiras, ou qualquer outra forma de autoridade sobre o proletariado. Pelo contrário, sabe-se que a IS dissolveu-se em 1972, no momento em que o reconhecimento de sua experiência junto ao *Comité pour le Maintien des Occupations* (CMDO) em maio-junho de 1968 espalhava-se como fogo em palha, sobretudo pelo sul da Europa (principalmente na Itália⁹⁷ e, de modo mais tímido, em Portugal⁹⁸ e na Espanha⁹⁹). Mais próximo dos situacionistas no tempo como no espaço,

⁹⁶ Trecho de um resumo elaborado pela IS em 1965, publicado como anexo ao panfleto *Les luttes de classes em Algérie*.

⁹⁷ Cf. AMORÓS, Miguel. *Brève histoire de la section italienne de l’Internationale Situationniste*, 2009.

⁹⁸ Conforme assinala o historiador Miguel Cardina: “Em Portugal, a difusão dos escritos situacionistas é relativamente rápida. Em 1970 publica-se, em Lisboa, *Da Miséria do Meio Estudantil* e, em 1972, *A Sociedade do Espetáculo*. No mesmo ano, em Coimbra é editado pela Livraria Almedina *Banalidades de Base*, de Raoul Vaneigem” (2008, p. 107). Além do tradutor e ensaísta Júlio Henriques, para quem: “Apesar da inegável influência que também teve em Portugal antes de 1974 e nos anos subsequentes, a IS nunca pôde aqui implantar-se nomeadamente porque as contradições políticas portuguesas se encontravam submersas no dilema interclassista fascismo/antifascismo, muito mais avançado do ponto de vista teórico” (1997, s/d, p. 14).

⁹⁹ Debord deixa Paris em março de 1979 e se estabelece com Alice até 1983 na Espanha, onde participa ativamente de uma campanha em favor dos libertários aprisionados em Segóvia. Em 1980, o libelo *A los libertarios*, escrito por Debord, é publicado na brochura *Comunicados de la prisión de Segovia*. Entretanto, para Miguel Amorós, historiador anarquista próximo de Jaime Semprun (colaborador da *Encyclopédie des Nuisances*), a incursão de Guy Debord na Espanha não havia logrado grande êxito: “É verdade que Debord amava Gracián e Jorge Manrique, mas ele não conhecia o país e ainda menos suas classes perigosas; não mais do que sabia o que se tramava entre o aparelho franquista e a oposição ‘democrática’ stalinista, à parte o que publicavam os jornais. Ele não conhecia o problema enorme que

o filósofo italiano Mario Perniola parece partilhar da nossa hipótese sobre a conexão entre a crítica situacionista e a crise revolucionária de 1968. Escreve ele:

Estas agitações [dos anos 1960] encontraram o seu ponto culminante no Maio francês de 1968, em que uma revolta de estudantes, *em grande parte influenciada pelas ideias situacionistas*, transformou-se em uma greve espontânea de dez milhões de pessoas que paralisou a França por um mês (2009, p. 8. Grifos nossos).

Desde 1960, portanto, a IS participaria ativamente da agitação social que se espalhava internacionalmente, mantendo contato permanente com coletivos de várias partes do mundo, realizando ações conjuntas em momentos de agudização de suas respectivas lutas. Antes de discutirmos a expressão francesa da revolução¹⁰⁰ de 1968, faremos um breve levantamento das principais incursões revolucionárias da IS na conjuntura crítica dos anos 1960, para além da França.

Em 1965, o coletivo *Zengakuren*¹⁰¹ publica em japonês o texto *Os situacionistas e as novas formas de ação na política ou arte*. Desde 1963 Debord recebia em Paris delegados das alas extremistas da organização japonesa, a Liga Comunista Revolucionária. Neste diálogo com os revolucionários japoneses, admite Debord, em

colocava aos reformistas o movimento operário desvencilhado das burocracias. A viagem que ele fez com Pierre Lepetit perto de 1969 ocorreu muito cedo, antes que os eventos se precipitem. E aquelas que ele fez depois ocorreram tarde demais (aquela feita a Sevilha data de 1983), e ele não brilha especialmente pela lucidez durante a campanha em favor dos prisioneiros da Segóvia” (2012. Tradução nossa)

¹⁰⁰ A questão sobre o caráter revolucionário ou não da crise de 1968 foi e continua sendo objeto de um acalorado debate nos meios revolucionários, entre comunistas, extremistas e esquerdistas. Nossa perspectiva baseia-se na narrativa situacionista da crise revolucionária de maio-junho: “É preciso colocar tal questão em sua verdadeira luz histórica. [...] A revolução proletária não venceu em parte alguma até aqui, mas o processo prático através do qual seu projeto se manifesta já criou uma dezena, ao menos, de situações revolucionárias de uma extrema importância histórica, às quais convém acordar o nome de revoluções. [...] De todos os critérios parciais utilizados para acordar ou não o título de revolução a tal período de perturbação no poder estatal, o pior é seguramente aquele que considera se o regime em vigor caiu ou se manteve. Esse critério [...] é o mesmo que permite a informação do dia-a-dia qualificar como revolução qualquer *putsch* militar que terá mudado o regime do Brasil, de Gana ou do Iraque. Mas a revolução de 1905 não abateu o poder czarista, que fez somente algumas concessões provisórias. A revolução espanhola de 1936 não suprimira formalmente o poder político existente: ela surgira, além disso, para manter essa República contra Franco. E a revolução húngara de 1956 não aboliu o governo burocrático-liberal de Nagy. Considerando, inclusive, algumas limitações lamentáveis, o movimento húngaro teve muitos aspectos de um levante nacional contra uma dominação estrangeira, e esse caráter de resistência nacional, ainda que menos importante na Comuna, teve, no entanto, um papel nas suas origens. Esta suplanta o poder de Thiers senão nos limites de Paris. E o *soviet* de São Petersburgo em 1905 nunca chegou a tomar o controle da capital. [...] A prova mais evidente [do caráter revolucionário do Maio de 68], para aqueles que conhecem a história do nosso século, ainda é esta: tudo o que os stalinistas fizeram, sem recuo, em todos os estágios, para combater o movimento, prova que a revolução estava lá” (“Le commencement d’une époque”. In: *Internationale Situationniste*, n° 12, [1969] 1997, pp. 580-82. Tradução nossa).

uma carta ao poeta letrista Ivan Chtcheglov: “descobrimos uma importante comunidade de preocupações e perspectivas” (2001, p. 225. Tradução nossa).

Em julho de 1965, por intermédio de Mustapha Khayati, situacionista de origem argelina, autor do célebre *A miséria do meio estudantil* (1966), os situacionistas editam e difundem em Alger um libelo intitulado *Comunicado aos revolucionários da Argélia e de todos os países*. Até novembro, o comunicado seria editado em cinco línguas (francês, alemão, espanhol, inglês e árabe), enquanto um texto da IS chamado *As lutas de classes na Argélia* repercutiria em território argelino no mês de dezembro.

Nos países anglo-americanos, “o entusiasmo [com a crítica situacionista] é facilmente perceptível” (BOURSEILLER, p. 285. Tradução nossa). Na ocasião dos motins que eclodem no gueto negro de Watts, entre 13 e 16 de outubro de 1965, Debord redige um de seus mais inspirados textos de crítica social, o *Declínio e queda da sociedade espetacular-mercantil*¹⁰², que será imediatamente traduzido para o inglês e editado em dezembro, antes de circular nos Estados Unidos e na Inglaterra. A partir de 1966, alguns textos situacionistas começam a ser difundidos nos Estados Unidos (SAN MATEO, 2012). Em 1967, Robert Chasse e Bruce Elwell criam em Nova York um *Conselho para a Libertação da Vida Cotidiana*, de inspiração situacionista. Tony Verlaan e Jon Horelick, que haviam participado ativamente da ocupação da Universidade de Columbia (Nova York) em maio de 1968 (desde uma perspectiva antileninista e crítica da *Students for a Democratic Society* – SDS), formaram no fim daquele ano, junto com Chasse e Elwell, uma seção norte-americana da IS que publica, em janeiro de 1969, o primeiro (e único) número da revista *International Situationist* (TRESPEUCH, 2009).

Em uma correspondência de 1975 com Sanguinetti, Debord comenta a amplitude das “reações jornalísticas (sobre a IS) nos EUA”, nos últimos “dois ou três anos”, após ter recebido um cartaz feito por um norte-americano contendo “muitas citações bem engraçadas sobre a IS (e geralmente contra)”. Comenta também que um “pequeno partido trotskista, o qual todo o mundo evidentemente ignora a existência”, acusava a IS de ter sido organizada pela CIA senão para “impedir *esse partido* de organizar os trabalhadores norte-americanos!” (2005, p. 233. Tradução nossa).

A Dinamarca também seria fortemente atingida pela contestação juvenil no ano de 1965. Em março, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) decide

¹⁰² O texto foi reproduzido no décimo número da revista da Internacional Situacionista, de março de 1966.

invadir o país com tropas alemãs, numa ação conjunta com as tropas holandesas, algo que não acontecia desde a Primeira Guerra Mundial. Na ocasião, o situacionista de origem dinamarquesa J. V. Martin organiza na cidade de Randers um comitê de resistência com o objetivo de barrar o avanço das forças militares alemãs. A invasão, ocorrida em 16 de março, precipitaria uma série de motins de rua. No dia 18, a sede do comitê seria alvo de um atentado à bomba, que por pouco não atinge J. V. Martin, entre outros membros que haviam deixado o prédio minutos antes da explosão¹⁰³. Os *anti-tableaux* dos situacionistas J. V. Martin e Michèle Berstein foram destruídos no incêndio provocado pela detonação do explosivo¹⁰⁴. Na opinião de Gianfranco Marelli, autor de *L'amère victoire du situationnisme* [A amarga vitória do situacionismo] (1998), “os incidentes de Randers foram para a Internacional Situacionista a primeira ocasião de entrada na contestação juvenil europeia” (MARELLI, 1998 apud BOURSEILLER, 1999, p. 282). A crítica teórica da IS à sociedade do espetáculo é, como se vê, indissociável da crítica prática a esta mesma sociedade.

A moderna contestação social na Itália teve início no ano de 1960, na convergência do final da resistência antifascista com o início das lutas operárias, que atingiriam o seu auge entre 1968 e 69¹⁰⁵. O “outono quente” (*autunno caldo*) de 1969 encontraria nas ocupações das universidades de Pisa, Bolonha, Cagliari e Camerino, em janeiro de 1967 (estendendo-se, no mês de fevereiro, a Turim e Nápoles), um catalisador da rebelião operária. Precedendo o Maio de 68 francês em mais de um ano, a rebelião estudantil italiana de 1967-8 transcorreria inteiramente à margem do campo de influência do PCI, quando não contra ele¹⁰⁶. Muito embora a revista *Internationale Situationniste* não contasse, naquela conjuntura crítica, com mais do que vinte assinantes em toda a Itália, ainda assim a crítica situacionista se fazia repercutir no meio estudantil secundarista e universitário. De acordo com o relato de Miguel Amorós:

¹⁰³ Cf. “L’I.S. et les incidents de Randers”. In: *Internationale Situationniste*, n° 10, [1966] 1997, pp. 434-438. Tradução nossa).

¹⁰⁴ Em 1963, no contexto de uma manifestação na Dinamarca denunciando a construção de abrigos antinucleares (crítica do urbanismo e da Guerra Fria), a IS organizou em Randers uma exposição de *anti-tableaux* (“antiquadros”) de Michèle Bernstein e J. V. Martin e publicou um catálogo chamado *Destruction of the RSG 6*.

¹⁰⁵ “Nas manifestações de julho de 1960 convergem passado e futuro. Foram, por um lado, o último ato da resistência antifascista, e por outro, o prólogo das lutas operárias que irromperiam no final da década. Os mesmos jovens operários que vestiam as ‘camisas listradas’ na linha de frente desses confrontos serão, dois anos depois, os protagonistas da revolta da *Piazza Statuto* em Turim e posteriormente aqueles da explosão das lutas operárias de 1969” (BASCETTA, Marco et ali. “Itália, 1960-1981: un laboratorio político de la lucha de classes en la metrópole capitalista”. In: NEGRI, Antonio. *Los libros de la autonomía obrera*. Madrid: Akal, 2004, p. 340. Tradução nossa).

¹⁰⁶ Cf. ABSE, Tobias. “Itália: uma nova agenda”. In: ANDERSON, Perry; CAMILLER, Patrick. *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996, p. 67-68.

Os primeiros núcleos da corrente radical jorraram das ocupações estudantis; eles eram influenciados, sobretudo pela crítica situacionista, pois a obra teórica da IS era a única que oferecia uma visão coerente e total da nova época, do retorno da revolução social. Joe Fallisi, um dos protagonistas, precisa: “Não éramos situacionistas, mas conhecíamos e desenvolvíamos certo modo de pensar cuja contribuição essencial na França havia sido aquela dos situacionistas” (2009, pp.8-9).

Em 1967, a mais importante editora de esquerda da Itália, a Feltrinelli, publica o consagrado manifesto de 1966 da IS, *Della miseria dell'ambiente studentesco* [A miséria do meio estudantil], uma edição que, segundo Amorós, teria sido “rapidamente esgotada” (2009, p. 8). A editora De Donato também publica em 1968 uma tradução “monstruosa”, segundo Debord¹⁰⁷ de *La società dello spettacolo* e, no fim daquele ano, uma seleção de artigos situacionistas intitulada *L'estremismo coerente dei situazionisti* (AMORÓS, 2009). A IS foi fundada em 27 de julho de 1957 na Itália (Conferência de Cosio d'Arroscia), contando desde o início com a figura vanguardista do artista plástico italiano Pinot-Gallizio (inventor da “pintura industrial”), que mais tarde seria excluído da organização (em junho de 1960) na ocasião das lutas internas contra as suas tendências artísticas (MARTOS, 1995). Contudo, os situacionistas renovariam seus contatos diretos com o país somente a partir de 1966, quando o professor romano de filosofia Mario Perniola publica um artigo pró-situacionista (chamado *Arte e rivoluzione*) na revista *Tempo Presente*, desencadeando um debate sobre organização que culminaria, em janeiro de 1969, com a formação de uma seção italiana da IS, constituída por Gianfranco Sanguinetti, Claudio Pavan e Paolo Salvadori e da qual Perniola se manteria na posição de um simpatizante externo. No final de julho, os situacionistas italianos publicam o primeiro número da revista *Internazionale Situazionista*, cujo conteúdo agradou Debord: “A revista é magnífica: creio que nada de tão forte tenha sido escrito na Itália desde Maquiavel” (2004, p. 107. Tradução nossa)¹⁰⁸. A intensificação da luta de classes durante os anos de 1968 e 69 (com as greves antissindicais na FIAT, Pirelli, Oficina 32 de Mirafiori e na RAI, a edificação de barricadas em Milão, Caserte, Turim e Nápoles, as rebeliões nos presídios, a insurreição

¹⁰⁷ “Este livro, publicado em Paris no fim de 1967, já foi traduzido em mais de dez países; teve várias traduções feitas para uma mesma língua por editores concorrentes, quase todas más [...] No entanto, não houve nada pior que na Itália, onde, em 1968, o editor De Donato lançou a mais monstruosa de todas” (DEBORD, Prefácio à quarta edição italiana de *A sociedade do espetáculo*, 1979).

¹⁰⁸ Carta a Gianfranco Sanguinetti de 3 de outubro de 1969.

de Batipaglia¹⁰⁹, os motins de rua na Sardenha e a criação de comitês de base nas fábricas), levou à convocação de uma greve geral a ser realizada em 19 de novembro de 1969. Naquela ocasião, a seção italiana da IS colaria nos muros de Milão um manifesto intitulado *Avviso al proletariato italiano sulle possibilità presenti della rivoluzione sociale* [Aviso ao proletariado italiano sobre a possibilidade presente da revolução social]¹¹⁰, que resumia os principais aspectos da crise revolucionária em curso, explicando a verdadeira significação das lutas sociais em jogo e convocando a formação de Conselhos de trabalhadores. Segundo os situacionistas, o *mai rampant* italiano teria se agravado “apesar dos esforços do partido stalinista¹¹¹ e dos sindicatos que se esgotaram ao tentar fragmentar a ameaça concedendo greves nacionais de um dia por categorias, ou greves gerais de um dia por região” ([1969] 1997, p. 600). Em setembro de 1969, os situacionistas observavam que:

Os movimentos “selvagens” na Fiat e entre os operários do norte, mais do que a decomposição final do governo, mostraram a que ponto a Itália está próxima de uma crise revolucionária moderna. A guinada dada em agosto pelas greves selvagens da Pirelli de Milão e da Fiat em Turim assinalam a iminência de um enfrentamento total (IS, n° 12, p. 34. Tradução nossa).

Quando, no dia 12 de dezembro de 1969, os serviços secretos italianos explodiram uma bomba no Banco da Agricultura em Milão (no evento conhecido como massacre da *Piazza Fontana*) com o objetivo de retaliar o “outono quente”, os situacionistas italianos denunciariam, ainda no calor dos acontecimentos, a provocação do Estado, difundindo clandestinamente o panfleto *Il Reichstag brucia*¹¹², uma alusão

¹⁰⁹ “Em Batipaglia, os trabalhadores foram senhores da cidade por mais de vinte e quatro horas, se apoderando das armas, sitiando os policiais em suas casernas, bloqueando estradas e ferrovias. Enquanto a chegada massiva de reforços policiais havia retomado o controle da cidade e das vias de circulação, um esboço de Conselho ainda resistia em Batipaglia, pretendendo substituir a municipalidade e exercer o poder direto dos trabalhadores sobre os seus próprios problemas. Se as manifestações de solidariedade em toda a Itália, enquadradas pelos burocratas, permaneceram platônicas, pelo menos os elementos revolucionários de Milão chegaram a atacar violentamente estes burocratas e a invadir o centro da cidade, chocando-se frontalmente com a polícia. Nesta ocasião, os situacionistas italianos retomaram os métodos franceses da maneira mais adequada” (“Le commencement d’une époque”. In: *Internationale Situationniste*, n° 12, [1969] 1997, p. 600. Tradução nossa).

¹¹⁰ Disponível em: <<http://www.nelvento.net/critica/is-it2/index.htm>>. Acesso em: 07/04/2016.

¹¹¹ Os situacionistas se referem ao PCI.

¹¹² Segue um trecho do panfleto, assinado anonimamente pelos *Amigos da Internacional* (1969): “Perante a escalada do movimento revolucionário, e apesar da ação metódica de recuperação dos sindicatos e dos burocratas da velha e da nova esquerda, o poder vê-se obrigado [...] a jogar desta vez a carta viciada do terrorismo [...] A burguesia italiana de 1969 [...] já não precisa dos erros dos velhos anarquistas para encontrar um pretexto para a concretização política de sua realidade totalitária, mas procura fabricar ela

ao incêndio criminoso do parlamento alemão pelos nazistas ocorrido em 27 de fevereiro de 1933.

Na França, o Partido Comunista Francês (PCF) manteve uma postura intransigentemente reacionária: ignorara completamente as consequências da modernização gaullista (1945-68), apoiara a URSS na repressão à revolução húngara de 1956, recusara-se a levar adiante a desestalinização da organização (mesmo após a morte de Stalin e do Relatório Krushev¹¹³) e prosseguira com os expurgos de suas correntes radicais, medidas responsáveis, em grande medida, pelo posicionamento anticomunista de grande parte dos jovens contestatários de Maio de 68 (ROSS & JENSON, 1996). Em *O esquerdismo, remédio para a doença senil do comunismo* (1968), Cohn-Bendit evoca em linhas gerais este papel do PC francês nos trinta anos que antecedem o Maio de 68: “a política da burocracia comunista, de 1936 a 1968, praticamente não mudou” (1968, p. 205)¹¹⁴.

No que se refere à crítica estritamente teórica, o marxismo francês foi marcado, nos anos que antecederiam 1968, por uma vitalidade conferida pelo questionamento das correntes heterodoxas ao conformismo e à ortodoxia da vulgata patrocinada pelo PCF. A época se caracteriza por uma redescoberta criativa dos textos de Marx que sublinhavam a alienação e a subjetividade revolucionária (em Lefebvre, Gorz, Sartre), enquanto a revista *Arguments* conduzia um trabalho de “revisão”. As teses conselhistas de Anton Pannekoek (1873–1960) reencontrariam um solo fértil para a retomada dos princípios autogestionários, com a formação de grupos de orientação conselhista como o *Socialisme ou Barbarie* [Socialismo ou Barbárie] (1949–67), o *Informations et correspondances ouvrières* [Informações e correspondências operárias] (1958–73), o

própria um tal pretexto, enterrando os novos anarquistas numa maquinação policial [...] A bomba de Milão explodiu contra o proletariado” (Apud SANGUINETTI, 1981, p. 82).

¹¹³ Também conhecido como *Discurso Secreto* (cujo nome oficial é *Sobre o culto à personalidade e suas consequências*), é uma famosa intervenção do político soviético Nikita Krushev durante o XXº Congresso do Partido Comunista da União Soviética, em 25 de fevereiro de 1956. No discurso, Krushev critica o regime de Stalin, particularmente pelos brutais expurgos de militares de alto escalão e de quadros superiores do Partido – o chamado Grande Expurgo ocorrido entre 1934-39 –, e pelo culto à personalidade de Stalin.

¹¹⁴ Em sua *Sociologia das crises políticas* (1986), o sociólogo Michel Dobry também lembra a “contribuição funcional” do PCF “em situações explosivas”, na “canalização dos movimentos sociais em direção a saídas institucionais”, “que é o caso, por exemplo, do Partido Comunista Francês durante as greves de 1936 e 1968” (2009, p. 272. Tradução nossa). Embora Dobry se distancie do debate sobre a “natureza reformista” ou “revolucionária” das posições do PCF em situações de agudização da luta de classes na França, considerando-o ligado a “visões substancialistas do mundo social”, a sua menção aqui se justifica por assinalar um ponto de acordo entre dois campos teóricos oriundos de horizontes distintos – da *crítica* e da *ciência social* –, sobre a realidade do desfecho das crises revolucionárias de 1936 e 1968 na França.

Pouvoir Ouvrier [Poder operário] (1958–69), *Noir et Rouge* [Negro e Vermelho] entre 1964 e 65, os *Cahiers du communisme des conseils* [Cadernos do comunismo de conselhos] entre 1968 e 70, além da própria Internacional Situacionista (1957–72).

Os anos imediatamente anteriores à revolução, especialmente 1966 e 1967, são fundamentais para desenredarmos a teia de acontecimentos que culminaria, nos meses de maio e junho de 1968, no “maior momento revolucionário que a França conheceu desde a Comuna de Paris”, tal qual os próprios situacionistas registraram no texto *O começo de uma época*, publicado no último número da revista da IS ([1969], 1997, p. 570).

Em meados de 1966, alguns estudantes de Strasbourg procuraram os situacionistas de Paris – por intermédio de Mustapha Khayati –, comunicando-os que tinham acabado de se eleger diretores da associação estudantil local (AFGES¹¹⁵) “sem dispor de nenhum tipo de programa e, apesar do fato de serem notoriamente conhecidos na UNEF¹¹⁶ como extremistas, em total desacordo com todas as variantes de sua composição, dispostos até mesmo a derrubar tudo” (IS, [1967] 1997, p. 519). Os situacionistas sugeriram a eles que redigissem e publicassem um texto de crítica geral do movimento estudantil e da sociedade, antes de tudo como um exercício de auto-esclarecimento. Porém, os estudantes strasbourguenses decidiram delegar a tarefa ao situacionista Khayati que, sob a supervisão da seção parisiense da IS, redigiria em 1966 o manifesto que se tornaria célebre, chamado *De la misère en milieu étudiant* [A miséria do meio estudantil]. Impresso com os recursos da própria AFGES, o libelo seria distribuído às autoridades locais na ocasião de uma solenidade de reabertura da universidade, mas não sem antes serem realizadas diversas medidas preliminares destinadas a ampliar a dimensão do escândalo. No dia 29 de agosto, o sociólogo Abraham Moles seria expulso de sua aula inaugural no curso de psicossociologia que acabara de assumir na universidade, por uma chuva de tomates atirada por *anti-étudiants*. A AFGES também imprimiu e distribuiu com seus recursos uma história em quadrinhos realizada por André Bertrand, chamada *Le retour de la collone Durruti* [O retorno da coluna Durruti], um documento que anunciava com muita clareza os objetivos da “antichapa” recém eleita:

¹¹⁵ Associação Federativa Geral dos Estudantes de Strasbourg.

¹¹⁶ União Nacional dos Estudantes da França.

A crise geral dos velhos aparelhos sindicais, das burocracias esquerdistas, fazia-se sentir em todo lugar e, principalmente, junto aos estudantes, entre os quais o ativismo já não possuía, há muito, nenhum outro impulso a não ser o da mais sórdida devoção às velhas ideologias e à menos realista das ambições. O último grupo de profissionais que elegeu nossos heróis não dispunha nem mesmo da desculpa de uma mistificação. Eles depositaram sua esperança de renovação num grupo que não ocultava, nem um pouco, suas intenções de sabotar, o mais depressa possível, todo esse militantismo arcaico (IS, [1967] 1997, p. 523. Tradução nossa).

A história em quadrinhos, claramente inspirada pela crítica situacionista do militantismo e do ativismo dominantes no meio estudantil, conjurava a crise revolucionária que se aproximava ao desvelar o seu significado sociopolítico: a superação revolucionária das formas de organização atreladas às relações hierárquicas tipicamente burguesas e/ou burocráticas. A brochura *De la misère en milieu étudiant* foi então distribuída conforme o planejado, enquanto o secretariado extremista da AFGES anunciava que seu único programa seria a imediata dissolução da associação, convocando, para o dia 16 de dezembro, uma assembleia geral para deliberar a respeito. Após passar por uma série de repressões jurídicas, o singular secretariado da AFGES foi a Paris em 4 de janeiro de 1967, na assembleia geral da União Nacional, para exigir dela a votação de sua moção de *dissolução de toda a UNEF*. Essa moção – aprovada pela Associação de Nantes –, terminava com uma convocação a:

Todos os estudantes revolucionários do mundo [...] para se prepararem, juntamente com todos os explorados, para uma luta impiedosa contra todos os aspectos do velho mundo, com vistas a contribuir com o advento do poder internacional dos conselhos operários (*Ibidem*, pp.27-28).

A repercussão do escândalo de Strasbourg ganhou amplitude internacional. Até 1968, o texto de Khayati havia sido traduzido para as línguas alemã, inglesa, espanhola, italiana, japonesa e chinesa. Nesse momento, a crítica situacionista expandia ainda mais a sua zona de influência. Enquanto isso, veículos de imprensa franceses e italianos repercutiam, em tom alarmista, o papel da IS no escândalo:

A Internacional Situacionista é uma organização que conta com alguns aderentes nas principais capitais da Europa. Esses anarquistas se arvoram em revolucionários e querem “tomar o poder”. Tomá-lo não para conservá-lo e sim para semear a desordem e destruir até mesmo a própria autoridade deles.

[...] Em Paris e em outras cidades universitárias francesas, a Internacional Situacionista, eletrizada pelo triunfo alcançado por seus partidários em Strasbourg, prepara-se para desencadear uma ofensiva em grande estilo visando assegurar para si o controle das organizações estudantis (*Gazetta del Popolo*, 26 de novembro de 1966 apud IS [1967] 1997, p. 522).

Outros antecedentes importantes conexos à explosão de maio se dariam na *Faculté des Lettres* do campus de Nanterre, inaugurada em 1964 com o objetivo de “desinchar” a estrutura da velha Sorbonne, sobrecarregada pelas próprias reformas então contestadas pelos estudantes. O departamento de Sociologia da faculdade foi aberto no ano de 1966 e aglutinou nomes conhecidos das ciências sociais francesas, como os de Edgar Morin, François Bourricaud, Michel Crozier, Alain Touraine¹¹⁷ e Henri Lefebvre.

Apesar das divergências internas ao departamento de Sociologia, sobretudo entre a orientação marxista das pesquisas e dos assistentes e pesquisadores ligados a Lefebvre e a orientação liberal de Bourricaud, Crozier e Touraine, os estudantes igualavam-nos severamente em nome de uma crítica ao próprio estatuto científico do departamento recém-organizado. Um panfleto publicado pela revista *Esprit* em maio de 1968, assinado pelos estudantes Daniel Cohn-Bendit (então aluno do terceiro ano de sociologia), Jean-Pierre Duteuil, Bertrand Gérard e Bernard Garnautier, intitulado *Porquoi des sociologues* [Por que sociólogos], traz o seguinte tipo de questionamento:

Esta incerteza dos estudantes com relação a suas ocupações futuras é simétrica à incerteza teórica ao nível professoral onde as referências à ciência fazem senão esclarecer de antemão, por contraste, a confusão das doutrinas que nos são ensinadas (Apud GRÉMION, 2008, p. 28).

No dia 29 de março de 1967, cerca de cinquenta estudantes, todos eles homens, decidiram ocupar os prédios de moradia destinados às estudantes, cuja visita dos estudantes do sexo masculino era até então proibida! O decano da faculdade na época, Pierre Grappin¹¹⁸, convocaria prontamente as forças policiais para desocupar os prédios

¹¹⁷ Amigo do sociólogo brasileiro Fernando Henrique Cardoso, Touraine o convidaria para lecionar em Nanterre naqueles anos de 1967-8.

¹¹⁸ Cohn-Bendit reviu o seu julgamento sobre Grappin após se doutorar em Nanterre, quarenta e seis anos depois: “Ocorreram coisas memoráveis nesse lugar em 68, mas também palavras que é preciso esquecer. No calor da ação, o decano da época, Pierre Grappin, antigo resistente, foi chamado de nazi. Tratá-lo como nazi era não saber o que foram os nazis” (MALTERRE, Thibault. “46 ans après mai 68, Daniel Cohn-Bendit obtient son doctorat à Nanterre”. In: *AFP*, 11/12/2014. Disponível em: <<http://www.publicsenat.fr/lcp/politique/46-ans-apr-s-mai-68-daniel-cohn-bendit-obtient-doctorat-nanterre-751226>>. Acesso em: 23/11/2015).

tomados pelos estudantes, fato que chocou as camadas médias da sociedade francesa para além da própria comunidade acadêmica, dado que a polícia estava proibida, desde a Idade Média, de intervir no perímetro universitário. Mesmo cercados pela polícia, cerca de vinte e cinco estudantes mantiveram a ocupação por uma semana.

Após negociações envolvendo a revisão da separação dos pavilhões por sexo e a proteção dos ocupantes, os prédios foram enfim desocupados pelos estudantes. Porém, dias depois, a instituição expediu vinte e nove processos administrativos de expulsão da faculdade (como da moradia) aos vinte e cinco últimos ocupantes, além de quatro outros que não haviam participado diretamente da ocupação, mas que seriam incluídos na condição de “militantes políticos”, entre eles Cohn-Bendit¹¹⁹ e o *enragé* René Riesel (que mais tarde se tornaria membro da seção francesa da Internacional Situacionista).

O autoritarismo do reitorado da Sorbonne e da direção de Nanterre elevou ainda mais a temperatura da contestação estudantil que, no dia 3 de maio de 1968, dia do julgamento dos estudantes de Nanterre diante do Tribunal da Sorbonne no Quartier Latin em Paris, finalmente explodiria nos confrontos entre estudantes e policiais no Boulevard Saint-Michel, acontecimento este que efetivamente detona a crise revolucionária de maio-junho de 1968.

Na madrugada do dia 10 para o dia 11 de maio, a Rue Gay-Lussac é obstruída por sessenta barricadas, que impõem, após oito horas de confronto, a retirada das forças policiais do Quartier Latin, além da Sorbonne. Em uma correspondência com Michel Prigent, Debord narra um episódio elucidativo sobre a composição sociopolítica por trás das barricadas vitoriosas da Gay-Lussac:

Os trotskistas da FER (*Federação dos Estudantes Revolucionários*); eles tinham, mais do que outros grupos, estudantes de origem

¹¹⁹ Cohn-Bendit chega a 68 pertencendo ao grupo anarquista *Noir et Rouge*, tornando-se, nas vésperas de maio, uma das figuras mais emblemáticas do recém formado *Mouvement 22 Mars* (M-22): “Como se sabe, esse movimento foi criado graças à convergência de visão e de ação de anarquistas e marxistas, seus dois porta-vozes mais conhecidos sendo o libertário Daniel Cohn-Bendit e o ‘trotsko-guevarista’ Daniel Bensaïd, um dos fundadores da Juventude Comunista Revolucionária (JCR)” (BESANCENOT & LÖWY, 2016, p. 48). Para os autores de *Afinidades revolucionárias*, “se a corrente libertária em torno de Cohn-Bendit aceita sem muitas dificuldades cooperar com os marxistas revolucionários, é também porque se trata de uma mobilização interessada nas ideias de marxistas heterodoxos, como Henri Lefebvre, Herbert Marcuse e, com certeza, Guy Debord” (*Ibidem*, p. 48). No entanto, para os situacionistas, Cohn-Bendit era “insuficientemente inteligente, confusamente informado por pessoas interpostas dos problemas teóricos da época, hábil em agradar um público de estudantes [...] era um revolucionário honesto, ainda que sem gênio” (1998, pp. 38-39. Tradução nossa). Já o M-22 não passava, ainda segundo a IS, de “uma amálgama esquerdista nova na França”, a “cópia direta do SDS americano, igualmente eclético, democrático, e frequentemente nucleado por diversas velhas seitas esquerdistas” (*Ibidem*, p. 39. Tradução nossa).

trabalhadora, e alguns trabalhadores não estudantes) [...] declararam, na noite do dia 10 de maio, sobre a primeira barricada da rua Gay-Lussac, que aquelas barricadas eram uma provocação, e que era preciso abandoná-las. E assim, seus militantes, bastante numerosos, partiram em blocos bem ordenados, antes do combate, atravessando as linhas da polícia que se abriam alegremente para deixá-los passar. No entanto, eram pessoas corajosas [...] e, de longa data, melhor organizadas para agirem coletivamente do que todos os outros grupos. [...] De fato, este golpe desastroso lhes fez perder qualquer influência sobre o movimento nas semanas seguintes. Assim, os grupos ativos foram os situacionistas e os libertários; a JCR de Krivine [...] e enfim os maoístas (2006a, pp. 180-181. Tradução nossa)¹²⁰.

No dia 14 de maio (um dia após a primeira jornada de greve geral convocada por todas as direções sindicais do país) ocorre a primeira assembleia geral da Sorbonne ocupada, que elege o seu primeiro Comitê de Ocupação que, segundo os situacionistas, “Foi um esboço de conselho, em que os próprios estudantes deixaram de ser estudantes: eles saíram de sua miséria” (1998, p. 276. Tradução nossa). O *enragé* René Riesel foi, então, eleito para compor o seu órgão executivo, sendo o único membro a indicar um pertencimento político (o recém-formado *Comité Enragés-Internationale Situationniste*) e a definir um programa: a democracia direta na Sorbonne e a perspectiva do poder internacional dos conselhos operários (defendida tanto pela IS, quanto por Debord em *La société du spectacle*).

Após uma série de desacordos com a atividade do Comitê de Ocupação da Sorbonne, *enragés* e situacionistas decidem romper com ele para formar o “Conselho pela Manutenção das Ocupações” (CMDO), uma espécie de assembleia geral permanente constituída por três comissões, as quais eram encarregadas da redação e impressão de documentos, da comunicação com as fábricas ocupadas e responsáveis por providenciar materiais necessários às ações. No dia 19 de maio, o CMDO publica um “Relatório sobre a Ocupação da Sorbonne”, no qual eram denunciados os problemas que acarretaram a derrota desta experiência. No dia 22, publica a declaração “Pelo Poder dos Conselhos Operários”, que ensaiava sobre as possibilidades concretas e as perspectivas revolucionárias do controle operário sobre certos setores da economia. No dia 30, o CMDO publica o comunicado “Apelo a todos os trabalhadores”, cujo conteúdo retomava o princípio situacionista segundo o qual “não se pode mais combater a

¹²⁰ Carta a Michel Prigent, de 27 de agosto de 1981. Nesta carta Debord comenta as origens das organizações trotskistas FER e JCR: “A JCR era da corrente ‘pablista’ dos anos 50, que queria praticar o ‘entrismo’ nos partidos stalinistas, e a FER era da corrente ‘lambertista’, dos sectários que ao menos recusavam esta vergonhosa ilusão” (2006a, p. 181. Tradução nossa).

alienação sob formas alienadas” (*La société du spectacle*) e convocava o movimento revolucionário, então em franco refluxo, a continuar a luta pela abolição do *salariato*, da produção mercantil e do Estado. Assim, Debord e os situacionistas parecem transpor a ideia do poeta russo Maiakovski, segundo a qual “não há conteúdo revolucionário sem forma revolucionária”, do moderno terreno artístico de vanguarda para a moderna política revolucionária. O CMDO não se perguntava somente sobre *o que fazer*, mas, sobretudo, pelo *como fazer*. Diferentemente das organizações à extrema-esquerda do movimento, *enragés* e situacionistas não dissociavam o conteúdo revolucionário de seu programa de uma forma de organização igualmente revolucionária: autônoma em relação ao Capital, a partidos e sindicatos, e horizontal no âmbito da tomada interna de decisões.

O CMDO publicou dezenas de cartazes, cerca de cinquenta histórias em quadrinhos e até compôs algumas canções¹²¹. Seus principais textos tiveram uma tiragem de 150.000 a 200.000 exemplares, todos eles impressos por trabalhadores de gráficas ocupadas. No mês de junho, com a restauração do Estado, o Conselho pela Manutenção das Ocupações se autodissolve, recusando-se a uma existência permanente¹²².

Como vimos, muito antes da explosão de 1968, Debord e os situacionistas apostavam no retorno da revolução social. Durante o inverno de 1969, os situacionistas reunidos em Bruxelas alardeavam o fato de terem sido os únicos a considerar esta revolução, pelo menos desde o início da década, “uma das menos imprevisíveis de todas” (1998, p. 13). De fato, desde 1957, num dos textos fundantes¹²³ da Internacional Situacionista, Debord estima, prospectivamente, que o ano de 1956 marcava o início de “uma nova fase de lutas” e de um novo “impulso das forças revolucionárias” (2006c, p. 23. Tradução nossa). No sexto número da revista da organização (publicado em 1961), Debord afirmava que “a revolução estava para ser reinventada”¹²⁴ e, no ano de 1963, prenunciava audaciosamente o futuro próximo: “a IS semeou o vento, ela colherá a

¹²¹ No ano de 1998, Jacques Marchais, Vanessa Hachloum, Michel Devy e Jean Mortier gravam e lançam um disco “em homenagem a Guy Debord” chamado *Pour en finir avec le travail*, contendo nove canções compostas entre maio e junho de 1968 por membros do CMDO, como Debord, Vaneigem, Alice Becker-Ho e Jacques Le Glou. Disponível em: <<http://vrevolution.free.fr/Pourenfiniravecletravail.htm>>. Acesso em: 04/07/2016.

¹²² Quatro anos mais tarde, a própria Internacional Situacionista seguiria este exemplo.

¹²³ *Rapport sur la construction des situations* [Relatório sobre a construção de situações] (1956).

¹²⁴ “Instructions pour une prise d’armes”. In: *Internationale Situationniste*, n° 6, [1961] 1997, p. 201.

tempestade”¹²⁵. No mesmo número da revista, lê-se também a seguinte instrução dos situacionistas: “Como iremos levar a cultura dominante à falência? De duas maneiras, primeiro gradualmente e, depois, bruscamente”¹²⁶. Em março de 1966, Debord voltava a constatar, criticamente, que “este sistema entrou agora em uma nova crise: de Berkeley à Varsóvia, das Astúrias a Kivu, ele é por todo lado refutado e combatido”¹²⁷. E, no libelo *A miséria do meio estudantil* (também de 1966), Mustapha Khayati afirmaria o sentido último da agitação situacionista: “criar finalmente a situação que torne impossível qualquer retorno” (IS, 2002, p. 49).

Em 1967, Debord abria o oitavo capítulo de *La société du spectacle* com uma carta de Arnold Ruge endereçada a Marx, em março de 1843, na qual o filósofo neohegeliano indagava o futuro autor do *Manifesto do Partido Comunista*: “Viveremos o suficiente para vermos uma revolução política? Nós, os contemporâneos destes alemães? Meu amigo, credes no que queres...” (apud DEBORD, 1997, p. 119). E quatro anos depois, lá estava a revolução que Marx aguardava.

Mas não se tratava, para Guy Debord e os situacionistas (tanto quanto para Marx antes de 1848) de “profetizar” nem de “calcular cientificamente” a data em que ocorreriam os primeiros abalos sísmicos da sociedade espetacular: “naturalmente, não profetizamos nada, dissemos o que aí estava”¹²⁸. Tratava-se, sim, de identificar nas contestações sociais contemporâneas à formação da IS, as características essenciais do movimento de ocupações que eclodiria na França em Maio de 68.

Primeiro, no fato de que o retorno da revolução social não se daria num contexto de crise econômica, nem em um país subdesenvolvido, mas em um país de capitalismo avançado¹²⁹; segundo, no fato de que tal movimento só poderia exprimir-se de maneira *selvagem*, isto é, de modo não apenas antiestatal e anticapitalista, mas, sobretudo, *anti-hierárquico*: “Qualquer que seja a força material possuída pela sociedade, o problema

¹²⁵ “L’opération contre-situationniste dans divers pays”. In: *Internationale Situationniste*, n° 8, [1963] 1997, p. 325.

¹²⁶ “L’avant-garde de la présence”. In: *Internationale Situationniste*, n° 8, [1963] 1997, p. 318.

¹²⁷ Extraímos este trecho de um pequeno texto de apresentação do movimento situacionista redigido por Debord em 1965 para ser publicado na Inglaterra juntamente com a tradução inglesa de *O declínio e a queda da economia espetacular-mercantil*. Ambos os textos foram publicados em língua francesa pela primeira vez no número 10 da revista *Internacional Situacionista*, em 1966.

¹²⁸ “Le commencement d’une époque”. In: *Internationale Situationniste*, n° 12, [1969] 1997, p. 571.

¹²⁹ Para os situacionistas, “a erupção revolucionária não veio de uma crise econômica, pelo contrário, ela contribuiu para criar uma situação de crise na economia” (1998, p. 209) – uma perspectiva diferente daquela em vigor no PC de todos os países. Foi Lenin quem desenvolveu a tese de que processos revolucionários ocorreriam em contextos de crise econômica, política e social. Trotsky complexificou essa ideia ao elaborar sua própria tese, baseada no exemplo russo, do “desenvolvimento desigual e combinado” – donde a perspectiva de que revoluções ocorreriam nos países subdesenvolvidos.

reside nas formas modernas da hierarquia e do poder, isto é, o contrário da soberania dos homens sobre seu entorno e sua história”¹³⁰. De Berkeley a Praga, de Tóquio a Paris, era uma contestação global à totalidade da sociedade do espetáculo que a irrupção revolucionária de 1968 efetivamente exprimia.

Na mesma época, entre os “teóricos críticos” ligados ao Instituto de Pesquisa Social de Frankfurt, Herbert Marcuse¹³¹ mostrava-se pessimista, em *One dimensional man* (1964), quanto às possibilidades de uma transformação revolucionária das sociedades tardoburguesas, assim como Theodor Adorno que, na introdução de sua *Negative Dialektik* [Dialética Negativa] (1966), afirmava que a “práxis transformadora” encontrava-se “adiada por um tempo indeterminado” (2009, p. 11). Na mesma Paris de Debord, dos situacionistas e do Maio de 68, Althusser reduzia, nas páginas de *Pour Marx* [Por/Para Marx] (1965), a história a um “processo sem sujeito” e Foucault, em *Les mots et les choses* [As palavras e as coisas] (1966) anunciava uma enigmática “morte do homem”. No ano de 1967, em *Position: contre les technocrates* [Posição: contra os tecnocratas], Henri Lefebvre, ao demarcar posição contrária também à IS, acreditava que:

Os situacionistas [...] não propõem uma utopia concreta, mas uma utopia abstrata. Acreditam verdadeiramente que numa bela manhã as pessoas se olharão e dirão umas às outras: ‘Chega! Chega de trabalho e de tédio! Acabemos com isso!’ e que assim entrarão na Festa Imortal, na criação de situações? Se isso aconteceu uma vez em 18 de março de 1871, tal conjuntura não se reproduzirá novamente¹³².

A revolução de 1968 foi, nesse sentido, uma “desagradável surpresa” para todos eles¹³³, assim como a revolução de fevereiro de 1848 havia sido para Pierre-Joseph Proudhon (1809-1865)¹³⁴. Em um texto de 1979, Debord reitera que:

¹³⁰ “Domination de la nature, idéologies et classes”. In: *Internationale Situationniste*, n° 8, [1963] 1997, p. 299. Tradução nossa.

¹³¹ “Se a crise revolucionária de maio mostrou alguma coisa, foi exatamente o contrário das teses marcuseanas, a saber: que o proletariado não está integrado, e que ele é a principal força revolucionária moderna” (*Enragés et situationnistes dans le mouvement des occupations* [1968] 1998, p. 154. Tradução nossa). Contudo, como nota Maria Ribeiro do Valle, “o ceticismo presente nos escritos de 1964 de Marcuse começa a ser superado com a emergência de protestos que envolvem ‘novos atores sociais’ – por um lado, as revoluções contra a ‘intolerável herança do colonialismo’ e seu prolongamento pelo neocolonialismo, e, por outro, a revolta da juventude” (2005, p. 103).

¹³² Apud *Internationale Situationniste*, n° 12, [1969] 1997, p. 573. Tradução nossa.

¹³³ Nas palavras provocativas do antigo situacionista italiano Gianfranco Sanguinetti, “Marcuse, o iludido, pretendia ainda demonstrar-nos o desaparecimento do proletariado, que alegremente se teria dissolvido na burguesia; e Henri Lefebvre, o desiludido, já perorava sobre ‘o fim da história’ [...] Mas a partir de 1968, tiveram que submeter-se à percepção dolorosa da estupidez de que enfermavam: Marcuse resignou-se ao silêncio, e Lefebvre resignou-se a voltar ao redil, falando por conta dos stalinistas franceses” (1981, p.

Em 1968, nenhuma das outras correntes organizadas – que, no movimento de negação pelo qual começou a degenerescência das formas de dominação da época, vieram defender seu próprio atraso e suas estreitas ambições – nenhuma dessas correntes dispunha de um livro de teoria moderno, e nem mesmo reconhecia nada de moderno no poder de classe que se tratava de derrubar. Os situacionistas foram capazes de propor a única teoria da temível revolta de maio (1997, p. 151).

Em uma carta enviada a Mario Perniola e à seção italiana da IS, datada de 6 de abril de 1969, Debord comentaria diretamente o caráter prognóstico de suas análises, ressaltado pelo filósofo italiano em uma correspondência anterior:

Você é gentil demais comigo quando diz que eu “lucidamente prognostiquei”, em abril de 68, a ressurreição da agitação revolucionária. Sem dúvida, naquele momento, a França estava calma, e o salto qualitativo que devia levar à crise francesa ainda repousava em um futuro incerto, mas a agitação já era bem visível nas ruas de cinco ou seis países modernos (2004, p. 55. Tradução nossa).

Os fatos supracitados nos parecem suficientes para atestar o vínculo que aqui assinalamos entre a crítica situacionista da década de 1960, particularmente sintetizada em 1967 por Guy Debord em *La société du spectacle*, e a crise sociopolítica deflagrada na França em Maio de 68. Vimos como, ao conjurar a crise da sociedade do espetáculo, isto é, a crise das sociedades tardocapitalistas em sua totalidade, a crítica social situacionista acabou por desempenhar um papel ativo na precipitação¹³⁵ do Maio de 68. Para o cofundador da IS, “a fusão do conhecimento e da ação precisa realizar-se na própria luta histórica, de tal modo que cada um desses termos coloque no outro a garantia de sua verdade” (*SdE*, § 90).

52). Em um artigo consagrado à questão das relações entre os intelectuais franceses e o Maio de 68, Pierre Grémion ignora a experiência situacionista, quando diz que “nenhum deles antecipou os eventos, para todos foi uma surpresa” (2008, p. 24. Tradução nossa).

¹³⁴ É Marx quem assinala o fato: “A revolução de fevereiro foi para Proudhon uma surpresa desagradável: algumas semanas antes, ele havia provado, irrefutavelmente, que a ‘era das revoluções’ estava fechada para sempre” (MARX, Karl. “Correspondance de Marx sur Proudhon”. *Œuvres Choisies*, tomo II. Paris: Gallimard, 1966, p. 335). “Creio que não precisamos disso [da revolução] para vencer e que, consequentemente, não devemos de modo algum pôr a ação revolucionária como meio de reforma social, porque este pretense meio seria simplesmente um chamado à força, ao arbitrário, enfim, uma contradição” (PROUDHON, Pierre-Joseph. Carta a Karl Marx, 17 de maio de 1846. Cf. HAUPTMANN, Pierre. *Pierre-Joseph Proudhon. Sa vie et sa pensée. Tome I (1809 – 1849)*. Paris: Beauchesne, 1982, p. 786).

¹³⁵ Um vínculo deste tipo não é de modo algum inédito na história. Em *Crítica e crise* (1959), Koselleck (1999) resgata o impacto causado pela distribuição, nas colônias americanas da década de 1770, de 25 mil exemplares de *Histoire philosophique et politique des établissements et du commerce des Européens dans les deux Indes* (1770), de Raynal, no movimento pela independência dos Estados Unidos.

Os situacionistas se posicionariam precisamente no epicentro do próprio movimento, “ali onde ele foi mais livre para traduzir, em palavras e em atos, seu conteúdo”¹³⁶. Debord, por sua vez, não falava a partir de nenhuma cátedra universitária, nem de nenhum outro posto institucional, para além da sua participação ativa em uma organização minúscula, porém revolucionária como foi a IS, desde a sua fundação, em 1957, até a sua autodissolução, no ano de 1972.

Autoproclamado “discípulo de Clausewitz” (DEBORD, 2006b, p. 1791), sua crítica teórica, que é “histórica e estratégica” (1997, p. 162), segue alguns dos principais ensinamentos do general prussiano: “A maior parte das críticas estratégicas desapareceria completamente [...] se quem as escreveu quisesse ou pudesse conhecer, *em pensamento*, todas as circunstâncias nas quais se encontravam os atores” (CLAUSEWITZ apud DEBORD, 2006b, p. 1463).

Entusiasta das ideias do Marx das *Teses sobre Feuerbach* (1844), Debord não buscou filosofar sobre a realidade, mas *realizar a filosofia*. Para ambos, tratava-se de transformar o mundo mais do que de interpretá-lo, e de interpretá-lo senão para transformá-lo: “a teoria só conhece aquilo que ela faz” (*SdE*, § 80), nos diz Debord, o responsável pela redescoberta de August von Cieszkowski na França quando, em 1973, publica uma apresentação a uma nova tradução de *Prolegômenos à Historiosofia*, ausente no país desde sua primeira publicação em 1838. Nesta apresentação, Debord avisa o leitor que o livro que ele tem em mãos “marca o desmoronamento instantâneo do sistema hegeliano”: a partir dele, o método dialético enquanto “pensamento da história”, “vai buscar a realidade que o procura”. Para Debord, “é neste movimento que se constitui, notadamente através de Marx e Bakunin, a primeira base do projeto revolucionário social” (2006b, p. 1536. Tradução nossa). Cieszkowski “deverá ser cedo ou tarde reconhecido como o ponto obscuro em torno do qual todo o pensamento histórico, desde um século e meio, deu sua virada decisiva” (*Ibidem*, p. 1536).

O chamado “pensamento da história”, que Gramsci em seus *Quaderni del Carcere* [Cadernos do Cárcere] (1929-32) designou pela expressão “filosofia da práxis”, influenciou decisivamente a sorte de Debord e dos situacionistas. Consta no segundo volume das correspondências de Debord uma nota enigmática que assinala a existência das chamadas *Teses de Hamburgo*, “o mais misterioso de todos os documentos que emanam da IS” (2006b, p. 585). Tais teses não foram registradas por escrito e suas

¹³⁶ “Le commencement d’une époque”. In: *Internationale Situationniste*, n° 12, [1969] 1997, p. 570. Tradução nossa.

conclusões permaneceram deliberadamente em segredo por longas três décadas, até que foram reveladas por Debord em novembro de 1989, em uma *Nota para servir à história da Internacional Situacionista*. Formuladas nos primeiros dias de 1961, no retorno da V Conferência da IS ocorrida em Gotemburgo (Suécia) entre 28 e 30 de outubro, por Guy Debord, Attila Kotányi e Raoul Vaneigem e às quais contribuirá posteriormente Alexander Trocchi, as teses de Hamburgo “podem ser resumidas em uma única frase: ‘A IS deve, doravante, realizar a filosofia’” (1999, p. 63).

Além do aspecto experimental das teses de 1961, a nota redigida por Debord em 1989 tem para nós um importante valor teórico na medida em que *antecipa* tanto o movimento que levaria os situacionistas ao Maio de 68, como também uma prática que seria largamente usada pelos agentes da dominação estatal noutra conjuntura histórica, aquela do último quarto do século XX.

Com relação ao primeiro período, a nota de 1989 revela que a retomada situacionista, em 1961, da célebre fórmula de Marx (datada de 1844) buscava justamente, nas palavras de Debord, “relançar o mais brevemente possível outra época de contestação, renovando todas as bases iniciais daquela que se constituiu nos anos de 1840” (2006b, p. 586). Reconhece também que as teses de Hamburgo marcariam “o fim, para a IS, de sua primeira época – busca de um terreno artístico verdadeiramente novo (1957–61) – fixando também o ponto de partida da operação que levou ao movimento de Maio de 68, e às suas consequências”. Em outras palavras, assinala o vínculo entre a crítica teórico-prática revolucionária portada pela IS, ao menos desde o início da década de 1960, e a crise revolucionária que seria deflagrada em Maio de 68¹³⁷.

Já no que se refere à conjuntura do período de 1989-91, Debord pôde remarcar uma “aplicação socio-histórica ulterior desta inovação formal”, quando “o procedimento

¹³⁷ Em maio de 1961, Debord recebe um convite de Henri Lefebvre para apresentar uma comunicação aos sociólogos do *Grupo de pesquisas sobre a vida cotidiana*. No dia 17, Debord emite sua exposição gravada por um magnetofone, na sua presença, diante do grupo de sociólogos. Intitulada *Perspectivas de modificações conscientes da vida cotidiana*, a exposição se inicia com uma fórmula provocativa, diretamente inspirada pelas teses de Hamburgo: “Estudar a vida cotidiana seria uma empresa perfeitamente ridícula, e de início condenada a nada compreender do seu objeto, se não propuser explicitamente o estudo da vida cotidiana para transformá-la” (2010, p. 101. Tradução nossa). Esse texto reapareceu modificado no sexto número da revista da IS, em agosto de 1961, e marca o ponto culminante das relações entre Debord e Lefebvre. Um ano após o seu encontro com Lefebvre, em fevereiro de 1961, Debord confia ao situacionista belga Maurice Wyckaert, que prepara “uma intervenção sobre as ‘Perspectivas de modificações conscientes da vida cotidiana’ que Henri Lefebvre solicitou para um *Grupo de Pesquisas sobre a vida cotidiana* [...] Preparamos um golpe terrível para os sociólogos” (2001, p. 70. Tradução nossa). A partir de fevereiro de 1963, com o panfleto *Às latas de lixo da história!*, os situacionistas (Debord incluso) rompem publicamente suas relações com o filósofo.

havia encontrado um insólito sucesso nas instâncias superiores de numerosos Estados” (2006b, p. 586)¹³⁸.

N^a *A sociedade do espetáculo*, Debord critica tanto a economia política burguesa do século XVIII, “que quer fundamentar economicamente a história e esquece o fato de que a ciência disponível teve que ser fundamentada historicamente na economia”, quanto o “socialismo científico” característico do século XIX, “que acreditou dominar a história atual por um conhecimento científico” e cujo “ponto de vista revolucionário permaneceu *burguês*” (*SdE*, § 82). O autor de *A sociedade do espetáculo* pretendia ultrapassar as concepções de Bernstein, Kautsky e Lenin sobre a relação entre a ciência proletária e a história, entre teoria e prática revolucionárias. Assim como Lenin não teria passado “como pensador marxista, [de] um kautskista fiel e consequente” (*SdE*, § 98), a crítica teórica formulada pela IS se opunha frontalmente às concepções kautskista e leninista, devedoras, segundo Debord e os situacionistas, de um entusiasmo com o pensamento científico característico do final do século XIX.

Se, para Marx e Engels, havia “apenas uma ciência: a ciência da história”, para Debord e os situacionistas, “o projeto de superar a economia e de apossar-se da história [...] não pode ser em si *científico*” (*SdE*, § 82). O autor de *La société du spectacle* aponta a “insuficiência teórica” na “defesa *científica* da revolução proletária” de Marx, dirigindo a ela uma dupla crítica, tanto ao conteúdo quanto à forma de sua exposição, identificando nestes dois aspectos a origem da “ideologização” de sua teoria, tornada “marxismo” nas interpretações economicistas dos epígonos da Segunda Internacional:

O que liga estreitamente a teoria de Marx ao pensamento científico é a compreensão racional das forças que se exercem na sociedade. Mas ela é fundamentalmente um mais além do pensamento científico, no qual este só será conservado se for superado: trata-se de uma compreensão da *luta*, e não da *lei* (*SdE*, § 81. Grifos no original).

Também aponta duas falhas essenciais no conteúdo da teoria marxiana, primeiro ao “sustentar uma imagem *linear* do desenvolvimento dos modos de produção” (*SdE*, § 87), simplificação que levaria Marx, por conseguinte, a “descuidar do papel econômico do Estado na gestão da sociedade de classes”, algo esboçado, é bem verdade, em sua análise do *bonapartismo*, porém não o suficiente para evitar criar, segundo Debord, “a

¹³⁸ Tema do qual tratamos nas seções 1.2. e 2.3.

base intelectual das ilusões do economicismo” (*SdE*, § 89). Já no que se refere à forma da exposição teórica, Debord sustenta que:

Marx manteve o ponto de vista unitário de sua teoria, mas a exposição dessa teoria manteve-se no terreno do pensamento dominante ao adotar a forma de críticas de disciplinas particulares, principalmente a crítica da ciência fundamental da sociedade burguesa, a economia política. Foi essa mutilação, ulteriormente aceita como definitiva, que constituiu o “marxismo” (*SdE*, § 84).

Como buscamos demonstrar, os situacionistas inscreveram o *conteúdo de sua crítica social* na tradição esquerdista do moderno movimento revolucionário ocidental. A Internacional Situacionista moveu-se na contramão das ideologias herdeiras da teoria leninista da organização revolucionária, acusadas de contrapor a classe proletária às suas representações burocráticas. A crítica prática da IS seguiu de perto a divisa original da Associação Internacional dos Trabalhadores¹³⁹ (1864-76), segundo a qual *a emancipação dos trabalhadores será obra dos próprios trabalhadores*. Para os situacionistas, a coerência entre a teoria e a prática buscava se realizar na medida em que a primeira exprimia¹⁴⁰ os movimentos da segunda, na medida em que a teoria era comunicada à sociedade e pudesse, em última instância, inspirar a prática revolucionária de sua própria época sem, contudo, jamais alimentar a ilusão nem o desejo de *dirigi-la*.

Como vimos, nos concentramos até aqui em desvelar de que modo se deu a influência da IS e das ideias de Guy Debord¹⁴¹ em várias partes do mundo, particularmente na França e na Itália, na radicalização estudantil e operária que, repentinamente, lançaria estes dois países nas agudas crises revolucionárias de 1968-69. Na seção seguinte, tentamos realizar um breve mapeamento da contrarrevolução ocorrida naqueles países no pós-68.

¹³⁹ Cf. *Internationale Situationniste*, n°10, [1966] 1997, p. 480. Em 28 de setembro de 1964, a IS comemoraria o centésimo aniversário da fundação da AIT editando um cartão postal com a fotografia de Marx. E, no cabeçalho de uma carta enviada a Mustapha Khayati em setembro de 1965, Debord assinala que “faz agora 101 anos que fundamos a IS!” (2003, p. 65).

¹⁴⁰ “Porque a teoria esquerdista pretende *exprimir* o real, não formulá-lo, e ainda menos modelá-lo” (GOMBIN, 1972, p. 174).

¹⁴¹ A esse respeito, Debord observa, em uma correspondência de novembro de 1976 com Jaime Semprun: “Sem dúvida, influenciei muita gente, mas sempre observei que aqueles que mais influenciei foram as personalidades mais autônomas e as mais capazes de agir (de modo que esta influência não é seguramente unilateral). Na outra extremidade do espectro, vários se contentaram em dizer que já haviam me visto” (2005, p. 395. Tradução nossa).

2.2. França e Itália pós-68: os laboratórios de um novo regime em gestação.

Desde 1969 aumentaram de forma inesperada os trabalhos sobre o problema do *estado de exceção no direito*. Isso obedece à dinâmica de um desenvolvimento que converteu as emergências e crises em elementos integradores ou desintegradores de uma *anômala situação intermediária* entre guerra e paz. (Carl Schmitt. Advertência preliminar à quarta edição de *A ditadura*, 1978).

A sociedade moderna que, até 1968, ia de sucesso em sucesso, e estava persuadida de ser amada, teve a partir daí de desistir de todos esses sonhos; ela prefere ser temida (Guy Debord. *Comentários sobre a sociedade do espetáculo*, 1988).

Nos *Comentários* de 1988, Debord diz que o lugar predominante que a Rússia e a Alemanha tiveram na formação do espetacular concentrado, e os Estados Unidos na formação do espetacular difuso, “parece ter pertencido à França e à Itália no momento da instalação do espetacular integrado” (§ IV). E atribui isto a uma série de “fatores históricos comuns”, tais como:

Papel importante de partido e sindicato stalinistas na vida política e cultural, fraca tradição democrática, longa monopolização do poder por um único partido governamental, necessidade de acabar com a contestação revolucionária surgida de repente.

Feita a discussão com alguns interlocutores dos *Comentários* (Cf. seção 1.2.) sobre as novas técnicas de poder do espetáculo integrado, agora passamos a um breve mapeamento dos fatores sociopolíticos evocados por Debord e que presidiram a sua gênese histórica. Tais fatores, como se pode observar, são conexos à intensificação da luta de classes transcorrida na sequência das explosões revolucionárias de maio-junho de 1968 na França, sobretudo ao longo do dilatado processo revolucionário ocorrido entre 1968 e 1978¹⁴² na Itália, países onde a crítica teórica situacionista havia obtido, como vimos na seção anterior (2.1.), um papel não negligenciável como um dos elementos mais inflamáveis daquelas erupções revolucionárias. Conforme Debord assinala no início dos seus *Comentários*, o relevante papel desempenhado pelo “partido e sindicato stalinistas” (isto é, pela burocracia comunista dos aparelhos do PCF e da CGT¹⁴³, bem como do PCI e da CGL¹⁴⁴) na “vida cultural e política” francesa e italiana,

¹⁴² Com períodos de agudização da crise, entre os anos de 1967-69 e 1977-78.

¹⁴³ *Confédération Générale du Travail* (Confederação Geral do Trabalho).

aliado à “fraca tradição democrática” destes países e à “necessidade de liquidar a revolução” que eclode em torno de 1968, constituem os principais fenômenos originários do regime espetacular integrado.

a) O caso francês.

A ascensão de Hitler na Alemanha em 1933 levou a URSS a tentar uma aproximação com as democracias ocidentais. Na França, este movimento se cristalizou em uma “união de esquerda” entre comunistas, socialistas e radicais que sairia vitoriosa das eleições de 3 de maio de 1936: era a chamada Frente Popular, liderada pelos socialistas e apoiada pelos comunistas.

Ao mesmo tempo, uma onda de greves iniciada em uma fábrica de aviação chega, no dia 28 de maio, a atingir a totalidade das fábricas de automóveis do país. Desde o início desse movimento, para esquerdistas e extremistas¹⁴⁵ da época, anarquistas, anarco-sindicalistas, sindicalistas revolucionários, trotskistas, aquela era uma situação revolucionária. Já a burocracia comunista dos aparelhos partidário e sindical passa a denunciar os extremistas como os piores inimigos da classe trabalhadora e do governo de esquerda, chegando a interditar o jornal trotskista *Lutte communiste* [Luta comunista] (COHN-BENDIT, 1968, p. 203). Além disso, a Frente Popular, também naquele ano deixaria a revolução espanhola ser aniquilada com sua política de não intervenção.

A partir de 1939, porém, o pacto entre Hitler e Stalin altera a orientação da política do PCF que, até 1941, volta-se contra a burguesia francesa e o imperialismo Anglo-Saxão. Somente após junho de 1941, com a ofensiva de Hitler contra a URSS, os comunistas entram na Resistência (contra os nazistas) que, até 1945, marcará a época de ouro do PCF:

O PC reconquista uma parte dos militantes perdidos de 1939 a 1941. Numerosos são aqueles que serão presos e executados pela Gestapo. O prestígio da Resistência, o título de “Partido dos fuzilados”, o prestígio do “glorioso exército soviético”, levaram ao PC centenas de

¹⁴⁴ *Confederazione Generale del Lavoro* (Confederação Geral do Trabalho).

¹⁴⁵ Aqui operamos novamente com a distinção de Richard Gombin, entre o esquerdismo enquanto uma “alternativa radical ao marxismo-leninismo” (1972, p. 20) e o extremismo de esquerda, isto é, as diferentes “oposições comunistas” (sobretudo as mais influentes, de matriz trotskista e maoísta) que, “atacando o partido em consequência de sua traição à teoria ou à prática (ou às duas) marxista-leninistas”, têm o objetivo de irremediavelmente “atê o extremo da doutrina comunista, e não substituí-la” (*Ibidem*, p. 22).

milhares de aderentes (COHN-BENDIT, 1968, p. 207. Tradução nossa).

Porém, o apogeu do PCF coincide com o seu declínio, reflexo de outra grande alteração na geopolítica internacional quando, respectivamente em março e junho de 1947, os Estados Unidos apresentam ao mundo os princípios da doutrina Truman e do plano Marshall e, em setembro do mesmo ano, Andrei Jdanov (1896–1948) organiza o *Kominform*¹⁴⁶ e desenvolve a tese sobre a repartição do mundo em dois blocos, precipitando o início da Guerra Fria. Os anos de 1947-48 são, portanto, aqueles nos quais se consolida a cisão entre dois pólos rivais, liderados por EUA e URSS. Nos limites desta polarização, os PCs dos países alinhados ao bloco ocidental, como França e Itália, serão usados pelo PC da URSS para enfraquecer o bloco rival:

De 1947 a 1952, o PCF tentará lançar os trabalhadores em múltiplas batalhas antiamericanas, mas como ele quer unificar todas as camadas da população, inclusive o patronato, nesta luta pela “independência nacional”, ele evitará pôr em dificuldades os padrões patriotas (COHN-BENDIT, 1968, p. 212).

Os aparelhos sindicais refletem essa conjuntura, que se traduz na cisão entre a FO¹⁴⁷, pró-americana, e a CGT, pró-soviética. Os sindicatos perdem mais e mais aderentes, levando a um afastamento dos trabalhadores dos aparelhos burocráticos, enquanto o PCF se lança em uma defesa unilateral da burocracia soviética.

De 1953 a 1968, tem início um novo ciclo da luta de classes na França, que representaria o “fim da hegemonia stalinista” (COHN-BENDIT, 1968, pp. 213-5). O ano de 1953 vê eclodir importantes revoltas operárias tanto no território oriental de Berlim, dominado pelas burocracias alemã e russa, como no bloco ocidental, quando explode na França, em agosto, uma greve “fora das organizações sindicais, que farão de tudo para deter o movimento e impedir sua proliferação” (*Ibidem*, p. 213). O ano de 1956 marca o agravamento da crise do stalinismo¹⁴⁸, com a realização do XX°

¹⁴⁶ O acrônimo designa a organização internacional liderada pelo PCUS e cujo objetivo era promover o intercâmbio de informações e coordenar as ações dos vários partidos comunistas da Europa.

¹⁴⁷ *Force Ouvrière*, sindicato que, segundo Daniele Ganser (2007, p. 56) recebeu, no início dos anos 1950, apoio logístico e financeiro (de mais de um milhão de dólares ao ano) da CIA para dividir e enfraquecer a CGT.

¹⁴⁸ O ano de 1956 também seria marcado, no campo difuso, pela guerra conduzida por Estados Unidos, Inglaterra e Israel contra o Egito.

Congresso do PC da URSS (que marcou o processo de desestalinização do partido) e a revolução dos conselhos operários de Budapeste.

No fim de 1956 tem lugar o Primeiro Congresso Mundial de Artistas Livres em Alba e, em 1957, a IS será fundada na Conferência de Cosio di Arroscia, também no interior da Itália. Vimos como, na seção anterior deste capítulo, sucederam-se os acontecimentos que detonaram a crise revolucionária de Maio de 68. Passaremos agora a levantar alguns traços gerais acerca do papel desempenhado pelas esquerdas comunista e socialista no *retour à la normale*¹⁴⁹, bem como no apaziguamento da luta de classes revolucionária no pós-68:

Em 1956, a verdadeira face da burocracia soviética e das democracias ditas populares foi desmascarada lá onde elas detinham o poder. Em 1968, a burocracia provou sua verdadeira natureza ali onde ela ainda não o detinha (COHN-BENDIT, 1968, p. 217).

O dia 16 de maio de 1968 marca o momento em que a classe operária entra para o movimento de ocupações acionado pelos estudantes da Sorbonne, quando o seu Comitê de Ocupação decide participar da assembleia geral da Renault em Billancourt. Neste momento, segundo os situacionistas, “a ameaça de uma junção entre os operários e as ocupações revolucionárias que se desenvolveram a partir da luta dos estudantes, apavoram o partido dito comunista e o governo” (IS, 1998, p. 96. Tradução nossa). Enquanto o governo convoca uma força suplementar de cerca de 10 mil reservistas do Exército, os stalinistas do PCF pretendem “pôr trabalhadores e estudantes em estado de alerta contra toda palavra de ordem aventureira” (*Ibidem*, p. 96) e a CGT se coloca defronte os portões da fábrica para “impedir o encontro entre estudantes e operários” (*Ibidem*, p. 97).

As jornadas dos dias 17 e 18 de maio assinalam, de um lado, o recuo do movimento estudantil que, internamente dividido, se decompõe concluindo a experiência de democracia direta esboçada pelo Comitê de Ocupação da Sorbonne. De outro lado, disparam uma onda de greves selvagens com ocupações de fábricas, que ameaçavam desembocar em uma greve geral. A partir de então, a estratégia sindical passa a perseguir o objetivo de reduzir o vasto movimento da greve geral a uma série de greves justapostas por empresas:

¹⁴⁹ “Retorno à normalidade”, expressão usada pelos estudantes franceses após as eleições de junho de 1968.

Enquanto nos portões de quase todas as fábricas, os piquetes de greve, sempre sob as ordens dos sindicatos, impediam os trabalhadores de falarem por si próprios, de falar aos outros e de ouvir as correntes mais radicais que se manifestavam na ocasião, as direções sindicais se encarregavam de reduzir o conjunto do movimento a um programa de reivindicações estritamente profissionais (IS, 1998, p. 114).

No dia 24 de maio eclode um levante no qual a violência atingiria o seu ponto culminante, com a morte de um manifestante. É também o ponto em que a crise revolucionária se aprofunda, conforme relatam os situacionistas: “o movimento de ocupações, que havia se amparado das zonas chave da economia, rapidamente atinge todos os setores da vida social” (*Ibidem*, p. 129).

Ao ocupar as fábricas e desencadear um movimento que tendia para a realização da tão temida greve geral, o proletariado francês realizava espontaneamente o que nenhum sindicato ou partido político podia fazer em seu lugar. Porém, este mesmo proletariado revolucionário abriu espaço para que forças exteriores a ele (leia-se, partido e sindicato stalinistas) retirassem-lhe a vitória, falando e agindo em seu lugar. O juízo dos situacionistas a esse respeito é categórico: “O stalinismo desempenhou aí o seu mais belo papel desde Budapeste” (*Ibidem*, p. 150). E, em uma carta endereçada a Pascal Dumontier em 31 de maio de 1990, Debord se refere a Maio de 68 como o “*primeiro golpe grave recebido pelo stalinismo no exterior*”; o início do refluxo que agora, a partir de Pequim, desloca todo o império” (2008, p. 201. Tradução nossa. Grifos no original).

No livro *Enragés et situationnistes dans le mouvement des occupations* [Enragés e situacionistas no movimento de ocupações], redigido no exílio em Bruxelas, Debord, Khayati, Riesel, Vaneigem e Viénet atribuem a derrota de 68 à inadequação entre a consciência e a práxis do movimento, “marca fundamental das revoluções proletárias inacabadas”, ao “atraso teórico” que engendrou tantas insuficiências práticas e paralisou a luta, e à falta de consciência histórica, condição *sine qua non* da revolução social (1998, pp. 152-153). Diferentemente dos trotskistas, para quem a derrota de 68 deu-se pela ausência de um “partido revolucionário”, ou de uma “organização de vanguarda”, para a IS, o que faltou ao proletariado em 68 foi uma teoria “coerente e organizada” (*Ibidem*, p. 153) que, associada a uma forma de organização autônoma (também ausente), poderia levá-lo à vitória:

Se o proletariado não chega a se organizar revolucionariamente, ele não pode vencer [...] O acesso da classe trabalhadora à consciência histórica será obra dos próprios trabalhadores, e é somente através de uma organização autônoma que eles podem fazê-lo. A forma conselhistas é o meio e o fim desta emancipação total (*Ibidem*, p. 155).

No dia 11 de junho, as CRS¹⁵⁰ atiraram pela primeira vez contra a multidão nas ruas. Dois operários foram mortos. No dia 12, um secundarista também seria morto pela polícia em Flins. No dia 13, o Estado reedita oportunamente uma lei da Frente Popular (originalmente dirigida contra as milícias paramilitares de extrema-direita) decretando a dissolução das organizações de extrema-esquerda – em sua maioria de orientação trotskista e maoísta –, além do politicamente eclético M-22. A Internacional Situacionista não teve a sua dissolução decretada por De Gaulle, que parecia confundir-la com o grupo extremista e libertário fundado em Nanterre no dia 22 de março de 1968.

A crise revolucionária de maio-junho redefiniu tanto a dinâmica da modernização capitalista quanto o panorama social e político francês dos últimos três decênios. No dia 27 de abril de 1969, De Gaulle renunciaria após o *referendum* que, segundo a interpretação de Debord:

Foi manifestamente a consequência do golpe que o movimento de ocupações havia dado em seu prestígio. Primeiro, subjetivamente, pelo desejo, politicamente despropositado, de limpar a humilhação sofrida na ocasião. Mas também objetivamente, porque a burguesia, ou pelo menos grande parte dela, queria uma forma de governo menos caprichosa e pessoal para enfrentar os perigos que ela acabara de descobrir (2004, p. 68. Tradução nossa)¹⁵¹.

De fato, Georges Pompidou, o sucessor imediato do general, procurou atenuar o *dirigisme* de De Gaulle e moderar o estatismo até ali vigente na V República, dando ao empresariado mais liberdade de manobra nos mercados domésticos e externos: “impulsionado menos por um liberalismo doutrinário que por uma pragmática tendência a moderar o estatismo, o novo regime reagiu ao aumento do poder dos sindicatos a partir de 1968, tentando despolitizar as relações de trabalho” (ROSS & JENSON, 1996, p. 40). O primeiro-ministro de Pompidou, Jacques Chaban-Delmas, aconselhado por Jacques Delors, passou a empreender uma moderada socialdemocratização do regime pela direita, incentivando a negociação coletiva descentralizada para fazer frente à

¹⁵⁰ *Compagnies Républicaines de Sécurité* (Companhias Republicanas de Segurança).

¹⁵¹ Carta à seção italiana da IS, (2 de maio de 1969).

pressão constante de uma classe trabalhadora insistentemente combativa. O primeiro choque do petróleo, em 1973, pegou governo e empresariado de surpresa, levando a um rápido aumento do desemprego, a uma alta da inflação e ao fim do período de expansão econômica, fatores que, associados à numerosa quantidade de movimentos grevistas espalhados pelo país, ensejaram o avanço político da esquerda francesa, que culminaria com a vitória de Mitterrand nas eleições presidenciais de 1981.

Com efeito, desde o período da Resistência ao regime de Vichy (1940-44), os comunistas detinham uma grande influência sobre a vida política e cultural da França que, até a fundação do Partido Socialista (PS) em 1971, contava com uma esquerda não comunista pequena e dividida: “O PCF havia conquistado um prestígio imenso e uma espécie de autoridade moral por ter sido a ponta de lança da Resistência [...] seu patriotismo era incontestável” (RICE-MAXIMIN, 1986, p. 12. Tradução nossa). Porém, o equilíbrio de forças entre os dois principais partidos da esquerda francesa começaria a se deslocar, a partir da década de 1970, em favor dos socialistas. Sob a liderança do socialista Mitterrand, que buscava a unidade entre o espectro da esquerda comunista e não comunista, PCF e PS assinariam, em junho de 1972, um Programa Comum:

Movendo-se rumo à esquerda e cedendo ao PCF em questões de programa, Mitterrand estava comprando um certificado de boa conduta radical que iria ajudar a borrar as distinções políticas entre socialistas e comunistas. Sua aposta era que isso iria atrair para o PS tanto os setores moderados do eleitorado do PCF quanto estratos médios mais jovens, dissidentes, que buscavam um novo lar desde 1968 (ROSS & JENSON, 1996, p. 41).

Na base geral deste Programa, o PCF passou por um veloz processo de modernização de suas posições, abrindo mais espaço para as discussões nas bases e afastando-se, lenta e parcialmente, da forte influência externa do PCUS. Mas esse esforço de unificação enfrentaria uma forte oposição interna, sobretudo da parte de suas alas pró-soviéticas, que exigiam a ruptura com os socialistas. Esta tensão interna ao Programa Comum, entre socialistas e comunistas, seria ainda mais agravada com a aproximação, em 1974, do PS com as alas autogestionárias do minúsculo PSU (Partido Socialista Unificado) e da CFDT (Confederação Francesa do Trabalho), uma manobra de Mitterrand para alargar a base eleitoral do PS e enfrentar as disputas eleitorais municipais de 1977 e legislativas de 1978. Mas o resultado das eleições locais demonstrou um avanço significativo dos socialistas dentro da competição intrapartidária

da *union de la Gauche*, fato que levou o PCF a abandonar o Programa Comum no verão de 1977: “A consequência imediata foi que a esquerda, aparentemente mais interessada na mútua recriminação e na destruição de reputações do que em governar, perdeu as eleições legislativas de 1978” (ROSS & JENSON, 1996, p. 43). Em *The view from inside: A French communist cell in crisis* [A vista de dentro: uma célula comunista francesa em crise] (1985), Jane Jenson e George Ross demonstraram como o retorno aos princípios stalinistas ocasionado pela vitória interna dos velhos *ouvriéristes* contra as alas mais criativas comprometidas com a unidade de esquerda, resultou em um processo de depuração massivo de quase toda a *intelligentsia* comunista ainda vinculada ao PC francês.

A ruptura entre PCF e PS acabou refletindo sobre o movimento sindical. As duas principais centrais sindicais do país, a CGT (Confederação Geral do Trabalho), próxima do PC, e a CFDT, mais próxima ao PS, também passaram a competir entre si com ações destinadas a melhorar as perspectivas eleitorais dos partidos que apoiavam. Conflitos estes que resultariam no enfraquecimento do poder de mobilização dos sindicatos e num rebaixamento no número de filiações entre 1977-78 (ROSS & JENSON, 1996).

Contudo, as disputas políticas internas não eram privilégio da esquerda e atingiam, simultaneamente, o governo de Valéry Giscard, que levaria a direita francesa, de modo surpreendente, à derrota nas eleições presidenciais de 1981 para o PS de Mitterrand. O novo presidente da França logo dissolveria a Assembleia e, um mês depois, realizaria novas eleições legislativas que dariam ampla maioria à esquerda. Neste novo cenário, porém, os comunistas haviam perdido a maioria absoluta dos assentos na Assembleia para os socialistas (que agora constituíam 60% dos deputados), tornando-se um coadjuvante dentro daquela esquerda que finalmente chegaria ao poder (ROSS & JENSON, 1996).

Mas a conjuntura socioeconômica francesa dos anos 1980 era muito diferente daquela vista nos decênios anteriores. O novo governo de esquerda enfrentaria uma forte recessão econômica mundial (impactada, em grande medida, pelo segundo choque do petróleo, em 1979) combinada a uma guinada política à direita em países como a Inglaterra e os Estados Unidos. No plano geopolítico, Reagan detonaria uma segunda Guerra Fria ao mobilizar a OTAN contra a URSS. O clima ideológico na França também oscilaria abruptamente com a emergência, no plano intelectual, dos chamados *nouveaux philosophes*, que combinavam uma crítica (de certa maneira anacrônica no

contexto da Segunda Guerra Fria) ao totalitarismo stalinista – quase sempre na base de uma identificação com o nazismo alemão – com um mal caracterizado antimarxismo, recorrente em autores como André Glucksmann, Bernard-Henri Lévy, Roland Barthes e Michel Foucault. Autores que mais tarde Daniel Bensaïd caracterizaria como os “novos teólogos”¹⁵², e Didier Eribon como o resultado de uma “revolução conservadora” no campo científico-social¹⁵³.

Será neste contexto, em larga medida desfavorável, que Mitterrand procura pôr em prática as reformas originalmente previstas no Programa Comum selado em 1972. Em menos de um ano, 90% do setor bancário e 1/3 da indústria foram estatizados, 60% de todo o investimento industrial e energético da França passou a ser controlados pelo Estado. Reformas trabalhistas deram aos sindicatos maior controle sobre as condições de trabalho e garantiram às bases o direito de expressar suas demandas específicas. No plano da redistribuição de renda, um ousado conjunto de programas sociais aumentou os auxílios destinados às famílias de baixa-renda e aos aposentados, ao acesso à habitação e ao salário mínimo, que crescera 15%:

Semana de trabalho mais curta, férias mais longas, aposentadorias antecipadas e participação dos trabalhadores nos lucros das empresas foram introduzidas. Maiores verbas e maior relevo foram dados a pesquisa e desenvolvimento, atividade cultural, equidade de gêneros e educação. No entanto, exatamente um ano depois, esse grande ímpeto reformista havia ido a pique (ROSS & JENSON, 1996, p. 48).

Tais reformas alimentariam, no entanto, uma grave crise na balança de pagamentos da França, que atingiria um *déficit* orçamentário de quase 80 bilhões de francos em menos de dois anos. Crise esta que levaria o Ministro da Fazenda, Jacques Delors, a impor, a partir de junho de 1982, uma inflexível agenda de austeridade que seria incrementada por um empenho do governo em ampliar a sua participação no mercado internacional, política que implicava no abandono da estratégia de regeneração nacional aplicada nos anos iniciais do governo socialista. Esta nova forma de “modernização” levada adiante por Mitterrand/Delors, na qual as questões sociais domésticas passariam a um plano secundário, levou o PCF a deixar a coalizão com o PS em 1984. Os socialistas passaram, desde então, a defender diretrizes socioeconômicas mais ajustadas à racionalidade mercantil do que a uma visão socialdemocrata clássica:

¹⁵² Cf. *Un nouveau théologien: Bernard-Henri Lévy*. Paris: Éditions Lignes, 2008.

¹⁵³ Cf. *D'une révolution conservatrice et de ses effets sur la gauche française*. Paris: Éditions Leo Scheer, 2007.

O governo socialista agiu resolutamente para reduzir a inflação, num espírito de monetarismo realista e de devoção a um franco forte. Os déficits orçamentários foram eliminados e a parcela do gasto público do PNB foi acentuadamente reduzida, com o aperto subsequente dos programas sociais. Em 1984, o Estado deixou de investir na indústria do aço na Lorena e se recusou a salvar o conglomerado Creusot-Loire: verbas públicas não seriam mais utilizadas para manter o emprego em setores declinantes. As empresas estatizadas, com a missão de se tornarem competitivas, não eram exceção: o setor público tomou a frente do processo, eliminando dezenas de milhares de empregos (ROSS & JENSON, 1996, p. 49).

No plano cultural e da sociedade civil houve uma reforma do sistema legal que aboliu a pena de morte e avançou nos marcos de proteção à mulher e aos direitos de reprodução. Por outro lado, o projeto de descentralização política, ao conceder mais autonomia às regiões em relação a Paris, forneceu a ocasião para o fortalecimento do conservadorismo provinciano. No plano da política externa, Mitterrand optou por uma posição subalterna em relação a Reagan nas relações Leste-Oeste, enquanto nas relações Norte-Sul, “apesar da retórica de solidariedade com o Terceiro Mundo [...] a França continuou sendo um dos maiores exportadores de armas para o Sul, gendarme pós-colonial na África e patrocinador de experiências nucleares no Pacífico” (ROSS & JENSON, 1996, p. 50).

No plano da regulamentação dos meios de comunicação de massa, Ross e Jenson afirmam que no ano de 1985, “consciente de que o PS enfrentava dificuldades para as eleições do ano seguinte, Mitterrand assegurou benesses a amigos em quem julgava poder confiar politicamente – em particular o magnata italiano Silvio Berlusconi” (1996, p. 63). A política socialista de modernização do sistema de mídia francês, atrelada ao modelo italiano, abriria as portas para a introdução do sensacionalismo e da manipulação informativa de corte seletivista na política francesa.

Na base de apoio do regime socialista, o destino dos comunistas seria trágico. O desembarque do governo em 1984 não resultou em nenhum benefício ao PCF, doravante na oposição. Pelo contrário, no final da década de 1980, o partido contaria com a metade dos membros que tinha no início dos anos 1970. Nas eleições de 1986, os comunistas não obteriam mais do que 10% dos votos, ficando relegados à margem do novo cenário político que se alinhava no país. Os conflitos e desgastes experimentados entre os dois principais partidos de esquerda repercutiu no meio sindical, dividindo e opondo a CGT à CFDT. No início da década de 1980, apenas 10% da força de trabalho

estava sindicalizada, índice que ficava abaixo dos níveis de sindicalização norte-americanos sob os mandatos de Reagan. O sindicalismo francês tinha se tornado o mais fraco entre o das grandes sociedades: “as greves tornaram-se raras [...] os trabalhadores demonstravam-se cada vez menos capazes de resistir aos patrões ou ao Estado” (ROSS & JENSON, 1996, p. 51).

A manutenção dos socialistas no poder, em jogo nas eleições de 1988, deu a tônica das manobras de Mitterrand após as eleições de 1986, marcadas pela ascensão da Frente Nacional de Jean-Marie Le Pen, que garantiria à direita uma maioria parlamentar. Desde então, Mitterrand centralizaria sua campanha presidencial em torno da promoção de sua própria personalidade:

As identidades sociais tinham deixado de ser relevantes. Pesquisas de opinião, técnicas de relações públicas, uso profissional da televisão eram os meios para se atingir um mercado eleitoral povoado por indivíduos flexíveis, atentos ao produto certo (ROSS & JENSON, 1996, p. 55).

A vitória de Mitterrand nas eleições presidenciais de 1988 viria não somente em um contexto de baixíssima sindicalização, de desarticulação e desmobilização das classes trabalhadoras (com o refluxo dos movimentos grevistas e a desativação da luta de classes revolucionária), como também de um eclipse intelectual da esquerda, marcado pelo abandono do marxismo e pela vigência de um vácuo ideológico onde predominava a cacofonia sociopolítica de vozes neoliberais ortodoxas, neocorporativistas, racistas e nacionalistas, paternalistas e conservadoras. Os anos 1990 seriam, além disso, marcados pelos escândalos de corrupção à italiana:

Negócios feitos por amigos [de Mitterrand] com base em informação privilegiada, escuta clandestina ilegal nos jornais, maquinações dúbias por parte dos serviços secretos [...] arrecadação fraudulenta de fundos para a campanha – em geral, entrega de notas fiscais falsas a municipalidades governadas pelo PS, prestando conta de serviços fictícios, sendo o dinheiro repassado ao partido. Para muitos, os socialistas estavam cada vez mais parecidos com uma quadrilha disposta a fazer qualquer coisa para permanecer no poder (ROSS & JENSON, 1996, p. 58-59).

Diferentemente do que aconteceu na França, quando em 25 e 26 de maio de 1968 os *Accords de Grenelle* [Acordos de Grenelle] – estabelecidos entre o governo e as representações sindicais e patronais que, embora fossem fortemente rechaçados pela

base, foram, contudo, capazes de abrir um fosso entre estudantes e operários, resultando no desmembramento do movimento revolucionário –, na Itália, a rebelião estudantil de 1967-68 catalisou a revolta operária subsequente que, agudizada no outono de 1969, se espalhou ao longo da década seguinte, retornando com violência no ano de 1977. A conflituosa dinâmica entre revolução e contrarrevolução ocorrida na Itália entre o final das décadas de sessenta e setenta também constituiria, junto ao caso francês, um importante laboratório das novas técnicas de governo que Debord expõe nos *Comentários* de 1988.

b) O caso italiano.

Assim como procedemos anteriormente na análise do processo histórico francês pós-68, também vamos conferir, na análise do dilatado processo revolucionário italiano, uma centralidade à questão da participação da esquerda (socialista e comunista) na gestão do *ritorno alla normalità*.

Em Pisa, entre os dias 25 e 27 de outubro de 1969, os confrontos entre extremistas de esquerda, neofascistas e os *carabinieri*¹⁵⁴ deixam um morto e dezenas de feridos, inclusive o delegado de polícia local. No dia 19 de novembro, em Milão, as principais centrais sindicais anunciam uma jornada de greve geral nacional. As hostilidades entre trabalhadores e lideranças sindicais terminam em motins de rua, na sequência dos quais um policial morre. A imprensa imediatamente acusa os extremistas de esquerda e os anarquistas de serem os responsáveis pela morte do policial, porém um inquérito concluirá mais tarde que ela teria decorrido de um choque entre duas viaturas da própria polícia.

Como assinalamos na seção 2.1., os situacionistas denunciaram a estratégia adotada pelo Estado italiano durante a crise revolucionária de 1967-9, exemplarmente posta em prática no atentado terrorista à bomba do dia 12 de dezembro de 1969.

Três dias antes do atentado que faria 16 vítimas fatais, Debord escrevia ao situacionista italiano Paolo Salvadori que a Itália havia se tornado “uma boa escola da revolução: aí [na Itália] os cursos estão durando mais do que aqui [na França] em 1968, e o aprendizado tem algumas chances de ser completo” (2004, p. 188. Tradução nossa). Logo após os atentados, no dia 23, Debord comenta com o situacionista dinamarquês

¹⁵⁴ *Carabineiros* é o nome da Guarda Nacional italiana.

Jeppesen Victor Martin que “os verdadeiros autores do atentado são certamente os experts da polícia secreta, ou do exército”, e que “a burguesia quis quebrar o clima atual, que levaria diretamente à revolução [...] estas bombas foram, portanto, bastante úteis” (2004, p. 194. Tradução nossa). De fato, os objetivos do atentado se encontravam para além de suas vítimas diretas.

Imediatamente após o atentado, a polícia italiana prendeu duas “lideranças” anarquistas, Pietro Valpreda, que seria libertado da prisão somente em dezembro de 1972, e Pino Pinelli que, segundo a versão oficial do Estado italiano, teria se atirado da janela do segundo andar do prédio em que estava sendo interrogado pelo delegado Luigi Calabresi. Este último, por sua vez, seria assassinado no dia 17 de maio de 1972 em Milão, fatos até hoje não esclarecidos¹⁵⁵.

A versão policial para o atentado e seus desdobramentos não ganhou credibilidade, e até hoje os autores do massacre permanecem desconhecidos. Desde então, generalizou-se a sensação de que os serviços secretos italianos (notoriamente infiltrados por militantes neofascistas) estavam por trás da ação, com o objetivo de traumatizar a opinião pública, desorientar o proletariado revolucionário e desestabilizar o regime, que inauguraria o procedimento que mais tarde ganharia a alcunha de *Strategia della tensione*:

O neofascismo nunca foi uma força claramente distinta das estruturas do Estado italiano, pois muitas dessas estruturas não foram reestruturadas depois da Segunda Guerra Mundial. Assim, os políticos da Democracia Cristã que assumiram o comando do Estado, passando a controlá-lo com a nomeação de seus próprios correligionários, sempre estiveram a curta distância da conspiração terrorista em seus níveis mais altos ou mais baixos (ABSE, 1996, p. 74-75).

O ano de 1969 marcaria também uma guinada à direita do PCI, após o congresso do partido realizado em janeiro daquele ano em Bolonha. A oposição de esquerda do partido criticaria veementemente as posições oficiais adotadas no congresso, considerando-as inadequadas na resposta ao esmagamento da Primavera de Praga pelo

¹⁵⁵ Os situacionistas italianos foram imediatamente expiados por parte da imprensa italiana e pela polícia, que prontamente os associaram ao “terrorismo anarquista”. Segundo Debord, “quando, na manhã seguinte após a explosão, a polícia não encontrou ninguém na casa de Gianfranco, ela deixou a ele uma intimação por outro affaire, antigo (dezembro de 1968) e verdadeiramente anódino (a destruição da árvore de Natal, pela qual um amigo já está na prisão há um ano). É a mesma tática que foi empregada para capturar Valpreda” (2004, p. 194. Tradução nossa). Para escapar da repressão policial e das provocações neofascistas, os situacionistas italianos Gianfranco Sanguinetti e Paolo Salvadori deixam a Itália já no dia 13 de dezembro, ganhando a Suíça e, depois, Paris (*Ibidem*, p. 190).

exército soviético, como no julgamento reacionário das explosões revolucionárias de 1968. Para tanto, funda um jornal independente, *Il Manifesto* [O Manifesto], que provocaria a expulsão de seus redatores em novembro daquele ano. Enquanto isso, uma constelação de grupúsculos extraídos das alas extremistas do movimento revolucionário de 1968-69, como *Potere Operaio* [Poder Operário] e *Lotta Continua* [Luta Constante]¹⁵⁶, persistiam com a agitação política extraparlamentar junto às fábricas e universidades de todo o país.

A partir de 1973, na ocasião da queda de Salvador Allende no Chile, o então Secretário Geral do PCI, Enrico Berlinguer (que se referia aos extremistas de Bolonha como a um grupo “pestilento”¹⁵⁷), passou a defender a necessidade de se firmar um *compromisso storico* na Itália, perspectiva muito devedora das concepções do antigo dirigente comunista Palmiro Togliatti, que defendia, no início dos anos 1960, pouco antes de sua morte, a necessidade de se forjar uma “nova maioria” no país (ABSE, 1996, p. 73). A estratégia do “compromisso histórico” consistia em estabelecer um “acordo orgânico” com a Democracia Cristã (DC) que combatesse a “estratégia da tensão” em ascensão na Itália. Uma aliança capaz de tranquilizar as classes proprietárias e intermediárias e de isolar os fanatismos tanto à extrema-direita quanto à extrema-esquerda do espectro sociopolítico, de modo que impedisse o avanço do terrorismo no país e estabilizasse o capitalismo italiano em crise desde 1967-8. Com efeito, o caldo social entornaria de modo incontrolável durante a década de 70, afogando o país em uma escalada de violência que ficaria conhecida na Itália como os “anos de chumbo”

¹⁵⁶ Nascido em setembro de 1969, o grupo de orientação maoísta *Lotta Continua* procurou funcionar como um órgão de coordenação das lutas operárias. Para Mario Perniola, tal grupo, “mais do que todas as outras organizações da esquerda extraparlamentar, parece recuperar parte da temática situacionista” (2009, p. 108). Em uma carta de 29 de junho de 1978, Debord escreve a Lebovici: “Vi outras alusões aos situs na imprensa italiana, e mesmo *Lotta Continua* publicou uma versão, um pouco incompleta, das *Préliminaires* de 1960, admirando arqueologicamente como pudemos dizer tais coisas desde 1960! No entanto, dissemos muitas outras desde 1843” (2005, p. 468. Tradução nossa). O texto de 1960 divulgado pelo grupo italiano foi redigido por Debord e Pierre Canjuers (pseudônimo de Daniel Blanchard, então membro do *Socialisme ou Barbarie*), sob o título *Préliminaires pour une définition de l'unité du programme révolutionnaire* [Preliminares para uma definição da unidade do programa revolucionário]. Contudo, a temática operaísta (como a precarização do trabalho), ainda que depositária de uma justa postura antissindical, não atingia a concepção mais ampliada de proletariado formulada pelos situacionistas. Numa importante passagem de *A sociedade do espetáculo*, Debord explica que: “Nesse desenvolvimento complexo e terrível que conduziu a época da luta de classes para novas condições, o proletariado dos países industriais perdeu toda a afirmação de sua perspectiva autônoma e, em última análise, suas ilusões, mas não o seu ser. Ele não foi suprimido. Permanece irredutivelmente existente na alienação intensificada do capitalismo moderno: ele é a imensa maioria de trabalhadores que perderam todo poder sobre o uso de sua própria vida, e que, *assim que tomam conhecimento disso*, se redefinem como proletariado, o negativo em ação nessa sociedade” (§ 114. Grifos no original).

¹⁵⁷ Cf. NEGRI, Toni. “Rua 8 de fevereiro? Não! Rua 7 de abril”. In: *Carta Maior*, 8/4/2009. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Rua-8-de-Fevereiro-Nao-Rua-7-de-Abril%0D%0A/6/15147>>. Acesso em: 22/09/2016.

(*anni di piombo*). Diante da crise, o poder judiciário do Estado italiano, entretanto, agiria seletivamente na repressão ao terrorismo:

Hoje [1994], as lideranças históricas das Brigadas Vermelhas, da Prima Linea e, em menor extensão, da *Autonomia Operaria* estão atrás das grades. Os responsáveis pelos massacres fascistas, não. A fuga de líderes notórios, como Freda e Ventura, vem imediatamente à cabeça. No próprio Parlamento, o neofascista MSI [Movimento Sociale Italiano] foi representado por pelo menos três deputados, entre os quais Pino Rauti, envolvidos em terrorismo, tentativas de golpe ou em ambas as coisas (ABSE, 1996, p. 74).

Porém, a lógica eleitoral-parlamentarista que orientava a estratégia do *compromisso storico* impedia o PCI de enfrentar o avanço do neofascismo terrorista, pois este era intimamente associado ao governo democrata-cristão¹⁵⁸ com o qual os comunistas pretendiam coligar-se para finalmente chegar ao poder. A partir de 1972, o PCI passaria a enfatizar progressivamente o caráter “popular” da DC por conta de sua base de massas entre os operários e camponeses católicos, além dos estratos médios de todo o país. De fato, em 1947 os comunistas foram favoráveis à incorporação do Tratado de Latrão – firmado entre Mussolini e o Vaticano para pôr fim à chamada Questão Romana (1861–1929) – na constituição italiana, enquanto os socialistas se posicionaram contrários à retificação. Ademais, o PCI não perdia a oportunidade de reiterar as afinidades entre comunistas e católicos na Itália e proclamar a sua meta de buscar um pacto duradouro com os democratas-cristãos, que reconciliasse as duas principais forças políticas do país.

Nas eleições de 1972, os democratas-cristãos haviam vencido por uma pequena vantagem a coalisão de esquerda formada por comunistas e socialistas, por 39% contra 37% dos votos. Nas eleições legislativas de junho de 1976, o PCI atingiria a melhor votação de sua história (34,4%), derrotando a DC: “O resultado das eleições de 1976 significou que o compromisso histórico tinha deixado de ser um projeto especulativo [...] para se tornar uma possibilidade prática” (ABSE, 1996, p. 80). Consequentemente, os democratas-cristãos não podiam formar um novo governo sem compor com os comunistas. Para a DC, esta composição era até favorável, já que ela buscava obter a cooperação dos sindicatos dirigidos pelo PCI para manter baixo o custo da mão-de-obra

e alavancar a produtividade do capitalismo italiano que enfrentava, desde 1975, uma grave depressão econômica.

Em março de 1975, o antigo situacionista Gianfranco Sanguinetti (que havia dissolvido a IS junto com Debord, em 1972) é preso junto com a sua companheira a bordo do carro de um amigo, sendo acusados e detidos por porte de drogas e de projéteis de guerra, que teriam, supostamente, sido encontrados no veículo pelos policiais. Durante os quatro dias de detenção e interrogatórios, uma série de diligências são feitas nos domicílios dos antigos membros da seção italiana da IS. O proprietário do veículo que Sanguinetti dirigia no momento de sua prisão, Mario Masanzanica, também foi enquadrado na legislação “antiterrorismo” e preso sob a insólita acusação de ser o “matador” da IS, porém deixaria a prisão dois meses depois, por falta de provas.

Na época, o Estado orquestrava uma campanha de calúnias, através da imprensa, que buscava associar a Internacional Situacionista ao terrorismo na Itália. Vimos, na seção 2.1., como os situacionistas italianos denunciaram, no dia 19 de dezembro de 1969, ainda no calor da hora provocado pelas bombas do dia 12 de dezembro na *Piazza Fontana*, que o atentado terrorista se tratava de uma operação dos serviços secretos do Estado italiano. Um fato suficientemente relevante para motivar tais operações persecutórias e, além disso, um sinal de que a arapuca do terrorismo estava sendo reativada nos porões do governo de “solidariedade nacional” entre democratas-cristãos e comunistas.

Meses após também deixar a prisão por falta de provas, Sanguinetti faz circular, no mês de agosto, 750 exemplares de um panfleto intitulado *Rapporto veridico sulle ultime opportunita di salvarei il capitalismo in Italia* [Relato verídico sobre as últimas chances de salvar o capitalismo na Itália], assinado sob o pseudônimo de Censor. Tal panfleto, concebido e redigido com a colaboração de Debord¹⁵⁹, seu tradutor na França, foi enviado a “ministros, parlamentares, industriais, sindicalistas, assim como aos jornalistas mais respeitados pela opinião pública” (SANGUINETTI, 1976, p. 169. Tradução nossa).

¹⁵⁹ Segundo o próprio Debord confia a Gérard Lebovici, em uma carta de 17 de agosto de 1977: “quero antes de tudo manter o fato que, desde o fim da IS, sou inteiramente independente com relação a ele [Sanguinetti], como a qualquer outro. A recíproca é portanto verdadeira, e ‘Censor’ era um negócio todo particularmente dele” (2005, p. 432. Tradução nossa).

Retomando um método usado por Bruno Bauer (com a colaboração de Karl Marx) contra a direita hegeliana¹⁶⁰, Sanguinetti se propõe, no *Rapporto*, a “provocar um Estado de provocadores” (*Idem*, p. 183). Escrito em um tom impassível, nele Sanguinetti se faz passar por Censor, um cínico burguês que, inspirado por Maquiavel, Tácito, Tucídides, Cardeal de Retz e Clausewitz, realiza uma criteriosa justificação, de um ponto de vista conservador do *status quo*, do “compromisso histórico” a ser costurado com o PCI para salvar o capitalismo italiano da bancarrota. No mês de dezembro, após ter enganado toda a imprensa local, que repercutiu inadvertidamente o panfleto em todos os seus veículos, Sanguinetti veio a público anunciar a inexistência de Censor, revelando as reais motivações de sua provocação:

O que eu queria provar publicando este panfleto? Quis provar, antes de tudo, que a carta do “compromisso histórico” é a carta do capitalismo menos atrasado, aquele que tem inteligência suficiente para ter compreendido que o partido dito comunista e as burocracias sindicais são seus melhores aliados no enfrentamento social permanente que o opõe aos trabalhadores; e não quis demonstrá-lo aos capitalistas, que por experiência já sabem disso o bastante, mas aos trabalhadores (1976, p. 183).

Mas qual é, afinal, o conteúdo do panfleto pseudonímico de Sanguinetti? *Grosso modo*, o escrito versa com lucidez sobre o êxito relativo que os atentados à bomba de 12 de dezembro obtiveram ao barrar “como por magia, um movimento de lutas tão extenso e tão prolongado” (*Ibidem*, p. 75) como foi aquele que culminaria no “outono quente” de 1969 e que, no levante do dia 19 de novembro, havia escapado totalmente do controle tanto das forças de segurança pública do Estado quanto dos sindicatos: “Após o motim de 19 de novembro, o Estado não podia mais contar com nada além de seus serviços secretos de segurança” (*Ibidem*, p. 82). Porém, para Censor, esta tática, apesar de ter dado um duro golpe na subversão proletária que avançava no país, deixando os trabalhadores “desorientados e estupefatos diante de tantas vítimas inocentes” (*Ibidem*, p. 75), seria, simultaneamente, “o primeiro tiro de canhão da guerra civil” (*Ibidem*, p. 83). Também censura o Estado italiano por ter feito da tática da “falsa carta do terrorismo artificial” a sua única estratégia que, segundo Censor, seria inútil no combate ao *inimigo real* do regime:

¹⁶⁰ Publicado anonimamente em 1841 sob o título *Die Posaune des Jüngsten Gerichts über Hegel den Atheisten et l'antichristen: ein Ultimatum* [A trombeta do julgamento final contra Hegel, o ateu e o Anticristo: um ultimatum].

Qual foi a utilidade do atentado pré-eleitoral contra a pessoa do editor Feltrinelli, que era um inofensivo industrial de esquerda? Qual foi a utilidade da eliminação do comissário Calabresi, no momento atual onde o último dos cidadãos sabe mais do que sabia ele, relativamente aos atentados daqueles anos? (*Ibidem*, p. 95).

Além de ineficaz, tal “estratégia da tensão” se demonstrava demasiado ilógica, dado que as calúnias, mentiras, boatos programados, enfim, as ações de desinformação dos “nossos governantes, nossa magistratura, os responsáveis pelas forças da ordem” (SANGUINETTI, 1976, p. 79), todas inverossímeis, sobre as bombas de 1969, teriam incitado, segundo Censor, “o cidadão a duvidar de tudo [...] a querer penetrar em todos os segredos do Estado com uma grande prodigalidade de suposições desenvoltas e de fantasias quiméricas” (*Ibidem*, p. 80). Tais operações do Estado italiano teriam, ainda segundo Censor, exposto vínculos de solidariedade ainda inéditos “entre os partidos políticos e o governo, entre o governo e as forças de ordem, entre as forças de ordem e os sindicatos” (*Ibidem*, p. 84), enfraquecendo-o.

De 1976 a 1979, o regime continuou a obter o apoio dos comunistas, que faziam apenas objeções simbólicas ao pacote de austeridade aprovado quase inalterado pela Democracia Cristã: “como se dizia, a divisão do trabalho era evidente: os democratas-cristãos faziam a história, os comunistas o compromisso” (ABSE, 1996, p. 81). Mais grave ainda, segundo Debord, era o envolvimento do PCI com o terrorismo oriundo dos serviços secretos do Estado italiano:

Os stalinistas [do PCI] sempre se sentirão à vontade nos lugares onde se respira o odor de crime oculto de Estado. Por que haveriam de lamentar a atmosfera de briga na cúpula do Estado italiano, se trazem a faca escondida na manga e a bomba embaixo da mesa? Não era nesse estilo que se resolviam as diferenças entre, por exemplo, Krutchev e Béria, Kadar e Nágý, Mao e Lin Piao? Aliás, quando jovens, os dirigentes do stalinismo italiano foram eles mesmos carneiros, na época de seu primeiro compromisso histórico, ocasião em que se haviam encarregado, com os outros empregados do “Komintern”, da contrarrevolução a serviço da República democrática espanhola, em 1937 (1997, p. 159).

Assim, eliminadas toda divergência e oposição políticas substanciais ao regime, a solidariedade entre democratas-cristãos e comunistas resultou em um sistema sociopolítico fechado, cujas consequências para o país seriam desastrosas.

Em 11 de março de 1977, Bolonha e Roma (ambas as municipalidades governadas pelo PCI) conheceriam uma onda de embates violentos, primeiro entre neofascistas e manifestantes contrários a uma reforma educacional proposta pelo governo, depois entre extremistas e comunistas que, iniciadas no âmbito dos *campi* universitários (com saldo de um estudante do grupo maoísta *Lotta Continua* morto pela polícia em Bolonha e uma jovem feminista morta em Roma), em um segundo momento ganharia as ruas e, finalmente, se espalharia por todo o país. Em Milão, uma assembleia de três mil delegados de diferentes fábricas se reuniu sem o PCI e seus sindicatos. No dia 12, uma das dezenas de rádios livres ligadas ao campo libertário, a rádio Alice, em Bolonha, é invadida pela polícia e em seguida proibida de funcionar. No dia 13, tanques militares adentram o centro da cidade, com a cumplicidade do prefeito do PCI. Na ocasião, Debord evoca o Maio de 68, ao observar a difusão da crítica situacionista entre as alas mais radicais do *movimento del '77*:

A atmosfera de 1968 reaparece nas assembleias, como na desordem geral e na angústia dos stalinistas. Disseram-me que traduções dos escritos da IS são muito difundidas pela corrente extremista, notadamente uma terceira tradução italiana do *Spectacle* (2005, p. 420. Tradução nossa)¹⁶¹.

Na extrema-esquerda das lutas, ressurgiam movimentos formados na esteira da contestação do fim dos anos 1960, como o *Autonomia Operaia* [Autonomia Operária], mas que agora adotariam a tática da luta armada, como as BVs. Todavia, se entre 1967-69, a revolta conjunta de estudantes e operários se deu num contexto de prosperidade, em 1977 ela explodiria em meio à depressão econômica.

Nesse meio tempo, no dia 16 de março de 1978, quando o primeiro-ministro Aldo Moro se deslocava para o Parlamento em Roma, no decurso das negociações entre democratas-cristãos e comunistas para finalmente selar o “compromisso histórico”, ele seria sequestrado e depois mantido em cativeiro por um período de 55 dias, no final dos quais seu corpo seria encontrado no porta-malas de um carro abandonado no centro de Roma, simbolicamente estacionado a meio caminho das sedes da DC e do PCI. Para Debord, “o *affaire* é evidentemente conduzido por inimigos do compromisso histórico, mas não por inimigos revolucionários” (2005, p. 457. Tradução nossa):

¹⁶¹ Carta a Gérard Lebovici, de 04 de maio de 1977.

A ‘Brigada vermelha’ fez progressos constantes desde a bomba de Milão [...] – Moro é mais do que Calabresi – mas não nos métodos: eles sempre souberam matar eficazmente, e a explicação dos golpes ainda sofre da mesma encenação pobre, ilógica, plena de hesitações e contradições (*Ibidem*, p. 456. Tradução nossa)¹⁶².

A assunção da responsabilidade pelo sequestro e assassinato de Moro pelas BVs convulsionaria a política italiana, provocando um endurecimento imediato do regime:

Em dezembro de 1974, Reale, o ministro do Interior da Democracia Cristã, havia apresentado um projeto para tornar mais rigorosa a legislação italiana de segurança. Depois, contra os votos dos socialistas e dos comunistas, a Polícia recebeu poderes para manter incomunicáveis por 48 horas as pessoas consideradas suspeitas. Em maio de 1975, quando a Lei Reale foi finalmente aprovada, o PCI votou contra todo o projeto, qualificando-o de grave golpe contra as liberdades civis que iria abrir caminho para a repressão ao movimento dos trabalhadores. Em 1977-78, o partido mudou de ideia. Apoiou não só emendas ainda mais severas à Lei Reale como também uma nova legislação que permitia o interrogatório de suspeitos sem a presença de um advogado de defesa. Quando os radicais forçaram a realização de um plebiscito para a revogação da Lei Reale em junho de 1978, o PCI fez campanha em favor da sua manutenção (ABSE, 1996, p. 83).

Em 7 de abril de 1979, a polícia prenderia Antonio Negri em Pádua, por ordem de magistrados locais associados ao PCI. Acusado de tramar uma insurreição na Itália desde 1969, de comandar as BVs e de ter sido o principal mentor do sequestro de Moro, Negri fora mantido na prisão durante quatro anos sem julgamento. Para Sanguinetti:

Até 7 de abril de 1979, o PCI contentara-se em lançar alguns estúpidos apelos rituais contra o terrorismo, com os quais retomava por sua conta, e fingindo nelas acreditar, todas as versões oficiais dos atentados, provando assim à Democracia Cristã a sua boa vontade e a todos a sua má consciência. Mas, a partir desse dia, os stalinistas, por intermédio de magistrados a eles afeitos, começaram a aproveitar a sua rica e vasta experiência de meio século na descoberta de falsos culpados, na encenação de processos falsificados e na produção de falsos testemunhos e de provas pré-fabricadas (1981, p. 12).

Já para Debord, a questão mais profunda que a crise italiana revelava é aquela da “gestão da sociedade na época do espetáculo contestado, um *affaire* mundial, onde a

¹⁶² Carta a Gianfranco Sanguinetti, de 21 de abril de 1978.

Itália se encontra sob alguns aspectos na vanguarda, mas ela não está sozinha” (2005, p. 474. Tradução nossa)¹⁶³.

Em 1980, a contraofensiva estatal avançaria ainda mais. Em fevereiro, a Câmara aprova novas leis que permitem à polícia prender suspeitos sem provas, podendo aprisioná-los por um período de até dez anos sem julgamento. É preciso salientar que as escutas telefônicas, as invasões domiciliares, a proibição de funcionamento de organizações políticas, a ação de superdelatores (os *pentiti*) e a repressão dos *carabinieri*, todos estes procedimentos penais e policiais de exceção, foram respaldados pelos comunistas comprometidos com o governo de “solidariedade nacional”. Além do mais, o PCI não apenas se manteria cúmplice dos abusos da máquina repressiva movida pelo Estado italiano, como participaria ativamente de seu funcionamento, numa tentativa de criminalizar os grupos extremistas e libertários ligando-os às BVs, naquela altura classificadas como um grupo terrorista pelas autoridades italianas. O saldo da aguda crise política, social e econômica de 1977 para a esquerda extraparlamentar e antissindical italiana seria trágico, com o encarceramento de aproximadamente doze mil extremistas e libertários e o exílio de aproximadamente outros seiscentos, distribuídos em sua maioria entre a França e a América do Sul (SCHIFRES, 2008).

A década de 1980¹⁶⁴ também viria emergir no regime uma terceira força, o PSI, que ocuparia o centro do cenário político italiano depois das eleições de junho de 1983, quando Bettino Craxi assume o posto de primeiro-ministro. Embora os socialistas tivessem capitalizado politicamente uma imagem progressista ao votar pela revogação do Tratado de Latrão em 1947, de ter assumido a campanha em favor do divórcio em 1972-74, defendido a legalização do aborto e de ter manifestado preocupação com a supressão das liberdades democráticas entre 1977-78, sempre em oposição a democratas-cristãos e comunistas, no interior do partido socialista, contudo, a liderança de Benedetto Craxi¹⁶⁵ era bastante autoritária: todas as correntes internas seriam extintas e o poder passaria a se concentrar totalmente em torno de seu líder, que somaria todos os esforços no sentido de extinguir qualquer resquício de orientação marxista do partido

¹⁶³ Carta a Paolo Salvadori, de 18 de setembro de 1978.

¹⁶⁴ Os anos 1980 não se veriam livres do terrorismo, tendo sido marcados, já no dia 2 de agosto de 1980, pelo *Strage di Bologna* [Massacre de Bolonha], um atentado terrorista ocorrido na Estação Central da cidade que matou oitenta e cinco pessoas e feriu mais de duzentas. O atentado foi materialmente atribuído pelas autoridades italianas à organização neofascista *Nuclei Armati Rivoluzionari* [Núcleo Armado Revolucionário].

¹⁶⁵ Popularmente conhecido como "Bettino" Craxi (1934–2000), foi secretário do PSI de 1976 a 1993 e primeiro-ministro da Itália entre 1983 e 1987, tendo sido o primeiro membro do PSI a ocupar o cargo.

em favor de uma defesa dos valores do individualismo de mercado, elegendo o operariado como o principal obstáculo à modernização e racionalização do capitalismo italiano. No plano cultural, a *intelligentsia* italiana adotaria uma postura eminentemente conformista, próxima àquela dos *nouveaux philosophes* franceses.

A longo prazo, o objetivo de Craxi enquanto primeiro-ministro foi o de “reduzir o PCI a uma posição subalterna na esquerda, o que lhe permitiria descartar a Democracia Cristã e chefiar um regime socialista como o de Mitterrand na França” (ABSE, 1996, p. 90). Sanguinetti lembra, em *Do terrorismo e do Estado* (1979), a proximidade entre Craxi e Mitterrand entre 1981 e 1995 – sobre quem recaem notórias acusações de ter colaborado com os nazistas durante o regime de Vichy¹⁶⁶, de ter autorizado a tortura na Argélia em 1956 (enquanto ministro da Justiça), além de ter favorecido (enquanto presidente) a emergência da Frente Nacional (de extrema-direita) liderada por Le Pen na França¹⁶⁷.

Com efeito, os índices de sindicalização do proletariado industrial italiano passariam desde então a encolher drasticamente, conforme preconizava a via francesa. As campanhas eleitorais dos anos 80 passariam, na França como na Itália, a depender cada vez mais da grande mídia em detrimento da mobilização de massa. Neste novo contexto, o PSI reformado se encontrava mais apto para a disputa do que a velha DC: “o PSI deu início a extorsões numa escala inteiramente nova, industrial” (ABSE, 1996, p. 96). Ao final da década de 1980, sob a liderança de Umberto Bossi, a Itália veria emergir a *Lega Nord* (Liga Norte) como um protesto contra a corrupção e a má administração estatal. De caráter regionalista e até mesmo separatista, o programa da Liga Norte era neoliberal: defendia a redução de impostos e o encolhimento da previdência social, além das privatizações. De matiz racista, seu nacionalismo o aproxima da Frente Nacional francesa.

¹⁶⁶ Como sugere o documentário de Serge Moati, *Mitterrand à Vichy* (2008).

¹⁶⁷ Cf. “Le Pen raconte Mitterrand”. In: *Le Point*, 2015, 28/04/2011, p. 52.

2.3. Os Comentários sobre a sociedade do espetáculo (1988) e a crise de 1989.

De um ponto de vista histórico, a atual crise mundial resulta da história europeia. A história europeia expandiu-se em história mundial e cumpriu-se nela, ao fazer com que o mundo inteiro ingressasse em um estado de crise permanente (Reinhart Koselleck. *Crítica e crise. Uma contribuição à patogênese do mundo burguês*, 1959).

A crise oriental confunde-se de forma diabólica com a crise ocidental, e nesse dilema entre a cruz e a espada revela-se o sistema produtor de mercadorias, de forma exemplar, como beco sem saída (Robert Kurz. *O colapso da modernização*, 1991).

Diferentemente do modo como abordamos os *Comentários* na seção 1.2., optando por um diálogo com algumas das principais interpretações acadêmicas existentes sobre eles, nesta seção buscamos destacar a relação da crítica debordiana de 1988 com a conjuntura crítica de 1989-91, naqueles anos imediatamente *anteriores e posteriores* ao “deslocamento irreversível de um mundo que não tem outra possibilidade de durar senão unificado na opressão, sobre toda a superfície terrestre como em todos os detalhes mentirosos do que existe: consensualmente” (DEBORD, 2008, p. 299. Tradução nossa)¹⁶⁸.

Cerca de vinte e cinco anos antes das revelações do sistema de espionagem global feitas por Edward Snowden¹⁶⁹, Debord chamava a atenção, nos *Comentários*, para uma proliferação dos “especialistas do segredo”, bem como do crescente papel assumido pelas atividades secretas no governo do espetáculo integrado:

Cresce o número de homens formados para agir em segredo, instruídos e adestrados só para isso. São destacamentos especiais de homens armados com arquivos confidenciais, isto é, com observações e análises secretas. Outros estão armados com diversas técnicas para explorar e manipular esses negócios secretos (*Com.*, § XVIII).

A saída dos *Comentários* no ano de 1988 coincide com a publicação, pela revista *New Statesman*, de um artigo intitulado “Somebody’s listening” [Alguém está ouvindo],

¹⁶⁸ Carta a Annie Le Brun, de 13 de setembro de 1991.

¹⁶⁹ “Assim como Edward Snowden e Chelsea Manning, Julian Assange é parte de um novo grupo de dissidentes políticos que lutam por um modo diferente de emancipação e são rastreados, perseguidos e assediados, não por regimes autoritários, mas por Estados que pretendem ser ‘democracias exemplares’” (RAMONET, Ignácio. “Liberdade para Julian Assange”. In: *Outras Palavras*, 6/07/2016. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/capa/liberdade-para-julian-assange/>>. Acesso em: 06/07/2016).

do jornalista britânico Duncan Campbell, no qual ele tornava pública a existência de um sistema de vigilância eletrônica global chamado ECHELON: uma rede de escuta planetária “estabelecida por um acordo secreto de 1947” (CAMPBELL, 2007, p. 17) entre Estados Unidos e Inglaterra. Sob o pretexto de combater redes criminosas em nível global como o tráfico de drogas, a lavagem de dinheiro e o terrorismo, a interceptação de sinais em escala industrial vai muito além dos presumidos alvos que gravitam em torno do crime organizado. Em um relatório¹⁷⁰ apresentado em uma seção do Parlamento Europeu, em fevereiro de 2000, Campbell revelaria como o ECHELON foi usado politicamente pelo governo estadunidense para obter, através da NSA¹⁷¹, informações sobre a oposição interna entre 1967-75 (*Ibidem*, p. 16-17), na base de uma colaboração entre a CIA¹⁷² e a NSA estreitada, *não por acaso*, no ano de 1968 (*Idem*, p. 23). Segundo Campbell, as demandas de informações concernentes à influência estrangeira sobre as organizações pacifistas e ligadas ao movimento *black power* emanavam, desde 1967, dos serviços secretos do Exército estadunidense: “De 1967 a 1975, os nomes eram classificados em quatro categorias de alvos [...] “tráfico internacional de drogas” [...] “agitadores públicos” ou “terroristas” [...] e “extremistas” (CAMPBELL, 2007, p. 38-39. Tradução nossa).

Entretanto, a repercussão do artigo de Campbell permanecia restrita aos círculos jornalísticos, até que, em 1996, o repórter neozelandês Nicky Hager publica *Secret Power*, uma investigação sobre a ampliação da aliança em torno do ECHELON, que agora contava também com a colaboração de Nova Zelândia, Austrália e Canadá, no sistema criado por Estados Unidos e Inglaterra.

Na transição das décadas de 1970 e 80, os Estados Unidos promoveriam uma mudança estratégica na condução de seu enfrentamento ao “comunismo internacional”. O combate ao *Evil Empire* (“Império do Mal”, como o republicano Reagan costumava se referir à URSS), também conhecido como o “perigo vermelho”, passaria a ser progressivamente substituído por uma reorientação das hostilidades em direção ao “terrorismo internacional”, desde então associado ao fundamentalismo islâmico. A estratégia do Conselheiro de Segurança Nacional dos Estados Unidos Zbigniew Brzezinski¹⁷³, que partia da convicção de que a contenda entre EUA e URSS não era entre duas nações, mas “entre dois impérios”, e de que a guerra pelo domínio do eixo

¹⁷⁰ Originalmente intitulado *Interception Capabilities 2000*.

¹⁷¹ *National Security Agency*, Agência de Segurança Nacional [dos Estados Unidos].

¹⁷² *Central Intelligence Agency*, Agência Central de Inteligência [dos Estados Unidos].

¹⁷³ Exposta em *Game Plan: How to conduct the U.S.-Soviet Contest* (1986).

geopolítico da Eurásia era decisiva para ambos os lados da contenda, seria posta em prática durante o governo de Jimmy Carter (1977-81):

Com essa percepção, Brzezinski induziu o presidente Carter a abrir um terceiro *front* na Guerra Fria, instigando contra Moscou os povos islâmicos da Ásia Central, no *heartland* da Eurásia e integrantes da União Soviética, com o objetivo de formar um *green belt* e conter o avanço dos comunistas na direção das águas quentes do Golfo Pérsico e dos campos de petróleo do Oriente Médio (BANDEIRA, 2013, p. 33).

Em seu estudo mais recente¹⁷⁴, o historiador Moniz Bandeira traz à tona o fato de que Jimmy Carter teria assinado um *secret intelligence finding*¹⁷⁵ em 25 de junho de 1979, “mediante o qual autorizou a CIA a dar assistência encoberta aos *mujahidin* afegãos, com operações de guerra psicológica” (BANDEIRA, 2013, pp. 35-36), na operação secreta designada *Cyclone*. Segundo revelações de Robert Gates, um ex-diretor da CIA tornado Secretário de Defesa na administração de Obama, no ano de 1982, os fluxos de dinheiro dirigidos ao financiamento desta operação atingiria mais de US\$ 20 milhões por ano, chegando a US\$ 630 milhões em 1987¹⁷⁶.

Um ano antes da publicação dos *Comentários*, o celebrado jornalista norte-americano Bob Woodward¹⁷⁷ publicava, nos EUA, *Veil: As guerras secretas da CIA* (1987). Resultado de centenas de entrevistas e depoimentos que o jornalista do *Washington Post* realizou com ex-diretores e assessores dos serviços de inteligência estadunidenses ao longo dos anos 1980, Woodward revela a existência da operação *Veil*, cujo codinome ultrassecreto designava as operações clandestinas empreendidas pela administração Reagan com o objetivo de interferir na política interna de outros países¹⁷⁸.

No início da década de 80 também viria à tona, por meio de uma investigação do Ministério Público italiano sobre as relações do banqueiro Michel Sindona com a Máfia siciliana, a existência da superloja maçônica P2 (*Propaganda Due*), revelando a vasta colaboração entre mafiosos, gângsteres, capitalistas e financistas, clérigos, jornalistas e

¹⁷⁴ *A Segunda Guerra Fria. Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

¹⁷⁵ “Uma autorização dada pelo presidente dos Estados Unidos, quase sempre por escrito, na qual ele acha (*find*) que uma operação encoberta (*covert action*) é importante para a segurança nacional [...]. É o mais secreto entre os documentos do governo americano” (BANDEIRA, 2013, p. 43).

¹⁷⁶ Cf. BANDEIRA, 2013.

¹⁷⁷ Woodward tornou-se internacionalmente conhecido, juntamente com Carl Bernstein, ao divulgar o escândalo de *Watergate*, que provocou a renúncia do presidente Nixon em 1974.

¹⁷⁸ Cf. WOODWARD, Bob. *Veil: As guerras secretas da CIA (1981–1987)*. São Paulo: Best Seller, 1987.

editores, militares e policiais, deputados, ministros e prefeitos da Democracia Cristã, magistrados, promotores e demais funcionários do Estado italiano. A propósito, Debord lembra nos *Comentários* o fato de que “só se ouviu falar com frequência de ‘Estado de direito’ a partir do momento em que o Estado moderno, chamado democrático, deixou de ser democrático” (*Com.*, § XXVI). Contudo, para o autor dos *Comentários*, o assassinato de Aldo Moro (1978) não se tratava de um caso excepcionalmente italiano, lembrando outros crimes semelhantes “que ficaram sem nenhuma explicação”, como do então presidente dos EUA John Kennedy (1963)¹⁷⁹, além do primeiro-ministro sueco Olof Palme (1986):

Essa síndrome de doença social recém-adquirida logo se espalhou por toda parte, como se, a partir dos primeiros casos observados, ela *descesse* do topo dos Estados, esfera tradicional desse gênero de atentados, e como se, ao mesmo tempo, ela *subisse* do submundo, outro lugar tradicional do tráfico ilegal e das proteções, onde sempre se travou esse tipo de guerra entre profissionais. Essas práticas tendem a se encontrar *no meio* de todos os negócios da sociedade, como se de fato o Estado gostasse de se envolver nisso, e a máfia conseguisse subir até aí, efetuando-se uma espécie de junção (*Com.*, § XXII. Grifos no original).

Vários trabalhos acadêmicos e jornalísticos dos anos 1990 e 2000 também exploraram detalhes concernentes à colaboração internacional, sobretudo estadunidense, através da CIA, nas operações terroristas que desestabilizaram o regime italiano durante os *anni di piombo* da década de 1970, como *L’Affaire Gladio. Les réseaux secrets américains au cœur du terrorisme en Europe* [O *affaire* Gladio. As redes secretas americanas no coração do terrorismo na Europa] (1994), de Jean-François Brozzu-Gentile, e *Gli eserciti segreti della NATO. Operazione Gladio e terrorismo in Europa occidentale* [Os exércitos da NATO. Operação Gládio e terrorismo na Europa ocidental] (2005), de Daniele Ganser. A gênese de tais operações, contudo, era conhecida desde a publicação, em 1978, das memórias de Willian Colbi, antigo diretor da CIA, denominada *Honorable men: my life in the CIA* [Homem Honrado: minha vida na CIA]. Em 2003, a jornalista francesa Marie-Monique Robin¹⁸⁰ publica *Escadrons de la mort, l’école française* [Esquadrões da morte: a escola francesa] onde revela aspectos da

¹⁷⁹ No livro *The man who killed Kennedy. The case against LBJ* [O homem que matou Kennedy: O caso contra LBJ] (2013), o republicano Roger Stone, ex-assessor político de Nixon, revela o complô envolvendo a CIA e o então vice-presidente Lyndon B. Johnson no assassinato do presidente Kennedy, em 22 de novembro de 1963.

¹⁸⁰ Realizadora também do excelente documentário *Torture made in USA* (2009).

colaboração entre os serviços secretos de França, Brasil, Argentina, Uruguai e Chile com foco na formação dos chamados “esquadrões da morte”, inspirados pelas técnicas de tortura que, aplicadas pelo exército francês nas guerras da Indochina (1946–54) e da Argélia (1954–62), seriam transferidas aos militares na repressão política aos movimentos de luta armada do Cone Sul durante os anos 1970.

A articulação desta rede sul-americana de repressão social e política seria designada operação *Condor*. No Brasil, a *Operação Bandeirante* (Oban), comandada militarmente pelo major Brilhante Ustra e financiada secretamente por empresários aglutinados em torno da sinistra figura de Henning Boilesen (então diretor do Grupo Ultra) foi objeto de uma acurada investigação jornalística de Chaim Litewski, exposta no aclamado documentário *Cidadão Boilesen* (2009)¹⁸¹.

Da operação *Gladio* à Oban, o que estava em jogo era, segundo Debord, um mesmo manejo do terrorismo em nome do combate ao terrorismo: “sabe-se bem que a estação de Bolonha explodiu para que a Itália continuasse a ser bem governada; e o que são os esquadrões da morte no Brasil” (*Com.*, § XVIII). Ao tentar religar os fios soltos desta maquinaria geradora de inúmeras guerras secretas, Debord sabia que:

Cada um desses organismos, confederados com muita flexibilidade em torno dos que estão encarregados da *razão de Estado*, aspira por conta própria a uma espécie de hegemonia sem sentido. Porque o sentido se perdeu com o centro conheável (*Com.*, § XXX).

A queda do Muro de Berlim e a implosão do Bloco Socialista entre os anos de 1989 e 1991 marcariam os últimos pontos de inflexão do século XX, precipitando, ao mesmo tempo, tanto o fim da Guerra Fria como o início do século XXI, momento esse, segundo Debord, “em que todos os aspectos da vida política internacional, e um número crescente dos que interessam à vida política interna, são conduzidos e mostrados no estilo dos serviços secretos” (*Com.*, § XX). Esta tese, que faria a “má fama” dos *Comentários*, seria plenamente lastreada pela realidade histórica nos anos subsequentes, conforme vários historiadores e jornalistas demonstraram em alguns dos trabalhos supracitados.

¹⁸¹ Outro documentário brasileiro que discute a interferência dos Estados Unidos, através da CIA, no golpe de 1º de abril de 1964 é *O dia que durou 21 anos* (2012), de Camilo Tavares. Ver também, a esse respeito: BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973; FICO, Carlos. *O Grande Irmão. Da operação brother sam aos anos de chumbo: O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

O final dos anos 1980 marcaria o colapso econômico e financeiro da URSS. A ascensão de Gorbatchov ao governo da União Soviética em 1985, daria início às reformas que resultariam na implosão do sistema entre 1989 e 1991. A *Glasnost* [transparência] iniciaria o processo gradual de liberalização política do regime, e a *Perestroika* [reestruturação econômica] consistia em uma tentativa de reabilitar o mercado através do reconhecimento de várias formas de propriedade como fundamento da eficiência econômica. O êxito dessas reformas dependia, contudo, de um relaxamento das tensões internacionais, sobretudo com os Estados Unidos, com quem Gorbatchov buscou, em 1987, estabelecer acordos de desarmamento visando a redução dos gastos militares da URSS, que na época abocanhavam 15% do seu PNB (WHITE, 1990, p. 181). Outro fator relevante para a implosão do Bloco Socialista seria a revogação, promovida por Gorbatchov entre 1987 e 1989, da Doutrina da Soberania Limitada de Brejnev (1906–82), que havia sido oportunamente implementada na ocasião da repressão soviética à Primavera de Praga, no ano de 1968. Desde então, a URSS não estaria mais oficialmente disposta a intervir em outros Estados membros do Bloco Socialista.

Contudo, divergências entre Honecker, líder da República Democrática Alemã (RDA) – e notório defensor do brejnevismo –, e Gorbatchov, levariam o chefe de governo da URSS a acionar a KGB para articular, por meio da STASI¹⁸², o afastamento do líder alemão, que seria formalizada em 18 de outubro de 1989:

Segundo todos os indícios, a articulação começou por volta dos últimos meses de 1986 e o início de 1987, depois que Vladimir Kryuchkov, durante longos anos chefe da espionagem soviética, assumiu a direção-geral do KGB. Seu colega e amigo, Markus Wolf, chefe do serviço de espionagem exterior do STASI, teria procurado o ministro da defesa da RDA, Heins Kessler, a fim de convencê-lo de que a RDA, de qualquer modo, devia seguir o curso de Gorbatchov (*Der Spiegel*, n. 15, 10/04/1989, p. 59-61 apud BANDEIRA, 2009, p. 145.).

A estratégia de Gorbatchov consistia em superar o *status quo* bipolar típico da Guerra Fria, tanto por meio de uma neutralização dos países do Leste europeu, sobretudo Hungria e Tchecoslováquia, como através da reunificação da Alemanha, que ensejariam a integração da Rússia na dinâmica do capitalismo ocidental¹⁸³.

¹⁸² *Staatssicherheitsdienst* (Serviço de Segurança do Estado).

¹⁸³ Dias após a queda do Muro de Berlim, em um artigo publicado no hebdomanário humorístico *Le Canard Enchaîné* (14/11/1989), Jean-Marie Benoist, um dos *nouveaux philosophes* de maior destaque na

Na Polônia, o ano de 1988 marcaria o declínio do comunismo, quando o governo do general Wojciech Jaruzelski se veria forçado, sobretudo após uma onda de greves, a dialogar com o “sindicato” *Solidarność* [Solidariedade] – a principal força de oposição ao regime desde a crise de 1980-81 –, convocando eleições livres para 19 de agosto de 1989, nas quais o Partido Operário Unificado Polaco perderia o monopólio do poder. O regime húngaro, por sua vez – tanto política como economicamente mais liberal do que o polonês – aprofundaria as suas reformas, chegando a legalizar a oposição em janeiro de 1989. Na Tchecoslováquia, apesar da posição oficial do Partido Comunista local ser oficialmente contrária à *Glasnost* e à *Perestroika*, vigoravam políticas econômicas mais abertas e flexíveis do que aquelas que ainda resistiam na RDA, na Romênia e na Albânia (BANDEIRA, 2009).

Na esteira da desintegração do Bloco Socialista entre 1989-91, a década de 1990 seria marcada, no plano geopolítico internacional, pela ascensão dos Estados Unidos como potência hegemônica, fato que abriu espaço para uma retomada da acumulação capitalista, a partir da implantação da economia de mercado nos novos países independentes e a exploração industrial das imensas reservas de gás e petróleo na região do Cáucaso.

Nem mesmo a chegada ao poder de um democrata como Bill Clinton (1993 – 2001) seria capaz de alterar a política externa de seus antecessores republicanos, Reagan e Bush. Clinton, pelo contrário, deu continuidade à política de privatização dos serviços militares (*outsourcing*) planejadas durante o governo de George H. W. Bush, dando origem às *Private Military Contractors*, companhias de mercenários profissionais, mais aptas à flexibilidade exigida pelas novas guerras não convencionais, assentadas em métodos informais de conflitos “assimétricos” ou “irregulares” como as guerrilhas, sabotagens e insurgências. Assim, Clinton reatualizaria a orientação do presidente Lyndon B. Johnson (1963-9) vigente no auge da Guerra Fria, que não fazia distinção entre política doméstica e política exterior. Nos *Comentários*, Debord acusava esta tendência com precisão, ao notar que:

França, observa que “Gorbatchov verifica as análises de Guy Debord”. Em uma correspondência com Jean-François Martos (24/02/1990), Debord ironiza a observação de Benoist: “Ele vê no esfacelamento começado da burocracia totalitária, de Pequim a Berlim, uma perigosa manobra do hábil Gorbatchov!” (2008, p. 179. Tradução nossa). Outro indício do desprezo de Debord para com raciocínios simplistas típicos das teorias do complô.

Cada país, sem mencionar as inúmeras alianças supranacionais, possui neste momento um número indeterminado de serviços de polícia ou contraespionagem, e de serviços secretos, estatais ou paraestatais. Existem também muitas companhias privadas que cuidam de segurança, proteção, informação (§ XXX).

A intervenção comandada por George H. W. Bush no Panamá em dezembro de 1989, denominada *Operation Just Cause* [Operação Justa Causa], teve o objetivo de capturar e depor o antigo general Manuel Noriega, segundo Debord, “o perfeito representante do espetacular integrado”, “o príncipe do nosso tempo” (*Com.*, § XIX. Grifos no original). Atento à crise panamenha que culminaria, um ano depois, na invasão militar estadunidense e na prisão de Noriega, Debord comenta que:

Noriega fizera toda a sua carreira, neste ponto idêntica à de Jaruzelski na Polônia, como general-policia, a serviço do ocupante. Era importador de drogas nos Estados Unidos, porque o Panamá não gera ganhos suficientes, e exportava para a Suíça os seus capitais “panamenhos”. Havia trabalhado para a CIA contra Cuba e, para contar com a cobertura adequada a suas atividades econômicas, denunciara às autoridades norte-americanas, tão obcecadas com esse problema, alguns de seus rivais nessa importação. [...] Quando os Estados Unidos quiseram se livrar desse personagem, porque alguns de seus tribunais tiveram a imprudência de condená-lo, Noriega declarou-se disposto a se defender por mil anos, por patriotismo panamenho, ao mesmo tempo contra seu povo revoltado e contra o estrangeiro; recebeu imediatamente a aprovação pública dos ditadores burocráticos mais austeros de Cuba e Nicarágua, em nome do anti-imperialismo (*Com.*, § XIX).

Para o antigo situacionista, porém, “não é o Panamá que produz essas maravilhas, é a nossa época” (*Com.*, § XIX). Curiosamente, em abril de 2016, o país “cavado para o seu canal, e não o contrário” (*Com.*, § XIX), voltaria ao noticiário internacional após virem a público os chamados *Panama Papers*, um gigantesco vazamento de informações (mais de 11 milhões de ficheiros) que revela como chefes de Estado, políticos, criminosos, celebridades, multimilionários e estrelas do esporte usam paraísos fiscais (*offshores*) para “lavar dinheiro”, um eufemismo para a ocultação de patrimônio e a sonegação de impostos. As informações contêm referências a 72 chefes de Estado e detalhes, nomeadamente, de negócios ocultos de 128 políticos mundiais,

entre eles, os atuais presidentes da Argentina, Mauricio Macri, e da Ucrânia, Petro Poroshenko¹⁸⁴.

Em 18 de agosto de 1990, George H. W. Bush assinou um *secret intelligence finding* autorizando a remoção de Saddam Hussein do governo do Iraque e, em maio de 1991, informava ao Congresso que enviaria entre US\$15 milhões e US\$20 milhões para financiar o golpe militar que deveria lá ocorrer. Com isso, Bush inaugurou um período em que os Estados Unidos realizaram sucessivas intervenções em outros países, “com o objetivo de expandir seus interesses econômicos e estratégicos, sempre encapuzados com o pretexto de defesa humanitária” (BANDEIRA, 2013, p. 49).

Em um ensaio de dezembro de 1990, intitulado *O Estado, a sociedade civil e o colapso do socialismo soviético*, o sociólogo e politicólogo britânico Paul Hirst dizia que “em 1988, nenhum observador sério teria podido prever as revoluções que, em 1989, destruíram o império soviético na Europa oriental” (1993, p. 177). Naquele mesmo ano, porém, Giorgio Agamben reconhecia o mérito do texto debordiano de 1988 ao salientar precisamente a sua capacidade de prognosticar o movimento de dissolução final da URSS:

A unificação substancial do espetáculo concentrado (as democracias populares do leste) e do espetáculo difuso (as democracias ocidentais) no espetáculo integrado, que constitui uma das teses centrais dos *Comentários* e que muitos acharam paradoxal no momento de sua publicação, em menos de dois anos se apresenta com uma evidência trivial [...]. Os muros indestrutíveis e as cortinas de ferro que dividiam os dois mundos foram varridos em alguns dias (2002, p. 91. Tradução nossa).

Um dos fenômenos originários deste processo de integração da antiga ordem bipolar do espetáculo teria ocorrido, segundo o olhar atento de Agamben, no episódio do suposto “massacre de Timișoara”, midiática e politicamente encenado no decurso do processo revolucionário romeno, detonado em dezembro de 1989:

Pela primeira vez na história da humanidade, cadáveres sepultados ou alinhados sobre mesas mortuárias foram desenterrados às pressas e torturados para simular, frente às câmaras, o genocídio que devia legitimar o novo regime. O que o mundo via ao vivo como a verdade real, na tela da televisão, era a não verdade absoluta. Embora a

¹⁸⁴ Cf. “Panama Papers Q&A: What is the scandal about?”. In: *BBC News*. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/world-35954224>>. Acesso em: 30/05/2016.

falsificação fosse óbvia, ela, todavia, era autenticada como verdadeira pelo sistema midiático internacional, porque estava claro que agora a verdade não era senão um momento do movimento necessário do falso. Assim, a verdade e a mentira tornaram-se indiscerníveis e o espetáculo legitimava-se unicamente mediante o espetáculo [...]. Timișoara é, neste sentido, a Auschwitz da sociedade do espetáculo: e como já foi dito que depois de Auschwitz é impossível escrever e pensar como antes, da mesma forma, depois de Timișoara não será mais possível ver a tela da televisão do mesmo modo (2002, p. 93. Tradução nossa).

Agamben viu neste evento algo que nem mesmo os nazistas seriam capazes de imaginar: “fazer coincidir em um único evento monstruoso Auschwitz e o incêndio do Reichstag” (2002, p. 92). Em 1994, Debord afirmava, no mesmo sentido de Agamben, que finalmente “a hora nazi se tornou aquela de toda a Europa”¹⁸⁵.

Ainda segundo Agamben, “o aspecto mais inquietante dos livros de Debord refere-se à obstinação com a qual a história parece aplicar-se em confirmar suas análises” ([1990] 2002, p. 91. Tradução nossa) – aspecto este que jamais escapou, evidentemente, ao imodesto Debord, que em 1979 comenta em seu *Prefácio à 4ª edição de A sociedade do espetáculo*:

Posso me gabar de ser um raro exemplo contemporâneo de alguém que escreveu sem ser imediatamente desmentido pelos acontecimentos. Não estou me referindo a ser desmentido cem ou mil vezes, como os outros, mas a nenhuma única vez. Não duvido que a confirmação encontrada por todas as minhas teses continue até o fim do século, e além dele. Por um simples motivo: compreendi os fatores constitutivos do espetáculo “no curso do movimento e, por conseguinte, em seu lado efêmero”, isto é, considerando o conjunto do movimento histórico que pôde edificar esta ordem e que agora começa a dissolvê-la [...] Neste ínterim, o espetáculo aproximou-se de modo ainda mais exato de seu conceito (1997, p. 152).

De fato, Debord parecia antecipar o período histórico subsequente ao indagar-se, ainda antes da reunificação alemã em 1989 e da desintegração conclusiva da URSS em 1991, sobre “quem manda de fato nos Estados Unidos, a maior potência do chamado mundo democrático? E quem pode de fato mandar no mundo democrático?”¹⁸⁶ (*Com.*, § XVIII).

¹⁸⁵ *Guy Debord, son art et son temps*, média-metragem de Debord exibido postumamente pelo Canal + em Janeiro de 1995 (2006b, p. 1873. Tradução nossa).

¹⁸⁶ A invasão do Iraque pelos Estados Unidos em 2003, mesmo sem a autorização da ONU, viria confirmar a pertinência da questão levantada por Debord uma década antes.

No contexto da guerra contra o Iraque (1990-91), a fala soberana de Bush reatualizaria, sombria e sintomaticamente no sentido das preocupações centrais dos *Comentários*, uma expressão cunhada originalmente pela diplomacia de guerra de Hitler e Mussolini durante a invasão da Iugoslávia por tropas alemãs, italianas, húngaras, romenas e búlgaras em abril de 1941:

O que [estava] em jogo era muito mais que um país pequeno [o Kuwait]; mas uma grande ideia: uma *nova ordem mundial*, na qual diversas nações se unem em torno de uma causa comum visando às aspirações universais da humanidade – paz e segurança, liberdade e o Estado de direito¹⁸⁷.

A suposta liberdade universalmente aspirada, segundo a visão particularista advinda de Washington DC, para Debord não passava de “eleições livres, informação midiática livre, e liberdades sem nenhuma restrição para a livre empresa” (2008, p. 234. Tradução nossa). O papel da guerra no Iraque era justamente, segundo ele, o de “mostrar esta unidade plenamente operacional pelo fato deste funesto país estar excluído dela, e o quanto lhe custa encontrar-se excluído dela” (*Ibidem*, p. 235)¹⁸⁸.

Em 1993, no pouco conhecido livro “*Esta má reputação...*”, Debord faz um breve “inventário” sobre o estado de crise global e permanente do espetáculo pós-89:

Desde então, pudemos ver a Democracia julgar tão bem o tirano na Romênia (o país onde os urbanistas ficaram loucos) e triunfar graças às vítimas de Timișoara-cidade-martírio; Ubu voltou a ser rei na Polônia, na dinastia dos Walea; a coalizão mundial contra o Iraque e seu retumbante não resultado; as repúblicas russas e o desenvolvimento de todas as guerras civis com a democracia dos prevaricadores, sob Iéltsin; os campos de concentração da Sérvia, e as negociações étnicas em Sarajevo, que continuam durante o extermínio, apesar da corajosa mediação da Europa, o desembarque midiático-humanitário de Mogadíscio que portava tanto arroz; a vitória do Estado de direito contra Escobar na Colômbia, assim como as higienizações cumpridas pelos “esquadrões da morte” em todo o Cone Sul, a abolição formal do *apartheid* e os massacres dos negros da África do Sul; a Argélia que se queria fazer passar pelo único país onde a economia não funcionava, e talvez por falta de islamistas; a Itália das Mãos Limpas, que finalmente estabeleceu a prova da inocência de Andreotti. Em todos os lugares a *especulação* é, por fim,

¹⁸⁷ BUSH, George H. W. *Address Before a Joint Session of the Congress on the State of the Union*, 29/01/1991. Disponível em: <http://bushlibrary.tamu.edu/research/public_papers.php?id=2656&year=1991&month=1>. Acesso em: 16/06/2015 (Tradução e grifos nossos). Discurso que, no plano interno, desde 1989 aplicava a política de “tolerância zero”, através da chamada *War on Drugs* (Guerra às drogas).

¹⁸⁸ Carta a Jean-François Martos, de 26 de dezembro de 1990.

tornada a parte soberana de toda propriedade. Ela se autogoverna mais ou menos, segundo as preponderâncias locais, em torno das Bolsas, dos Estados ou das Máfias: todos se federando em uma espécie de democracia das elites da especulação (1993, p. 91-92. Tradução nossa. Grifos no original).

Em janeiro de 1995, o *Canal +* da França exibiu postumamente a última produção fílmica de Debord (dois meses após o seu suicídio), um média-metragem chamado *Guy Debord, son art et son temps*, documentário no qual ele se propunha a ser “antitelevivo na forma como no conteúdo” (2006b, p. 1871). Se, para os “senhores do espetáculo”, a “nova ordem mundial” requeitada pela diplomacia de guerra estadunidense portava pelo alto os ideais positivos de “paz e segurança, liberdade e Estado de direito”, a mirada crítica de Debord – ao capturar nesta última película o negativo desta imagem triádica e positiva congelada na fala soberana de Bush – tratava de realçar a realidade mais baixa da guerra e da insegurança, da escravidão e da tendência do espetáculo, doravante integrado, à dominação totalitária:

São os mais modernos desenvolvimentos da realidade histórica que ilustram com muita exatidão o que pensava Thomas Hobbes sobre o que devia ser a vida do homem, antes que ele conhecesse a civilização e o Estado: solitária, suja, destituída de prazeres, estúpida, curta¹⁸⁹.

Foram estas as últimas sentenças desferidas por Debord contra a sua época. Às 5 horas da manhã do dia 30 de novembro de 1994, o lendário fundador da IS retira-se da vida com uma bala de 30/30 atirada contra o próprio coração, um fato lamentavelmente manejado por seus detratores para desqualificar a racionalidade e a pertinência histórica de sua reflexão teórica. Seu suicídio nada tem a ver com uma “obsessão paranoica pela deserção”, como insinua Daniel Bensaïd ao dizer que “as autodissoluções sucessivas, as cisões e os acertos de contas, até a solidão e o suicídio, aparecem, assim, como a consequência lógica de um impasse construído em teoria” (2011. Tradução nossa). Diante da extensa e intensa correspondência que Debord manteve ao longo de quatro décadas com tantos interlocutores, verificamos neste estudo que em momento algum de sua vida ele permaneceu “isolado”, muito embora estivesse, a partir do final dos anos 70, *exilado* entre Itália e Espanha, bem como em seu último refúgio na fazenda de Champot, na França (desde o assassinato de Lebovici em 1984), onde permaneceu recluso, porém sempre trabalhando na companhia de Alice e recebendo a visita de

¹⁸⁹ Cf. Brigitte Cornand. *Guy Debord, son art et son temps* (1994). Tradução nossa.

amigos, até a sua morte em 1994. Ao comentar, em 1993, a campanha difamatória dos jornais *Times* (Londres), *Libération* (Paris) e *Village Voice* (Nova Iorque), que em 1989 o haviam acusado de pertencer aos quadros da CIA e de ter-se infiltrado na IS, Debord declarou não ser “alguém que poderia ser conduzido ao suicídio [...] por calúnias imbecis” (1993, p. 42. Tradução nossa). Diferentemente do quadro “clínico” diagnosticado por Bensaïd, as razões do suicídio de Debord foram transmitidas com muita simplicidade e sobriedade por sua companheira Alice à Brigitte Cornand, realizadora do documentário *Guy Debord, son art et son temps*, para que fossem inseridas ao seu final:

Doença chamada *polineuropatia alcoólica*, diagnosticada no outono de 90. Tornada realmente penosa somente a partir de novembro de 94. Como em toda doença incurável, ganha-se muito ao não procurar nem aceitar dela curar-se: é o contrário da doença que se pode contrair numa lamentável imprudência. Pelo contrário, neste caso foi necessária a fiel obstinação de uma vida inteira (2006b, p. 1878. Tradução nossa).

Guy Debord, que escreveu “muito menos do que a maioria das pessoas que escrevem”, mas que bebeu “muito mais do que a maioria das pessoas que bebem” (DEBORD, 2002, p. 38), foi cremado aos 63 anos, tendo suas cinzas sido lançadas no rio Sena, desde a ponte Vert-Galant, pela companheira Alice e seu irmão Eugène Becker¹⁹⁰.

A totalidade dos direitos de reprodução de sua obra, e até mesmo seus arquivos pessoais, rapidamente encontraram seus compradores. Entretanto, o campo de batalha sobre o sentido da crítica social debordiana ainda permanece entreaberto. Neste terreno, porém, não procuramos “comprar” a figura de ninguém, nem “disputar” *doxa* alguma. Pois a leitura que buscamos fazer deste *antiobjeto* não advém somente de um contrato profissional axiologicamente neutro entre pesquisador e agência de fomento à pesquisa, nem da aquisição fetichista de uma ideologia à venda no varejo das teorias revolucionárias, mas de uma experiência social mais profunda herdada dos grandes autores, aqueles que, como Tucídides, Vauvenargues, Clausewitz, Saint-Simon, Stendhal, Cervantes, Dante, Marx, Bakunin, Orwell, entre tantos outros, participaram

¹⁹⁰ Cf. *Correspondance* vol. 7, 2008, p. 448.

diretamente das lutas históricas de seu próprio tempo, simultaneamente como homens de letras e de ação.

Sabemos hoje, com toda a certeza, que o espetáculo é real, que ele existe. Mas é somente por intermédio de Guy Debord que conhecemos o seu desenrolar implacável e suas lições.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A novidade do capitalismo globalitário é que ele se tornou um campo aberto de bandidagem – que o diga Bernard Madoff, o grande líder da Nasdaq durante anos. Nas condições de um país periférico, a competição global obriga a uma intensa aceleração que não permite regras de competição que Weber gostaria de louvar. O velho Marx dizia que o sistema não é um sistema de roubo, mas de exploração. Na fase atual, Marx deveria reexaminar seu ditame e dizer: de exploração e roubo. O capitalismo globalitário avassala todas as instituições, rompe todos os limites, dispensa a democracia (Francisco de Oliveira. *O avesso do avesso*, 2010).

Da Itália dos anos 1970 às *Dirty wars* de Obama, o antiterrorismo não é uma lamentável torção em nossos belos princípios democráticos, uma exceção à sua margem, ele é muito mais o *ato constituinte* permanente das democracias contemporâneas (Comitê Invisível. *Aos nossos amigos*, 2014).

Se observarmos a história nos últimos dois séculos, o que predomina é o Estado de exceção. Na verdade, a democracia é que foi excepcional. Não diria que a forma democrática se esgotou, mas, pelo contrário, que ela é um peso grande para o Estado, para as classes dominantes e para o capital financeiro. A democracia atrapalha, ela não facilita o trabalho da política capitalista. Por isso a tendência a reduzir o espaço democrático, tomar medidas de exceção e até mesmo usar o método do golpe, como estamos vendo na América Latina. O golpe no Brasil não é o primeiro. Já tivemos golpes em Honduras e no Paraguai, e possivelmente teremos outro na Venezuela. Isso mostra que a democracia já não está mais sendo útil, que ela está atrapalhando a implantação das políticas neoliberais (Michael Löwy. *Da necessidade de uma política com horizontes utópicos*, 2016).

O debate teórico sobre o estatuto das democracias contemporâneas parece constatar o esgotamento do chamado Estado de direito como paradigma político das sociedades tardoburguesas. A partir dos anos 1990, diversos quadros intelectuais europeus vêm criticando a matriz despótica da dominação capitalista em seu estágio mais avançado. Um debate que de certo modo reatualizou as reflexões dos anos 1920 de Carl Schmitt e Walter Benjamin sobre o Estado de exceção na Alemanha que, inaugurado pelo polêmico artigo 48 da Constituição de Weimar (1919), seria efetivamente aplicado a partir de 1933, primeiramente com a nomeação, no dia 30 de janeiro, de Adolf Hitler para o cargo de chanceler e, um mês depois, em 27 de fevereiro,

com o incêndio do *Reichstag*¹⁹¹. Autores como Robert Kurz¹⁹², Naomi Klein¹⁹³, Noam Chomsky¹⁹⁴ e Giorgio Agamben¹⁹⁵, parecem identificar, *grosso modo*, na lógica da exceção o “paradigma de governo dominante na política contemporânea” (AGAMBEN, 2004, p. 13).

O alvorecer do século XXI viu a “guerra contra o terrorismo” justificar a adoção de legislações “antiterroristas” não somente nos Estados Unidos como também nas principais democracias da Europa ocidental. O *Patriotic act*¹⁹⁶, adotado em caráter “emergencial” na ocasião dos ataques de 11 de setembro de 2001 ao *World Trade Center*, seria reautorizado pelo Senado norte-americano em março de 2006, tornando-se, deste modo, um dispositivo jurídico-político de exceção permanente. A chamada *War on Terror* [Guerra contra o Terror] e ao “narcotráfico” (em sua expressão sul-americana) parecem estar servindo de justificativa para uma ampla supressão das liberdades civis, como do próprio estado democrático de direito nas sociedades capitalistas ocidentais¹⁹⁷.

No Brasil, autores como Roberto Schwarz¹⁹⁸, Francisco de Oliveira¹⁹⁹, Wladimir Safatle²⁰⁰, Michael Löwy²⁰¹ e Paulo Arantes²⁰², para ficarmos apenas no âmbito das

¹⁹¹ *Reichstag* é o nome do prédio onde funciona o parlamento federal da Alemanha (*Bundestag*). O incêndio criminoso de suas instalações no dia 27 de fevereiro é considerado um dos fenômenos originários do regime nacional-socialista alemão. Para Salinas, “o chanceler Adolf Hitler aproveitou esses fatos para obter a Lei de Plenos Poderes que lhe permitiu suspender os direitos civis, perseguir os partidos de esquerda, etc” (1996, p. 38). Giorgio Agamben, em sua genealogia do *Estado de exceção* (2003), lembra o fato de que “a história do art. 48 da Constituição de Weimar é tão estreitamente entrelaçada com a história da Alemanha de entre as duas guerras, que não é possível compreender a ascensão de Hitler ao poder sem uma análise preliminar dos usos e abusos desse artigo nos anos que vão de 1919 a 1933” (2004, p. 28).

¹⁹² Cf. KURZ, Robert. *O Colapso da Modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

¹⁹³ Cf. KLEIN, Naomi. *A Doutrina do Choque: A Ascensão do Capitalismo do Desastre*. São Paulo: Nova Fronteira, 2008.

¹⁹⁴ Cf. “Noam Chomsky: ‘No es extraño que a la gente no le entusiasme la democracia’”. In: *El Mundo*, 18/04/2016. Disponível em: <<http://www.elmundo.es/cronica/2016/04/18/57122930ca474118338b45f0.html>>. Acesso em: 30/05/2016.

¹⁹⁵ Cf. AGAMBEN, Giorgio. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

¹⁹⁶ Dispositivo de exceção que autoriza, entre outras medidas, a prisão de estrangeiros suspeitos de terrorismo, sem processo nem acusação judicial.

¹⁹⁷ Cf. PAYE, Jean-Claude. *La fin de l'État de Droit. La lutte antiterroriste: de l'état d'exception à la dictature*. Paris: La dispute, 2004.

¹⁹⁸ Cf. SCHWARZ, Roberto. “Prefácio”. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo, Boitempo, 2003.

¹⁹⁹ Cf. OLIVEIRA, Francisco de. “O avesso do avesso”. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (org.). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 369-376.

²⁰⁰ Cf. SAFATLE, Wladimir. “Do uso da violência contra o Estado ilegal”. In: TELES, Edson, SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

reflexões mais críticas do nosso campo científico-social, também vêm se referindo, sobretudo a partir dos anos 2000, à periferia da dinâmica capitalista nos termos de uma “exceção permanente”²⁰³ ou, particularmente, de uma “exceção brasileira”²⁰⁴. É notável que o sentido destas preocupações tenha se revelado tão pertinente ao antecipar, pela via negativa de uma “crítica demolidora” (MENEGATE, 2014), tendências autoritárias latentes do último período democrático que, pelo menos até as jornadas de junho de 2013, pareciam afastadas das reflexões acadêmicas sobre a crise sociopolítica em curso no Brasil.

No interior desta dinâmica – da exceção como paradigma de governo dominante tanto no centro como na periferia do capitalismo contemporâneo –, o regime sociopolítico brasileiro se destaca pela manutenção de práticas jurídicas, políticas e econômicas²⁰⁵ flagrantemente antidemocráticas.

A começar pelo nosso “sistema de mídia”, verificamos que a legislação em vigor no país ainda autoriza o monopólio econômico no setor de comunicações. Diferentemente de outros países do Cone Sul, como Argentina e Equador²⁰⁶, que aprovaram leis antimonopólicas a partir de processos participativos de discussão e elaboração reconhecidos por organismos internacionais como marcos regulatórios avançados. O sistema de mídia brasileiro se enquadra no chamado “modelo mediterrâneo” (AZEVEDO, 2006) de França, Grécia, Itália, Portugal e Espanha, países historicamente marcados pela alternância de períodos de autoritarismo e democratização, como o Brasil. Entretanto, o sistema brasileiro guarda características próprias, como o monopólio familiar e a propriedade cruzada dos meios de comunicação de massa (quando o mesmo grupo controla diferentes mídias como tevês, rádios e jornais), a baixa circulação dos jornais associada ao reduzido número de leitores e, como consequência, no plano da grande imprensa, um jornalismo orientado

²⁰¹ Cf. LÖWY, Michel. “Michael Löwy: ‘O Estado de exceção predomina. A democracia é que foi excepcional’”. In: *Blog da Boitempo*, 30/05/2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/30/michael-lowy-o-estado-de-excecao-predomina-a-democracia-e-que-foi-excepcional/>>. Acesso em: 30/05/2016.

²⁰² Cf. ARANTES, Paulo Eduardo. *Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007.

²⁰³ “O subdesenvolvimento viria a ser a forma da exceção permanente do sistema capitalista na sua periferia” (OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 131).

²⁰⁴ Cf. TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir. *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

²⁰⁵ Cf. PAULANI, Leda Maria. “Capitalismo financeiro e estado de emergência econômico no Brasil: o abandono da perspectiva do desenvolvimento”. In: *I Colóquio da Sociedade Latino Americana de Economia Política e Pensamento Crítico*. Santiago (Chile), 2006.

²⁰⁶ A *Ley de Servicios de Comunicación Audiovisual* da Argentina, de 2010, e a *Ley Orgánica de Comunicación* do Equador, de 2013.

prioritariamente para as elites. Esta configuração limita gravemente a existência da diversidade informativa, fundamental a qualquer regime democrático.

No plano da coerção estatal, verificamos que a Lei Antiterrorismo (13.260/2016) sancionada pela presidenta Dilma Roussef em 17 de março de 2016²⁰⁷, veio atualizar a Lei de Segurança Nacional de 1983, expressão jurídica da velha doutrina da Segurança Nacional que “fundamentou” ideologicamente a ditadura instaurada em 1964. A proposta para tipificação do “crime de desordem”, encaminhada ao Senado em fevereiro de 2014 por José Mariano Beltrame²⁰⁸, visaria, segundo ele, a garantir “a segurança das manifestações” contra a Copa de 2014²⁰⁹. Na prática, a proposta acabaria suspendendo o direito de se manifestar politicamente em nome do direito de se manifestar politicamente.

É importante frisar que tais propostas foram aprovadas em caráter de urgência, na sequência do combate do Estado contra os protestos e manifestações massivas que tomaram o país em Junho de 2013²¹⁰. Para sermos mais precisos, a aprovação da chamada Lei Geral da Copa²¹¹ um ano antes, em junho de 2012, já havia soado o “alarme de incêndio”, conforme a conhecida expressão benjaminiana: as normas contextuais de exceção e modificações legais e administrativas de caráter excepcional como as “zonas limpas” e “áreas de exclusividade” por ela instituídas, sinalizavam a prevalência dos interesses da FIFA (uma associação suíça de direito privado) sobre o interesse público do país que sediou o megaevento futebolístico. Fatos estes, inclusive, concomitantes com o Programa de Pacificação de Favelas aplicado desde 2008 no Rio

²⁰⁷ Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2016/Lei/L13260.htm>. Acesso em: 30/05/2016.

²⁰⁸ Então secretário de Segurança Pública do Rio de Janeiro, Beltrame é um ex-agente da Polícia Federal, tendo atuado como “infiltrado” no movimento estudantil gaúcho dos anos 1980. Cf. MARIANO, N., TREZZI, H., WAGNER, C., ETCHICHURY, C. *Os infiltrados – eles eram os olhos e ouvidos da ditadura*. Porto Alegre: Editora AGE, 2011.

²⁰⁹ MENDES, Priscilla. “Beltrame leva ao Senado proposta de lei para tipificar crime de desordem”. In: *GI Política*. Brasília: 12/02/2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/politica/noticia/2014/02/beltrame-leva-ao-senado-proposta-de-lei-para-tipificar-crime-de-desordem.html>>. Acesso em: 30/05/2016.

²¹⁰ “A novidade na parte que nos cabe nessa guerra sem fim é que o inimigo foi internalizado. E isto não é pouca coisa, como se pode verificar quando o Manual de Garantia da Lei e da Ordem, baixado pelo Ministério da Defesa, tipificou como ‘forças oponentes’ os manifestantes de Junho”. (ARANTES, Paulo. “No tempo das emergências, uma entrevista com Paulo Arantes”. In: *Blog da Boitempo*, 11/05/2014. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/05/11/no-tempo-das-emergencias-uma-entrevista-com-paulo-arantes/>>. Acesso em: 15/06/2014).

²¹¹ A lei nº 12.663 “dispõe sobre as medidas relativas à Copa das Confederações FIFA 2013, à Copa do Mundo FIFA 2014 e aos eventos relacionados”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/Lei/L12663.html>. Acesso em: 15/06/2014.

de Janeiro e em consonância com os manuais de contrainsurgência que os Estados Unidos aplicaram no Afeganistão e no Iraque²¹².

Especialmente a partir das jornadas de junho de 2013, a escalada de repressão política do Estado contra os movimentos sociais ganharia intensidade e volume²¹³, passando a contar com intimações e prisões arbitrárias como a “detenção para averiguação” (prática extinta desde o fim da ditadura), a abertura de inquéritos sem apuração de crime algum, a censura prévia²¹⁴, o uso policial de armas letais e o abuso das armas menos letais, a vigilância constante da Abin²¹⁵, a presença de policiais à paisana em manifestações e de policiais sem identificação ou identificados por códigos alfanuméricos, como na experiência inovadora da PM paulista. No dia 13 de junho, em São Paulo, manifestantes e jornalistas chegaram a ser presos por portarem vinagre, uma substância usada pelas “forças oponentes” (como o Exército tratou os manifestantes de junho) contra os efeitos do gás de pimenta usado pelas forças estatais.

A propósito, o filósofo paulistano Paulo Arantes observou a existência de um paralelo entre o estado de emergência deflagrado em junho de 2013 e aquele que, em abril de 1964, deslanchou no Brasil uma “contrarrevolução onde não havia revolução”. Em suas palavras:

O Brasil-potência-emergente, que voltou a associar desenvolvimento e segurança, pode muito bem estar instalando, sempre preventivamente, é claro, uma situação de perene contrainsurgência sem insurgência²¹⁶.

Ditas em maio de 2014, as palavras de Paulo Arantes acompanhavam o movimento ascendente da crise sociopolítica detonada um ano antes e que, em maio de 2016 (durante a redação da presente dissertação), passaria pela destituição de Dilma Roussef da Presidência da República – e, de contrabando, pela desmoralização do

²¹² Em telegrama revelado pelo *Wikileaks*, a diplomacia estadunidense reconhece que “o Programa de Pacificação de Favelas [do Rio de Janeiro] compartilha algumas das características da doutrina e da estratégia de contrainsurgência dos EUA no Afeganistão e no Iraque”. Disponível em: <<http://wikileaks.ch/cable/2009/09/09RIODEJANEIRO329.html>>. Acesso em: 15/06/2014.

²¹³ Cf. LONGO, Ivan. “Para advogado, manifestação em SP é encarada como “crime organizado””. In: *Spresso SP*, 24/06/2014. Disponível em: <<http://www.spressosp.com.br/2014/06/24/para-advogado-manifestacao-em-sp-e-encarada-como-crime-organizado/>>. Acesso em: 24/06/2014.

²¹⁴ Como estabelece a Lei Estadual n. 6.528, de novembro de 2013, conhecida no Rio de Janeiro como a “Lei da Máscara”, por proibir o seu uso em “reunião pública para manifestação de pensamento”. Disponível em: <<http://gov-rj.jusbrasil.com.br/legislacao/1036049/lei-6528-13>>. Acesso em: 05/06/2014.

²¹⁵ Agência Brasileira de Inteligência.

²¹⁶ Cf. ARANTES, Paulo. “No tempo das emergências, uma entrevista com Paulo Arantes”. In: *Blog da Boitempo*, 11/05/2014. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/05/11/no-tempo-das-emergencias-uma-entrevista-com-paulo-arantes/>>. Acesso em: 25/05/2014.

projeto sociopolítico encampado pelo PT, acompanhadas da ascensão ao poder federal das alas mais conservadoras e antidemocráticas do PMDB e PSDB. O paralelo entre o estado de “contrarrevolução sem revolução” de 1964-68 e a situação de “contrainsurgência sem insurgência”, a nosso ver corretamente diagnosticado por Arantes em 2014, também se revelaria um bom prognóstico.

Em 18 de julho de 2014, 23 ativistas cariocas (entre membros da FIP²¹⁷, estudantes e professores de sociologia, filosofia e história)²¹⁸ seriam presos – sempre preventivamente –, sob a suspeita de “planejar protestos violentos” durante a Copa organizada pela FIFA. Em 12 de janeiro de 2016, a PM de São Paulo chegou a lançar mão de uma tática de repressão condenada pelo próprio manual de conduta da corporação, o *Kettling* (ou Caldeirão de Hamburgo), que consiste em cercar e isolar manifestantes dentro de um cordão policial configurando uma zona de exceção temporária. A tática, explica Camila Marques, advogada da organização de direitos humanos *Artigo 19*, viola o próprio Manual de Controle de Distúrbios Cíveis da Polícia Militar: "Apesar do Caldeirão de Hamburgo ir contra a própria normativa do Estado de São Paulo, a PM vem utilizando essa tática desde 2013, e, desde então, a aprimora nos protestos"²¹⁹.

No dia 15 de fevereiro de 2016, 31 ocupantes do prédio da Secretaria Estadual de Educação, Cultura e Esportes, entre professores e estudantes secundaristas e universitários, também foram presos em Goiânia²²⁰ e, no dia 13 de maio, escolas técnicas e Diretorias de Ensino de São Paulo ocupadas por estudantes tiveram as suas reintegrações de posse autorizadas pela Procuradoria Geral do Estado *sem mandado judicial*, o que resultou na prisão de cerca de quarenta estudantes secundaristas²²¹. Sem

²¹⁷ Frente Independente Popular [do Rio de Janeiro].

²¹⁸ Cf. BARREIRA, Gabriel. “Saiba quem são e o que dizem os ativistas presos pela polícia do RJ”. In: *G1 Rio*, 18/07/2014. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2014/07/saiba-quem-sao-e-o-que-dizem-os-ativistas-presos-pela-policia-do-rj.html>>. Acesso em: 12/06/2016.

²¹⁹ TARDELLI, Brenno. “Tática utilizada em repressão é condenada pelo próprio manual da PM”. In: *Rede Brasil Atual*, 13/01/2016. Disponível em: <<http://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/2016/01/tatica-policial-utilizada-em-repressao-e-condenada-pelo-proprio-manual-da-pm-7161.html>>. Acesso em: 23/06/2016.

²²⁰ Cf. BOULOS, Guilherme. “Estado de sítio na educação”. In: *Folha de S. Paulo*, 18/02/2016.

²²¹ Cf. SANTIAGO, Tatiana. “Governo Alckmin libera reintegração de posse sem mandado judicial”. In: *G1 São Paulo*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/05/governo-alckmin-libera-reintegracao-de-posse-sem-decisao-judicial.html>>. Acesso em: 21/06/2016.

falar nas chacinas de 2015 ocorridas na região metropolitana de São Paulo, historicamente normalizadas no particular regime brasileiro de exceção permanente²²².

No dia 13 de junho de 2016, enquanto finalizávamos a redação desta dissertação, o ministro interino da Justiça, Alexandre de Moraes²²³, decidiu impedir a realização de atos administrativos como convênios, assinatura de novos contratos, nomeação de novos servidores de gestão do Ministério da Justiça e Cidadania por noventa dias, afetando principalmente o funcionamento das secretarias de Direitos Humanos, das Mulheres e da Igualdade Racial – exceto das áreas policiais²²⁴. Além de ter rebaixado o *status* da Secretaria de Direitos Humanos, a medida autoritária e antissocial do governo federal suspendeu também as ações relacionadas à defesa e proteção dos direitos humanos, incluindo crianças e adolescentes, indígenas, refugiados, sistema penitenciário, programas de proteção de vítimas e testemunhas, enfrentamento à homofobia, direitos dos idosos e de pessoas com deficiência, entre outras áreas e programas relevantes vinculados ao Ministério da Justiça. Mais grave ainda seria o fato de que o ato de Alexandre de Moraes – sob os auspícios do presidente interino Michel Temer²²⁵ – fora autorizado apenas um mês depois do estupro coletivo de uma adolescente no Rio de Janeiro²²⁶. Não nos parece casual que, no mesmo dia em que o decreto entrava em vigor, tenham sido encontrados no sertão da Bahia os corpos carbonizados de um casal de professores homossexuais²²⁷, enquanto uma liderança

²²² Cf. JOZINO, Josmar; MAGALHÃES, Álvaro. “Dez chacinas na Grande SP em 2015 aconteceram após mortes de PMs”. In: *R7 Notícias*, 1/09/2015. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/sao-paulo/dez-chacinas-na-grande-sp-em-2015-aconteceram-apos-mortes-de-pms-01092015>>. Acesso em: 21/06/2016.

²²³ Antes de assumir o Ministério da Justiça e Cidadania, o paulista Alexandre de Moraes foi secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo. Moraes é notoriamente conhecido por sua atuação como advogado em centenas de processos na área civil da Transcooper, uma cooperativa de transporte urbano usada para lavar dinheiro do Primeiro Comando da Capital (PCC). Cf. MACIEL, Edgar; GODOY, Marcelo. “Novo secretário de Alckmin defende cooperativa de van”. In: *O Estado de São Paulo*, 9/01/2015.

²²⁴ Cf. MERLINO, Tatiana. “‘É um ato ditatorial’, afirma defensor de direitos humanos sobre decisão do ministro da Justiça”. In: *Ponte Jornalismo*, 18/06/2016. Disponível em: <<http://ponte.org/e-um-ato-ditatorial-afirma-defensor-de-direitos-humanos-sobre-decisao-do-ministro-da-justica/>>. Acesso em: 22/06/2016.

²²⁵ Michel Temer, assim como Alexandre de Moraes, já foi secretário de Segurança Pública do Estado de São Paulo entre 1984-6, na gestão de Franco Montoro, retornando ao cargo em 1992, convidado pelo então governador Fleury Filho (com a missão espinhosa de “abafar” o Massacre do Carandiru).

²²⁶ Cf. “Vítima de estupro coletivo no Rio é encontrada. Suspeitos são procurados”. In: *R7 Rio*, 25/05/2016. Disponível em: <<http://noticias.r7.com/rio-de-janeiro/vitima-de-estupro-coletivo-em-comunidade-do-rio-e-encontrada-suspeitos-sao-identificados-03062016>>. Acesso em: 22/06/2016.

²²⁷ Cf. “Professores gays carbonizados em carro levam cidade do sertão baiano às ruas”. In: *BBC Brasil*, 14/06/2016. Disponível em: <<http://noticias.terra.com.br/brasil/professores-gays-carbonizados-em-carro-levam-cidade-do-sertao-baiano-as-ruas.aafd716469f0b3ef46439e499847b368gtfabtna.html>>. Acesso em: 22/06/2016. O fato ocorreu no mesmo final de semana do massacre – motivado por homofobia – contra uma casa noturna de Orlando, nos Estados Unidos.

indígena Guarani Kaiowá era assassinada por fazendeiros no Mato Grosso do Sul²²⁸ e alguns moradores de rua morriam de frio nas ruas de São Paulo²²⁹. No Rio, o “estado de calamidade pública” decretado pelo governador no mês de junho o autorizava a “adotar medidas *excepcionais* necessárias à racionalização de todos os serviços públicos essenciais, com vistas à realização dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016”²³⁰.

Mas a cereja do bolo viria com a entrada em vigor, no dia 30 de junho de 2016, da Política Nacional de Inteligência (PNI), um projeto da Abin engavetado há dezessete anos²³¹. Com apenas quinze dias de vigência do PNI, o Ministro da Defesa Raul Jungmann foi à imprensa alardear a informação dos serviços de inteligência de que havia no Brasil, às vésperas das Olimpíadas do Rio, nada menos do que 500 mil “suspeitos de ligação com o terrorismo”²³².

Com efeito, tal período crítico – que acena para um esgotamento conclusivo da chamada Nova República – parece reconfigurar o papel desempenhado pelo Brasil como laboratório de experimentação sociopolítica, quando o país serviu de modelo para a instauração de outras ditaduras nas principais economias do Cone Sul. Resultado de uma conspiração militar encabeçada pelo general Golbery do Couto e Silva (1911–87) e apoiada tecnicamente pela CIA²³³, o golpe de 1º de abril de 1964 atingiria, com a posse do general Emílio Garrastazu Médici (1905–85), então chefe do SNI²³⁴, em 30 de outubro de 1969, o ponto de indistinção total onde “o serviço secreto não seria apenas

²²⁸ Cf. “Líder indígena Guarani Kaiowá é assassinado por fazendeiros no Mato Grosso do Sul”. In: *Revista Fórum*, 14/06/2016. Disponível em: <<http://www.revistaforum.com.br/2016/06/14/urgente-lider-indigena-guarani-kaiowa-e-assassinado-por-fazendeiros-no-mato-grosso-do-sul/>>. Acesso em: 22/06/2016.

²²⁹ Cf. “Cinco moradores de rua morrem por causa do frio, diz Arquidiocese de SP”. In: *G1 São Paulo*, 14/06/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/06/cinco-moradores-de-rua-morrem-por-causa-do-frio-diz-arquidiocese-de-sp.html>>. Acesso em: 22/06/2016.

²³⁰ Cf. “Rio decreta calamidade pública por crise financeira e Olimpíada”. In: *Folha de S. Paulo*, 17/06/2016. Grifos nossos.

²³¹ Cf. PEDUZZI, Pedro. “Governo demonstra compromisso em fortalecer inteligência brasileira, diz diretor da Abin”. In: *Agência Brasil*, 30/06/2016. Disponível em: <<http://agenciabrasil.abc.com.br/politica/noticia/2016-06/governo-demonstra-compromisso-em-fortalecer-inteligencia-brasileira-diz>>. Acesso em: 04/07/2016.

²³² Cf. RODRIGUES, Mateus. “Governo reúne dados de 500 mil suspeitos de ligação com terrorismo”. In: *G1 Rio de Janeiro*, 15/07/2016. Disponível em: <<http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/olimpiadas/rio2016/noticia/2016/07/governo-reune-dados-de-500-mil-suspeitos-de-ligacao-com-terrorismo.html>>. Acesso em: 20/07/2016.

²³³ Cf. FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio. A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

²³⁴ O Serviço Nacional de Informações é o serviço secreto brasileiro, vigente entre 1964-90. A partir de 1990, mudaria de sigla outras três vezes. Foi o efêmero DI (Departamento de Inteligência) entre 1990-92, SSI (Subsecretaria de Inteligência) entre 1992-99 e, desde então, Abin (Agência Brasileira de Inteligência).

mais um órgão da Presidência da República; seria a própria Presidência da República” (FIGUEIREDO, 2005, p. 186).

Desde então, o terrorismo praticado por elementos civis de extrema-direita e acobertados por apêndices do serviço secreto brasileiro²³⁵, a ação de esquadrões da morte, as infiltrações estatais nas organizações de esquerda e de extrema-esquerda (do movimento estudantil e sindical às células guerrilheiras), chegando à tortura e ao ocultamento sistemático dos cadáveres dos opositores do regime, caçados sob a insígnia do “inimigo interno”, tudo isso consolidaria a assinatura dos regimes espetaculares dos países de “economias mistas mais atrasadas” (*SdE*, § 64) como o Brasil, que importariam as técnicas de governo totalitárias empregadas internamente nos/pelos regimes concentracionários hitlerista e stalinista²³⁶ (como vimos na seção 1.1.) e externamente nos/pelos regimes democrático-liberais de França²³⁷ e Estados Unidos.

Vimos, na seção 2.2. deste trabalho, como Debord identifica a origem do novo ciclo de dominação da sociedade do espetáculo no pós-68, quando os países de economia capitalista mais avançada (principalmente a França e a Itália) passaram a incorporar, na tentativa de frear o avanço das forças revolucionárias liberadas internamente no decurso dos anos 1970, algumas das técnicas de governo empregadas tanto pelos regimes concentracionários de Stalin e Hitler, como pelas ditaduras militares dos países de economia capitalista mais atrasada (como Portugal, Espanha, Grécia, Brasil, Chile e Argentina) – *sem, contudo, uma correlata supressão dos arranjos institucionais do chamado Estado de direito.*

Se quisermos aplicar a crítica teórica do espetáculo à crise sociopolítica brasileira dos anos 2013-6, devemos ler com especial atenção os escritos oitentistas de Debord²³⁸. Pois o que a crise e o esgotamento da Nova República testemunham é a

²³⁵ Criados em 1967 no governo de Costa de Silva, a DSI (Divisão de Segurança e Informações) a ASI (Assessoria de Segurança e Informações) e o CIE (Centro de Informações do Exército) formaram, no final da década de 1960, “uma associação clandestina [...] [que] produziu um dos grupos terroristas de direita mais atuantes da história do país” (FIGUEIREDO, 2005, p. 159).

²³⁶ “O SNI ainda não se transformou numa Gestapo [polícia secreta nazista] ou numa GPU [antecessora do KGB soviético] dos tempos de Hitler e Stalin. Mas começa a engatinhar e mostrar os dentes. Dentro em breve poderá firmar-se em quatro patas. É um filhote de monstro” (MONIZ apud FIGUEIREDO, 2005, p. 147).

²³⁷ A experiência adquirida pelo exército francês nas guerras coloniais da Indochina e da Argélia foi transmitida aos militares brasileiros através de uma estreita cooperação ocorrida durante as décadas de 1950, 60 e 70. Cf. ARAUJO, Rodrigo Nabuco de. *Conquête des esprits et commerce des armes: la diplomatie militaire française au Brésil (1845-1974)*. 2011. 492 f. Tese de Doutorado em História. Université Toulouse le Mirail, Toulouse, 2011.

²³⁸ A recepção das ideias de Guy Debord no Brasil é tardia em relação a outros países sul-americanos, como a Argentina, que desde 1976 contava com uma tradução publicada em uma edição pirata de *A sociedade do espetáculo* (Cf. Carta de Guy Debord a Jesus Castellote de 5 de janeiro de 1978, 2005, p.

entrada definitiva do Brasil na era do espetáculo integrado. Infelizmente, porém, a nossa época não conta mais com a capacidade de antecipação histórica e crítica de um grande estrategista como Guy Debord. A ausência de uma visão antecipadora e emancipatória como a sua nestes tempos resulta num grave *déficit* para as forças sociais que lutam para evitar o acúmulo de catástrofes futuras que, lamentavelmente, já projetam a sua sombra sobre o presente. Porém, como Debord gostava de dizer, prospectivamente: “Os lamentos são vãos”²³⁹.

449). No Brasil, a primeira tradução saiu pela editora Contraponto em julho de 1997, numa edição que reúne quatro importantes textos de Debord: *A sociedade do espetáculo* (1967), a *Advertência da edição francesa de 1992*, o *Prefácio à 4ª edição italiana de A sociedade do espetáculo* (1979) e os *Comentários sobre a sociedade do espetáculo* (1988). Assim, o leitor brasileiro pôde ler os *Comentários* três anos antes do leitor chinês que, junto ao leitor russo, eram os mais visados por Debord na crítica de 1988 (sobretudo após a crise de 1989), conforme atesta uma carta de 12 de setembro de 1990 a Paolo Salvadori (Cf. *Correspondance vol. 7*, 2008, p. 217). Em novembro de 2001, surge na Internet uma tradução do Coletivo *Acrático Proposta* de Campinas (SP), acrescida de uma introdução de Emiliano Aquino à crítica teórica e prática de Guy Debord e da Internacional Situacionista. Em 2006, E. Aquino publica uma parte de sua tese de doutorado em filosofia, intitulada *Reificação e linguagem em Guy Debord*: um rigoroso estudo acadêmico que deslocaria o centro receptor da crítica debordiana da Alemanha para o Brasil, apresentando uma interpretação rigorosamente fiel às aspirações intelectuais originais de Debord, em polêmica com a interpretação dos teóricos “críticos do valor” Anselm Jappe e Robert Kurz – ligados ao grupo *Exit!* – formado em 2004 a partir de uma cisão do grupo *Krisis* (1989-2004). O filósofo Anselm Jappe é autor de um estudo pioneiro sobre o pensamento de Guy Debord, publicado na Alemanha em 1992 e no Brasil em 1999. Nessa época, os cearenses Emiliano Aquino e Ilana Amaral constituíram em Fortaleza uma corrente de luta fortemente inspirada pela crítica situacionista, a partir de uma cisão do *Partido da Libertação Proletária* (PLP), chamada *Contra a Corrente* (CaC), mais tarde *Proletarizados Contra a Corrente* (entre 1999 e 2001). Os quatro últimos números dessa revista (do 9 ao 12) marcam um afastamento definitivo da corrente com suas origens trotskistas, além de uma fecunda recusa em se identificar com qualquer forma de ideologia, principalmente as ditas “revolucionárias”: “Se somos inimig@s da economia política e recusamos os rótulos ideológicos, assim o somos apenas na medida em que compreendemos o nosso esforço de negação, também ele, como parte desta negação que é, em sua radicalidade, negação do mundo da economia política; negação que é de muit@s. E, sendo de muit@s, não é de nenhum corpo de especialistas; não parte, portanto, de nenhum saber separado, de nenhuma ideologia. E tampouco chega a nenhum saber separado, a nenhuma enunciação por pouc@s daquilo que é feito por muit@s” (AMARAL, Ilana. “Por que não somos marxistas antiestado, anarquistas, autonomistas, situacionistas, conselhistas... mas, simplesmente, inimig@s da economia política”. In: *Proletarizados contra a corrente*, n° 12, set/dez de 2001. Disponível em: <<https://www.inventati.org/contraacorrente/index.html>>. Acesso em: 31/10/2016). Em 2002, a Editora Conrad (SP) publica pela coleção “Baderna” o livro *A arte de viver para as novas gerações* (1967), do situacionista belga Raoul Vaneigem, além de uma pequena antologia com quatro textos da IS. Entre 1999 e 2004, ecos da crítica situacionista se fizeram presentes no movimento antiglobalização paulistano que “nasceu da convergência de outros dois movimentos que surgiram ou reemergiram nos anos 1980: o movimento estudantil independente e autogestionário e o movimento anarquista propriamente dito” (ORTELLADO, Pablo. “Sobre a passagem de um grupo de pessoas por um breve período da história”. In: *Estamos vencendo! Resistência global no Brasil*. São Paulo: Conrad, 2004, p. 9).

²³⁹ “Notes sur la question des immigrés” [Carta a Mezioud Ouldamer, dezembro de 1985]. In: *Œuvres*, 2006b, p. 1588.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABSE, Tobias. “Itália: uma nova agenda”. In: ANDERSON, Perry; CAMILLER, Patrick. *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

ADORNO, Theodor. *Dialética Negativa*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2009.

AGAMBEN, Giorgio. *Moyens sans Fins: notes sur la politique*. Paris: Payot & Rivages, 1995.

_____. *Estado de exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.

_____. “Prefácio”. In: *A coisa perdida: Agamben comenta Caproni*. Florianópolis: Editora da UFSC, 2011.

_____. “O príncipe e o sapo: o problema do método em Adorno e Benjamin”. In: *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012.

_____. *Signatura rerum: sur la méthode*. Paris: Vrin, 2014.

AMARAL, Ilana. “Por que não somos marxistas antiestado, anarquistas, autonomistas, situacionistas, conselhistas... mas, simplesmente, inimig@s da economia política”. In: *Proletarizados contra a corrente*, n° 12, set/dez de 2001. Disponível em: <<https://www.inventati.org/contracorrente/index.html>>. Acesso em: 31/10/2016.

AMORÓS, Miguel. “Brève histoire de la section italienne de l’Internationale Situationniste”. Paris: *Paroles des jours*, 2009. Disponível em: <<http://parolesdesjours.free.fr/situationnismeitalie.pdf>>. Acesso em: 04/04/2016.

_____. “La révolution maintenant et toujours” (Préface à la réédition de *Manuscrito encontrado en Vitoria*), 2014. Disponível em: <<http://losincontrolados.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 14/11/2016.

ANDERSON, Perry. *Considerações sobre o marxismo ocidental*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

APOSTOLIDÈS, Jean-Marie. *Les tombeaux de Guy Debord*. Paris: Flammarion, 2006.

_____. *Debord. Le naufrageur*. Paris: Flammarion, 2015.

AQUINO, João Emiliano Fortaleza de. *Reificação e linguagem em Guy Debord*. Fortaleza: EdUECE/Unifor, 2006.

_____. “Cooperação complexa e aparência ‘pós-moderna’”. In: TEIXEIRA, Francisco; FREDERICO, Celso. *Marx no século XXI*. São Paulo: Cortez Editora, 2008, pp. 09-28.

ARANTES, Paulo Eduardo. *Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. *O novo tempo do mundo*. São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. “No tempo das emergências, uma entrevista com Paulo Arantes”. In: *Blog da Boitempo*, 11/05/2014. Disponível em: <<http://blogdaboitempo.com.br/2014/05/11/no-tempo-das-emergencias-uma-entrevista-com-paulo-arantes/>>. Acesso em: 25/05/2014.

ARAÚJO, Rodrigo Nabuco de. *Conquête des esprits et commerce des armes: la diplomatie militaire française au Brésil (1845-1974)*. 2011. 492 f. Tese (Doutorado em História). Université Toulouse le Mirail, Toulouse, 2011.

ARENDETT, Hannah. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

AUTHIER, Denis. *A esquerda alemã (1918-1920). “Doença infantil” ou revolução?* Porto: Afrontamento, 1975.

AZEVEDO, Fernando Antônio. “Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político”. In: *Opinião Pública*, Campinas, vol. 12, n. 1, 2006, p. 88-113.

BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. *A presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1973.

_____. *A reunificação da Alemanha*. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

_____. *A Segunda Guerra Fria. Geopolítica e dimensão estratégica dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2013.

BASCETTA, Marco et ali. “Itália, 1960-1981: un laboratorio político de la lucha de classes en la metrópole capitalista”. In: NEGRI, Antonio. *Los libros de la autonomía obrera*. Madrid: Akal, 2004.

BASSETS, Marc. “Para a CIA, a Rússia interferiu na campanha a favor de Donald Trump”. In: *El País*, 10/12/2016. Disponível em: <http://brasil.elpais.com/brasil/2016/12/09/internacional/1481306501_753326.html>. Acesso em: 10/12/2016.

BAUDRILLARD, Jean. *La société de consommation*. Paris: Gallimard, 1970.

BENJAMIN, Walter. *Origem do drama barroco alemão*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

BENSAÏD, Daniel. *Un nouveau théologien: Bernard-Henri Lévy*. Paris: Éditions Lignes, 2008.

_____. *Guy Debord ou le spectacle, stade suprême du fétichisme marchand*, 2011. Disponível em: <<http://danielbensaid.org/Le-spectacle-stade-ultime-du?lang=fr>>. Acesso em: 24 de junho de 2015.

BERNARDO, João. *Capital, sindicatos, gestores*. São Paulo: Edições Vértice, 1987.

_____. *Economia dos conflitos sociais*. São Paulo: Cortez, 1991.

BERKMAN, Alexandre. *La rébellion de Kronstadt, 1921*. Paris: La Digitale, 2007.

BERMAN, Russell et al. “The society of the spectacle 20 years later: a discussion”. In: *Telos*, n° 86, Winter, 1990/1991, pp. 81-100.

BESANCENOT, Olivier; LÖWY, Michael. *Afinidades revolucionárias: nossas estrelas vermelhas e negras. Por uma solidariedade entre marxistas e libertários*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.

BEY, Hakim. *The ontological status of conspiracy theory* [2011]. Disponível em: <<http://theanarchistlibrary.org/library/hakim-bey-the-ontological-status-of-conspiracy-theory>>. Acesso em: 10/11/2016.

BIGO, Didier; DOBRY, Michel. “Editorial - L'interpénétration des jeux mafieux et politiques”. In: *Cultures & Conflits*, 03/10/1991. Disponível em: <<http://conflits.revues.org/2014>>. Acesso em: 15/05/2015.

BOBBIO, Norberto. *Democracia e segredo*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

BOLTANSKI, Luc. *Énigmes et complots: une enquête à propos d'enquêtes*. Paris: Gallimard, 2012.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Ève. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

BOUNAN, Michel. *Logique du terrorisme*. Paris: Allia, 2003.

BOURSEILLER, Christophe. *Vie et Mort de Guy Debord*. Paris: Éditions Plon, 1999.

_____. *Histoire Générale de l'ultra-gauche*. Paris : Denoël, 2003.

CABORET, D.; DUMONTIER, P.; GARRONE, P.; LABARRIÈRE, R. *Contre l'E.D.N. Contribution à une critique du situationnisme*. Paris, 2001. Disponível em: <<http://laguerredelaliberte.free.fr/doc/cedn.pdf>>. Acesso em: 25/07/2015.

CAMPBELL, Duncan. *Surveillance Électronique Planétaire*. Paris: Allia, 2007.

CARDINA, Miguel. *A tradição da contestação*. Coimbra: Angelus Novus, 2008.

CARNEVALI, Barbara. *Le apparenze sociali*. Bologna: Il Mulino, 2012.

CASTORIADIS, Cornelius. *A sociedade burocrática I. As relações de produção na Rússia*. Porto: Afrontamento, 1979.

CHOMSKY, Noam. “Noam Chomsky: ‘No es extraño que a la gente no le entusiasme la democracia’”. In: *El Mundo*, 18/04/2016. Disponível em:

<<http://www.elmundo.es/cronica/2016/04/18/57122930ca474118338b45f0.html>>.

Acesso em: 30/05/2016.

COELHO, Cláudio Novaes Pinto. “Introdução: em torno do conceito de sociedade do espetáculo”. In: COELHO, Cláudio Novaes Pinto, CASTRO, Valdir José de. (orgs.) *Comunicação e sociedade do espetáculo*. São Paulo: Paulus, 2006, pp. 13-30.

COHN-BENDIT, Daniel. *Le gauchisme. Remède à la maladie sénile du communisme*. Paris: Seuil, 1968.

DEBORD, Guy. “*Cette mauvaise réputation...*”. Paris: Gallimard, 1993.

_____. *Œuvres cinématographiques complètes (1952-1978)*. Paris: Gallimard, 1994.

_____. *Movemo-nos na noite sem saída e somos devorados pelo fogo*. Lisboa: Fenda, 1995.

_____. *A sociedade do espetáculo; Prefácio à 4ª edição italiana de A sociedade do espetáculo; Comentários sobre A sociedade do espetáculo [1967, 1979, 1988]*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

_____. *Correspondance vol. 1 (1957-1960)*. Paris: Fayard, 2001.

_____. *Panegírico vol. 1 [1989]*. São Paulo: Conrad, 2002.

_____. *Correspondance vol. 3 (1965-1968)*. Paris: Fayard, 2003.

_____. *Correspondance vol. 4 (1969-1972)*. Paris: Fayard, 2004.

_____. *Correspondance vol. 5 (1973-1978)*. Paris: Fayard, 2005.

_____. *Correspondance vol. 6 (1979-1987)*. Paris: Fayard, 2006a.

_____. *Œuvres*. Paris: Gallimard, 2006b.

_____. *Rapport sur la construction des situations...* [1956]. Paris: Mille et une nuits, 2006c.

_____. *Correspondance vol. 7 (1988-1994)*. Paris: Fayard, 2008.

_____. *Enregistrements magnétiques (1952-1961)*. Paris: Gallimard, 2010.

DOBRY, Michel. *Sociologie des crises politiques [1986]*. Paris: Presses de Sciences Po, 2009.

DUCLERT, Vincent. “Le secret em politique au risque des archives? Les archives au risque du secret politique. Une histoire archivistique française”. In: *Matériaux pour l'histoire de notre temps, Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine*, n° 58, abril-junho, 2000.

- EAGLETON, Terry. *A tarefa do crítico*. São Paulo: Editora Unesp, 2010.
- ENZENSBERGER, Hans Magnus. *Les rêveurs de l'absolu*. Paris: Allia, 1998.
- ERIBON, Didier. *D'une révolution conservatrice et de ses effets sur la gauche française*. Paris: Éditions Leo Scheer, 2007.
- FICO, Carlos. *O Grande Irmão. Da operação brother sam aos anos de chumbo: O governo dos Estados Unidos e a ditadura militar brasileira*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- FIGUEIREDO, Lucas. *Ministério do Silêncio. A história do serviço secreto brasileiro de Washington Luís a Lula (1927-2005)*. Rio de Janeiro: Record, 2005.
- FILHO, João Freire. "A sociedade do espetáculo revisitada". In: *Famecos*, n° 22, 2003.
- FOUCAULT, Michel. *Microfísica do poder*. São Paulo: Paz e Terra, 2005.
- FREDERICO, Celso. "Debord: do espetáculo ao simulacro". In: *Matrizes*, v. 4 n°, 2010.
- GANSER, Daniele. *Les armées secrètes de l'Otan: Réseaux stay-behind, opération Gladio et terrorisme dans l'Europe de l'Ouest*. Paris: Éditions Demi Lune, 2007.
- GIACCHÉ, Vladimiro. *La fabbrica del falso – Strategie dela menzogna nella politica contemporanea*. Roma: Derive Approdi, 2011.
- GIRAUD, Claude. *Du secret. Contribution à une sociologie de l'autorité et de l'engagement*. Paris: L'Harmattan, 2005.
- GOMBIN, Richard. *As origens do esquerdismo*. Lisboa: Dom Quixote, 1972.
- GRÉMION, Pierre. "Les sociologues et mai 68". In: *Le débat: Mai 68, quarante ans après*, n° 149. Paris: Gallimard, 2008, pp. 20-36.
- GUILBERT, Cécile. *Pour Guy Debord*. Paris: Gallimard, 1996.
- HENRIQUES, Júlio. "Um jornal diferente". In: *O futuro era agora. O movimento popular do 25 de Abril*. Lisboa: Edições Dinossauro, s/d, pp. 52-54.
- HIRST, Paul. "O Estado, a sociedade civil e o colapso do socialismo soviético". In: *A democracia representativa e seus limites*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.
- INTERNACIONAL SITUACIONISTA. *Baderna situacionista: teoria e prática da revolução*. São Paulo: Conrad, 2002.
- INTERNATIONALE SITUATIONNISTE. *Section italienne de l'Internationale Situationniste. Écrits complets (1969-1972)*. Paris: Éditions Contre-Moule, 1988.
- _____. *Internationale Situationniste (1958-1969). Texte integral des 12 numéros de la revue*. Paris: Fayard, 1997.

_____. *Enragés et situationnistes dans le mouvement des occupations*. Paris: Éditions Gallimard, 1998.

_____. *Section américaine de l'Internationale. Écrits*. Paris: CMDE, 2012.

INVISIBLE, Comité. *A nos amis*. Paris: La fabrique, 2014.

JAMESON, Fredric. “Réification et utopie dans la culture de masse”. In: *Études françaises*, vol. 19, 1983, p. 121-138. Disponível em: <<http://id.erudit.org/iderudit/036807ar>>. Acesso em 22/03/2015.

JAPPE, Anselm. “O mercado absurdo dos homens sem qualidades”. In: KURZ, Robert. *Os últimos combates*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. *Guy Debord*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

JORN, Asger. “Guy Debord e a questão do maldito” (Posfácio). DEBORD, Guy. *Movemo-nos na noite sem saída e somos devorados pelo fogo*. Lisboa: Fenda, 1984, p. 79.

KAUFMANN, Vincent. “Nouveau théâtre d'opérations (1972-1988)”. In: *Guy Debord Œuvres*, Paris: Gallimard, 2006.

KLEIN, Naomi. *A Doutrina do Choque - A Ascensão do Capitalismo do Desastre*. São Paulo: Nova Fronteira, 2008.

KNABB, Ken. “Un bref guide de l'image situationniste anglo-américaine”. In: *Bureau of public secrets*, 1976. Disponível em: <<http://www.bopsecrets.org/French/situimage.htm>>. Acesso em: 09/01/2017.

KOSELLECK, Reinhart. *Crítica e crise: uma contribuição à patogênese do mundo burguês*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999.

KRAUS, Karl. *Die chinesische Mauer*. Frankfurt: Suhrkamp, 1987.

KURZ, Robert. *O colapso da modernização. Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. *Os últimos combates*. Rio de Janeiro: Vozes, 1998.

_____. “A sociedade do espetáculo trinta anos depois”. In: JAPPE, Anselm. *Guy Debord*. Rio de Janeiro: Vozes, 1999.

LAURENT, Sébastien. “Pour une histoire de l'état: le secret, l'information politique et le renseignement”. In: *Vingtième siècle. Revue d'histoire*. 2004, n° 83.

LEBOVICI, Gérard. *Tout sur le personnage*. Paris: Champ Libre, 1984.

LEFEBVRE, Henri. *Position: contre les technocrates*. Paris : Éditions Gauthier, 1967.

_____. “Sobre uma interpretação do marxismo: Louis Althusser”. In: LEFEBVRE, H.; GOLDMANN, L.; e MAKARIUS, L. *Debate sobre o estruturalismo*. São Paulo: Documentos, 1968.

LEFORT, Claude. “Le parti situationniste”. In: *Le temps présent. Écrits (1945-2005)*. Paris: Éditions Belin, 2007.

LENIN, Vladimir Ilitch. “Acerca do infantilismo de esquerda e do espírito pequeno-burguês”, 1918. In: *Arquivo marxista na internet*. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1918/05/05.htm>>. Acesso em: 09/10/2016.

LOSURDO, Domenico. *La sinistra assente. Crisi, società dello spettacolo, guerra*. Roma: Carocci, 2014.

LÖWY, Michael. *A estrela da manhã: surrealismo e marxismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *As aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Cortez, 2009.

_____. *Un possible intempestif*, 2011. Disponível em: <<http://danielbensaid.org/Un-possible-intempestif?lang=fr>>. Acesso em: 24/10/2016.

_____. “Michael Löwy: ‘O Estado de exceção predomina. A democracia é que foi excepcional’”. In: *Blog da Boitempo*, 30/05/2016. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2016/05/30/michael-lowy-o-estado-de-excecao-predomina-a-democracia-e-que-foi-excepcional/>>. Acesso em: 30/05/2016.

LUKÁCS, Georg. *História e consciência de classe*. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MARIANO, N., TREZZI, H., WAGNER, C., ETCHICHURY, C. *Os infiltrados – eles eram os olhos e ouvidos da ditadura*. Porto Alegre: Editora AGE, 2011.

MARQUES, Pedro Piedade. “Fernando de Bentley”, *Guy Debord e a edição portuguesa de “A Sociedade do Espectáculo”*. Lisboa, 2015. Disponível em: <<https://pedromarquesdg.wordpress.com/2015/03/19/fernando-de-bentley-guy-debord-e-a-edicao-portuguesa-de-a-sociedade-do-espectaculo/>>. Acesso em: 08/07/2016.

MARTOS, Jean-François. *Histoire de L’Internationale Situationniste*. Paris: Ivrea, 1995.

MARX, Karl. “Correspondance de Marx sur Proudhon”. *Œuvres Choisies*, tome II. Paris: Gallimard, 1966.

_____. “Para a crítica da economia política”. In: Marx: *Para a crítica da economia política; Salário, preço e lucro; O rendimento e suas fontes: a economia vulgar*. São Paulo: Abril Cultural, 1982.

_____. *O 18 Brumário e cartas a Kugelmann*. 7ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

- MASCARO, Alysson Leandro. *Estado e forma política*. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MATEO, Fabrice de San. “Les situationnistes aux États-Unis” (Préface). In: SITUATIONNISTE, Internationale. *Section américaine de l’Internationale. Écrits*. Paris: CMDE, 2012.
- MENEGATE, Marildo. “Um intelectual diante da barbárie” (Prefácio). In: ARANTES, Paulo. *O novo tempo do mundo: e outros estudos sobre a era da emergência*. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MORIN, Edgar. “Pour une crisologie”. In: *Communications*, n° 25, 1976, pp. 149-163.
- NEGRI, Toni. “Rua 8 de fevereiro? Não! Rua 7 de abril”. In: *Carta Maior*, 8/4/2009. Disponível em: <<http://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Internacional/Rua-8-de-Fevereiro-Nao-Rua-7-de-Abril%0D%0A/6/15147>>. Acesso em: 22/09/2016.
- NETTO, José Paulo. “Posfácio”. In: COUTINHO, Carlos Nelson. *O estruturalismo e a miséria da razão*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- NIETZSCHE, Friedrich. *A Gaia Ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- OBERT, Caroline. “Transparence et secret: l’accès aux archives contemporaines”. In: *Vingtième siècle. Revue d’histoire*. 1996, n° 52.
- OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.
- _____. “O avesso do avesso”. In: OLIVEIRA, Francisco de; BRAGA, Ruy; RIZEK, Cibele (org.). *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 369-376.
- ORTELLADO, Pablo. “Sobre a passagem de um grupo de pessoas por um breve período da história”. In: *Estamos vencendo! Resistência global no Brasil*. São Paulo: Conrad, 2004.
- PADIS, Marc-Olivier. “La passion du complot”. In: *Esprit*, n° 419, 2015.
- PAULANI, Leda Maria. “Capitalismo financeiro e estado de emergência econômico no Brasil: o abandono da perspectiva do desenvolvimento”. In: *I Colóquio da Sociedade Latino Americana de Economia Política e Pensamento Crítico*. Santiago (Chile), 2006.
- PAYE, Jean-Claude. *La fin de l’État de Droit. La lutte antiterroriste: de l’état d’exception à la dictature*. Paris: La Dispute, 2004.
- _____. “The prevention security act britannique du 11 mars 2005”. In: *Revue trimestrielle des droits de l’homme*. Paris, 2005, pp. 635-647.
- PEDROSA, Mário. “Arte ambiental, arte pós-moderna, Hélio Oiticica”. In: OITICICA, Hélio. *Aspiro ao grande labirinto*. Rio de Janeiro: Rocco, 1987.

PERNIOLA, Mario. *Os situacionistas: o movimento que profetizou a “Sociedade do espetáculo”* [1972]. São Paulo: Annablume, 2009.

RAMALHO, Maria de Magalhães. *Realizar a Poesia. Guy Debord e a Revolução de Abril*. Lisboa, 2014. Disponível em: <http://www.revistapunkto.com/2014/11/realizar-poesia-guy-debord-e-revolucao_30.html>. Acesso em 16/12/2015.

RAMONET, Ignácio. “Liberdade para Julian Assange”. In: *Outras Palavras*, 6/07/2016. Disponível em: <<http://outraspalavras.net/capa/liberdade-para-julian-assange/>>. Acesso em: 06/07/2016.

REIS, Léa Maria Aarão. “Falsa democracia é produto de exportação americano”. In: *Carta Maior*, 20/10/2016. Disponível em: <<http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Falsa-democracia-e-produto-de-exportacao-americano/4/37038>>. Acesso em: 24/10/2016.

RICE-MAXIMIN, Edward. *Accommodation and Resistance: The French Left, Indochina and the Cold War 1944–1954*. New York: Greenwood Press, 1986.

ROSS, George; JENSON, Jane. “França: triunfo e tragédia”. In: ANDERSON, Perry; CAMILLER, Patrick. *Um mapa da esquerda na Europa Ocidental*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.

SAFATLE, Wladimir. “Tudo o que é sólido desmancha-se em imagens espetaculares”. In: *O Estado de São Paulo*, São Paulo, 13 abr. 2008.

_____. “Do uso da violência contra o Estado ilegal”. In: TELES, Edson; SAFATLE, Vladimir (orgs.). *O que resta da ditadura: a exceção brasileira*. São Paulo: Boitempo, 2010.

SALINAS, Samuel Sérgio. *Antes da Tormenta: Origens da Segunda Guerra Mundial, 1918 – 1939*. Campinas: Editora da Unicamp, 1996.

SANGUINETTI, Gianfranco. *Véridique rapport sur les dernières chances de sauver le capitalisme en Italie* [1975]. Paris: Champ Libre, 1976.

_____. “Preuves de l’inexistence de Censor, par son auteur” [1975]. In: *Véridique rapport sur les dernières chances de sauver le capitalisme en Italie* [1975]. Paris: Champ Libre, 1976.

_____. *Do terrorismo e do Estado* [1979]. Lisboa: Antígona, 1981.

_____. “Prefácio à edição francesa” [1980]. In: *Do terrorismo e do Estado* [1979]. Lisboa: Antígona, 1981.

_____. “Argent, sexe et pouvoir: a propos d’une fausse biographie de Guy Debord”. In: *Mediapart*, 15/01/2016. Disponível em: <<https://blogs.mediapart.fr/lechatetlasouris/blog/150116/argent-sexe-et-pouvoir-propos-d-une-fausse-biographie-de-guy-debord>>. Acesso em: 01/11/2016.

SCHIFRES, Sebastian. *Le mouvement autonome en Italie et en France (1973-1984)*. 2008. 156 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Université Paris VIII, Paris, 2008.

SCHMITT, Carl. *La dictadura: desde los comienzos del pensamiento moderno de la soberanía hasta la lucha de clases proletaria*. Madrid: Alianza, 1985.

SCHWARZ, Roberto. “Prefácio”. In: OLIVEIRA, Francisco de. *Crítica à razão dualista/ O ornitorrinco*. São Paulo: Boitempo, 2003.

TEMPS CRITIQUES. “Las théories du complot: Debord, Sanguinetti et le terrorisme”. Disponível em: <<http://tempscritiques.free.fr/spip.php?article19>>. Acesso em: 18/04/2016.

TIQQUN. *Tout a failli, vive le communisme!* Paris: La Fabrique, 2006.

TRAVERSO, Enzo. *Le Totalitarisme*. Paris: Seuil, 2001.

TRESPEUCH, Anna. “L'Internationale situationniste: d'autres horizons de revolte”. In: *Matériaux pour l'histoire de notre temps*, 2/2009, n° 94, pp. 10-15. Disponível em: <www.cairn.info/revue-materiaux-pour-l-histoire-de-notre-temps-2009-2-page-10.htm>. Acesso em: 25/03/2016.

VALLE, Maria Ribeiro do. *A violência revolucionária em Hannah Arendt e Herbert Marcuse*. São Paulo: Editora Unesp, 2005.

VINCENT-CAMPION, Véronique. *La société parano*. Paris: Allia, 2007.

WALLERSTEIN, Immanuel. “A reestruturação capitalista e o sistema mundial”. In: *Perspectivas*. São Paulo, n° 20/21, 1997/98, pp. 249-67.

WOODWARD, Bob. *Veil: As guerras secretas da CIA (1981 – 1987)*. São Paulo: Best Seller, 1987.

FILMOGRAFIA

- CIDADÃO Boilesen. Direção: Chaim Litewski. Palmares, 2009 (92 min.), color.
- ESCADRONS de la mort, l'école française. Direção: Marie-Monique Robin. Arte France, 2008 (109 min.), color.
- GUY Debord, son art et son temps. Direção: Guy Debord e Brigitte Cornand. Canal +, 1994 (60 min.), p&b.
- IN girum imus nocte et consumimur igni. Direção: Guy Debord. Simar films, 1978 (100 min.), p&b.
- LA société du spectacle. Direção: Guy Debord. Simar Films, 1973 (88 min.), p&b.
- MITTERRAND à Vichy. Direção: Serge Moati. Image et Compagnie, 2008 (86 min.), color.
- O dia que durou 21 anos. Direção: Camilo Galli Tavares. Pequi, 2012 (77 min.), color.
- RÉFUTATION de tous les jugements, tant élogieux qu'hostiles, qui ont été jusqu'ici portés sur le film "La Société du Spectacle". Direção: Guy Debord. Simar Films, 1975 (22 min.), p&b.